

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**As representações sobre cidadania de gays, lésbicas,
bissexuais, travestis e transexuais no discurso
jornalístico da *Folha* e do *Estadão***

Tese de Doutorado

VICENTE WILLIAM DA SILVA DARDE

Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Orientador

Porto Alegre, RS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**As representações sobre cidadania de gays, lésbicas,
bissexuais, travestis e transexuais no discurso
jornalístico da *Folha* e do *Estadão***

VICENTE WILLIAM DA SILVA DARDE

Tese apresentada como exigência para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS).

Orientador: Prof^o Dr. Valdir Jose Morigi

Porto Alegre, RS

2012

AGRADECIMENTOS

Os quatro anos de doutorado foram de grande transformação na minha vida, com mudanças bastante significativas, inclusive geográfica, e por isso finalizar essa tese foi um grande desafio.

Os amadurecimentos pessoal e profissional – se é que são indissociáveis – são os principais resultados dessa trajetória. E ela não teria sido percorrida se não fossem os amigos e familiares, pessoas que amo, gosto, convivo. Obrigado a todos. A vida só existe e vale a pena pela companhia de vocês. É assim que vivo essa experiência nesta vida.

Faço um agradecimento especial a quem contribuiu decisivamente para chegarmos ao resultado final: meu orientador e amigo Valdir Morigi, que apesar da distância, conseguimos trabalhar em conjunto e desenvolver essa pesquisa.

Dedico essa tese a pessoa que mais me ama e torce por mim: minha mãe, Regina.

Comunicar foi e continuará sendo algo muito mais difícil e amplo que informar, pois comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em um duplo sentido: ***reconheçam seu direito a viver e a pensar diferente***, e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios.

Jesus Martín-Barbero

RESUMO

Entendemos que a notícia, principal produto do jornalismo, é construída a partir dos múltiplos discursos que circulam dentro da cultura vigente, influenciados pelos valores relacionados à norma hegemônica que rege os comportamentos sociais. As representações sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais pelo discurso jornalístico se fundam num padrão normativo ocidental hegemônico – a heteronormatividade, que hierarquiza e atribui valores aos sujeitos, excluindo determinados indivíduos, práticas e grupos. Nesse sentido, outras formas existentes de expressão da sexualidade são entendidas como fora da norma, o desvio, contribuindo para o preconceito e a discriminação. Analisamos quais visões de cidadania os jornais de referência Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo ajudam a construir a partir das representações da população LGBT, identificando as marcas nos discursos que revelam esses sentidos. A busca pelo reconhecimento da diversidade sexual opera via normalização, dentro de uma perspectiva que estimula uma cultura de tolerância, na qual estão ancoradas as representações sobre o grupo, fortalecidas pelo discurso moral e ideológico das instituições religiosas que negam a possibilidade de exercício de uma cidadania plena da população LGBT. Concluímos que enquanto a heterossexualidade não for problematizada e debatida na esfera pública de forma aberta e democrática fica difícil romper os preconceitos e a violência contra a população LGBT. E o jornalismo, enquanto campo marcado por disputas, lugar de produção de sentidos e formação de valores, deve buscar cumprir sua função social, buscando contextualizar os fatos a partir da pluralidade de vozes existente na sociedade.

Palavras-chave:

Jornalismo e Cidadania. Diversidade Sexual. Análise do Discurso. Heteronormatividade.

ABSTRACT

We understand that the news, the main product of journalism, is constructed from the multiple discourses that circulate within the current culture, influenced by the values related to hegemonic norm that governs social behaviors. The representations of gays, lesbians, bisexuals, transvestites and transsexuals by journalistic discourse are based on a hegemonic western normative standard - heteronormativity, which ranks and assigns values to the subjects, excluding certain individuals, groups and practices. In this sense, other existing forms of expression of sexuality are seen as outside the norm, the deviation, contributing to prejudice and discrimination. We analyzed which visions of citizenship the leading newspapers Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo helps build upon the representations of LGBT people, identifying marks on the discourses that reveal these senses. The quest for recognition of sexual diversity operates through standardization, within a perspective that encourages a culture of tolerance, which are anchored in the representations of the group, strengthened by moral and ideological discourse of religious institutions that deny the possibility of LGBT people live a full citizenship. We conclude that while heterosexuality is not questioned and debated in public sphere in a democratic and open way is difficult to break down prejudice and violence against LGBT people. And journalism, as a field marked by disputes, place of production of meanings and values formation, should seek to fulfill its social function, trying to contextualize the facts from the plurality of voices that exists in society.

Keywords:

Journalism and Citizenship. Sexual Diversity. Discourse Analysis. Heteronormativity.

LISTA DE TABELAS

1. Quantidade de textos por palavras-chave na Folha.....	85
2. Fontes nos textos da Folha.....	134
3. Temas nos textos da Folha.....	135
4. Representações sobre população LGBT na Folha.....	138
5. Representações sobre Cidadania LGBT na Folha.....	140
6. Síntese das representações sobre Cidadania LGBT na Folha.....	140
7. Quantidade de textos por palavras-chave no Estadão.....	141
8. Fontes nos textos do Estadão.....	203
9. Temas nos textos do Estadão.....	204
10. Representações sobre população LGBT no Estadão.....	206
11. Representações sobre Cidadania LGBT no Estadão.....	206
12. Síntese das representações sobre Cidadania LGBT no Estadão.....	207
13. Fontes nos textos dos dois jornais.....	209
14. Temas nos textos dos dois jornais.....	210
15. Representações sobre população LGBT nos dois jornais.....	211
16. Representações sobre Cidadania LGBT nos dois jornais.....	212
17. Síntese das representações sobre Cidadania LGBT nos dois jornais.....	212

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	DIREITO À DIVERSIDADE SEXUAL	17
	2.1 Masculinidade hegemônica e heteronormatividade.....	17
	2.2 Do movimento homossexual à população LGBT.....	26
	2.3 Cidadania e o direito à livre expressão da sexualidade.....	39
3	JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE	51
	3.1 A notícia como resultado de um processo de produção.....	53
	3.2 Representações sociais, estereótipos e identidades.....	66
4	FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	76
	4.1 Mapeamento de vozes.....	77
	4.2 Identificação dos sentidos.....	78
	4.3 Definição do corpus.....	82
5	AS REPRESENTAÇÕES SOBRE CIDADANIA LGBT NA FOLHA E NO ESTADÃO	85
	5.1 Análise dos textos do jornal Folha de S. Paulo.....	85
	5.1.1 Síntese da Análise dos textos do jornal Folha de S. Paulo.....	133
	5.2 Análise dos textos do jornal O Estado de S. Paulo.....	141
	5.2.1 Síntese da Análise dos textos do jornal O Estado de S. Paulo.....	201
	5.3 Análise Comparativa entre os dois jornais.....	208
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
	REFERÊNCIAS	221
	ANEXO	230

1 INTRODUÇÃO

Nos produtos midiáticos, sejam jornalísticos ou ficcionais, como as telenovelas, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ocupam papéis que enaltecem a identidade sexual do sujeito, pois se enquadra dentro do desvio, fora da norma hegemônica da heterossexualidade. O personagem – seja da reportagem, da ficção ou de um *reality show*¹, quando é diferente do heterossexual, é destacado na trama por esse atributo e não por outros tantos, como o atributo profissional. Outro exemplo de “censura” é que as telenovelas não se atrevem a apresentar casais do mesmo sexo se beijando na boca ou simulando um ato sexual. Personagens heterossexuais são vistos constantemente em situações picantes e românticas.

Por que aqueles que possuem identidades de gênero e sexual diferentes da heterossexualidade não têm a mesma visibilidade para expressar seus afetos nos meios de comunicação hegemônicos e de concessão pública, como a televisão? Por que as relações homoafetivas “ferem” a “sensibilidade” das famílias nas quais o núcleo é formado por um casal heterossexual? Vive-se um clima de tolerância e respeito em alguns momentos, como nas paradas de orgulho LGBT², quando a sociedade vai às ruas assistir ao desfile de carros alegóricos com *drag queens*³, ao melhor estilo carnavalesco.

A tolerância de grande parte da sociedade se forma a partir da domesticação das diversas identidades sexuais e de gênero, o que significa levar a população LGBT a pensar e se comportar como heterossexuais. A partir da análise da reportagem sobre casais gays que adotaram crianças⁴, veiculada no programa Globo Repórter, da Rede Globo, em 2008, pudemos perceber que a representação desses casais é colocada numa perspectiva que busca atributos socialmente valorados (formavam famílias, tinham

¹Na edição de número 10 do Big Brother Brasil, reality show da Rede Globo exibido no primeiro trimestre de 2010, dois gays e uma lésbica “assumidos” são primeiramente reconhecidos pela sua sexualidade desviante, e não por outros atributos. Tanto que, na divisão dos integrantes do programa em grupos, eles foram identificados como os “coloridos”, em alusão ao arco-íris, símbolo do movimento ativista homossexual. Na edição de 2011, este mesmo programa incluiu entre os participantes uma transexual, com o nítido propósito de “provocar” os participantes homens heterossexuais e chamar a atenção do público.

²A sigla LGBT, adotada pelo movimento ativista homossexual em 2000, significa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

³*Drag queens* ou *Drag kings* são artistas performáticos que se travestem, fantasiando-se cômica ou exageradamente com o intuito geralmente profissional artístico. Chama-se *drag queen* o homem que se veste com roupas exageradas femininas estilizadas, e *drag king* a mulher que se veste como homem.

⁴VEIGA, Marcia, DARDE, Vicente. A perspectiva heteronormativa: representações de casais homossexuais no *Globo Repórter*. In: Revista PJ:Br - Jornalismo Brasileiro, v. 12, p.eletrônico, 2009 [ISSN 1806-2776].

relação monogâmica, possuíam padrão social de classe) como justificativa da existência discursiva dos mesmos na mídia. Enquanto isso, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais são vítimas de preconceito e violência diariamente no Brasil. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB)⁵, que há 30 anos coleta informações sobre homofobia no Brasil, 282 homossexuais foram mortos em todo o país em 2011. Em 2010, foram 260 assassinatos, 62 casos a mais do que os registrados em 2009.

A gravidade do problema social gerado pela homofobia tem repercutido inclusive na proposição de políticas públicas com o objetivo de prevenir a violência contra a população LGBT. O programa Brasil sem Homofobia, criado em 2004 pelo governo federal, tem como objetivo desenvolver ações que possam prevenir a violência contra as minorias sexuais. O programa prevê, entre outras ações, a capacitação e de qualificação de policiais para o acolhimento, o atendimento e a investigação em caráter não-discriminatório; capacitação de professores da rede de ensino; a inclusão nas matrizes curriculares das Polícias e das Guardas Municipais do recorte de orientação sexual e do combate à homofobia nos eixos temáticos de direitos humanos; a implantação de estratégias de sensibilização dos operadores de Direito, assessorias legislativas e gestores de políticas públicas sobre os direitos da população LGBT e a sistematização de casos de crimes de homofobia para possibilitar uma literatura criminal sobre o tema.

Em 2009, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O objetivo do Plano é orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas. O Plano é resultado da 1ª Conferência Nacional LGBT, que ocorreu em 2008.

No entanto, a politização do combate à homofobia⁶ e a promoção dos direitos da população LGBT brasileira ainda pouco contribuíram para amenizar o problema. O

⁵O Grupo Gay da Bahia coleta essas estatísticas desde 1980, de maneira ininterrupta. As fontes são matérias de jornais, notícias na internet e denúncias de colaboradores, pois não há estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, o que indica que o crime de homofobia pode ser ainda maior. Os dados podem ser consultados em www.ggb.org.br.

⁶Utilizamos aqui o termo homofobia por ser o oficialmente adotado pelo governo e pelo movimento LGBT. Mas, ao nos referirmos à violência física e simbólica contra a população LGBT, preferimos o termo heterossexismo, que significa preconceito contra todas as formas de sexualidade não contempladas no conceito de heterossexualidade. Falaremos disso no capítulo 1 sobre a Diversidade Sexual.

projeto de lei 122/2006, que criminaliza a homofobia, está parado no Senado, sem previsão de votação pelos parlamentares. Outro projeto de lei, o que prevê a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, permanece na mesma situação desde 1995.

Nos últimos anos, diversos avanços foram conquistados em relação aos direitos civis da população LGBT. Porém o ano de 2011 foi um marco, com a decisão do Supremo Tribunal Federal de reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. A extensão dos efeitos da união estável possibilitou que alguns juízes autorizassem a conversão da união estável em casamento civil para casais do mesmo sexo⁷. A conquista foi amplamente comemorada pelo movimento LGBT, mas ainda é incipiente frente aos desafios que a sociedade brasileira ainda enfrentará no que diz respeito ao direito à sexualidade.

Mesmo que os instrumentos internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e em âmbito nacional a Constituição Brasileira de 1988, garantam os direitos individuais e coletivos, sem distinção de qualquer natureza, ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito à cidadania plena da população LGBT, ancorada nos princípios básicos de liberdade, igualdade, fraternidade e dignidade humana. Em uma sociedade que perpetua a heterossexualidade como padrão de “normalidade”, o binômio heterossexualidade/homossexualidade é critério distintivo para o reconhecimento da dignidade dos sujeitos e para a distribuição dos benefícios sociais, políticos e econômicos.

O interesse pelo tema como objeto de pesquisa acadêmica já vem desde a graduação, quando ao constatar a ausência de direitos civis dos não heterossexuais, escolhi pesquisar no trabalho de conclusão do curso de jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como os jornais de referência no Brasil abordaram o Projeto de Parceria Civil Registrada, chamado de “casamento gay” por muitos na sociedade.

O Projeto de Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo, de autoria da ex-deputada federal Martha Suplicy (PT-SP), é um marco importante para a discussão da diversidade sexual no País. Desde sua apresentação na Câmara dos

⁷No fim de junho de 2011, a Justiça de São Paulo converteu a união estável homoafetiva entre o cabeleireiro Sérgio Kauffman Sousa e o comerciante Luiz André Moresi em casamento. O casal celebrou a decisão judicial, a primeira do Brasil, em um cartório em Jacareí, cidade no interior paulista onde mora. Com a oficialização, os dois se tornaram casados “no papel” e passaram a usar o mesmo sobrenome: Sousa Moresi.

Deputados, em 1995, o projeto desencadeou várias reações entre os brasileiros: católicos, protestantes e conservadores atacam o projeto argumentando que este legitimaria uma união imprópria que ameaça a manutenção da família; grupos organizados LGBT, parlamentares politicamente corretos e simpatizantes com a causa defendem os direitos civis para os gays e lésbicas.

Na análise realizada em notícias nos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e Zero Hora, entre janeiro de 1995 e maio de 1999, pude perceber acertos e erros que foram passíveis de observação na imprensa a respeito da homossexualidade⁸. A ampliação do debate proporcionado pelos meios de comunicação em geral, de forma particular nos jornais impressos, cumpriu um importante papel neste sentido. Porém, os jornais, apesar de defenderem os direitos iguais para todos, muitas vezes deram maior espaço à igreja católica e aos parlamentares mais conservadores. A principal distorção detectada nas reportagens estudadas foi a utilização da palavra "casamento" para se referir ao Projeto. Tanto o projeto original, que disciplinava a "união civil entre pessoas do mesmo sexo", quanto o substitutivo, que trata da "parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo", não utilizaram o termo "casamento".

Esta condução dos veículos de comunicação contribuiu para que setores das igrejas evangélica e católica e outros mais conservadores da sociedade se colocassem contra o Projeto, passando a criticá-lo e tratá-lo como o "responsável pela desestruturação da família". No corpo das reportagens, no entanto, os jornais explicam que a proposta não é casamento, e sim a busca nas leis brasileiras da garantia dos direitos às relações homossexuais até então asseguradas aos heterossexuais. Porém, em uma sociedade carregada de preconceitos, de exclusão e marginalização das pessoas que expressam sua sexualidade de maneira diferente da maioria, qualquer deslize do jornal pode ser fatal para contribuir com o preconceito e a discriminação contra a diversidade sexual.

O estudo de fontes de informação no Jornalismo demonstra que a relação entre jornalistas e fontes de informação é determinante na construção da notícia, visto que somente a pluralidade de vozes presentes nos textos jornalísticos contribui para uma construção mais equilibrada da realidade. Através do mapeamento das fontes de informação utilizadas em reportagens sobre HIV/Aids, pude perceber a dificuldade dos

⁸ No trabalho de conclusão do curso de Jornalismo adotei o termo homossexualidade como sinônimo de todas as identidades sexuais e de gênero diferentes da heterossexualidade. Não tinha ainda problematizado o significado do termo e pensado em outros conceitos que dessem conta da pluralidade das orientações sexuais e identidades de gênero.

jornais de ampliarem e diversificarem as fontes consultadas para a realização das reportagens. Na dissertação de mestrado, defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Ufrgs, buscamos responder se os jornais de referência brasileiros O Globo e Folha de S. Paulo tratam de forma equilibrada a pluralidade de vozes sociais para falar sobre Aids. Mais precisamente, nosso intuito foi o de verificar as vozes dominantes no discurso sobre a Aids, a partir dos conceitos de locutor e enunciador de Oswald Ducrot (1987).

Mapeamos os temas abordados e as fontes de informação, analisando 310 textos jornalísticos, o total publicado nos dois veículos em 2004. O conceito de enunciador permitiu identificar que as vozes dominantes, embora sejam fontes oficiais, cobraram ações dos governos na luta contra a Aids. Registramos o cruzamento de enunciadores nos textos, o que caracterizou um discurso polifônico; contudo, a fala das pessoas vivendo com HIV/Aids praticamente não esteve presente, revelando que o jornalismo não cumpre a função de representar a pluralidade das vozes sociais.

As fontes oficiais são as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas, pois representam instituições legitimadas de poder. Em segundo plano ficam os que não têm a influência de uma autoridade, os que não possuem um cargo representativo. Dessa forma, as limitações da rotina produtiva (como o pouco tempo para o repórter terminar a matéria) e interesses político-econômicos acabam impedindo uma maior visibilidade de múltiplas vozes e olhares que constituem a sociedade.

Pensar na prática jornalística a partir das teorias construcionistas é entender que o discurso (re) produzido e disponibilizado através dos mais diversos suportes midiáticos existentes – rádio, TV, impresso e web - contribui para a construção da realidade. Desde a escolha da pauta, passando pela seleção de fontes que serão ouvidas, construção do texto, edição e finalização do material, a subjetividade de diversos profissionais (produtor, repórter, editor, entre outros) está presente nesse processo, submetido ainda à pressão do tempo (deadline do fechamento do jornal) e do espaço (tamanho ou tempo disponível no telejornal para aquela reportagem).

Esse processo de construção do produto jornalístico, os valores de cada um e ao mesmo tempo da equipe envolvida se confundem com a busca utópica da objetividade jornalística, como se os fatos estivessem acima dos valores. Entendemos que a aplicação de técnicas jornalísticas, como ouvir o maior número de fontes possível, ajuda na busca pelo equilíbrio, mas a construção desse discurso é influenciada pelos valores relacionados à norma hegemônica que rege os comportamentos sociais.

Nesse sentido, compreendemos “a notícia – principal produto jornalístico - como resultado das imbricações do próprio jornalismo com a cultura na qual está inserido” (VEIGA, DARDE, 2009, p. 11). A “cultura é compreendida neste estudo como o conjunto de regras, hábitos, costumes e valores de cada sociedade, histórica e permanentemente em transformação” (VEIGA, DARDE, 2009, p. 02).

Os fatos imediatos do cotidiano transformados em notícia ainda são compreendidos [no imaginário coletivo] como “naturais”, e não socialmente construídos através dos múltiplos discursos. Essa perspectiva condiciona também a forma como os indivíduos e os comportamentos são compreendidos pelo jornalismo, ou seja, numa perspectiva essencialista e universalizante que não leva em conta os processos culturais historicamente construídos nas sociedades, tomando-os sempre pelo viés da “natureza”. Este viés se fundamenta em perspectivas do pensamento psico-biomédico, via de regra, utilizado para dar conta de fenômenos sociais (VEIGA, DARDE, 2009, p. 02).

Essa perspectiva naturalizante dos sujeitos e dos comportamentos sociais por parte do jornalismo é o eixo que norteia a construção de sentidos sobre a representação da diversidade sexual. Mais do que isso, ela se funda num padrão normativo ocidental hegemônico – a heteronormatividade. “Além de partir do pressuposto da heterossexualidade compulsória, a heteronormatividade hierarquiza e atribui valores aos sujeitos, às feminilidades, às masculinidades, aos arranjos sócio-afetivos e familiares, à sexualidade e às relações de poder” (VEIGA, DARDE, 2009, p. 02). Nesse sentido, outras formas existentes de expressão da sexualidade são entendidas como fora da norma, o desvio, contribuindo para o preconceito e a discriminação. É através do conceito de heteronormatividade que entendemos estarem fundados os valores-notícia responsáveis pela produção de discursos e sentidos sobre comportamentos, indivíduos e grupos na sociedade pelo Jornalismo (SILVA, 2010).

A partir dessa perspectiva, nossa pesquisa busca responder as seguintes questões: quais as representações sobre o cidadão e a cidadania da população LGBT que circulam nos discursos dos jornais de referência Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo? Como os discursos jornalísticos da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre a população LGBT auxiliam na construção da identidade desses sujeitos? Quais as estratégias de comunicação utilizadas pelos referidos jornais para construir as representações sobre a população LGBT? Os discursos jornalísticos da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre a população LGBT ajudam na construção e exercício da cidadania destes sujeitos?

O objetivo geral do estudo é compreender como são construídas as representações sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais através dos discursos jornalísticos da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo e como elas ajudam no exercício da cidadania desses sujeitos.

Também definimos os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar os temas nos quais a população LGBT ganha visibilidade nos jornais pesquisados;
2. Descobrir quais fontes de informação são utilizadas para construção das matérias que tratam sobre a população LGBT;
3. Identificar quais as estratégias de comunicação utilizadas pelos referidos jornais para dar visibilidade à população LGBT;
4. Analisar as representações sobre a população LGBT que circulam nos discursos jornalísticos da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo;
5. Diferenciar quais as visões de cidadania que circulam nos discursos jornalísticos da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre a população LGBT;

A análise das representações de cidadania da população LGBT, verificando quais marcas discursivas reiteram as representações hegemônicas sobre identidades sexuais, requer uma metodologia que aplica, nos seus diversos níveis de aprofundamento, técnicas oriundas da Análise do Discurso francesa (AD).

Um estudo das representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais demandava um corpus que pudesse ser representativo da produção jornalística existente. Escolhemos os jornais diários Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo por serem representantes do jornalismo de referência no país. Os temas que estes levantam e a forma como abordam servem de parâmetro e repercutem em todos os demais veículos de comunicação, provocando um efeito de agendamento muito significativo. O recorte do corpus da pesquisa foi definido como todos os textos jornalísticos do gênero informativo que tratassem de temas relacionados à população LGBT publicados durante o primeiro semestre de 2011.

No próximo capítulo, *Direito à Diversidade Sexual*, tratamos da compreensão da sexualidade por meio da pluralidade de práticas e desejos. Como foram construídos os padrões de comportamento sexual no mundo ocidental contemporâneo. Abordamos a heteronormatividade como padrão dominante, assim como problematizamos a ideia de que a identidade e o comportamento sexual são fixos desde o nascimento. Como as construções de binarismos de gênero (masculino e feminino) e identidade sexual

(heterossexual e homossexual) criam a hierarquia dos sujeitos e reforçam o machismo e o heterossexismo. Mostramos que a teoria *queer* trouxe uma nova perspectiva de desconstrução da norma heterossexual ao enfatizar os mecanismos que promovem injúria e abjeção, mais do que enfatizar identidades e comportamentos sociais. Registramos também a importância do movimento organizado LGBT na luta por visibilidade e direitos. Dentro de uma perspectiva de cidadania plena, trazemos para o debate que sujeitos são merecedores de direitos, aqueles que se enquadram nas normas estabelecidas? Problematizamos também as mudanças nas relações sociais e novas demandas de direitos de grupos que geram tensões na esfera política e no próprio Judiciário. Qual a perspectiva *queer* para a busca por direitos? Pensamos em um direito democrático à sexualidade.

No capítulo *Jornalismo e a Construção Social da Realidade*, trazemos os conceitos definidos pelo paradigma construcionista, que trata da notícia como resultado de um processo de produção. Entendemos o jornalismo como conhecimento que contribui para a construção da realidade. Desse modo, analisamos os mecanismos utilizados pelo jornalismo para a elaboração da notícia, como os critérios de noticiabilidade, a seleção de fontes de informação, o agendamento e a objetividade. Discorremos também sobre o processo de construção de representações sociais pelo discurso jornalístico e seu alto potencial normatizador, para enfim podermos pensar no fazer jornalístico dentro da perspectiva de sua função social.

No capítulo *Fundamentos Metodológicos*, contextualizamos o objeto de nossa pesquisa, trazendo um breve histórico dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Detalhamos o corpus da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados para a realização do trabalho. Utilizamos a Análise do Discurso francesa (AD) para o mapeamento de vozes e identificação dos sentidos nos textos jornalísticos.

No capítulo *As representações sobre Cidadania LGBT nos jornais Folha e Estadão* temos as análises de todos os 164 textos jornalísticos que compõem o corpus. Realizamos a avaliação individual dos jornais e, por último, uma análise comparativa.

2 DIREITO À DIVERSIDADE SEXUAL

Entendemos a sexualidade como uma construção social, como fenômeno relacionado aos diversos contextos sócio-históricos, elaborada no debate social e nas práticas do cotidiano ao longo da história. Muitas vezes aquilo que hoje consideramos natural já foi condenado em outro tempo, ou vice-versa. As noções de gênero e sexualidade vêm sofrendo mudanças, passando a admitir exceções, ou melhor, a incorporar a diversidade sexual.

Estudiosos afirmam que nossa sexualidade é produto de condições históricas específicas e que o sentido de gênero é principalmente construído e não determinado biologicamente. A expressão da sexualidade é influenciada pela tradição, cultura, economia, propriedade de terra, número de mulheres em idade de procriar, princípios éticos, tudo que se pode chamar de estrutura político-social de uma sociedade. Não existe definição única para a sexualidade humana, nem um padrão. A experimentação de diversas formas de expressão de novas sensações e prazeres não necessariamente irá definir a identidade sexual da pessoa ao longo de sua vida.

A diversidade sexual é um termo utilizado para definir as múltiplas expressões da sexualidade. Não existe um padrão que possibilite definir o envolvimento afetivo e sexual de um indivíduo em relação ao outro. Como explica Torres (2010), entender a diversidade sexual a partir do contexto sócio-histórico nos permite reconhecer que muitas vezes repetimos formas de discriminação até mesmo sem perceber. Rubin e Butler (2003a) apontam inclusive a necessidade de conhecer as questões da diferença e da variedade sexual para questionar uma compreensão da heterossexualidade como única possibilidade da sexualidade.

2.1 Masculinidade hegemônica e heteronormatividade

As práticas sexuais foram naturalizadas e utilizadas para controlar o corpo dos sujeitos, restringindo suas possibilidades de expressão da diversidade sexual. A normatividade da sexualidade nos países ocidentais considera como legítimas as relações conjugais monogâmicas heterossexuais. Dessa norma segue-se uma infinidade de implicações, dentre as quais se destaca o padrão de arranjos familiares formado por mulher, homem e filhos e as relações de parentesco baseadas nos laços de sangue (SILVA, 2010).

As representações destas relações são chamadas de heteronormatividade⁹, cuja base fundadora é a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003a). Tal heteronormatividade se complexifica quando associada a outros marcadores sociais como raça, cor, orientação sexual, classe e idade, resultando em valores sociais que assumem uma hierarquia, produzindo relações sociais de desigualdade bem como masculinidades, feminilidades, sexualidades e arranjos familiares periféricos (VEIGA, DARDE, 2009, p. 03).

A heteronormatividade está assentada em um sistema binário, dicotômico de categorização e pressupõe dois modelos estritamente definidos com base na genitália: é macho ou fêmea. Disso decorrem comportamentos esperados para o masculino e para o feminino, pautados em uma *heterossexualidade compulsória* (supostamente biológica, portanto, natural, dada pelo corpo) que conduz o desejo em direção ao sexo oposto.

A categoria gênero é conformada por duas proposições fundamentais: "[...] é o elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1990, p.16). De acordo com Bonetti (2000), esta definição é fundada em concepções cultural e historicamente situadas, partindo de significantes disponíveis na cultura, que são apropriados e aos quais se lhes atribuem sentido. O conceito de gênero refere-se aos significados atribuídos a feminilidades e masculinidades, bem como à atribuição de valores empenhados nas mais diversas relações sociais, com potencial de criar relações de desigualdade (VEIGA, DARDE, 2009, p. 04).

São valores hierarquizados socialmente na heteronormatividade. Criamos uma violência simbólica quando reificamos determinadas características como exclusivas de um gênero específico. O discurso sobre gêneros pode se assumir como uma faceta da violência, por se apresentar como real, natural, binário e hierarquizado (PINTO, 2004).

Inicialmente, nas pesquisas sobre gênero, pouco esforço foi feito para examinar a masculinidade, a experiência de ser homem ou a formação das identidades masculinas. Os sociólogos estavam mais preocupados em entender a opressão exercida pelos homens em relação às mulheres e o seu papel na manutenção do patriarcado. Desde os anos 80, contudo, uma maior atenção tem sido direcionada ao estudo crítico dos homens e da masculinidade, devido às mudanças que afetaram o papel de homens e mulheres nas sociedades industrializadas. Esta mudança na sociologia do gênero e sexualidade levou a uma nova ênfase no contexto das relações de gênero, as interações sociais entre

⁹ Termo cunhado em 1991 por Michael Warner no texto *Introduction: fear of a queer planet*, Social Text 29: pág. 3-17.

homens e mulheres. O interesse está em entender como as identidades masculinas são construídas e que impacto elas têm nos papéis e comportamentos dos homens.

Duas das mais completas descrições teóricas de gênero são *Gender and Power* (1987) e *Masculinities* (1995), de R. W. Connell. Sua abordagem do gênero integrou os conceitos de patriarcado e masculinidade na teoria das relações de gênero. Segundo a autora, as masculinidades são uma parte crítica da ordem do gênero e não podem ser entendidas separadamente dessa ordem, ou das feminilidades que as acompanham. Connell (1987, 1995) preocupa-se com o modo pelo qual o poder social exercido pelos homens cria e sustenta uma desigualdade de gênero. Nas sociedades capitalistas ocidentais, as relações de gênero são ainda definidas pelo poder patriarcal, desde um nível individual até o institucional. Nesse sentido, vários tipos de masculinidade e feminilidade estão organizados em torno de uma premissa central: a dominação dos homens sobre as mulheres.

As relações de gênero são o produto das interações e práticas diárias em que as vidas das pessoas estão diretamente ligadas a arranjos sociais coletivos, os quais acabam por ser reproduzidos de geração em geração, mas estão sujeitos a mudanças. Três aspectos interagem na formação da ordem do gênero social – padrões de relações de poder entre masculinidades e feminilidades que se encontram disseminados na sociedade. Esses aspectos são partes distintas, porém inter-relacionadas, que trabalham juntas e mudam em relação a outra, representando as dimensões principais em que as relações de gênero são construídas e restringidas:

- a) trabalho: refere-se à divisão sexual do trabalho, tanto dentro de casa (tais como responsabilidades domésticas e cuidado da criança) como no mercado de trabalho (questões como segregação ocupacional e pagamento desigual);
- b) poder: opera através das relações sociais, ex.: autoridade, violência e ideologia nas instituições, o Estado, a vida doméstica, a vida militar;
- c) catexis: preocupa-se com a dinâmica nas relações íntimas, emocionais e pessoais, incluindo casamento, sexualidade e criação dos filhos.

Connell (1995) usa o termo regime de gênero para se referir ao papel das relações de gênero em ambientes “menores”, como, por exemplo, uma instituição específica (uma família, uma vizinhança, a escola e um estado podem ter seus próprios regimes de gênero). O autor acredita que há muitas expressões diferentes de masculinidade e feminilidade, que, em determinado nível social, são versões contrastantes que acabam por serem ordenadas numa hierarquia que está orientada em

torno da premissa de dominação dos homens sobre as mulheres: uma masculinidade hegemônica ocupa o topo da hierarquia, exercendo domínio sobre outras masculinidades e feminilidades na sociedade. O conceito de hegemonia compreende a dominação social de certo grupo, exercido não através da força bruta, mas por uma dinâmica cultural que se estende à vida privada e ao terreno social. Assim, mídia, educação e ideologia podem ser canais pelos quais essa hegemonia é estabelecida.

A masculinidade hegemônica é associada primeira e principalmente com a heterossexualidade e o casamento, mas também com autoridade, trabalho remunerado, força e dureza física. Essa masculinidade hegemônica é exercida por poucos homens na sociedade. Entretanto, um grande número de homens obtém vantagem dessa masculinidade hegemônica dominante na ordem patriarcal, corporificando, desse modo, uma masculinidade cúmplice.

Muitas masculinidades e feminilidades subordinadas estão numa relação de subordinação à masculinidade hegemônica. Entre as masculinidades subordinadas, destaca-se a masculinidade homossexual. Numa ordem de gênero, o homossexual é visto como uma oposição ao “homem real”, não se equacionando a esse ideal e corporificando muitos dos traços “desfeitos” da masculinidade hegemônica. A masculinidade homossexual é estigmatizada e encontra-se no fundo da hierarquia de gênero para os homens.

O autor argumenta que as feminilidades são todas formadas em posição de subordinação à masculinidade hegemônica. Uma forma, porém, é um importante complemento: a feminilidade enfatizada. Essa feminilidade está orientada para acomodar os interesses e desejos dos homens e é caracterizada por cumplicidade, fomento e empatia. Entre as mulheres jovens, está associada com a receptividade sexual, enquanto entre as mulheres mais velhas implica maternidade. Connell (1995) enfatiza que essa feminilidade é altamente valorizada na mídia, publicidade e campanhas de marketing.

Por último, existem as feminilidades subordinadas, que rejeitam a visão da feminilidade enfatizada. A atenção dada à manutenção dessa feminilidade (que complementa a masculinidade hegemônica) a fim de mantê-la como a norma na sociedade acaba por fazer com que as feminilidades subordinadas (que resistem a essa convenção) não tenham voz. Mulheres que desenvolveram identidades e estilos de vida não-subordinados incluem feministas, lésbicas, solteiras, parteiras, bruxas, prostitutas e trabalhadoras braçais. As experiências dessas feminilidades resistentes, todavia, são

amplamente “excluídas” da história. Apesar de estabelecer uma hierarquia de gênero organizada, Connell (1995) rejeita a idéia de que as relações de gênero são fixas e estáticas. Contrariamente, o autor acredita que essas relações são o resultado de um processo contínuo e, portanto, abertas à mudança e ao desafio. Connell (1995) sugere que a sociedade ocidental está na presença de fortes tendências à crise de gênero, que podem assumir três formas:

- a) A crise da institucionalização: instituições que tradicionalmente deram suporte ao poder dos homens (família e estado) estão sendo gradativamente minadas. A legitimidade da dominação do homem em relação à mulher está sendo enfraquecida pela legislação do divórcio, violência doméstica e estupro, além de questões econômicas como impostos e pensões;
- b) A crise da sexualidade: a heterossexualidade hegemônica está menos dominante do que já foi. A heterossexualidade masculina está sendo pressionada pela crescente força da sexualidade das mulheres e da sexualidade gay;
- c) A crise da formação do interesse: há novas bases para os interesses sociais que contradizem a ordem de gênero existente. Os direitos das mulheres casadas, os movimentos gays e o crescimento de atitudes antissexistas entre os homens ameaçam a ordem corrente.

Connell (1995) argumenta que as ações dos indivíduos e dos grupos podem trazer mudanças na ordem do gênero. Essas tendências à crise já existentes podem ser exploradas a fim de levar à erradicação da desigualdade de gênero.

A partir dessa perspectiva pode-se entender que o gênero é uma “[...] identidade tenuamente construída através do tempo por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos e estilos” (BUTLER, 2003a, p. 200). Porém, se os atributos de gênero são performativos e não uma identidade pré-existente, a postulação de um “verdadeiro sexo” (Foucault, 1995) ou de uma “verdade sobre o gênero” revela antes uma ficção reguladora. Além disso, se para que essa ficção permaneça é necessária uma repetição reiterativa, podemos pensar que a aproximação de um ideal de gênero – masculino ou feminino – nunca é de fato completa, e que os corpos nunca obedecem totalmente às normas pelas quais sua materialização é fabricada. Nesse sentido, é justamente pelo fato de a instabilidade das normas gênero estarem abertas à necessidade de repetição do mesmo que a lei reguladora pode ser reaproveitada numa repetição diferencial.

A masculinidade hegemônica – ditada pela heteronormatividade - significa uma posição de autoridade cultural e liderança, mas não é totalmente dominante, uma vez que outras formas de masculinidade persistem ao lado dela. E é hegemônica não exatamente em relação a outras masculinidades, mas em relação à ordem de gênero como um todo (CONNELL, 1995).

Korin (2001) observa que o modelo hegemônico das representações sobre masculinidades costuma ser visto como o “normal”, a ponto de muitas pessoas crerem que suas características e as condutas por eles prescritas sejam “naturais”. Essa naturalização faz com que as representações sobre a masculinidade hegemônica se ancoram no discurso biologizante, classificando-se como biologicamente desencaminhados aqueles homens cuja aparência física, inclinação sexual ou conduta destoem do hegemonicamente estabelecido. A masculinidade hegemônica constrói-se não apenas em oposição ao feminino, mas também em oposição a outras formas de masculinidade e que “tornar-se masculino pode implicar na combinação de uma heterossexualidade compulsória associada à homofobia e a misoginia.

O corpo, como diz Louro (2000), serve de ancoragem para a identidade. Observando-o aparentemente, deduz-se identidade de gênero, sexual ou étnica. Essa dedução muitas vezes é equivocada, pois o processo de identificação e o próprio corpo ultrapassam as marcas biológicas: “Os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados” (LOURO, 2000, p. 14).

Aceitando a ideia de que um corpo só se torna viável dentro da cultura depois que identificado seu ‘sexo’ e se pensarmos com Butler (2003a, p. 154) que “[...] as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”, logo entenderemos que qualquer corpo inteligível já é, por isso mesmo, ‘heteronormativo’. Ou melhor, esse corpo inteligível já possui permissão e condição de existência porque se inseriu dentro da lógica heteronormativa. Se o corpo mantém-se em posição central para a inteligibilidade dos indivíduos e se hoje fizemos tudo pelo corpo, para o corpo e no corpo, “[...] treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam” (LOURO, 2007, p. 15).

É bem verdade que as marcas dos corpos nos confundem, nos enganam, algumas vezes questionam a própria lógica que as faz viáveis. Foucault (2001, p.71) traz a figura do monstro como aquele que “[...] combina o impossível com o proibido. O monstro é o próprio princípio da inteligibilidade”. Então, lá onde existe a viabilidade do corpo também existe a possibilidade de sua confusão, de sua contestação e de sua transgressão. Entre os corpos viáveis e os corpos transgressores existe um abismo densamente povoado de corpos monstruosos, de corpos a serem corrigidos, de corpos dóceis e de corpos de sucesso.

Se, como nos diz Foucault (2001), o corpo monstruoso preferido dos Iluministas dos séculos XVIII e XIX era exatamente o do hermafrodita, e se, como nos dizem PocaHy e Nardi (2007), para a sociedade contemporânea o corpo de sucesso seria produto de “[...] um referente único e regulatório da experimentação da sexualidade marcado por condutas sociais ‘comportadas’ de sujeitos de ‘sucesso’, ‘dóceis’, ‘limpinhos’, brancos e intelectualizados” (POCAHY e NARDI, 2007, p. 58), podemos constatar que a heteronormatividade tem sido a condição primeira de inteligibilidade e de confusão de fronteiras ao mesmo tempo em que desempenha funções de hierarquização dos corpos e de suas materialidades.

A manutenção deste padrão normativo de masculinidade não exclui o discurso sobre a homossexualidade, e sim a torna excêntrica, exótica, transformando-a em um “estilo de vida” da minoria da população, reforçando a hegemonia da norma heterossexual. É um discurso discriminatório porque reforça a heteronormatividade também no momento em que leva os homossexuais a quererem aderir a normas e valores entendidos como heterossexuais, como o “casamento” e adoção de crianças. E é justamente a hierarquização desses atributos, associados a outras marcas identitárias, tais como classe e raça, que contribui para o estigma dos homossexuais.

A heteronormatividade cria um ambiente de tolerância em relação às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais¹⁰ por grande parte da sociedade a partir da domesticação da homossexualidade, o que significa levar os homossexuais a pensarem e se comportarem como heterossexuais. Referindo-se às estratégias *normalizadoras* da mídia, Seffner (2006) afirma que:

¹⁰ Existem outros modos de fazer referência às várias expressões da sexualidade, que se relacionam a grupos e movimentos sociais. Nenhum deles, contudo, abarca a variedade que as letras dessa sigla revelam. Além disso, considerando que as palavras orientam de modo decisivo as ações, os afetos, as políticas públicas, essa sigla pode ser ampliada e incluir sexualidades ainda não nomeadas (TORRES, 2010).

[...] a sociedade busca *normalizar* (grifo do autor) gays, lésbicas e travestis, insistindo na inclusão daqueles que são monogâmicos, daqueles que mantêm uniões estáveis, daqueles que revelam possuir boa condição econômica, enfim, dos que se esforçam por parecer *normais* e são bem comportados. [...] Entre as lésbicas, a situação não é diferente, com o claro prestígio daquelas que são discretas, bem-sucedidas, decididas e empreendedoras sem perder a feminilidade (SEFFNER, 2006, p. 30).

Acreditamos que seja por meio do entendimento acerca da hierarquização de atributos (raça, gênero, classe social etc.) que se poderá compreender tanto os valores sociais quanto as concepções de gênero que se constituem nas práticas sociais e que acabam contribuindo para a heteronormatização da nossa sociedade, sendo, portanto, fundantes das desigualdades entre sujeitos construídas historicamente (SILVA, 2010).

A teoria *queer* vem desconstruindo a oposição binária heterossexualidade/homossexualidade existente dentro do padrão heteronormativo. *Queer* pode ser traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Butler (2003a), a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado àqueles a quem é dirigido. Este termo é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização. (LOURO, 2001). A teoria se estruturou em torno dos anos 1990, constituída por integrantes com pensamentos diversificados. Esses pensadores partiram da construção discursiva das sexualidades apresentadas por Foucault (1985) e adotaram a proposta de desconstrução do filósofo francês Jacques Derrida.

Como observa Louro (2001), a desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Para os teóricos *queer*, a oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, onipresente na cultura ocidental moderna, poderia ser efetivamente criticada por meio de procedimentos desconstrutivos. Ao concebermos a sexualidade no plural, estamos reconhecendo as diferenças de orientações ou preferências sexuais, possibilitando que sujeitos diferentes se vejam como interdependentes e não opostos.

A sexualidade não aponta para nenhuma forma de liberdade, pois ela é um dispositivo histórico do poder que opera inserindo cada um em uma identidade controlada pelo Estado e, cada vez mais, controlada pelo mercado. Miskolci (2011)

defende que tomar como dado o que somos em uma luta política é uma forma ingênua de lidar com o regime de poder no qual estamos inseridos.

No caso das homossexualidades, é temeroso ignorar que o próprio binário hetero-homo é, por si mesmo, uma jaula de ferro a partir da qual somos impelidos para jogos de poder fadados a impedir qualquer liberação. Uma política mais arguta com relação à forma sofisticada e insidiosa como as relações de poder se dão em nossa sociedade a partir de uma crítica da identidade, o questionamento do que dizem que somos e a reflexão sobre o que podemos querer (MISKOLCI, 2011, p. 52-53).

Uma das expressões mais marcantes da heteronormatividade é “homofobia”, termo que vem sendo utilizado largamente no contexto dos movimentos LGBT, e *queer*, para indicar o ódio e a aversão aos homossexuais e a todas as outras manifestações da sexualidade não hegemônicas. É importante ressaltar que o termo “homofobia”, apesar de ter se constituído em uma palavra de ordem que dá sentido a muitas das violações dos direitos humanos, no entanto não é isento de problemas, pois “fobia” remete o “problema” a instâncias da psique humana ou ao inconsciente, amparado na ordem do não racional. Assim, seria uma forma mascarada de entender o problema da violência da norma sobre o gênero e a sexualidade na esfera do indivíduo.

Welzer-Lang (2001) propôs que se definisse a homofobia como a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. Ele explica que, na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal.

O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, de não reproduzir esta divisão (ou, o que é pior, de recusá-la para si próprios), a dominação masculina produz homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre os esquemas ditos normais da virilidade.

Mas estaríamos enganados se limitássemos esse quadro de exclusão que cria o heterossexismo apenas à homossexualidade. Toda forma reivindicada de sexualidade que se distingue da heterossexualidade é desvalorizada e considerada como diferente da doxa de sexo que se impõe como modelo único. O mesmo acontece com a bissexualidade, as sexualidades transsexuais etc. (WELZER-LANG, 2001, p. 468).

A noção de homofobia, como vem sendo utilizada nos contextos LGBT e *queer*, representa todas as formas de desqualificação e violência dirigidas a todas e todos que não correspondem ao ideal normativo de sexualidade. E podemos manter a expressão para demonstrar diferentes formas de discriminação e outras violências contra prostitutas, transexuais, lésbicas e bissexuais. Existe já uma alternativa para fugir da deriva psicologizante do termo e mais coerente que seria a utilização da expressão “heterossexismo”, entretanto, aqui ainda utilizaremos o termo consagrado politicamente no interior dos movimentos sociais e em consonância com Daniel Borillo e Didier Eribon, autores que vêm utilizando o termo para expressar aquilo que embala o ódio, a repulsa e a aversão, hierarquizando vidas. A homofobia é, do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o anti-semitismo, uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como o contrário, inferior ou anormal, referindo-se a um prejulgamento e ignorância que consistem em acreditar na supremacia da heterossexualidade.

Em termos políticos, a perspectiva *queer* constitui uma proposta que se baseia na experiência subjetiva e social da abjeção como meio privilegiado para a construção de uma ética coletiva. Como afirma o autor, ao invés de celebrar o Orgulho Gay, propõe partir da experiência social da vergonha como meio pra trazer ao discurso as formas como nossa sociedade construiu a fronteira entre a aceitação e o rechaço social com eixo na sexualidade. Tal possibilidade contrasta com as bandeiras hegemônicas que tem como objetivo a assimilação via normalização para alcançar a igualdade política, como a obtenção de direitos como o casamento civil e a adoção de crianças.

Seffner (2011) afirma que quanto mais direitos o movimento LGBT conquista, mais conformamos certo modelo “correto” e “aceitável” de ser gay, lésbica, travesti, transexual etc. A distância que separa a obtenção de direitos e a normalização da população LGBT é pequena. Porém, não podemos negar a importância do movimento identitário homossexual na luta por visibilidade e conquista de direitos civis, como veremos a seguir.

2.2 Do movimento homossexual à população LGBT

Até o século XIX, não havia, do ponto de vista lingüístico, termos para categorizar as orientações sexuais. Isso ocorreu, inicialmente, quando se nomeou essa prática afetivo-sexual e, a partir daí o seu oposto, a heterossexualidade. A denominação homossexualidade surgiu com o propósito de tratar como doença a não-conformidade

sexual, para se referir às relações eróticas entre pessoas do mesmo sexo. A expressão heterossexualidade surgiu um pouco depois.

As representações da homossexualidade foram historicamente construídas por instituições regulatórias das relações sociais, tais como a religião (subversão da lei divina), o Estado (repressão) e pelas ciências médicas e psicológicas (patologização). São essas instâncias que constroem discursos que atribuem um caráter desviante, anormal e patológico à homossexualidade.

A prática homossexual era um modelo comum em diversas tribos pré-históricas e em povos como os egípcios, os gregos, os romanos e os indianos. Havia uma adoração à sedução de um jovem, ao culto da prostituição masculina, ao falo. Porém a visão da sociedade quanto à identidade sexual começou a mudar quando a igreja relacionou a moralidade com a conduta sexual, criando uma tradição que proibia qualquer forma de relação sexual que não fosse entre homem e mulher com o objetivo da procriação, assim como Adão e Eva. A perspectiva cristã caracteriza grande parte do discurso contemporâneo sobre a sexualidade, o qual se coloca contra a diversidade sexual. Para o Catecismo da Igreja Católica, os “atos de homossexualidade” são contrários à lei natural, intrinsecamente desordenados, e em nenhum caso podem ser aprovados. Evocam-se as Sagradas Escrituras que os consideram graves depravações. As pessoas homossexuais devem ser acolhidas e nunca discriminadas injustamente, mas são chamadas a viver a continência sexual permanente.

A noção de uma sexualidade má, errada, suja, entre outras formas de depreciação, tem sua origem em noções que vão passando de geração a geração sem serem questionadas. Criou-se, assim, um imaginário que definia a figura dos homossexuais, entre outros que exerciam práticas sexuais fora da finalidade de procriação, como pessoas moralmente desordenadas. Desse modo, para muitos indivíduos e grupos, explica Torres (2010), é inconcebível reconhecer e nomear a variedade das práticas sexuais humanas. Geralmente essa variedade é tomada como perversão, imoralidade etc. Tal visão configura a matriz heterossexista (BUTLER, 2003a) do Ocidente, de acordo com a qual somente o modelo heterossexual cristão é válido.

Desde sua invenção médico-legal em fins do século XIX, a homossexualidade representou uma suposta ameaça à ordem. Como relata Miskolci (2007), uma prática sexual estigmatizada, a sodomia, passou a ser encarada como o cerne de um desvio da normalidade e o recém-criado homossexual tornou-se alvo de preocupação por encarnar

temores de uma sociedade com rígidos padrões de comportamento. Por trás dos temores de degeneração sexual residia o medo de transformações profundas em instituições como a família. Considerava-se que a então chamada “inversão sexual” constituía uma ameaça múltipla: à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre o homem e a mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo. Essas razões levaram os saberes psiquiátricos e as leis a colocarem o homossexual no grupo dos desviantes, ao lado da prostituta, do criminoso nato e daquele que talvez fosse seu parente mais próximo: o louco.

Não tardou para que todos aqueles que se relacionavam sexual e amorosamente com pessoas do mesmo sexo se encaixassem na categoria socialmente criada do homossexual, como explica Miskolci (2007). Muitos o fizeram pelo diagnóstico psiquiátrico, alguns pela sanção penal e a maioria pela incorporação dessa invenção médico-legal como meio de auto-identificação. A armadilha identitária estava pronta e saberes e práticas contribuíam para que uma criação psiquiátrica se tornasse uma identidade social reconhecível e eminentemente sexualizada, pois como bem observou Foucault:

Nada daquilo que ele [o homossexual] é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém, como natureza singular (FOUCAULT, 1985, p.43).

Segundo Miskolci (2007), três grandes estigmas marcaram a identidade homossexual: sexualidade, loucura e crime.

A partir desse triplo estigma foram aplicadas práticas sociais disciplinadoras como o internamento, a terapia e a prisão. Saberes e práticas se uniam em busca da “cura” ou reabilitação desses indivíduos. Dominava a percepção de que a homossexualidade era a prova visível de uma natureza sexual degenerada. Ainda que se criassem tratamentos ou formas de “reeducação”, prevalecia a crença de que aqueles indivíduos não tinham solução e, como degenerados, só podiam suscitar pena diante do destino que os esperava (MISKOLCI, 2007, p. 105-106).

A partir do episódio de *Stonewall*¹¹ em Nova York no ano de 1969 o discurso deixou de ser réplica. Neste contexto, a denominação “homossexual” foi colocada em

¹¹ Stonewall Inn era um bar freqüentado por gays em Nova York, onde, em 28 de junho de 1969, houve diversos conflitos entre a polícia e os freqüentadores do local, que resistiram às prisões e arbitrariedades

xeque e, desde então, compete com outras, menos estigmatizadas e politicamente mais engajadas. A despatologização e descriminalização se deram associadas a um processo de politização da identidade, a qual passou a ser denominada predominantemente de gay. O termo gay se opunha ao psiquiátrico homossexual de forma irreverente, pois gay (alegre) aludia à moral duvidosa que a sociedade atribuía a mulheres independentes, particularmente as viúvas. Assim, o movimento se autodenominava ressaltando o que residia por trás do estigma socialmente atribuído a seus membros: uma vida fora da ordem sexual vigente.

Em seu estudo sobre a construção histórica da homossexualidade no Brasil, Fry e MacRae (1983) descrevem três sistemas taxonômicos que estariam diferencialmente disseminados no país segundo as distintas classes sociais. No primeiro deles, a hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual vs. feminilidade/passividade sexual, englobaria de forma sistemática todas as identidades sexuais. A categoria “homem”, nesse caso, abarcaria todos os indivíduos do sexo masculino que supostamente mantivessem posição “ativa” em relações sexuais com mulheres ou homens, indiferentemente. Homens sexualmente “passivos”, tratados como “bichas”, “viados” etc., seriam percebidos como uma espécie de híbridos, nos quais atributos anatômicos masculinos se misturariam a características de gênero femininas (as famosas almas femininas em corpos masculinos).

O segundo modelo teria sido formulado, sobretudo, por médicos e psiquiatras e, nele, orientação sexual e gênero se desarticulam progressivamente. Nos seus termos, os homens que mantivessem relações sexuais com outros homens seriam considerados “homossexuais”, não importando mais a posição “ativa” ou “passiva” que assumissem no coito. Aqui, certa hierarquia se manteria, mas com base na oposição normalidade/anormalidade-doença, sendo a homossexualidade um desvio doentio ou anômalo em relação à heterossexualidade, instituída em norma.

Por fim, historicamente derivado do segundo modelo, o terceiro representaria uma espécie de reação a ele. Mantendo a disjunção entre orientação sexual e gênero e apoiando-se no dualismo hetero/homossexualidade, apenas alteraria o valor dos termos, contestando o estigma de anormalidade ou doença atribuído à homossexualidade. Assim, teríamos um modelo hierárquico (o primeiro) e um modelo igualitário (o último)

de construção das identidades e categorias sócio-sexuais, mediados pelo modelo médico-psicológico (CARRARA e SIMÕES, 2007).

A construção da representação da homossexualidade no Brasil nas últimas décadas deve ser compreendida também a partir da conjunção de diversos fatores políticos, econômicos e sociais. Processos como a industrialização e urbanização, além da consolidação da sociedade civil, que ocorreram a partir do final da década de 1970, tiveram um impacto na vida dos brasileiros. Essas mudanças influenciaram o aparecimento de estilos, identidades e comunidades sexuais no Brasil de forma bastante tangível. Como enfatiza Parker (2002, p.294), “[...] o capitalismo e a vida gay têm estado intimamente ligados”. Comunidades gays e subculturas homoeróticas foram se estabelecendo nas mais diversas regiões do Brasil como resultado dessa interação entre sistemas sociais e culturais e forças econômicas e políticas generalizadas. Os gays são vistos, principalmente, pelo poder de compra que detêm, e atraem cada vez mais empresas interessadas em explorar novos nichos de mercado.

O movimento homossexual nasceu como movimento social organizado no Brasil há pouco mais de 30 anos. Foi no final da década de 1970 que a ditadura militar começou um processo gradual de abertura política, o qual criou condições para o florescimento desses novos atores políticos¹². Mas essa época não se caracterizou somente pelas discussões que opunham os que consideravam que a questão das “minorias” (negros, índios, mulheres, homossexuais) deveria estar subordinada (ao menos em uma primeira etapa) à questão mais ampla da democratização do país e da revolução social. Como registrou claramente MacRae (1990), em seu trabalho sobre o grupo Somos/SP, o primeiro movimento homossexual brasileiro esteve também profundamente dilacerado quanto a se constituir ou não em torno de uma identidade homossexual. Havia naquele momento uma grande inquietação quanto à possibilidade de essencialização (ou “reificação”, para usar uma expressão mais comum à época) da oposição hetero/homossexualidade e da conseqüente instituição de novas formas de rotulação, estigmatização e marginalização. Antes da redemocratização na década de 1980, a homossexualidade no Brasil era um tema secundário nos meios de comunicação e tratado como proibido para menores de 18 anos nos cinemas, invisíveis nas novelas

¹² Um marco no amadurecimento político dos movimentos sociais foi o lançamento em 1979 do jornal *O Lâmpião da Esquina*, no Rio de Janeiro, que abordava a homossexualidade em seus aspectos políticos, existenciais e culturais. O desenvolvimento do jornal acarretou o início de um desconforto na sociedade, que apenas enxergava o homossexual como objeto de escárnio, e passou a ouvir a voz desse indivíduo. O jornal foi extinto em 1981 acusado de contrariar a “moral e os bons costumes” (MELO, 2010).

brasileiras e restrito à editoria de polícia. Em 1980, em São Paulo, realizou-se o primeiro encontro brasileiro de Homossexuais Organizados (EBHO).

Pouco a pouco se constrói a ideia de uma comunidade homossexual. Conforme Spargo (apud Louro, 2001)¹³, ao final dos anos 70, a política gay e lésbica abandonava o modelo que pretendia a libertação através da transformação do sistema e se encaminhava para um modelo que poderia ser chamado de “étnico”. Gays e lésbicas eram representados como "um grupo minoritário, igual mas diferente"; um grupo que buscava alcançar igualdade de direitos no interior da ordem social existente. Afirmava-se, discursiva e praticamente, uma identidade homossexual.

A afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava numa disputa quanto às formas de representá-la. Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações 'positivas' de homossexuais. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política. O dilema entre “assumir-se” ou “permanecer enrustido” (no armário) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade. Na construção da identidade, a comunidade funciona como o lugar da acolhida e do suporte. Portanto, para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo se 'assumisse', isto é, revelasse seu 'segredo', tornando pública sua condição.

Se nos anos de 1970 “sair do “armário” parecia necessário para combater a vergonha e construir o movimento homossexual, na década seguinte, afirmar a existência de uma identidade gay foi importante para a demanda por políticas estatais. Porém, como explica Miskolci (2011), sair do armário se revelou um privilégio daqueles que tem condições materiais e simbólicas para isso. Também ficou perceptível que assumir uma identidade sexual não traz só vantagens, principalmente pessoas em contextos morais rígidos e violentos.

Na década de 1980, a sociedade brasileira se deparou com o drama da epidemia de HIV/Aids, bem em meio à redemocratização do país, quando o movimento sanitário conseguiu adentrar no Estado, criando um ambiente mais acolhedor às demandas dos movimentos sociais e uma sensibilidade para a urgência instaurada pela epidemia. Assim, o movimento homossexual foi bem-sucedido no diálogo com o Estado para auxiliar na criação de um programa nacional de prevenção e tratamento da Aids

¹³ SPARGO, Tamsin. *Foucault and Queer Theory*. Nova York: Totem Books, 1999.

(MISKOLCI, 2011). O combate à doença também acarreta um deslocamento nos discursos a respeito da sexualidade, agora os discursos se dirigem menos às identidades e se concentram mais nas práticas sexuais (ao enfatizar, por exemplo, a prática do sexo seguro).

Esse contexto, no entanto, também teve conseqüências negativas, pois a epidemia inicial do HIV/Aids teve o efeito de repatologizar a homossexualidade em novos termos, contribuindo para que certas identidades, vistas como perigo para a saúde pública, passassem por um processo de politização controlada. A classificação de “grupos de risco” (que incluía homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis) estigmatizou ainda mais os homossexuais como sujeitos criminosos (aqueles que “passam” o vírus aos outros) e doentes (por conta do vírus HIV). Por outro lado, lembra Simões e Facchini (2009), esse período marcou o aumento da cooperação entre organização não-governamentais e o Programa Nacional de Aids, que alteraram substancialmente o campo de trabalho das organizações da sociedade civil relacionadas ao movimento homossexual.

Mendes (2011) explica que, nesse contexto de redemocratização, abertura política, nova Constituição Federal, eleições diretas e anistia política, os meios de comunicação foram pautados em torno do tema da Aids e, em conseqüência, passaram a falar mais de atitudes, comportamentos e culturas de gays, travestis e bissexuais, população que na época era reconhecida como “grupos de risco”. O novo ativismo, pautado na construção do Programa de Aids do Brasil e das ONGs de solidariedade às pessoas com HIV/Aids, introduziram a questão dos direitos humanos e da diversidade humana, especialmente a sexual no Brasil.

Em relação à sociedade brasileira, Trevisan (2004) comenta que, devido à Aids, foi ampliada a discussão a respeito da homossexualidade. Diante da expansão da doença e de sua associação com a homossexualidade, a metáfora de que a homossexualidade “pega” quase deixou de ser metáfora. A homofobia mostrava-se com toda sua cruzeza. A partir desse momento, segundo ele, além de se tornar mais evidente o desejo homossexual, ocorreu uma espécie de “efeito colateral da epidemia sexualizada”: a deflagração de uma “*epidemia* de informação”. Para ele, o vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o *outro*, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão “comum”.

Porém é a partir da década de 1990 que a mídia brasileira vem recorrendo com maior frequência à questão das relações entre pessoas do mesmo sexo sintonizada com essa perspectiva em novelas, na publicidade e no jornalismo, promovendo a visibilidade aos homossexuais. Com isso, esses grupos adquirem uma voz importante para a crítica ao sistema heterossexual hegemônico e parecem deflagrar um marco histórico: a busca por um reconhecimento social, amparados num discurso de conquista da cidadania.

Deve-se ressaltar ainda que o movimento homossexual que emerge nos anos 1990 apresenta uma configuração polimorfa, abrangendo, além de grupos de orientação mais comunitarista, setores de partidos políticos, ONGs, associações estudantis e até grupos religiosos. Se, nesse contexto, as conexões intensificadas do movimento com as agências estatais e o mercado segmentado contribuem para reforçar a adesão a um sistema classificatório baseado na distinção de orientação sexual, vemos também que a multiplicação de categorias destinadas a nomear o sujeito político do movimento, manifesta na atual sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), é proposta em diálogo crítico com outras, como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), do mercado segmentado, que reelaborava a ambigüidade classificatória para ampliar o potencial de inclusão; ou HSH¹⁴ (“homens que fazem sexo com homens”), das políticas de saúde, que, talvez equivocadamente, buscavam contornar o problema da falta de coincidência entre comportamentos e identidades sexuais.

Importa salientar, de todo modo, que a tensão entre as aspirações inclusivas e pluralistas, de um lado, e a adesão compulsória à lista de identidades reconhecidas como alvo da ação do movimento, de outro, não tem levado somente a conflitos amargos e autodestrutivos, mas também a iniciativas bem sucedidas como as “Paradas do Orgulho

¹⁴ HSH fez parte de uma estratégia epidemiológica que se supunha contemplar a especificidade do contingente de homens que se relacionavam sexualmente com pessoas do mesmo sexo e não se reconheciam como “homossexuais”, “gays”, “entendidos” etc. A categoria HSH também esteve ligada à promoção do conceito de “homoerotismo” como termo preferível à “homossexualidade”, tendo em vista, conforme argumentava Jurandir Freire Costa (1992, p.11), romper com “costumes morais prisioneiros do sistema de nomenclatura preconceituoso que qualifica certos sujeitos como moralmente inferiores pelo fato de apresentarem inclinações eróticas por outros do mesmo sexo biológico”. Costa advertia que a carga de preconceito contida em termos como “homossexualidade”, “homossexualismo” e “homossexual” era de tal ordem que seu uso acarretava conseqüências éticas funestas independentemente da intenção moral de quem os usasse. De outra parte, HSH teve sua eficácia questionada por ativistas como Luiz Mott (2000, pág. 14), para quem o termo “não sensibiliza nem os ‘homens’ que transam com gays e travestis, que não consideram seus parceiros ‘homens’, mas ‘bichas’, deixando de atingir igualmente boa parcela das próprias ‘bichas e travestis’, que não se identificam como ‘homens’”. Um problema com a categoria HSH é dissolver a questão da não-correspondência entre desejos, práticas e identidades numa formulação que recria a categoria universal “homem” com base na suposta estabilidade fundante do sexo biológico, ao mesmo tempo em que permite evocar as bem conhecidas representações da sexualidade masculina como inerentemente desregrada e perturbadora (CARRARA e SIMÕES, 2007, p. 94).

LGBT”, expressões de um espaço inclusivo de atuação política por meio de uma peculiar celebração das possibilidades de convivência com a diversidade sexual.

O discurso político e teórico que produz a representação “positiva” da homossexualidade também exerce um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições. Nesse discurso, é a escolha do objeto amoroso que define a identidade sexual e, sendo assim, a identidade *gay* ou *lésbica* assenta-se na preferência em manter relações sexuais com alguém do mesmo sexo. Contudo, essa definição de identidade sexual, aparentemente indiscutível, poderia ser posta em questão.

Alguns fatores contribuíram para a diminuição do preconceito, como as mudanças de concepção da medicina e da psicologia, que deixaram de classificar a atração pelo mesmo sexo como doença e passaram a definir a homossexualidade como uma orientação sexual. A homossexualidade (ou homossexualismo, como era chamado) deixou de ser considerada doença mental desde a revisão e publicação da 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID 10) conjuntamente com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no início da década de 1990. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina, desde 1985, deixou de considerar a homossexualidade como desvio sexual. O Conselho Federal de Psicologia em 1999 promulgou uma resolução repudiando ação de profissionais da Psicologia que defendiam a “cura” de homossexuais (TORRES, 2010).

O mundo assiste hoje a um forte movimento de visibilidade dos homossexuais através, principalmente, de políticas públicas empreendidas em vários países, como a concessão de cirurgia de genitália e a adoção de crianças por casal composto por pessoas do mesmo sexo, conforme Trevisan (2004) e Green e Polito (2004). Grande parte dessas conquistas se deve à mobilização dos movimentos homossexuais em atos públicos, como as Paradas. Elas surgiram em Nova York, na década de 1970, e foram adotadas no mundo todo. Atualmente, São Paulo, com a Parada do Orgulho LGBT, detém o título de maior Parada do mundo. Entre momentos de repressão e de transgressão, o movimento LGBT tem conquistado visibilidade. Os ícones desse movimento reforçam a marcação de uma conquista de espaço na sociedade, como se

observa na bandeira do arco-íris¹⁵, o triângulo rosa que remete às memórias do holocausto, como uma marca homofóbica nazista.

Porém, a abertura de ações políticas que legitimam a diversidade sexual vem encontrando entraves para a conquista de direitos civis da população LGBT, principalmente no Legislativo, responsável pela elaboração das leis. Na década de 1990, o Projeto de Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo, de autoria da ex-deputada federal Martha Suplicy (PT-SP), foi um marco importante para a discussão da homossexualidade no País. Desde sua apresentação na Câmara dos Deputados, em 1995, o projeto desencadeou várias reações entre os brasileiros: católicos, protestantes e conservadores atacam o projeto argumentando que este legitimaria uma união imprópria que ameaça a manutenção da família.

Deparamos-nos com a mesma dificuldade encontrada em outros países com relação à aprovação do projeto, pois a cultura enraizada em nossa sociedade está ligada aos ensinamentos da igreja que eleva a homossexualidade à categoria de “pecado” e prática “anti-natural”. Desta maneira, a influência dos católicos e protestantes na visão da sociedade determinou que esta desenvolvesse uma homofobia, ou seja, uma aversão à homossexualidade.

O país com o maior número de católicos do mundo é também o que mais abriga seguidores de religiões pentecostais¹⁶. São mais de 24 milhões destes evangélicos - número que, apesar de não fazer frente aos presumidos 138 milhões de católicos que o Brasil possui, é quatro vezes maior do que a população de pentecostais dos Estados Unidos, o lugar onde esta vertente do protestantismo cristão surgiu. O país concentra a segunda maior massa pentecostal do mundo - pouco menos de 6 milhões de seguidores - , mas ainda é o que mais tem evangélicos: 44 milhões, contra 27,6 milhões no Brasil¹⁷. O crescimento vertiginoso de igrejas como Assembléia de Deus, Universal do Reino de

¹⁵ A bandeira do arco-íris lembra a lenda do pote de ouro no fim do arco-íris, como a busca de um lugar melhor, também reforçado a partir da música tema do clássico filme hollywoodiano *O Mágico de Oz*, em que o título da música “Somewhere over the rainbow” – algum lugar além do arco-íris – indica um mundo ideal, de diversidade e respeito às minorias, quase como uma utopia e causa das lutas do movimento homossexual. (RODRIGUES, André Iribure. A Parada Gay na cena GLBT: entre a luta pela inclusão social e a visibilidade política. In: Comunicação & Política, v.24, nº 3, p.27).

¹⁶ As religiões cristãs não-católicas, como as evangélicas, têm sua origem no começo do século XVI, quando um monge alemão chamado Martinho Lutero se insurgiu contra Roma. No ano de 1517, revoltado com a venda de indulgências pelo papa, Lutero escreveu suas famosas 95 teses, que pregou na porta da catedral de Wittenberg. Foi o estopim da Reforma Protestante, que se tornaria uma das mais profundas transformações sociais da história humana. Com o tempo, do tronco protestante antipapal foram brotando dezenas de denominações. A mais importante dessas subdivisões, a do pentecostalismo, criada pelo pregador negro americano William Joseph Seymour, foi uma explosão de fé. Hoje há mais pentecostais no mundo do que anglicanos, batistas, luteranos e presbiterianos somados.

¹⁷ Dados retirados da página da Revista Veja na internet: www.veja.com.br.

Deus e Renascer em Cristo nos últimos dez anos indica que metade da população brasileira pode estar convertida aos cultos evangélicos dentro de cinco décadas - um tempo bastante curto quando se fala no avanço de uma religião. As conseqüências desse crescimento são muitas, destacamos a presença de parlamentares evangélicos na Congresso Nacional¹⁸. Eles atuam principalmente nas questões relacionadas a costumes, impedindo a aprovação de projetos que “contrariam a fé cristã”. Dessa forma, eles se tornam os principais opositores aos projetos no Legislativo que garantam novos direitos civis para a população LGBT.

As conquistas dos direitos civis para a população LGBT têm acontecido através do Poder Judiciário Brasileiro, e o ano de 2011 entrou para a história com duas decisões importantes: em maio, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo; e em outubro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou o primeiro casamento civil entre duas mulheres, o que significa que já existe a brecha jurídica para que ele seja reconhecido pelo Estado. Para o movimento LGBT brasileiro, o ano de 2011 só não foi melhor porque não se conseguiu colocar em votação o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, que propõe a criminalização da homofobia, equiparando esta situação à discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero, ficando o autor do crime sujeito a pena, reclusão e multa. Como aconteceu com o projeto de Parceria Civil Registrada, o projeto enfrenta oposição de setores conservadores no Congresso e de segmentos de fundamentalistas religiosos.

Carrara (2010) analisou o processo de judicialização da política sexual brasileira ressaltando que a luta política na linguagem dos direitos tem ao menos duas conseqüências perigosas: o acesso diferencial à justiça e à sua aplicação em um país desigual como o Brasil pode fazer com que conquistas “legais” gerem resultados concretos desiguais e acessíveis apenas a uma elite e a luta por direitos também marca a definição de quem são sujeitos de direitos, o que pode resultar em uma hierarquização dos que são mais detentores de direitos do que outros. Também pode criar uma estratificação da cidadania a partir da identidade sexual.

¹⁸Nas eleições de 2010, a bancada cresceu de 46 deputados (9% do total da Casa) para 68 deputados (13,2% do total), um crescimento de mais de 50%, se comparado ao tamanho da bancada no mandato anterior. No Senado, a bancada conta atualmente com 3 representantes: Walter Pinheiro (PT-BA), Magno Malta (PR-ES) e o bispo Marcelo Crivella (PR-RJ). Se fossem comparadas às bancadas dos partidos, a Evangélica seria a terceira maior do Congresso, atrás apenas das do PT e do PMDB, e empatada com o número de parlamentares do PSDB. Dados da Frente Parlamentar Evangélica.

A persistente luta pelo reconhecimento de direitos já existentes, normalmente apoiados em identidades e estilos de vida consolidados, claramente nos leva a discriminar outros modos de ser e de existir construídos historicamente ao longo da trajetória dos indivíduos LGBT. Como aponta Seffner (2011), desta forma ser gay, por exemplo, que por muito tempo foi algo visto como uma imagem crítica da vida heterossexual masculina, hoje busca se enquadrar em atributos claramente hegemônicos da masculinidade.

Não criamos novas possibilidades de vida gay, lésbica, travesti, transexual. O que temos feito, em paralelo com a conquista de direitos, é aproximar a vida gay feliz da vida de família e do casamento, com a incorporação do homem gay viril. Já estamos quase no nível das propagandas de margarida, nas quais teremos famílias felizes de gays com filhos adotados ou obtidos por reprodução assistida (SEFFNER, 2011, p. 66).

Além de enfrentar o estigma da promiscuidade sexual, o casamento gay responderia ao temor coletivo da pedofilia, na avaliação de Miskolci (2007). A parceria civil poderia diminuir o estigma de promiscuidade, mas traria à baila a possibilidade de adoção de crianças por casais homoparentais, os quais, mesmo “casados”, não deixam de ser socialmente estigmatizados como possíveis “pedófilos”. Sobretudo, a possibilidade do casamento aponta para uma normalização das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, pois o reconhecimento estatal levaria a uma delimitação das relações aceitáveis como sendo apenas aquelas que pudessem resultar em “casamento”, o que automaticamente relegaria à ilegitimidade as relações fora dos padrões hegemônicos. Assim, o casamento constituir-se-ia em um mecanismo de normalização social poderoso e com conseqüências ainda pouco discutidas pelo movimento LGBT.

Em outras palavras, certos pânico morais marcaram não só a criação da homofobia contemporânea, como também moldaram a reação dos movimentos sociais a essas estratégias de deslegitimação social de gays e lésbicas. Não se trata de uma oposição simples entre sociedade homofóbica *versus* movimento LGBT, pois ambos se pautam pelo mesmo mecanismo de controle social para definir seus objetivos e valores no incessante processo de transformação histórica e rediscussão dos limites morais de nossa sociedade (MISKOLCI, 2007, p. 110).

Questões propostas por Miskolci (2007): Será o casamento gay o antídoto para o estigma ou a resposta socialmente esperada? Não será o casamento uma forma renovada de controle social resultante da culpabilização de gays e lésbicas pelas transformações sociais profundas pelas quais passamos nas últimas décadas? Afinal, quais temores

residem por trás desse ímpeto de enquadramento das relações amorosas em padrões normativos?

O autor aborda a questão dos pânicos morais – conceito criado na década de 1960 por Stanley Cohen - para buscar uma resposta a essas questões. Segundo ele, os pânicos morais exprimem de forma culturalmente complexa as lutas sobre o que a coletividade considera legítimo em termos de comportamento e estilo de vida. O pânico é moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um *status* valorizado como a família ou o casamento.

Em seus próprios termos, quando emerge um pânico moral:

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (COHEN, 1972, p. 9).

O conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. Este conceito se associa a outros de muitas áreas como desvio, crime, comportamento coletivo, problemas e movimentos sociais, pois permite esclarecer os contornos e as fronteiras morais da sociedade em que ocorrem. Sobretudo, eles demonstram que o grau de dissenso (ou diversidade) que é tolerado socialmente tem limites em constante reavaliação. Vivemos em uma sociedade de risco, ou seja, marcada pela percepção de que a modernidade aumenta a exposição da coletividade a perigos. A gestão ou controle dos riscos torna-se o objetivo último da coletividade e leva à criação de novas formas de controle social.

Segundo Miskolci (2007), disso resulta a percepção hegemônica de que a causa de certos problemas sociais estaria nos esforços insuficientes para controlar os “desviantes” e que a melhor solução estaria em ampliar esses esforços. Se o passado foi marcado pelo poder disciplinar tão bem descrito por Foucault (1984), em nossos dias prevalece uma forma de poder baseada no controle. Conquistas como a do movimento anti-psiquiátrico, a despatologização de certos comportamentos assim como sua

descriminalização são resultado desse processo de substituição da disciplina pelo controle. Ao invés de tratar ou prender, a sociedade encontra meios de controlar aqueles cujos estilos de vida supostamente ameaçam a normalidade social.

Para a perspectiva *queer*, uma estratégia importante é enfatizar os mecanismos que promovem injúria e abjeção, mais do que enfatizar identidades e comportamentos sociais. Para Seffner (2011, p. 76), ao falar de mecanismos e processos que produzem constantemente injúria e abjeção, podemos estabelecer produtivas alianças com outros movimentos sociais. “Podemos construir lugares de diálogo e de luta que cruzam barreiras de cor, raça, classe, religião, gênero, sexualidade etc.” O autor defende que os homossexuais precisam se unir enquanto população LGBT, mas tem que saber quebrar uma hegemonia intra-movimento gay. Poderíamos, neste caso, ter resultados mais efetivos sobre cidadania desses sujeitos marginalizados, não apenas com conquistas de direitos civis através do Legislativo e do Judiciário, mas sim o reconhecimento efetivo sobre as diversidades. Como explica Colling (2011), estamos nos concentrando quase que exclusivamente naquilo que Gamson (2002) chamou de ataque às “opressões institucionais”. Em contrapartida, damos pouca atenção ao que ele nomeou de “opressões culturais”. Para a perspectiva *queer*, enquanto a heterossexualidade não for problematizada como uma imposição, como uma construção, a homofobia e a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero não vão acabar.

2.3 Cidadania e o direito à livre expressão da sexualidade

O conceito de cidadania remonta às origens da civilização ocidental e à filosofia grega, quando as preocupações com a cosmologia¹⁹ deram lugar aos estudos dos fenômenos constitutivos da nascente *polis*, modelo das antigas cidades gregas. Assim as especulações sobre a origem e a natureza do mundo material foram substituídas pelas indagações sobre o tornar-se humano a partir do comportamento do homem habitante das cidades, isto é, o cidadão. Para os gregos, afirma Chauí (1984, p.249), “o indivíduo só existe como cidadão”, sendo a cidadania a expressão comprobatória da sua humanidade.

¹⁹ Cosmologia é o ramo da astronomia que estuda a origem, estrutura e evolução do Universo a partir da aplicação de métodos científicos.

O debate sobre cidadania se amplia nas lutas políticas que culminaram com a Revolução Burguesa, na Inglaterra de 1640; com a Declaração dos Direitos Humanos em 1776, nos Estados Unidos; e com a Revolução Francesa, em 1789. Através desta, ergue-se a bandeira do cidadão com direito à liberdade, à igualdade e à fraternidade cuja luta direciona-se para o jargão de que “todos os homens nasçam e permaneçam livres e iguais em direitos”.

Naquele momento, o que estava em questão era assegurar os direitos civis elementares, como o controle das ações dos soberanos pelos parlamentos. Portanto, desde a gênese do processo de construção da moderna república, da democracia, das proclamações por igualdade e liberdade, fica evidente o caráter ainda parcial e restrito daqueles novos direitos. São direitos de classe (dos proprietários), de gênero (dos homens) e, obviamente, dos brancos, notadamente dos europeus. Os direitos humanos são, portanto, direitos históricos e socialmente determinados.

A partir do século XIX, o desenvolvimento da noção de cidadania caracteriza-se por princípios que inspiram a tendência moderna na direção da igualdade social. De acordo com as premissas desenvolvidas por Marshall (1967) a evolução do conceito de cidadania transitou por três “elementos”, por ele denominados de civil, político e social.

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

A evolução de cada um desses direitos constitutivos da cidadania, até o reconhecimento dos mesmos como qualidades indispensáveis a uma nação, refletiu a maturação das condições históricas geradoras de cada um deles. Uma vez atingido tal amadurecimento, tratava-se de garantir a disseminação dos direitos já constituídos, consolidando-os. Marshall (1967) refere-se a essa disseminação comentando, por exemplo, o advento dos direitos políticos, que consistiu não na criação de novos direitos para enriquecer o status gozado por todos, mas na doação de velhos direitos a novos setores da população. Processos semelhantes ocorreram com os direitos civis e sociais. A idéia central é que a cidadania não é um fato dado, adquirido naturalmente, mas está

articulada com as relações de poder de luta na sociedade – por justiça e liberdade dentro de um Estado livre, soberano e laico.

Os movimentos socialistas, comunistas, trabalhistas, social-democratas, anarquistas, revolucionários e reformistas de diversas matrizes foram fundamentais em todas as lutas sociais que inscreveram conquistas e diminuíram desigualdades, assegurando aos poucos alguns direitos, mesmo que sob os limites das restritas democracias capitalistas. Esses movimentos de esquerda pautaram novos direitos sociais e econômicos, incorporando-os no contexto dos direitos humanos, que inicialmente eram apenas os direitos civis e políticos, de formulação liberal.

Um importante marco no processo civilizatório foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que se estabeleceu como um mecanismo para proporcionar condições mínimas de respeito a cada ser humano. A Declaração surgiu como uma grande carta de intenções como resposta ao genocídio que foi a Segunda Guerra Mundial. Apesar do seu efeito limitado na realidade de diversos países, a Declaração foi um marco importante por fornecer parâmetros que, supostamente, seriam aceitos internacionalmente por países e governos, mesmo que de maneira formal.

As ideais de que a dignidade humana, a liberdade, a igualdade, a democracia, a proteção ao trabalho e a não discriminação são princípios universais e inegociáveis não são suficientes para que haja significativos avanços em todo o mundo. Observa-se que, no mundo moderno, não basta ser cidadão para ter direitos e não basta ter direitos para ser cidadão. A ideia de que todos os cidadãos são iguais está limitada pela forma como eles se estabelecem diante da vida social, muitas das vezes, condicionados a privilégios de classe, cujas diferenciações estabelecem desigualdades e injustiça (CARVALHO, 2007).

Benevides (2011) explica que Cidadania e direitos da cidadania decorrem de uma determinada ordem jurídico-política de um Estado, no qual uma Constituição estabelece os controles sobre os poderes e define quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em razão de uma série de variáveis tais como idade, estado civil, condição de sanidade física e mental, fato de estar ou não em dívida com a justiça. Do ponto de vista legal, o conteúdo dos direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais. Na mesma linha, cidadania e democracia são processos. Chauí (1984) afirma que, numa democracia, os cidadãos não são apenas titulares de direitos já estabelecidos – e daí distingue a cidadania passiva – aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral da tutela e do favor - da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como

portador de direitos e deveres, mas essencialmente participante da esfera pública e criador de novos direitos.

Essa reflexão se torna mais urgente quando tratamos dos direitos civis da população marginalizada, seja pela diferença de classe social, racial ou orientação sexual. Da Matta (1987) lembra que:

As discussões em torno da noção [de cidadania] têm sido sempre de caráter jurídico-político-moral, quando ela comporta também uma dimensão sociológica básica, já que ser cidadão é algo que se aprende, e é algo demarcado por expectativas de comportamento singulares (DA MATTA, 1987, p.72).

No Brasil, Da Matta (1987) defende que a comunidade é necessariamente heterogênea, complementar e hierarquizada; sua unidade básica não está baseada em indivíduos (ou cidadãos), mas em relações e pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos. Sendo assim, “[...] o indivíduo isolado e sem relações é algo considerado como altamente negativo, revelando apenas a solidão de alguém que, sem ter vínculos, é um ser humano marginal em relação aos outros membros da comunidade” (DA MATTA, 1987, p.85).

Telles (2001) revela que a experiência brasileira inibe os processos da revolução igualitária para um mundo moderno na medida em que tem como base um mundo de hierarquias e diferenças sociais. Segundo a autora, a igualdade prometida pela legislação reproduz e legitima desigualdades, exclui sujeitos e bloqueia os direitos igualitários. A conquista da igualdade mostrou a discriminação ancorada na lógica da hierarquia onde as tradições bloqueiam a potência simbólica dos conflitos. Os conflitos são reduzidos a factualidade, percebidos como defesa corporativa de interesses. Telles (2001, p. 30-31) afirma que há “[...] uma ausência de espaço público democrático que confira visibilidade e legitimidade à diversidade de interesses e que faça circular um debate sobre a justiça que dê eco às reivindicações por direitos.”

Em nosso país, os direitos econômicos e sociais são a condição essencial para a realização das liberdades, ou seja, a condição da democracia. Dentro de uma cultura heteronormativa, que hierarquiza os sujeitos de acordo com atributos de raça, gênero, etnia, crença e sexualidade – o poder aquisitivo (ou classe social) vai determinar que alguns são mais cidadãos de direitos do que outros. O problema da cidadania e dos direitos humanos é a sua não-efetividade, como ressalta Benevides (2011), pois sua defesa dependerá sempre da institucionalização de um sistema de poder, de uma posição de poder na sociedade. A cidadania democrática pressupõe a igualdade diante da lei, a

igualdade da participação política e a igualdade de condições sócio-econômicas básicas, para garantir a dignidade humana. Castells (2007) entende que a principal batalha social dos nossos dias tem como objetivo conquistar a mente e a consciência das cidadãs e dos cidadãos, no sentido em que aquilo que as pessoas pensam condiciona a construção social da realidade, as suas relações de poder e as relações que mantêm as sociedades, ao mesmo tempo em que contestam, resistem e desconstróem o poder institucional.

Na atualidade, quando se reflete sobre o lugar social de gays e lésbicas no Brasil, o que se observa é a construção de uma nova forma de regulação da cidadania, agora por meio da definição legal de quais indivíduos podem ser sujeitos de contratos conjugais e matrimoniais socialmente reconhecidos como legítimos. A extensão da cidadania se faria pelo alargamento do leque de indivíduos socialmente autorizados a constituir o casal, a partir de valores associados a certa concepção de família, que renuncia ao imperativo da diferença sexual, mas reafirma os parâmetros de uma sexualidade domesticada em seu potencial transgressor. Manter relacionamentos amorosos, algo que nos faz intrinsecamente humanos, ainda é, em termos legais, uma prerrogativa heterocêntrica, marca da injustiça e da opressão sexual que atinge os homossexuais.

Reconhecer o casamento como a única forma de legitimar vínculos afetivos e/ou sexuais implicaria uma intolerância conservadora, que nega a legitimidade de outras modalidades de relação não-matrimonizadas. Neste sentido, o forte engajamento de gays e lésbicas em torno da luta pelo reconhecimento de amparo legal para relações afetivo-sexuais entre homossexuais aponta na direção da domesticação da insubordinação erótica tradicionalmente associada à homossexualidade. Recorrer ao Estado como alternativa de reconhecimento da legitimidade de vínculos homossexuais implicaria a redução do léxico de legitimação social da diversidade erótica, por meio da predefinição de quais indivíduos e grupos poderiam ser incorporados a um sentido de normalidade alargada.

A discussão sobre o direito à diferença que se expressa através da liberdade da escolha da orientação sexual como um direito de cidadania é particularmente relevante no caso brasileiro, pois ela é uma das marcas de como se propaga a desigualdade social, reforçando as malhas do preconceito e da discriminação ligada à orientação sexual e as condutas das performances de gênero. Butler (2003a) defende a desnaturalização do gênero como estratégia para conter a violência das verdades que o governam. A autora refuta e denuncia os pressupostos impetrados pelas interpelações cotidianas – populares

ou acadêmicas – da sexualidade que atribuem à heterossexualidade um caráter natural e evidente. Assim, a heteronormatividade, ou seja, a reiteração da norma corpo–gênero–sexualidade se constitui na regulação do gênero como forma de manter a ordem heterossexual.

No seu esforço de desnaturalização do gênero/sexualidade/desejo a autora denuncia a fragilidade constitutiva da heterossexualidade, pelo seu próprio avesso. Ou seja, as práticas sexuais ditas não normais colocam em xeque a estabilidade do gênero (por exemplo, o regramento ativo-masculino *versus* passivo-feminino no âmbito das práticas sexuais das travestis) na definição do que é ou não “normal” e por isso possível, em termos da sexualidade e de uma vida inteligível.

Apesar da evidente prática da homossexualidade na vida sexual brasileira, há uma negação de certos direitos civis e sociais para aqueles circunscritos na construção da identidade homossexual e nas relações afetivas-sexuais diversas da heterossexualidade. De fato, o não-reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo retira-lhes o pleno gozo dos direitos sociais e abre precedente para a consolidação da cidadania, como se lhes conferisse uma “cidadania relativa”.

Nos anos de 1980, os homossexuais ganham a cena política no Brasil e questionam o que é legal e ilegal. Mais que isso, põem em xeque a universalidade dos valores heterossexistas vigentes e abrem o debate sobre o dilema contemporâneo no qual se encontram as famílias, as relações de gênero, a sexualidade e os novos sujeitos de direitos, trazendo para cena novas questões e os conflitos que se inserem na complexidade que envolve o debate sobre as desigualdades sociais.

O conflito gerado pelo não-reconhecimento da legitimidade da conjugalidade homossexual esbarra em duas visões estruturantes para a questão: uma laica e outra religiosa. Do ponto de vista individual, a questão é ressaltada por Gagnon (2006), ao afirmar que: “Qualquer vida de um gay ou uma lésbica, feliz ou infeliz, assumida ou enrustida, é uma vida que foi criada e preservada, às vezes por um preço muito alto, num mundo dominado por heterossexuais e homófobos” (GAGNON, 2006, p. 165).

O não reconhecimento social e jurídico das relações amorosas e eróticas dos gays no Brasil é emblemático para se pensar o tema cidadania e sexualidade, pois aponta uma nova dinâmica política de setores organizados da sociedade, que reivindicam e demandam necessidade de liberdade e cuja agenda política aponta algumas especificidades, tais como: reconhecimento civil da união “homoafetiva”; novas possibilidades de organização familiar; necessidade do direito à adoção.

Na perspectiva sociocultural, há de se constatar uma interdição alicerçada na defesa da conjugalidade, da parentalidade e da construção das relações afetivas como possibilidade única no universo heterossexual, a chamada norma heterocêntrica (HEILBORN, 2004; LOURO, 2004). Vale ressaltar que o crescimento de tensões da vida social está incorporando na cultura as perguntas sobre as diferenças sexuais cujas respostas estão exigindo novos horizontes teóricos pautados pelas ciências sociais a partir de paradigmas não biologistas.

O constrangimento com a manifestação da homossexualidade no mundo público, por si só, mostra que a luta pela emancipação dos direitos civis e sociais das pessoas LGBT na sociedade brasileira traz à tona outra necessidade: a de se construírem novas estratégias de luta, tomando como bandeira a ideia de que todos são iguais perante a lei e diferentes diante da diversidade sexual. Nesse sentido, as associações, organizações e movimentos gays estão recriando espaços de discussão que possibilitam o debate no espaço público, abrindo caminhos para a sua emancipação, baseados em princípios democráticos de condução da sua própria história.

As análises das diferenças e dos diferentes na construção da cidadania vêm apontar para a necessidade de luta por direitos iguais, justiça e liberdade, mas também incluir o reconhecimento de que todos têm o “direito à diferença” (sexual não heterossexista). Há aqui a convicção de que, em se tratando do tema cidadania, trava-se também uma luta por legitimar as diferenças, seu valor, o respeito à diferença, o convívio com as diferenças, a defesa das identidades sexuais e a preservação das particularidades culturais com igualdade de direitos sociais, políticos e econômicos.

O movimento LGBT reivindica que o Estado laico lhes preserve os direitos civis decorrentes do estabelecimento do vínculo familiar afetivo e duradouro. Entretanto, a luta também é para que a sociedade e o Estado reconheçam e lhes assegurem direitos sociais, seja em caso de separação conjugal, seja por falecimento de um dos parceiros. Tais lutas pautam novos embates e comprometimentos políticos, pois estão intimamente associadas às exclusões econômicas, sociais e culturais.

Nesse sentido, cabe perguntar: se, por um lado, expressa-se o entendimento de que a cidadania deve ser assegurada a todos os indivíduos, por que a concepção e compreensão de que apenas os indivíduos que se enquadram em valores e práticas sociais dominantes (heterossexuais) devem ter garantidos os direitos sociais e civis incondicionais?

Essa noção consolida a ideia de espaço público, onde indivíduos interagem e negociam politicamente, lugar de disputas por poder. E quem tem o poder? Pobres, negros, mulheres e gays? Essa reflexão apresenta outra possibilidade ao debate da questão da luta por direitos: sugere que o contexto das injustiças sociais, sejam estas oriundas das diferenças e desigualdades de classes sociais, sejam oriundas das diferenças étnicas e sexistas, deveria ser entendido no contexto do debate da cidadania, de forma específica.

Para Fraser (2001), gays e lésbicas sofrem de heterossexismo: a construção autoritária de normas que privilegiam heterossexuais. Ao lado disso está a homofobia, desvalorização cultural da homossexualidade. Ao terem sua sexualidade desacreditada, os homossexuais estão sujeitos à vergonha, molestação, discriminação e violência, enquanto lhes são negados direitos legais e proteção igual – todas as negações fundamentais de reconhecimento. Gays e lésbicas também sofrem injustiças econômicas sérias; podem ser sumariamente despedidos de trabalho assalariado e têm os benefícios de previdência social baseados na família negados. Mas longe de estarem arraigados na estrutura econômica, esses danos derivam de uma estrutura cultural valorativa injusta (FRASER, 2001, p. 258).

De acordo com a autora, o alcance da cidadania plena passa pelo reconhecimento da diversidade sexual e por mudanças no paradigma que privilegia a heterossexualidade. A questão coloca o fato de que cidadania como capacidade conquistada para a potencialidade das liberdades da vida humana não passa completamente pela superação das diferenças de classes e injustiças distributivas.

O que se percebe é que a cidadania, no Brasil, tem entraves sérios baseados numa estrutura político-econômica que gera modos de exploração, marginalização e privação vividos pelos homossexuais. Há de se considerar que tal aspecto requer uma transformação para além das lutas de classe debatidas no contexto da economia política, sem desconsiderá-las. Requer também incluir o reconhecimento das injustiças de cunho cultural-valorativo, assegurando a desconstrução da norma autoritária ligada à masculinidade/heterossexualidade, que também gera violência, intolerância e injustiças. A questão não requer mudanças apenas no campo político e econômico – as normas culturais da opressão heterocêntrica estão historicamente arraigadas pela tradição patriarcal (THERBORN, 2006).

As dificuldades de reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais passam por questionar as normas culturais e religiosas vigentes na sociedade brasileira.

Primeiro, por colocarem em evidência a conjunção e aceitação legal de outro significado para a universalidade da formação da família nuclear, na medida em que questionam os simbolismos que cercam o modelo histórico familiar associado à aliança entre dois indivíduos de sexos opostos, que dizem se amar e têm o compromisso de perpetuar sua linhagem, patrimônio e vínculos socioculturais. Em segundo lugar, porque dão ênfase à ideia de que a formação da família, a conjugalidade e a coabitação entre duas pessoas não estão necessariamente atreladas à compulsória reprodução biológica e perpetuação da espécie humana como algo exclusivo (MELLO, 2005).

Além disso, o movimento gay põe em discussão novas formas de parentalidade. A possibilidade de adoção ou guarda de criança por homossexuais parece acirrar o preconceito que se faz acompanhar da falsa ideia de que tais crianças poderão se tornar também homossexuais (UZIEL, 2004). A força do discurso homogenizador por parte dos meios de comunicação contribuiu para a internalização dessa argumentação no imaginário social.

As lutas por políticas públicas voltadas às pessoas LGBT trazem conseqüências importantes para a garantia de igualdade formal de direitos e deveres entre cidadãos legítimos. Podemos ressaltar que a principal mudança de paradigma é que a conjugalidade deixa de ter a função de garantir a reprodução da espécie, pois como afirma Foucault (1984, p. 229): “O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa 'verdade' de sujeito humano.”

A visibilidade social da população LGBT cresceu consideravelmente a partir da década de 1990, segundo Trevisan (2004) e Green e Polito (2004), representando os homossexuais como agentes de ações políticas que lutam contra a discriminação e o preconceito. O que não significa em uma abertura para a inserção social dos homossexuais. Na pesquisa realizada por Melo (2010) sobre a representação da população LGBT em jornais de Pernambuco, os papéis selecionados para os homossexuais não fornecem a eles uma imagem de indivíduos interventores da sociedade, são sempre papéis de quem atua limitadamente sobre a sociedade, pois não transformam seu contexto, são apenas agentes de seus eventos. “Do ponto de vista social, a recorrência dessa prática discursiva revela a imagem dos homossexuais como um grupo estigmatizado, que tem mobilidade social mas que não atua fora do âmbito que demarcou como seu, de seu ‘gueto’” (MELO, 2010, p. 143).

Neste sentido, a discussão da cidadania da população LGBT no âmbito do jornalismo poderia ser realizada a partir do questionamento da interferência de uma

moral religiosa conservadora, patriarcal, misógina, racista e homofóbica como barreira na construção da cidadania plena para a diversidade (não apenas sexual). Direitos de cidadania estão sendo violados recorrentemente em nosso país devido à influência de uma cultura enraizada no preconceito e intolerância e estimulada pelos discursos religiosos no Brasil.

Uma das limitações do discurso sobre os direitos para a população LGBT é que ele é feito quase sempre em termos de identidade sexual. Como explica Sharma (2008), mesmo quando são utilizados termos mais amplos, como direitos humanos e direitos sexuais, estes são usados em termos de identidades. Mesmo no caso dos direitos sexuais, embora o conceito em si mesmo seja universalista, a maneira pela qual o conceito é utilizado tende a expressá-los como relacionados a grupos específicos, tais como “minorias sexuais”. Segundo Sharma (2008, p. 113), “[...] na maioria das vezes, nem mesmo as/os ativistas engajadas/os com esse tema fazem uso potencial da linguagem dos direitos sexuais como sendo transversal às identidades.”

Não se procura aqui negar a importância das identidades baseadas no comportamento sexual para que se possa vivenciar um senso de pertencimento a uma comunidade. Porém, falar de sexualidade somente em termos de identidades promove o ponto de vista de que ela é fixa e pode ser encaixada em categorias mutualmente excludentes. Desse modo, defendemos o que propõem o movimento *queer*, e problematizado por Sharma (2008), de que é preciso ter em conta uma perspectiva segundo a qual os processos sociais da heterossexualidade compulsória buscam sufocar a diversidade sexual.

Se nosso único ponto de referência são comunidades predefinidas com base na orientação sexual, estaremos confrontadas com o problema de excluir aquelas pessoas que não se identificam com essas identidades e de promover uma visão rígida da sexualidade (SHARMA, 2008, p. 114).

A luta e reivindicação por direitos devem se situar num marco de interseccionalidade questionando as normas e estruturas relacionadas à heterossexualidade compulsória, patriarcado, racismo, fundamentalismo religioso e outras ideologias que buscam definir e controlar as pessoas. Como defende Sharma (2008), a partir dele é possível reconhecer que qualquer tentativa de isolar uma dessas dimensões resultará numa abordagem limitada, incapaz de lidar com essa interação subjacente de forças.

Mott (2007, p. 73-74) lista seis medidas que devem ser adotadas para que gays, lésbicas e transgêneros brasileiros deixem de ser “subumanos” e cidadãos de “segunda categoria”:

- a) Descriminalizar de vez a homossexualidade no mal trato que a polícia e a justiça dão às minorias sexuais, aprovando-se leis que condenem a discriminação sexual, com o mesmo rigor que o crime de racismo;
- b) Quebrar os tabus religiosos que *diabolizam* o amor entre pessoas do mesmo sexo, propondo, às diferentes igrejas, a promoção de pastorais específicas, voltadas para as minorias sexuais;
- c) Erradicar a homofobia internalizada que impede à sociedade heterossexista reconhecer os direitos humanos e a diversidade das minorias sexuais, criando sentimentos de tolerância dentro das famílias para que respeitem a livre orientação de seus filhos e parentes homossexuais;
- d) Superar o complô do silêncio e divulgar informações corretas e positivas a respeito do “amor que não ousava dizer o nome”, desmascarando as falsas teorias que patologizam a homossexualidade, ampliando, na academia, as pesquisas que resgatem a história e dignidade das minorias sexuais;
- e) Substituir a homofobia reinante nos partidos e grupos políticos que tratam a cidadania homossexual como luta menor, erradicando dos grupos que defendem os direitos humanos qualquer tipo de manifestação de preconceito que viole a dignidade e cidadania dos homossexuais;
- f) Estimular os gays, lésbicas, travestis e transexuais a assumirem, publicamente, sua identidade homossexual, lutando pela construção de uma sociedade onde todos nós tenhamos reconhecidos nossos direitos humanos e cidadania plena.

Trata-se de pensar sobre o que é ser cidadão, articulando-se este debate no contexto da diversidade sexual. A complexidade da discussão já está colocada pela amplitude do conceito de cidadania. O desafio se amplia quando o olhar focaliza aqueles que a sociedade nomeia como sujeitos diferentes e, portanto, passíveis de relativa condição de cidadão por estarem efetivamente regulados por orientação, conduta, identidade, interesse ou desejo sexual fora da norma heterocêntrica.

Nessa perspectiva, é possível observar que há o que se pode chamar de sujeito “diferente de direitos” e há o sujeito com “direito à diferença”. O primeiro está inserido no contexto das desigualdades de classe cuja luta por direitos são bandeiras de inúmeros movimentos sociais que pautam a questão das desigualdades socioeconômicas. O

segundo articula a possibilidade de o sujeito ter direito de ser como quiser, sem ser controlado, delimitado, normatizado, censurado moral ou ideologicamente e de estar situado no contexto da cultura. O sujeito com “direito à diferença” abre espaço para o reconhecimento de que a vida social e cultural se dá em múltiplos domínios, que o termo “diferença” refere-se à diversidade que abarca posições étnicas, relações de gênero, orientação sexual, exercício da sexualidade e poder dos indivíduos na sociedade. Como afirma Fraser (2001), implica dizer que a luta está também no âmbito da política cultural da diferença articulada com a questão da política social da igualdade, em um mundo cada vez mais injusto, marcado por privações, onde os “diferentes sexuais” encontram-se desprovidos de direitos civis, políticos e sociais, e desfalcados nos seus princípios de cidadania. Segundo a autora, a justiça requer reconhecimento e redistribuição, ou seja, reconhecimento cultural e igualdade social.

Nesse sentido, os meios de comunicação, e em especial o jornalismo, possuem a capacidade de priorizar determinados conteúdos sociais em detrimento de outros, condicionando o agendamento das principais temáticas visibilizadas na esfera pública. Nas sociedades atuais, a esfera pública atravessa as fronteiras entre o público e o privado e cruza atividades como a informação e o entretenimento (SANTOS, 1998). A comunicação, como prática coletiva, faz parte da produção social do conhecimento (MEDITSCHI, 1997), procurando respostas para o restabelecimento da segurança em um mundo instável.

Nesse espaço público, o campo jornalístico manifesta seu poder na medida em que processa uma adequação entre os fatos e enunciados originados nos diversos campos sociais e relaciona-os com um conjunto de práticas discursivas e normas estilísticas. Assim, reordena os acontecimentos seguindo a sua lógica, possibilitando uma compreensão coletiva. Porém, o discurso jornalístico possui limitações. Com seu perfil homogenizador e formador de consensos sociais, enfrenta dificuldades para dar conta de uma realidade social cada vez mais complexa e pluralista. É o que trataremos no próximo capítulo.

3 JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

O Jornalismo, entendido como um espaço discursivo, representa uma importante esfera de produção de sentidos a partir da qual também se pode construir novas visões sobre gênero e sexualidade ancoradas no conceito de diversidade sexual. A educação para as diferenças, promovendo a cidadania plena para todos, não é função restrita do Estado, da Igreja, da Escola ou da família. Trata-se de práticas e processos integrados e engajados em todas essas esferas. Contudo, devido ao poder tecnológico de abrangência, visibilidade e credibilidade dos meios de comunicação, principalmente as emissoras de TV e rádio, entende-se que eles têm uma grande responsabilidade pela educação para a cidadania²⁰.

Na interação entre as instituições sociais formais e informais – como a Igreja, a Ciência e o Estado - com os atores que participam da vida social, ocorrem negociações e produções de significados que realimentam e reconstróem o processo jornalístico. Assim, a construção de enunciados sobre os fatos e as suas interpretações não são atribuições exclusivas do Jornalismo, mas ele atua na mediação discursiva entre a realidade dos diferentes campos sociais, possibilitando um diálogo nessa esfera que, em princípio, deve ser pública (BRAGA, 2006).

O campo jornalístico manifesta seu poder na medida em que processa uma adequação entre os fatos e enunciados originados nos diversos campos sociais e relaciona-os com um conjunto de práticas discursivas e normas estilísticas. Assim, reordena os acontecimentos seguindo a sua lógica, possibilitando uma compreensão coletiva (MORIGI e ROSA, 2004, p.3).

O campo jornalístico possui uma relativa autonomia em relação ao poder político e à sociedade civil, pois é o palco de onde se narram os acontecimentos. Além de produzir, centraliza sentidos a partir de outros discursos, assumindo o controle e transformando-os em discurso da atualidade. Os jornalistas têm responsabilidade em relação à sociedade, não importa em qual estejam operando. Esta função social se

²⁰ No Brasil, as emissoras de TV e de rádio são consideradas serviço público e precisam de concessão do governo. A Constituição Federal de 1988 contém quais os deveres desses concessionários de serviço público. Eles estão dispostos no artigo 221 da CF. A concessão não tem livre exercício. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão, portanto todo o seu conteúdo, deve atender aos quatro princípios apontados no artigo 221: preferência a finalidades educativas, educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o respeito aos valores éticos e morais da pessoa e da família. Informações disponíveis no site do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: www.fndc.org.br.

mantém, pouco importando se eles são públicos ou privados, ou se o controle e o julgamento do que é divulgado é feito interna ou externamente. Patarra (1997) enfatiza:

Todo bom texto tem subjacente a responsabilidade social do jornalista. Seja qual for o assunto, a redação envolve um esforço em defesa da liberdade, da procura da verdade, da preocupação da justiça social, e pela persistência da memória. Envolve também ambição para sentirmo-nos pessoas melhores depois de escrever o ponto final, transmitindo esse sentimento ao leitor (PATARRA, 1997, p.73).

No entendimento de que o jornalismo contribui para a construção da realidade e que dessa forma está fortemente relacionado com a normatividade vigente (seja no partilhamento de valores, seja na reprodução destes), partimos do pressuposto de que o mesmo contribui para reforçar os valores dominantes da sociedade, indiretamente trabalhando para a manutenção do *status quo*. É importante ressaltar que não se trata de pensar o jornalismo de forma maniqueísta, atuando perversa e deliberadamente nesse sentido, mas sim na perspectiva de compreender as notícias como resultado das imbricações do próprio jornalismo com a cultura na qual está inserido.

Na visão de Coelho e Weber (2011), no centro da problematização teórica e estrutural sobre o jornalismo está o jornalista e o exercício de uma profissão que surge com o desenvolvimento da Imprensa como negócio e da necessidade de produzir informações a partir de determinados valores, procedimentos e técnicas sobre a apreensão e a oferta de fatos para um número cada vez maior de leitores. A apreensão e tradução da realidade criam um produto discursivo singular capaz de produzir e questionar verdades. Neste sentido, torna-se uma profissão²¹ disputada também pelo mercado, políticos e governantes.

Nesse sentido, interpelam-se as dificuldades da relação entre o jornalismo e a cidadania, num momento em que se verificam consideráveis alterações no espaço público (CORREIA, 2008, p.193). Desse modo, questiona-se qual o espaço público que os meios de comunicação vem ajudando a construir, um lugar que educa os cidadãos para exercer os direitos civis, políticos e sociais, ou contraditoriamente, sugere participação, ao mesmo tempo em que provoca exclusão.

O Jornalismo possui um caráter ambíguo: se por um lado, se constitui em um discurso polifônico, acolhendo e mediando todos os campos do conhecimento, por

²¹No Brasil, a profissão do Jornalista foi regulamentada em 1938, e dela dependem as organizações midiáticas – sustentadas pelo jornalismo, as instituições públicas, governos, organizações privadas. Cada vez mais esta profissão atribui legitimidade à produção de informações em estruturas de comunicação institucional ligadas ao Estado, a organizações sociais (ONGs e sindicatos, por exemplo) e organizações privadas (COELHO e WEBER, 2011).

outro, exerce um poder hegemônico, a medida em que o campo é legitimado socialmente para enunciar o discurso da atualidade. No espaço público, os campos e os atores sociais confrontam-se com uma difícil e simultânea convivência entre inclusão e exclusão, autonomia e independência. O espaço público acaba centralizando-se no entretenimento e espetacularização em detrimento da informação democrática e voltada para a educação, o que pode levar a sociedade a uma certa frustração de um avanço da cidadania.

Ator fundamental na construção da contemporaneidade, o Jornalismo pode ser um aliado na construção da cidadania ou um espaço para se reafirmar preconceitos de gênero, de raça e de classe social, por exemplo. Em decorrência desse grande poder simbólico, a profissão exige responsabilidade social. O debate sobre o Jornalismo e seus usos remete às categorias do público e do privado e à questão do interesse público. Nesse sentido, encontraremos classificações e funções de um “jornalismo público”, do “jornalismo cidadão”, dos “comunicadores públicos” e outros. A informação como um bem público e a responsabilidade sobre o poder de visibilidade dos meios de comunicação são indicadores da responsabilidade dos jornalistas na produção e difusão pública das informações.

Para entendermos quais as influências e valores que determinam a construção do discurso jornalístico sobre a homossexualidade e a cidadania, trataremos a seguir de algumas questões concernentes ao produto final do jornalismo: a notícia.

3.1 A notícia como resultado de um processo de produção

“Para compreender a construção da notícia, nos filiamos às teorias construcionistas²², “que trazem o próprio *ethos*²³ jornalístico, o lugar onde as notícias são produzidas, como um elemento fundante, e no centro desse *ethos*, o jornalista se destaca” (SILVA, 2010, p. 41). De acordo com Traquina (2001, p.86), entendido por Veiga e Darde,

²² Traquina (2004) explica que as teorias construcionistas (estruturalista e interacionista) surgem nos anos 70, com a emergência de um paradigma que é totalmente oposto à perspectiva das notícias como ‘distorção’ e que também põe em causa diretamente a própria ideologia jornalística e a sua teoria das notícias como espelho da realidade.

²³ A definição de *ethos* aqui adotada acompanha Muniz Sodré, para quem esta palavra “designa tanto a morada quanto as condições, as normas, os atos práticos que o homem repetidamente executa e por isso com ele se acostuma, ao se abrigar num espaço determinado. É a consciência atuante e objetivada de um grupo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência- e, portanto instância de regulação das identidades individuais e coletivas” (SODRÉ, 2006, p.24).

as teorias construcionistas “[...] reconhecem que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos”. Wolf (2004, p.190) compartilha desse ponto de vista e vai além, afirmando que “[...] as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” (VEIGA, DARDE, 2009, p. 06).

As teorias construcionistas argumentam que é difícil distinguir entre a realidade e as notícias, pois justamente as notícias ajudam a construir a própria realidade. Defendem também que a linguagem não é neutra, por isso não pode ser transmissora direta do significado de um determinado acontecimento. Esse paradigma se baseia em fatores de ordem econômica e organizacional para entender a notícia como uma forma de construção da realidade.

Ressaltamos, no entanto, que essa centralidade do Jornalismo na construção da realidade deve ser relativizada, como propõem Meditsch (2011). Ao retomar o conceito formulado por Berger e Luckmann²⁴ nos anos de 1960, Meditsch afirma que a relação do jornalismo e acontecimento se dá dentro de um processo maior de construção social da realidade²⁵ e é condicionada por esse processo maior que é preciso ser compreendido previamente. Berger e Luckmann definem duas formas de socialização mais importantes que são anteriores aos meios de comunicação: a socialização primária, que ocorre com a aquisição da língua materna, sem mediação importante que seja externa ao círculo social mais próximo da criança; e a socialização secundária, que ocorre principalmente através dos sistemas pedagógicos especializados, como a escola, a Igreja e o trabalho. Ao jornalismo como forma de conhecimento, caberia a dupla função de conservação e renovação da realidade. Essa perspectiva nos remete à extrema complexidade com que se dá a construção da realidade e de como o jornalismo participa da produção dos acontecimentos.

O jornalismo, como instituição, e seus agentes participam de produção da realidade, especialmente no âmbito simbólico, mas nunca isoladamente, porém em diálogo permanente com os demais atores sociais. O jornalismo é também uma forma de objetivação da exteriorização do homem, entre outras tantas desenvolvidas pelas tecnologias intelectuais contemporâneas. Um acontecimento relatado pelo jornalismo difere de um não relatado por ele talvez, principalmente, por esse aspecto. O jornalismo por fim participa da socialização do conhecimento, ainda que de forma terciária e provavelmente menos marcante que as socializações primária e secundária observadas por

²⁴ BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 30ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

²⁵Segundo Meditschi (2011), a aplicação do conceito de *construção social da realidade* ao jornalismo teria sido feita inicialmente pela socióloga norte-americana Gaye Tuchman, em seu livro *Making News: a study in the construction of reality* (Tuchman, 1978).

Berger e Luckmann na construção social da realidade, embora igualmente importante na dinâmica social (MEDITSCH, 2011, p. 40-41).

Na nossa concepção, a verdade passa por uma reconstrução no Jornalismo, que permite contextualizar os fatos, proceder ao seu encadeamento, procurar as suas causas e apresentá-los na sua coerência. Verdade que, vale dizer, se está em algum lugar, nunca é no fato, mas em *quem* o vê como verdade. Como indica Cornu (1999), na prática informativa é ilusório separar a discussão do acontecimento da discussão sobre o seu significado. Logo existem potencialmente muitas possibilidades de reconstrução possíveis da realidade. Porém, tal aspecto não impede que a intenção de objetividade faça também parte como elemento orientador da reconstrução e da interpretação.

A função pedagógica do jornalismo pode ser percebida na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade. Sua função “educativa” se traduz, sobretudo, pela necessidade de “explicar” o mundo sempre baseado na “verdade” e fazendo uso de recursos técnicos e humanos capazes de ilustrarem esses saberes gerando significados (SILVA, 2010, p. 33).

No cotidiano,

os produtos jornalísticos permeiam a vida social servindo como fonte de produção e intercâmbio de significados, o que se relaciona diretamente com a cultura. Tal importância se dá fundamentalmente porque são “[...] os significados culturais [...] que organizam e regulam as práticas culturais, influenciam nossas condutas e conseqüentemente têm efeitos reais, práticos” (HALL, 1997 apud SILVA, 2010 p. 29).

Considerando as notícias como um produto social, que resultam de um processo de identificação e contextualização em sua construção, os acontecimentos se tornam significativos a partir dos meios de comunicação. Para que o acontecimento seja compreendido, os jornalistas devem supor mapas de significado (HALL, et al., 1993) que incorporem e reflitam os valores comuns, formando as bases dos conhecimentos culturais que serão mobilizados neste processo, reforçando-os ou apagando-os.

Um dos pressupostos da atividade jornalística é o de fornecer o maior número de informações possíveis acerca de um fato para que o público tire suas próprias conclusões. Esse processo, que pode ser entendido como desnaturalização a partir do

distanciamento do jornalista em relação ao fato, entra em choque com a constante naturalização das rotinas de produção dentro das redações.

Coelho e Weber (2011) afirmam que o jornalismo como instituição e organização é um fenômeno da modernidade que se mantém em contínua transformação e crise: do impresso ao webjornalismo. Especializado e profissional, fortaleceu práticas e valores que sua função pública cotidiana mostra de modo simples, apesar da complexidade que a produção de notícias exige. Diversos constrangimentos na prática jornalística devem ser ressaltados como elementos que dificultam o exercício da função social do jornalismo:

O escamoteio ou a distorção de informações; as pautas motivadas por interesses particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem falsas informações ao público; a acomodação dos repórteres a um jornalismo de relatos superficiais; os textos confusos e imprecisos; a facilidade com que a imprensa acolhe, sem apurar, denúncias que favorecem ou prejudicam alguém; a freqüente prevalência dos objetivos do marketing sobre as razões jornalísticas; o desprezo pelo direito de resposta; a arrogância com que se protege o erro e se faz a apropriação anti-social do direito à informação (direito do leitor) – são claros sintomas de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, como **função social** (CHAPARRO, 2007, p. 134-135).

Na visão de Correia (2008), dar a notícia consiste em atribuir relevância a temas da realidade atual que sejam atraentes para a comunidade, à luz dos respectivos sistemas de crenças e de relevâncias. Para esse efeito, utiliza-se um enquadramento que possa ser compreendido pelo maior número possível de receptores e que seja, idealmente, olhado como passível de ser lido e assimilado independentemente das diferentes opções políticas e formação cultural dos seus membros. Constrói-se, assim, uma narrativa estandardizada e estereotipada que é pensada de modo a superar os constrangimentos espaciais e temporais e a conquistar audiências.

O jornalismo recorre a dispositivos retóricos, estereótipos e tipificações rápidas e já prontas que se expressam em determinadas convenções narrativas (práticas discursivas susceptíveis de serem estudadas e detectadas) e organizacionais que orientam as formas de selecionar e enquadrar e categorizar as representações dos acontecimentos e dos seus protagonistas (CORREIA, 2008, p. 172).

Neste uso da linguagem jornalística, descortina-se a busca da conformidade com o saber aceite e partilhado por todos, tido por adquirido e socialmente aceite, estabelecendo-se uma relação de implicação entre as estratégias imanentes à discursividade praticada pela profissão jornalística e a atitude natural.

Produzir notícias é trabalhar com acontecimentos, reconstruí-los discursivamente e publicizá-los. Na análise de Coelho e Weber (2011), neste processo estão envolvidos momentos de seleção, hierarquização, organização, elaboração, demarcados por pressões espaciais, temporais, organizacionais. A seleção dos acontecimentos, por exemplo, segue critérios de noticiabilidade que vão de características próprias dos fatos, aos valores professados pela prática jornalística, passando pelo tipo de veículo, perfil editorial, concorrência.

[na] intrínseca relação jornalismo-formação de valores, certamente é a notícia o elo capaz de revelar essa imbricação. Ao conceber a notícia como uma construção social, identifica-se um conjunto de elementos fundamentais para que um “fato” adquira o *status* de notícia. Segundo Wolf, “[...] a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 2003, p. 190). A definição de noticiabilidade indica claramente a existência de um processo de escolha, o qual demonstra que “a necessidade de seleccionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade” (CAREY²⁶ apud TRAQUINA, 2001, p. 87). Esse processo complexo, “que transforma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 2004, p. 180) tem a ver com um conjunto de requisitos que devem necessariamente “fazer sentido” tanto aos órgãos de informação quanto aos profissionais (os jornalistas) [...] (SILVA, 2010, p. 36-37).

Na análise de Antunes, Vaz et al. (2011), as notícias, postas em circulação, repercutirão no sentido de agendar temas para debates, informando ao público sobre questões que estão na “ordem do dia”. Da mesma forma, o próprio público agenda a mídia, a partir de demandas para que ela dê visibilidade a temas que lhe interessa, e de que as mídias agendam-se mutuamente, a partir da repercussão de temáticas de amplo apelo social.

Nesse agendamento, entram elementos típicos do fazer jornalístico, como enquadramento e noticiabilidade. A noticiabilidade liga-se intimamente ao que os estudiosos denominam de “valores- notícia”, que podem variar da noção de que têm valor noticioso eventos de rara ocorrência, a temas que causam comoção, como atitudes

²⁶ CAREY, J. The Dark Continent of American journalism. In: Manoff e Schudson (ed.). **Reading the News**. Nova York: Pantheon Books, 1986

violentas e/ou preconceituosas praticadas contra pessoas ou grupos ou ainda eventos programados, de óbvio impacto social (PONTE, 2005; WOLF, 2003).

Eilders (2006) indica que o eixo fundamental da abordagem sobre valor-notícia se assenta na idéia de que os jornalistas atribuem valores-notícia aos eventos correspondentes aos seus critérios de seleção, havendo “um catálogo cognitivo dos critérios que fazem eventos mais ou mais menos noticiáveis” (EILDERS, 2006, p.7). O avanço dos estudos demonstrou que tais critérios de noticiabilidade “invadem” todo o processo de produção e não se restringem a fatores individuais, alcançando os processos de interpretação acionados pelos leitores. Para Eilders (2006) tais processos permitem supor que a noticiabilidade esteja vinculada a “esquemas de relevância” que dirigem não apenas os processos seletivos da comunidade dos jornalistas, mas também os processos de atenção dos receptores. As abordagens de noticiabilidade precisariam considerar que a análise da notícia demanda também a caracterização da perspectiva que a constrói, que acionaria não só conteúdos, mas motivos, critérios e estratégias discursivas diversas. Ou seja, o sentido das notícias está relacionado a uma forma de observar/interpretar o mundo que elas propõem.

A perversidade da lógica dos valores-notícias ancorados na ruptura, repentina ascensão, acidente ou desvio, que se mantém como estruturante do discurso jornalístico, é que grandes fenômenos sociais, cujo interesse público não poderia ser questionado sem constrangimento, geralmente não têm lugar no jornalismo porque se estabeleceram, historicamente, como invariantes (BENETTI, 2011, p. 146). São os casos da fome, das desigualdades e das injustiças sociais, que contemporaneamente costumam ser percebidas como “parte do sistema”. Dito de forma crua, são fatos cinicamente percebidos como ordinários ou comuns, não alcançando os requisitos que lhes permitiriam ocupar o estatuto de acontecimento jornalístico.

[...] os valores-notícia são os elementos presentes num fato que “fazem sentido” para os jornalistas, identificados como critérios de noticiabilidade e como tal partilhados pelos membros da tribo. Os valores-notícia foram amplamente investigados nas pesquisas empíricas do campo do jornalismo contribuindo para o entendimento dos componentes que constituem este saber específico, ou seja, fazer notícias (SILVA, 2010, p. 45)

A compreensão da lógica do texto passa pelo entendimento do *quem* e do *como* narrar uma história. Do *como*, porque indica ordens de construção de sentido, uma determinada escritura traz um ou outro sentido, dependendo dos modos a serem

utilizados, e do *quem*, porque redimensiona o lugar de quem escreve, já que este, ao trazer à luz os elementos que indicam dúvida na fala do outro, divide as suas incertezas com quem ele dialoga. Nesta análise, para além da frase, segue-se também para além do fato.

Esses são aspectos importantes quando se pensa sobre a dimensão complexa na qual se insere o ato jornalístico. O jornalista, como um dos protagonistas do ato, quando se reposiciona no lugar do humano, cria possibilidades de encontro. Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do outro e nem se propõe, tão-somente, a parafrasear suas fontes, como acontece com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer as regras do discurso dado como legítimo.

Repensar o ato jornalístico, como afirma Resende (2009, p.11-12), “[...] implica conceber, nele, a coexistência de atores, tanto os que o provocam como os que são por ele provocados; um processo, por excelência, relacional”. Esse pressuposto ressignifica a atitude dos sujeitos que participam do ato, percebendo-os no encaixe de uma expectativa de compreensão — bem sucedida ou não — sem abrir mão da heterogeneidade na qual eles se inscrevem. O jornalista escreve para alguém e, necessariamente, escreve porque quer ser compreendido. O leitor, por sua vez, lê e busca por um gesto que o faça compreender o fato. Como agentes da ação, esses sujeitos não se fazem exclusivamente de um único lugar, o de locutor ou ouvinte, pois são, ao mesmo tempo, a fala e a escuta, produtos/produtores de atos comunicativos (RESENDE, 2009).

Essa forma “consensual” de compreender a sociedade – e os sistemas políticos e econômicos que lhe dão suporte – só é bem-sucedida por meio de discursos que disseminam a falsa sensação de consenso (HALL et al, 1993). Para fazer sentido, um fenômeno deve ser enquadrado nos mapas culturais de significado que já fazem parte do grupo social. “Um acontecimento só ‘faz sentido’ se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais ‘mapas’ culturais do mundo social, não poderiam ‘dar sentido’ aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é ‘noticiável’” (HALL et al, 1993, p. 226).

Tuchman (1983) mostra como o trabalho cotidiano de apuração e de produção de notícias pode ser entendido como uma questão de rotinização do imprevisto. Sendo

uma profissão associada ao conceito comum de “novidade”, é também uma atividade que se serve de numerosas estratégias para controlar a proliferação do que é novo. Como parte do processo de criação de rotinas, os jornalistas usam diferentes categorias e tipificações de forma a reduzir a contingência intrínseca ao trabalho jornalístico.

Neste sentido, quando se fala da construção social da realidade pelo discurso jornalístico, não é para falar de manipulação, mas para dizer que a construção de um significado objetivo é um processo histórico, social e cultural que resulta da intervenção de sujeitos da realidade social que nele participaram e de processos cognitivos que estão associados aos processos sociais e culturais (SILVA, 2010): “Logo, a evidência desta construção não é uma licença para a mentira, a manipulação ou a subversão factual, as quais constituem uma violação dessas expectativas inerentes à produção e recepção dos enunciados jornalísticos” (CORREIA, 2008, p. 22).

A partir de uma abordagem sociocognitiva, geralmente designada por construção social da realidade, utilizamos a ideia de enquadramentos, que surge associada ao mundo da vida cotidiana e às tipificações com que nesse mundo se representam e objetivam as representações da vida social. Todavia, como explica Correia (2008), esta insistência nas representações deve ser associada a uma face do processo comunicacional: a constituição de significados objetivos, os quais não podem ser dissociados dos seus usos e recepções, das suas apropriações e das lutas que se travam em torno do processo de representar, qualificar e categorizar. O traço distintivo que se deve realçar numa abordagem sociocognitiva é a premissa segundo a qual o nosso conhecimento da realidade é também uma construção mental, produto da experiência intersubjetiva vivida quotidianamente.

O nosso conhecimento quotidiano, as doutrinas, representações e raciocínios acerca do mundo social são o produto de uma interação delicada entre estratégias de processamento de informação e processos sócio-culturais de vasta escala (CORREIA, 2008, p.53).

A análise desenvolvida por Schutz²⁷ (apud CORREIA, 2008) revela que, no mundo da vida quotidiana, ao nível do senso comum as pessoas aceitam as tipificações como um recurso para evitar a incerteza. Os sujeitos adotam uma atitude pragmática e realista chamada atitude natural. Nesta, a realidade social é apreendida a partir do

²⁷ SCHUTZ, Alfred (1975). *Collected papers, the problem of social reality*, Vol. I, The Hague: Martinus Nijoff.

conhecimento de “receitas” e de comportamentos típicos, entendidos de um modo que permite assegurar a continuidade à ordem social.

As estratégias discursivas utilizadas pelos jornalistas acabam por refletir uma espécie de profissionalismo anônimo, no qual se inscreve a marca de procedimentos rotineiros, de fórmulas consagradas, de lugares comuns facilmente reconhecíveis. As rotinas organizacionais instaladas na redação e as interações sociais no interior da comunidade jornalística desempenham um papel relevante na constituição de referências essenciais para a leitura que estes profissionais fazem da realidade social. Assim, Correia (2008) afirma que o relato jornalístico procede ao ato de relatar de acordo com as tipificações negociadas pela comunidade jornalística em sintonia com a pluralidade de dinâmicas sociais em que está inserida.

Há uma predisposição pragmática que aciona a tipificação e o subsequente agir de modo típico com todas as consequências que daí possam resultar numa enorme pressão sobre uma certa dificuldade em representar a estranheza, privilegiando fontes, ângulos e rotinas que sucessivamente se repetem (CORREIA, 2008, p.65).

Enquanto agente de controle social, as representações noticiosas dotariam as pessoas com as visões e versões da ordem social que obtêm a preferência e com base nas quais os agentes tomam as iniciativas que julgam adequadas (ERICSON, BARANEK e CHAN²⁸ apud CORREIA, 2008). Essa influência se torna mais evidente nos casos em que os sujeitos que acessam a notícia não têm contato direto com os protagonistas do texto jornalístico. O jornalismo se torna, dessa forma, um dos principais instrumentos de construção de imagens de identidade e de alteridade. Segundo Rodrigo Alsina (2006), no caso em que não se verifique a existência de fontes alternativas de informação, a sua predominância torna-se esmagadora. Lembramos que os sujeitos usuários das notícias vão interpretá-las também de acordo com mapas culturais específicos, construídos coletivamente e pelas experiências individuais.

O campo jornalístico pode ser pensado como o lugar onde as mediações ocorrem, pois se com Ricoeur (1994) sabemos que ali se inscreve uma dimensão temporal que é da ordem do humano, com outros pensadores, por exemplo, Genette (1995), aprendemos que é nelas que se instalam os modos, os contextos e os sujeitos. Nesse sentido, Resende (2009) defende que discurso jornalístico pode revelar

²⁸ ERICSON, Richard; BARANEK, Patricia; CHAN, Janet (1991). *Representing order, crime, law and justice in news media*. London: Open University Press.

legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo. Envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como elementos que operam sentidos, o discurso jornalístico construído pelos veículos de comunicação tradicionais coloca à disposição do jornalista escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano.

A consolidação do jornalismo como o conhecemos hoje – organizador simbólico da realidade, fiscalizador dos poderes, narrador de atualidade – permitiu sua expansão em escala planetária e sua assunção como um elemento imprescindível para as sociedades complexas. Isto é, o apego a funções de natureza pública e social tornou esta atividade útil, relevante, enraizada em nossos cotidianos. Um dos valores mais cultivados no jornalismo é a credibilidade. Sem ela, restam poucas condições para uma sustentação moral da atividade que se propõe fornecer dados fiéis para uma recomposição do senso de atualidade do público (CHRISTOFOLETTI e KARAM, 2011).

A confiabilidade das informações permite ao cidadão comum não apenas se reconectar ao seu tempo e à comunidade a qual pertence, mas possibilita também a tomada de decisões mais ou menos importantes. Parece cada vez mais nítido que as mudanças atuais no Jornalismo não são apenas tecnológicas, mas também éticas. Isto é, à medida que as relações entre jornalistas e fontes e entre jornalistas e públicos se modificam, alteram-se também os valores onde se apoiam ações e reações. A ética emerge da relação entre pessoas; valores e princípios conformam um complexo mapa de possibilidades de conduta humana. No caso das profissões em geral e do Jornalismo em particular, incidem ainda normas deontológicas, convenções profissionais e injunções sociais.

O edifício do Jornalismo foi erguido sobre os pilares da verdade, da objetividade, da imparcialidade, do equilíbrio e do pluralismo. Com o tempo, novas vigas foram apoiadas nessas bases, a exemplo da responsabilidade social, do interesse público, do compromisso com a coletividade, da democracia e da cidadania. O Jornalismo passa a se redimensionar como conversação, diálogo com os públicos, e valores como a objetividade assume novos contornos, não mais como distanciamento dos objetos narráveis, mas como forma de satisfação da lealdade com o público. Historicamente comprometido com a verdade e a autoridade de quem fala, o jornalismo se constitui em um espaço de circulação e produção de sentidos que se pretendem confiáveis e credíveis, e por isso transformam-se em sentidos com alto potencial

normatizador. O discurso jornalístico tem o poder de nomear e consagrar sujeitos, instituições, políticas e estratégias.

“O uso de fontes de informação é o primeiro modo de agregar valor de ‘veracidade’ e ‘neutralidade’ às notícias” (SILVA, 2010, p. 38). Traquina (1993) propõe três considerações sobre a importância das fontes de informação no trabalho jornalístico: o relacionamento entre jornalista e fonte é sagrado e protegido pela lei; fontes não são desinteressadas, por isso é preciso que provem sua credibilidade; e quanto mais alta é a posição do informador, mais credível é a fonte de informação.

A relação entre fontes de informação e jornalistas é, muitas vezes, uma relação de luta e negociação, marcada por uma disputa geralmente desigual entre os diversos tipos de fontes. As rotinas de trabalho, os critérios de noticiabilidade e outros constrangimentos profissionais transformaram o acesso ao campo jornalístico um bem estruturado socialmente. Segundo Schlesinger (1978), as fontes não são todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído.

Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade (GANS, 1979, p.81).

A existência de jornalistas e fontes de informação com vários níveis de autoridade e acesso em um processo dinâmico também é defendida por Santos (2003). O autor desenvolve o conceito de campo de notícia, no qual se estabelece a complexidade da interação dos agentes sociais envolvidos na construção da notícia. Santos (2003) reformula os conceitos de campo jornalístico, de Bourdieu (1997), e campo estruturado, de Schlesinger (1990). No conceito de campo jornalístico opõem-se dois pólos: os jornais que propõem análises, comentários e valores, chamados de pólo intelectual, e os jornais que oferecem notícias sensacionalistas e visam à venda e às audiências, denominadas pólo comercial. Schlesinger (1990) vai destacar as fontes de informação inseridas em um campo no qual se estabelece a luta pelo acesso aos meios de comunicação.

As relações estabelecidas entre jornalistas e fontes dependem do peso da informação fornecida, da confiança depositada pela fonte no jornalista e do tempo disponível para a elaboração da notícia. A seleção e o cultivo de fontes de informação estão relacionados diretamente aos constrangimentos temporal, espacial e

organizacional que o jornalista enfrenta na rotina de produção das notícias. Santos (2004) explica que o jornalista aceita melhor as fontes oficiais, porém elas nem sempre dão a resposta pretendida de imediato:

Primeiro, porque há que ponderar a altura certa para divulgar a resposta. Segundo, porque não se tem a certeza total da eficácia da informação e se espera que outros agentes se pronunciem sobre o assunto. Terceiro, porque à fonte oficial nem todos os jornalistas ou meios noticiosos interessam. A escolha destes é feita com critério pela fonte, tendo em conta o prestígio do jornalista ou do jornal (SANTOS, 2003, p.43).

Traquina (2004) lista quatro recursos determinantes que as fontes devem possuir para impor os seus acontecimentos na agenda dos jornalistas e fazer passar os seus enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de construção de sentido: o capital econômico; o capital institucional (grau de institucionalização da fonte); capital sócio-cultural (na forma de autoridade, saber e credibilidade); a estratégia e as táticas de comunicação.

Gomis (1991) ressalta que os meios de comunicação estão tecnicamente interessados em entrar em contato com as fontes oficiais, assim como as fontes são interessadas em que alguns fatos sejam conhecidos, seja por meio de uma comunicação direta de notícias ou por uma programação habitual de atividades. “O acordo entre o meio que precisa de notícias e a fonte que deseja que se saiba algum fato passa pelo conceito de notícia” (GOMIS, 1991, p.103). Isto porque, se a fonte prova que tal fato deve ser notícia, ou melhor, possui os critérios jornalísticos de noticiabilidade, não se supõe que o meio de comunicação torne pública essa informação para favorecer ou prejudicar a imagem de alguém, mas simplesmente porque é um fato que interessa à sociedade conhecer.

No jornalismo da era da modernidade, a legitimação do discurso e a credibilidade decorrente dele necessitam incluir, de um lado, estratégias de convencimento e a persuasão e, de outro, a controvérsia, tributários, nas duas perspectivas, da retórica e da Dialética como discurso e como métodos surgidos ainda por volta de 400 anos antes da era cristã (LÓPEZ EIRE, 2002). E se o mundo é o validado pela representação da palavra – ainda que verbalizada no interior da consciência ao se reconhecer imagens (BAKHTIN, 1986) – e é necessário decodificá-la a cada instante, a relevância do compromisso ético com o presente em constante movimento e desdobramento se torna ainda mais importante. Para uma ética do

jornalismo, recuperam-se valores básicos cristalizados em duas vertentes da Filosofia, a retórica e a dialética. Se à primeira corresponde um cenário de emissão de argumentos, juízos, circunstâncias – objetivados na representação discursivo-argumentativa do mundo –, à segunda corresponde um interminável debate que remete à controvérsia, onde o jogo político e ideológico de atores intervém na versão sobre os argumentos e fatos, criados pela sucessão de acontecimentos noticiáveis. Daí que uma ética da comunicação exige certa transparência no discurso, fidelidade ao ocorrido, argumentação entre contrários e decisões razoavelmente consensuadas.

Christofoletti e Karam (2011) explicam que a ética no jornalismo, ou seja, nos processos comunicativos jornalísticos, que se estendem das profissões às empresas e às sociedades como receptoras e participantes de mensagens e discursos representativos da realidade, tem grande relevância na organização da vida cotidiana, nas rotinas produtivas, no calendário funcional humano. É importante para a segmentação temática, diversidade de atores e distintos discursos. Disto depende, também, a eficácia da representação do Estado, a validade do espaço público reconhecido por diferentes pontas da vida social e envolve sociedades complexas.

Mas também pode ser muito bom para o jornalismo reafirmar ou recuperar os compromissos com valores centrais de sua legitimidade social: a autenticidade e a credibilidade específicas, sobre as quais se tentou afirmar, ao longo dos últimos 200 anos, uma fundamentação ética, estética, técnica e teórica, hoje correspondente, em enorme diversidade de perspectivas, a diferentes suportes tecnológicos e a um cenário de convergência de mídias e de diversidade temática e de protagonistas.

De qualquer modo, compreender o campo jornalístico como lugar de produção de conhecimento significa dar ênfase à ideia de jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis; como um lugar em que “[...] consonâncias e dissonâncias [são] estabelecidas por sujeitos ativos e atuantes que, em conjunto, e no atrito de suas afinidades e diferenças, constroem [com os meios] seu mundo partilhado” (FRANÇA, 2004, p.25).

Assim, tornou-se cada vez mais importante a apuração dos fatos, ouvindo diferentes atores sociais sobre distintas e infinitas produções de conhecimento, de fatos e de poder que os embalam, colocando, idealmente, à disposição do público, determinados acontecimentos que terão relevância na vida das pessoas e que precisam, de forma diversificada, plural e precisa, estarem no dia-a-dia das pessoas, para que estas

possam exercer de forma mais consciente e clara a liberdade de escolha. Tal liberdade, que acompanha o crescimento e a implementação dos direitos civis, está ancorada, até chegar aos dias de hoje, em momentos marcantes da história da humanidade, quando algumas expressões como “cidadania”, “direitos”, “igualdade”, “liberdade” ganham dimensão social mais intensa (CHRISTOFOLETTI e KARAM, 2011). Mas corresponde, também, a um espaço público consumidor, que terá acesso a fatos, versões, interpretações, opiniões e produtos de todo o tipo por meio da circulação midiática de distintas mensagens, correspondentes a um cenário complexo de ritmo intenso como hoje e em distintas plataformas tecnológicas, até chegarmos ao que se chama ciberespaço.

3.2 Representações sociais, estereótipo e identidade

No processo de interpretação, a linguagem jornalística atua como redutora de incertezas e simplificadora da complexidade (GOMIS, 1991). Essa simplificação pode vir a se dar através de recursos como a criação de estereótipos e o estabelecimento de papéis e atores. Aquilo a que Medina e Rodrigo Alsina (2005) classificam como a capacidade de atribuir identidades, o modo como as narrativas jornalísticas demarcam uma linha divisória entre ‘nós’ e ‘os outros’.

O discurso no jornalismo não é imune à criação de estereótipos. O uso recorrente de dados, números e declarações para reforçar e justificar essas construções pode ser uma estratégia que não apenas isenta o jornal de culpabilidade, mas serve como prova de que se trata de fatos verídicos, e não meras opiniões. Tuchman (1983) enxerga na objetividade, a exemplo do uso de declarações, apenas uma estratégia que os jornalistas encontram para por sobre outrem a responsabilidade pela informação.

O estereótipo, destacado por Lippman (1922) como inerente às narrativas jornalísticas, apresenta-se como um modo de simplificar a complexidade do mundo, de reduzir a multiplicidade conceitual através dessas figuras de linguagem. Desse modo, a estereotipia precisa ser encarada sob duas óticas: a da quase-necessidade de o texto jornalístico reduzir o que é complexo (o estereótipo, assim, sendo usado com fins de didatismo, não necessariamente com o dolo do pré-julgamento) e, numa segunda visão, a criação de estereótipos como uma forma de demarcar diferenças, de valorar o outro – desse modo, a estereotipia adquire um caráter valorativo, sectário e, desse modo, discriminatório. Sobre o peso do jornalista na construção e no reforço a estereótipos,

Morla e Rodrigo Alsina (2001) defendem que para os jornalistas nem sempre é fácil construir uma alteridade isenta de conotações negativas, já que estão necessariamente condicionados por representações sociais.

Para pensarmos o discurso jornalístico como “produtor de sentidos, na formação de valores e nas relações de poder que, em última instância, se interseccionam com as formas como são produzidas as diferenças e as desigualdades” (SILVA, 2010, p. 27), recorreremos também às teorias das representações sociais. Entendemos que

no complexo fenômeno de interação entre os valores sociais e culturais, as instâncias de poder e a sociedade em geral, a mídia [e o Jornalismo em particular] estão no centro, participando ativamente e se retroalimentando do que é produzido nestas esferas e (re)produzindo uma instância igualmente de poder (SILVA, 2010, p. 28).

Representar é atribuir sentido, classificar e/ou lutar pela imposição de significados, e a representação pode ser vista como uma prática social que produz cultura, conforme Hall (2003). As representações sociais²⁹ têm como uma de suas finalidades tornar familiar algo não-familiar, isto é, uma alternativa de classificação, categorização e nomeação de novos acontecimentos e ideias, com a quais não tínhamos contato anteriormente, possibilitando, assim, a compreensão e manipulação destes a partir de ideias, valores e teorias já pre-existentes e amplamente aceitas pela sociedade.

As representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal [...] as imagens e idéias com as quais nós compreendemos o não-usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados (MOSCOVICI, 2003, p.58).

Os processos de formação e transformação das representações sociais são dependentes da ação comunicativa, portanto são instituídas tanto na conversa direta entre duas pessoas quanto na comunicação mediática. Nessa lógica, entendemos o jornalismo como uma prática midiática produtora de representações. Ao mesmo tempo

²⁹As Representações Sociais têm em Serge Moscovici a sua primeira base teórica, em 1961, através da obra *A Psicanálise, sua imagem e seu público*.

em que são modos de exposição que naturalizam certos vieses, as representações midiáticas podem instaurar padrões normais e modelos que influenciam as percepções sobre as coisas do mundo. Verificando a construção do discurso no campo do jornalismo, Correia (2008) afirma que o relato jornalístico procede ao ato de relatar de acordo com as tipificações negociadas pela comunidade jornalística, fazendo a ancoragem de acordo com os conceitos e valores pré-existentes na cultura de uma determinada sociedade em um determinado contexto histórico.

As representações sociais formam um conjunto de fenômenos que criam e recriam a realidade de forma dinâmica na sociedade. As representações sociais empregadas no Jornalismo estão submetidas ao que Charaudeau (2006) denomina de *contrato de comunicação* regulado por um quadro de referências construídas num jogo de regulação das práticas sociais, criadas pelos indivíduos para manter a ordem na sociedade.

De acordo com a teoria das representações sociais, os processos de *ancoragem* e *objetivação* são indispensáveis para a o sucesso da ação comunicativa. Na *objetivação* as ideias abstratas transformam-se em imagens concretas, através do reagrupamento de ideias e imagens focadas no mesmo assunto. A *ancoragem* prende-se com a assimilação das imagens criadas pela objetivação, sendo que estas novas imagens se juntam às anteriores, nascendo assim novos conceitos.

A formação de conceitos, estereótipos, identidades é constante nos processos de objetivação e ancoragem. Rouquette (2000) defende que convém tomar as representações como uma condição das práticas, e as práticas como um agente de transformação das representações. Importante também perceber que as representações sociais definem as possíveis condições de ação, mas não as ditam.

Outro argumento teórico seria que as representações sociais como a identidade estão ancoradas nos pertencimentos. A prática abrange ao menos dois aspectos: a realização de uma ação e a frequência dessa realização. Certos aspectos das práticas são mais decisivos que outros para a fabricação e transformação das representações do mundo. Porém, como lembra Schmeil (1994), somos influenciados por um sistema de representações que ultrapassa o contexto presente. Por exemplo, ao resgatarmos a historicidade da união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, podemos mencionar uma estrutura tendencial dominante de interpretação (HALL, 2003) que pode nos servir de parâmetro para classificação das representações relacionadas à homossexualidade como favoráveis, desfavoráveis e/ou tensionadas, seja na *produção*, no *texto* ou na *leitura*.

“Se numa primeira instância, os meios de comunicação são agentes de libertação enquanto transmissores de novos estilos de vida e identidades diferenciadas, não deixam também de ser agentes catalizadores de estereótipos, fixando identidades a certas imagens ontologicamente essencialistas” (ÁLVARES, 2007, p. 112). Entendemos que “os aparatos mediáticos não operam em tempo integral para mascarar fatos ou distorcê-los. Nem tudo o que se divulga está contaminado pelas injunções de uma malha ideológica rígida a ponto de defraudar a vida — afinal complexa e diversificada” (CORREIA, 2008, p.129-130). No entanto, a vigilância analítica é essencial, pois os meios de comunicação não funcionam num vácuo social, mas em sociedade, transmitindo valores, ideias e opiniões, veiculando ideologias que são partilhadas por diversos grupos sociais. Contudo, não raras vezes, e em vez de usarem a sua capacidade de transformação social, tendem a configurar-se como perpetuadores de assimetrias simbólicas (CERQUEIRA, RIBEIRO e CABECINHAS, 2009).

A formação dos estereótipos parece ser um bom exemplo para entendermos o processo de ancoragem e objetivação nas representações sociais construídas através do Jornalismo. Em relação à constante reprodução de estereótipos negativos de determinados grupos (negros, mulheres, homossexuais, entre outros), Dyer (1993) afirma que o estereótipo em si não é o principal problema, pois ele é apenas uma espécie de “atalho” por meio do qual os seres humanos “ordenam” a massa complexa e incoerente de informações que recebemos do mundo. Trata-se somente de uma forma particular do processo mais amplo pelo qual a sociedade humana — e seus indivíduos — confere sentido a si mesma por meio de generalidades, padrões e tipificações.

Entretanto, existem dois problemas imediatamente colocados pelos estereótipos mesmo diante dessa perspectiva. Primeiramente, a necessidade de “ordenar” uma realidade complexa é passível de ser acompanhada por uma crença na certeza absoluta de determinada ordenação, uma negação do reconhecimento de suas limitações e sua parcialidade, relatividade e mutabilidade. Em segundo lugar, associada a essa crença geralmente ocorre também uma incapacidade correspondente de lidar com o fato e a experiência da própria complexidade da realidade.

Nesses dois processos se imbricam os diversos tipos de preconceitos — de raça, gênero, classe, opção sexual, nacionalidade etc. —, assim como inúmeras variações de possíveis autoritarismos, reacionarismos e fundamentalismos. Ou seja, o problema não estaria nos estereótipos — um dos vários aspectos do pensamento e da representação humana —, mas nos efeitos decorrentes de quem os controla, quem os define e,

principalmente, dos interesses aos quais eles servem. Nesse mesmo sentido, Shohat e Stam (2006) afirmam em relação aos estereótipos que o que estão em jogo são diferentes versões da verdade e da história.

Desse modo, diante de diferentes versões de *uma* verdade, os estereótipos representam um amplo consenso que se impõe como *a* verdade, localizando-se aí sua eficácia. Como afirma Dyer (1993, p. 13), os estereótipos proclamam: “Isso é como todo mundo — você, eu, nós — imagina como são os membros deste ou daquele grupo social”, como se as concepções desses grupos sociais fossem espontaneamente consideradas por todos os membros da sociedade independente e individualmente. Esse “acordo geral” invocado pelos estereótipos é mais aparente que real. Ou seja, estereótipos expressam definições particulares da realidade, com qualificações correspondentes, que por sua vez estão relacionadas às disposições de poder dentro da sociedade. Determinar quem propõe o estereótipo e quem tem poder para reforçá-lo é a principal questão.

Shohat e Stam (2006, p. 262-263) também questionam essa complexa questão ao afirmarem que, apesar de não haver uma verdade absoluta sobre a realidade, existem tanto estereótipos (ou verdades) “falsos sociologicamente e perniciosos ideologicamente” quanto “verdades contingentes, qualificadas a partir de certas perspectivas, que informa a visão de mundo de certas comunidades”.

De que maneira os processos de discriminação instaurados pela produção de estereótipos se expressam nas teorias do senso comum e nas representações cognitivas? Espera-se que os membros de grupos majoritários, ao categorizarem a si mesmos e os grupos minoritários, apresentem um favoritismo por seu grupo majoritário, atribuindo-lhe mais características positivas e menos traços negativos que aos grupos discriminados (TAJFEL, 1982).

Os estereótipos surgem como uma capacidade de síntese, condensação e agregação de vários elementos em uma imagem. Uma matriz que se replica. Os estereótipos podem ser definidos, segundo Krüger (2004, p. 36-37), “[...] como crença coletivamente compartilhada acerca de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico atribuído extensivamente a um agrupamento humano, formado mediante a aplicação de um ou mais critérios”. Com estas definições pode-se diferenciar estereótipos dos estigmas. Os estigmas são provavelmente os rótulos de qualificação de um indivíduo/grupo, que geralmente são depreciativos. Tais rótulos estimulam a instituição de crenças a respeito do indivíduo/grupo, sendo estas projetadas,

ampliadas e compartilhadas no/pelo coletivo social mediante a formação dos estereótipos.

Em outros termos, Soares (2002), observa que em relação aos estigmas sociais os estereótipos funcionam como reforço e manutenção de um sistema já instaurado, por meio daqueles, como diferenciador de grupos determinados. De acordo com Pereira (2002), os estereótipos podem ser caracterizados como artefatos humanos socialmente construídos, transmitidos de geração em geração, não apenas através de contatos diretos entre os diversos agentes sociais, mas também criados e reforçados pelos meios de comunicação, que são capazes de alterar as impressões sobre os grupos em vários sentidos.

Segundo Goffman (1975), o estigma corresponde a uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. Não são todos os atributos indesejáveis que estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado indivíduo. Assim, um estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Goffman ressalta que há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito e afirma que a sociedade estabelece tanto os meios de categorizar as pessoas quanto os atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.

A importância da discussão acerca dos estereótipos está ligada à diferença no exercício de poder e à possível existência de poder social por certos grupos para combatê-los. Podemos aproximar essa ideia em relação aos estereótipos do conceito de “hegemonia” de Gramsci (1995). Segundo essa concepção de origem marxista, a hegemonia é exercida por um grupo social sobre o conjunto da sociedade e sua construção é baseada em batalhas permanentes pela conquista de consenso social e liderança cultural e ideológica da uma classe ou bloco de classes sobre outra. Essa disputa pelo poder não é diferente no campo da sexualidade.

No discurso jornalístico sobre a homossexualidade, temos como predominante os significados produzidos por sujeitos que se colocam em uma posição em que se consideram dentro dos padrões de normalidade instituídos na sociedade. O *discurso sobre* é definido por Orlandi (1990, p.37) como "uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. [...] O *discurso sobre* é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos *discursos de*)", caracterizando-se então como lugar próprio para o funcionamento da polifonia. Muito do que conhecemos hoje sobre os homossexuais são versões históricas que se instituíram e que são autorizadas no interior

de determinado grupo social. Estes *discursos sobre* organizam e reorganizam *discursos de*, se efetivam e funcionam na forma do discurso em pleno funcionamento, o que já representa um gesto de interpretação do "outro" sobre o sujeito "diferente".

O *discurso sobre* tem ainda características próprias de um discurso que produz efeitos de sentidos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que ele funciona na recuperação de uma memória (organizando elementos próprios do *discurso de*), ele corre o risco de reduzir essa memória a um acúmulo de informações sobre o passado. O *discurso sobre*, nesse caso, revela o discurso mitológico, o da Igreja, o do Estado, o da escola, o da ciência, o da medicina etc., constituindo estruturas que se reproduzem indefinidamente, criando estereótipos, preconceitos, rejeições.

É interessante observar como esse discurso de exclusão revela o desencontro do sujeito com o meio onde vive. O "outro" (que se acha e se diz normal) não aceita o "diferente" como seu par. Canguilhem (2006, p.102) reflete sobre isso, afirmando o seguinte: O ser vivo e o meio, considerados separadamente, não são normais, porém é sua relação que os torna normais um para o outro. O meio é normal para uma determinada forma viva na medida em que lhe permite uma tal fecundidade e, correlativamente, uma tal variedade de formas que, na hipótese de ocorrerem modificações do meio, a vida possa encontrar em uma dessas formas a solução para o problema da adaptação que, brutalmente, se vê forçada a resolver. Um ser vivo é normal em um determinado meio na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências do meio.

Podemos dizer que se o meio for adaptado ao ser vivo (do qual ele depende para existir), ele deixa de ser "anormal", passando a constituir a dita "normalidade", tão exigida pela sociedade atual. A contemporaneidade tem se destacado pelos modos como a cultura opera, incidindo na constituição das identidades e subjetividades, moldando maneiras de ser, de pensar, de viver, enfim, regulando fatores materiais e simbólicos da vida nas sociedades do presente.

A busca de identidade está sendo cada vez mais questionada e teorizada. Segundo Hall (2003), as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Dessa forma, a ideia que se tinha de uma identidade única, enraizada, inabalável, sem mutações, não existe mais, pois, na perspectiva dos estudos contemporâneos, como a Teoria *Queer*, são processos de

identidades que estão acontecendo, são várias posições que um sujeito pode ocupar na sociedade, ocasionando várias representações de si.

O autor afirma ainda que ideias e representações – como gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade – consideradas até bem pouco tempo atrás como estáveis, hoje tem a sua solidez abalada, transformando-se a partir dos discursos, da comunicação, das relações com os outros, da produção e construção de si e com os outros. Distingue três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo que se mostra como um indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação; o sujeito sociológico, formado na relação com outras pessoas importantes para ele; e o sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. Segundo ele, "o sujeito assume identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. É definido historicamente, e não biologicamente" (HALL, 2003, p.13).

Analisando essas três concepções de identidade, temos no sujeito pós-moderno toda uma angústia de se representar, de se constituir, pois não há mais um alicerce no qual se possa levantar e construir sua identidade. Essa identidade pós-moderna está sendo desenvolvida na fluidez, na mobilidade, na mudança, na instabilidade. O poder não está em apenas um lugar ou em alguns, mas em todos os lugares, são micropoderes e microrresistências. Considera a identidade como produção, uma ação contínua, num permanente trabalho discursivo inacabado, flutuante e instável.

Essa ideia dialoga com Souza Santos (2000), ao afirmar que:

“Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem [...] escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis, em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades” (SOUZA SANTOS, 2000, p.135).

Identidades são, pois, identificações em curso. Foucault (1995) ainda afirma que há três tipos de lutas pela construção da identidade: aquelas que se opõem às formas de dominação (étnicas, sociais e religiosas); aquelas que denunciam as formas de exploração que separam o indivíduo daquilo que produzem; e aquelas que combatem tudo o que liga o indivíduo a ele mesmo e asseguram assim a submissão aos outros – lutas contra a sujeição, contra as diversas formas de subjetividade e de submissão. Para Foucault (1995), a última luta é a que prevalece na sociedade ocidental moderna, pois são formas de subjetivação que se colocam como representações de individualização.

Considerando esta individualização e liberdade não como uma construção de identidades insubmissas, pelo contrário, são relações de poder que foram racionalizadas e centralizadas. No entanto, sempre há fugas, resistências, pois nessas relações de poder há a fronteira constituída pela estratégia de lutas e os pontos de insubmissão, uma vez que são forças constituintes, ações recíprocas, sempre com trocas contínuas. Dessa forma, é através dos discursos produzidos que aparecem as novas identidades, as novas representações; é na relação com os outros que produzimos discursos, que mostramos diferenças e que construímos representações de nós e dos outros; o outro só é porque nós o construímos, nós o representamos através do nosso olhar.

A linguagem é instável, múltipla, multifacetada, repleta de outras vozes, como a identidade, sempre instável e buscando marcar a diferença, numa luta constante, uma luta entre sujeitos e poderes. O sujeito é atravessado por várias vozes e discursos, por uma memória discursiva, ocupando posições, não sendo e nem tendo mais um centro, produzindo enunciados. Estes enunciados estão repletos de outros em suas margens (FOUCAULT, 2001). Apresentam e demonstram diferenças, particularidades, combinações, escolhas, ocasionando uma rede de elementos que constitui uma representação de identidade, uma maneira de se posicionar em relação aos outros e a ele mesmo.

Segundo Woodward (2000, p.14), "[...] a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades". A autora ressalta ainda que a identidade não é o oposto da diferença, mas sim depende dela. Envolve um sistema de classificação que estabelece as relações sociais organizadas e divididas entre "nós e eles". A diferença pode ser vista de forma negativa. Nesse caso, ela é projetada no outro – que se torna, então, o domínio da diferença –, o qual é marginalizado e excluído pelos aspectos negativos a ele atribuídos. Por outro lado, quando vista de maneira positiva, implica em fazer da estranheza e do conflito que ela engendra uma fonte de conhecimento e enriquecimento.

Dessa maneira, compreendemos a diferença enquanto o campo do conflito entre distintas posições de sujeito, e enquanto o campo da diversidade, que diz respeito à pluralidade e variação de escolhas disponíveis na cultura de consumo. A diferença implica a identidade, como discuti acima, e, por isso mesmo, a permanente negociação entre o que se inclui e o que se exclui. A diversidade aponta para o ponto de fuga do conflito onde a renovação de opções obstrui o sentimento de perda e o sentido de incompletude.

Assim, é imprescindível reconhecermos o Jornalismo enquanto prática discursiva, como lugar de seleção e de construção simbólica de fatos, em que são fundamentais as escolhas entre aquilo que é dito e o que é silenciado, de quem participa e de quem é ausentado desse processo. É presente, ainda, que o discurso jornalístico naturalizou-se como o discurso sobre o real, valendo-se do capital da credibilidade (BERGER, 1998). É por essa razão que pensar o Jornalismo pelos mecanismos da linguagem possibilita deixar transparecer o que habitualmente permanece escondido: a trama de relações que constitui um discurso (já tomado como texto pelo analista), extraindo dele os processos particulares (do presente e do histórico) que o conformam.

Como argumenta Ponte (2005), o discurso jornalístico é parte integrante da institucionalização da sociedade como realidade objetiva. Para a autora, os produtos jornalísticos são carregados de sentido ideológico, de escolhas, da noção de que essas são as matérias sobre as quais se devem saber. São os campos semânticos construídos pela linguagem que constituem esquemas de classificação e permitem a acumulação da experiência. O modo como o Jornalismo interage e fala sobre os demais campos tem a ver com as suas próprias características enquanto um sistema organizado.

4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Verificar quais categorias de cidadania os discursos jornalísticos da Folha e do Estadão ajudam a construir a partir das representações sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, identificando as visões hegemônicas e periféricas, requer uma metodologia que aplica, nos seus diversos níveis de aprofundamento, técnicas oriundas da Análise do Discurso francesa (AD). Benetti (2007) explica que a AD é produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento de vozes (jornalista, instituição, fonte, leitor) e identificação dos sentidos (formações discursivas, silenciamento, movimentos de paráfrase e polissemia). Utilizaremos os dois tipos de pesquisas como método para a análise dos textos jornalísticos, pois entendemos que dessa forma chegaremos a um resultado mais aprofundado e contribuiremos para o fortalecimento da construção de uma metodologia de pesquisa própria ao campo do Jornalismo.

Pinto (1999, p.7) explica que a Análise do Discurso procura “[...] descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos na sociedade”. Nesse caso, os produtos culturais são entendidos como textos, como formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita.

A análise de um texto jornalístico impresso tomará como ponto de partida o texto publicado, associando-o, a partir de certas pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto é, na mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas socioculturais no interior das quais surgiu e que costumam ser chamadas de contexto (PINTO, 1999, p.7-8).

A Análise do Discurso está preocupada com o funcionamento dos discursos, ou seja, quer saber tanto *o que* o texto diz, em termos de sentidos, quanto *como e por que* ele o diz daquele modo. Define também os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também constituem este contexto. De acordo com Pinto (1999), a Análise do Discurso tem privilegiado em suas análises textos impressos ou transcrições de textos orais, quase sempre tratados isoladamente, procurando identificar as implicações político-ideológicas presente no discurso.

4.1 Mapeamento de vozes

A partir da observação dos sujeitos que constituem o discurso jornalístico – a empresa, o jornalista e as fontes que estão presentes na notícia³⁰ – verificamos que o texto é composto por diversas vozes. O discurso se tece polifonicamente (BAKHTIN, 1986), num jogo de várias vozes cruzadas, complementares ou concorrentes.

O dialogismo é constitutivo do discurso, e o princípio dialógico decorre da interação que se estabelece entre os sujeitos no texto. Neste caso, o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos. A intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem, mas também constrói os próprios sujeitos produtores do texto. No campo jornalístico (BENETTI, 2006), o conceito de intersubjetividade vem reforçar a visão do paradigma construcionista de que a notícia é um resultado da interação entre os diversos sujeitos inseridos no processo.

Os textos são diálogos porque resultam do embate de muitas vozes, mas o efeito produzido não é necessariamente o de polifonia. Por isso, é necessário distinguir dialogismo e polifonia, como faz Barros (1997, p.35): “[...] nos textos polifônicos, os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se ver ou entrever; nos textos monofônicos, eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz”. Sem polifonia, a partir da perspectiva de Ducrot (1987), estamos diante de um discurso falsamente plural. Podemos, por exemplo, dar voz a diversas fontes em uma reportagem, e mesmo assim o sentido do enunciado ser monofônico, pois todos os sujeitos enunciam sob a mesma perspectiva.

Para identificar o caráter monofônico ou polifônico do discurso, Ducrot (1987) diferencia locutores e enunciadores. O locutor é o sujeito que fala e que pode ser identificado como o responsável, ao menos imediatamente, pelo enunciado. A complexidade maior recai sobre o estudo dos enunciadores. Segundo o autor, pode acontecer de o sentido do enunciado fazer surgirem vozes que não são as de um locutor, mas de enunciadores, seres dos quais a enunciação³¹ expressa o ponto de vista, a

³⁰ Para mapear as vozes que constituem o discurso jornalístico, entendemos que o locutor pode se apresentar de diversas formas, que não são apenas as das fontes de informação explícitas ou em *off*. O jornalista que assina, o jornalista que escreve sem assinar, mas que repassa a identificação imediata ao veículo, o leitor que assina uma carta e o articulista que assina um artigo também são sujeitos constituintes do discurso.

³¹ Ducrot (1987, p.168) designa por enunciação “[...] o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado.” O autor escolhe uma definição da enunciação que não contenha necessariamente uma

posição, a atitude, mas não necessariamente as palavras. Desta forma, o locutor é quem fala, o enunciador é aquele a partir de quem se vê: “[...] o enunciador deve ser identificado, na análise de vozes, como a perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia. Essa perspectiva está diretamente associada a uma posição de sujeito, conformada também por inscrições culturais, sociais e históricas” (BENETTI, 2006).

Se o jornalismo deve representar a diversidade de pensamento da sociedade, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo representativo dessa complexa estrutura social na qual estamos inseridos. Por trás de aparentes polifonias, a partir da verificação de múltiplos locutores, muitas vezes escondem-se discursos essencialmente monofônicos, o que contraria o compromisso social do campo jornalístico.

Para identificarmos em nossa pesquisa as visões hegemônicas e periféricas de cidadania para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais construídas pelos discursos jornalísticos da Folha e do Estadão, primeiramente faremos um mapeamento de vozes que falam sobre o tema da diversidade sexual nestes textos, interessando-nos reconhecer se há pluralidade nesses discursos. Esse mapeamento nos ajudará no movimento de identificação dos sentidos produzidos pelo discurso jornalístico.

4.2 Identificação dos sentidos

A produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos, definidos por Orlandi (1993) como processo parafrástico e o processo polissêmico. Segundo a autora, o processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias formas, e o processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes. “Esta tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem. Uma consequência da distinção desses dois processos é a diferença entre criatividade e produtividade”, explica Orlandi (1993, p.20). A produtividade se dá pela obtenção de variados elementos através de operações que são sempre as mesmas e que procuram manter o que está instituído. Já a criatividade instaura o diferente na linguagem, na medida em que cria novas formas, novos sentidos, podendo realizar uma ruptura com o *status quo*.

fonte como seu autor, como, por exemplo, as “enunciações históricas”, nas quais o sentido dos enunciados não exhibe nenhum autor de sua fala. Para Ducrot, certas enunciações não aparecem como produto de uma subjetividade individual, não atribuindo a nenhum locutor a responsabilidade de sua enunciação.

Para a análise dos produtos discursivos resultados da interlocução, Orlandi (1993) elaborou uma tipologia de discursos a partir da interação dos sujeitos e a relação de polissemia e paráfrase, dividida em autoritário, polêmico e lúdico. O tipo autoritário é o que tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade. O tipo polêmico apresenta um equilíbrio entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade é disputada pelos interlocutores, havendo a possibilidade de mais de um sentido. Já o tipo lúdico tende para total polissemia, em que a reversibilidade é total.

O sujeito não é fonte do seu dizer, mas enuncia a partir de discursos pré-existentes. Para que isso ocorra, é necessário que ele passe por dois tipos de esquecimento que, ao mesmo tempo, se constituem como ilusões do sujeito. O primeiro esquecimento é da ordem do interdiscurso, onde o sujeito tem a ilusão de ser a origem de tudo o que diz. O segundo esquecimento é da ordem do intradiscurso, da enunciação, onde o sujeito, ao selecionar dizeres em detrimento de outros, apaga a noção de que poderia ter enunciado ditos diferentes (PÊCHEUX, 1988).

É fundamental para a AD o pressuposto de que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, embora sua realização ocorra nele. O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, é uma posição. Em AD, a posição-sujeito não significa presença física e nem mesmo lugares objetivos da estrutura social, mas um lugar social representado no discurso, sempre a partir de determinada Formação Discursiva. “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2001, p.34).

Nessa linha, como para Orlandi (2001), tomamos o Discurso como efeito de sentido entre locutores e como fornecedor de representações da realidade baseadas em ideias preconcebidas; Formações Imaginárias (FIs) como projeções que permitem passar de situações empíricas para posições dos sujeitos no discurso; Formações Discursivas (FDs) como aquelas que autorizam o que deve e o que não deve ser dito em determinada configuração sócio-histórica compondo uma “região de sentidos”. E, Sequências Discursivas (SDs) como o trecho do texto que suporta a Formação Discursiva, arbitrariamente recortado para análise. As formações imaginárias dão o tom das posições de sujeitos no interior do discurso, que estão relacionadas às formações ideológicas, que por sua vez acabam orientando as regras das formações discursivas.

Os sentidos acerca de um fato ou tema, construídos pelo discurso jornalístico, dependem de relações constituídas nas/pelas Formações Discursivas (FD), que

funcionam como reguladores de sentidos ao atuar nos recortes que o sujeito empreende, buscando, no interdiscurso, sentidos já realizados ou possíveis. A formação discursiva é constituída por um sistema de paráfrase, processo de dizer o mesmo, reiteradas vezes: “um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade” (BRANDÃO, 2002, p.39). Nesse contexto, os textos jornalísticos realizam movimentos de resgate da memória e, nesse processo, fazem circular narrativas sobre o presente, permeadas por signos historicamente constituídos. A interdiscursividade é onipresente: o já dito, o repetível, está na base do dizível, de onde, via FD, o jornalista transpõe elementos para ressignificar e determinar deslocamentos de sentido.

Partimos da materialidade do discurso presente no *texto* das notícias com a finalidade de identificar as FDs, relacionando-as com as FIs, para chegar às representações predominantes nos enunciados. Depois, pela aproximação e/ou distanciamento com um sentido principal hegemônico buscamos categorizar tais representações como favoráveis, desfavoráveis ou tensionadas aos moldes de Jacks, Machado e Muller (2004). Para tanto, primeiro identificamos no *texto* as SDs, apontamos o sentido nuclear de cada uma e agrupamos as SDs, em cada *texto*, conforme o seu sentido nuclear. Depois, evidenciamos a que FD elas pertenciam e relacionamos as FDs à Formação Imaginária (FI) e/ou à matriz de representação hegemônica da homossexualidade. Por último, categorizamos as Sequências como favoráveis, desfavoráveis ou tensionadas em relação a essa matriz. No método de análise fazemos o caminho inverso do discurso: partimos do *texto* para o que lhe é exterior, segundo Benetti (2007).

As formações ideológicas estão relacionadas às formações sociais, já que é no interior destas que o ideológico se institui, determinando, pelo viés da formação discursiva, os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo imagens que representam tais lugares. Logo, as formações imaginárias e ideológicas autorizam o jornalista a ocupar determinado espaço na sociedade. O discurso jornalístico é, entre outras práticas discursivas dispersas em diferentes lugares sociais, o discurso da verdade.

A leitura do texto, nessa ótica, não é simplesmente assimilação, mas, conforme Johnson (1999), ela própria é um ato de produção. Nesse momento, buscamos mapear as representações da homossexualidade na posição de leitores dos textos selecionados, com a finalidade de relacionar tais leituras à matriz representacional hegemônica que

historicamente envolve a homossexualidade categorizando-as como de oposição, preferenciais e/ou negociadas (HALL, 2003).

É importante observar dessa forma que as leituras são também interdiscursivas, pois nenhuma forma subjetiva atua por conta própria e que, devido a essa particularidade, as formas de transformações culturais sempre acontecem nesse momento. A leitura diz respeito, portanto, a uma atividade, um tipo de prática na qual o indivíduo percebe e trabalha o material simbólico que recebe (THOMPSON, 2005). Se na produção ocorre a fixação do conteúdo simbólico, na leitura o processo, mesmo que complementar, é inverso, por isso é importante atentar às práticas sociais de recepção entendidas como espaço de produção de sentido.

É na leitura então que os textos em circulação adquirem valor social e efetividade simbólica. Nela, segundo Escosteguy (2007), é possível identificar algumas “posições-tipo” de decodificação que são postos hipotéticos a partir das quais as representações que o discurso movimenta podem ser tomadas. Essas “posições-tipo” são, conforme Hall (2003), classificadas em: “hegemônicas ou dominantes”, onde o leitor opera dentro do que foi proposto pelo produtor; “código negociado” no qual o leitor reconhece as definições hegemônicas, mas se permite adaptá-las; e “código de oposição” segundo o qual o leitor se posiciona de modo contrário ao produtor.

Para a AD, todo discurso é efeito de sentidos entre locutores, com o sentido dependendo de complexas relações. Assim sendo, as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas são “adjetivadas” a partir dessas posições, ou seja, da relação com as formações imaginárias. O sentido se forma por um trabalho da rede da memória, ele não está fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica. Assim, um enunciado sempre pode se tornar outro. Um texto parte em inúmeras direções. A AD considera o texto em sua materialidade como uma peça com suas articulações. Todas são relevantes para a construção do ou dos sentidos. Importante ainda pensar que em um texto não encontramos apenas uma FD. O texto, ou a materialização do discurso, pode ser atravessado por várias formações discursivas, organizadas em função de uma FD dominante.

As notícias oferecem a matéria prima para a análise de discurso, pois contém em si, como é próprio da constituição da linguagem, um embate, como explica Schwaab (2007). Não há discurso sem conflito, sem enfrentamentos, sem escolhas (que implicam

silenciamentos) e uma constante luta pelo fechamento de sentidos, na ilusão de poder não deixar margens.

Ler estes conflitos é tarefa fundamental para compreender o Jornalismo que se assume, cada vez mais, como lugar de realização da complexidade da experiência do ser humano e suas contradições. Investigar que sentidos são produzidos pelo discurso jornalístico é tarefa de grande importância dentro do atual contexto de centralidade da mídia e do Jornalismo nos processos sociais contemporâneos (SCHWAAB, 2007, p.12).

O fenômeno da midiatização estabeleceu que a discussão sobre os mais diferentes temas pode acontecer em variadas esferas, mas, certamente, o desenho das concepções de mundo construído pelo Jornalismo tem papel relevante na própria questão do imaginário que, por sua vez, tem determinação em todas as esferas do processo discursivo. O Jornalismo é, portanto, espaço profícuo de observação. Mobilizando os dispositivos teóricos e metodológicos da AD é possível apreender o que nele está colado, ou seja, os efeitos que seu discurso busca produzir.

4.3 Definição do Corpus

Para a realização da pesquisa definimos como o corpus os textos jornalísticos publicados nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, diários de referência no Brasil.

O jornal Folha de S. Paulo foi fundado em 19 de fevereiro de 1921 com o nome Folha da Noite, e apenas em 1º de janeiro de 1960 adotou o atual nome. Em 1967, o jornal foi pioneiro na impressão offset em cores, usada em larga tiragem pela primeira vez no Brasil. Em 1971, a Folha de S. Paulo abandonou a composição a chumbo e se tornou o primeiro jornal a usar o sistema eletrônico de fotocomposição. Na década de 80, tornou-se o jornal mais vendido no país. Em 1983, o jornal teve a primeira Redação informatizada na América do Sul com a instalação de terminais de computador. Em 2010, o jornal realizou uma mudança significativa em seu projeto gráfico e também editorial. Os textos de análise ganharam mais espaço, ampliando o esforço de esclarecer ao leitor sobre a importância, o contexto, a origem, as implicações e o feixe de interesses em torno de informações relevantes publicadas no jornal.³² Neste ano a Folha também promoveu a fusão orgânica entre as equipes de jornalistas do meio online e do impresso. Atualmente, é o jornal de maior circulação em todo o país. Em 2009, a média

³² Informações retiradas do caderno Novíssima, encartado na edição da Folha de S. Paulo de 23 de maio de 2010. O caderno de 12 páginas explicou todas as mudanças realizadas no jornal.

diária de circulação foi de 295.558 exemplares, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC)³³

O Estado de S. Paulo é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Ao longo do tempo novas empresas e produtos foram criados a partir de O Estado de S. Paulo, principal produto do Grupo Estado. Em 1958 começa a diversificação com a inauguração da Rádio Eldorado. Em 1966 é lançado o Jornal da Tarde. A Agência Estado passou a operar em 1970. Em 1984 nasce a Oesp-Mídia e em 1988 a Oesp-Gráfica. Em 1991 a Broadcast é incorporada à Agência Estado. Em março de 2000 foi lançado o portal Estadao.com.br, com informativo em tempo real. E março de 2010 o Estadão iniciou uma nova fase com um novo planejamento visual nas versões impressa e digital. O objetivo da mudança no Estadão, assim como na Folha, é tornar o jornal mais analítico, agradável e próximo da vida do leitor. Atualmente, o jornal está em 5º lugar em circulação em todo o país. Em 2009, a média diária de circulação foi de 212.844 exemplares, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC)³⁴.

Além do público que tem acesso ao conteúdo jornalístico pelo meio impresso, consideramos para a relevância desse corpus o fato desse conteúdo estar também disponível no meio digital gratuitamente, o que faz com que o público potencial que terá acesso aos textos jornalísticos seja muito mais abrangente. Outro fato que contribui para a definição do corpus é que essas duas empresas jornalísticas possuem duas das mais importantes agências de notícias do país. Desse modo, o conteúdo produzido pelos jornais impressos diários é publicado também por dezenas de outros jornais espalhados pelo Brasil.

Para o refinamento da pesquisa, utilizamos primeiramente a regra da exaustividade, incluindo todos os documentos relativos ao assunto pesquisado (informativos e opinativos) publicados durante o primeiro semestre de 2011. Escolhemos esse período por ele contemplar um fato histórico na luta por direitos da população LGBT no Brasil: a aprovação da união estável gay por parte do Supremo Tribunal Federal, o que significa o reconhecimento da relação homoafetiva como uma família, com os mesmos direitos de um casal heterossexual numa união estável. Definimos então que o período de seis meses, primeiro semestre do ano, seria adequado para ter um corpus representativo sobre os temas relativos aos direitos dos homossexuais, principalmente pelo fato do término do corpus ser marcado pela

³³ Documento eletrônico.

³⁴ Documento eletrônico.

cobertura jornalística da Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, reconhecida como a maior do mundo em participação de público.

A coleta do material para a análise foi realizada no site dos jornais Folha de S. Paulo (www.folha.com.br) e O Estado de S. Paulo (www.estadao.com.br). Ambos possuem sistema de busca direcionado para os textos publicados na edição impressa dos jornais, o que exclui textos publicados exclusivamente nos sites. No sistema de busca, utilizamos as seguintes palavras-chaves: *Homossexual*, *Gay*, *Lésbica*, *Bissexuais*, *Travesti*, *Transexual* e *Transgênero*. Definimos como palavras-chaves as identidades que constituem a sigla LGBT, nomenclatura adotada pelos movimentos sociais e governo no Brasil em 2008, junto com o padrão usado em outros países do mundo. Também adotamos o termo homossexual, utilizado historicamente como “oposição” à heterossexualidade, por isso incorpora as diversas identidades sexuais existentes.

Para a análise do discurso produzido nos textos, definimos por excluir os demais elementos que compõem a edição nos jornais, como fotos e infográficos, pois entendemos que seria necessário recorreremos a teorias próprias da imagem para esta análise, o que não contempla o nosso objetivo. Entendemos também que esses elementos são utilizados para reforçar os sentidos construídos pelo texto, o que não traria prejuízo em nossa análise textual.

Definimos como texto jornalístico aquele que contém um título e o corpo do texto propriamente dito, por isso muitas reportagens (com diversas sub-retrancas cada) foram divididas em diversos textos. Para a análise, consideramos gênero informativo as notícias e reportagens (nos seus diversos tamanhos) e entrevistas, e gênero opinativo as cartas de leitores, editoriais, artigos e textos de colunistas do jornal. Utilizamos a classificação dos gêneros jornalísticos em informativo e opinativo, proposta por José Marques de Melo (2003).

5 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE CIDADANIA LGBT NOS JORNAIS *FOLHA E ESTADÃO*

Neste capítulo apresentamos as análises de todos os 164 textos jornalísticos que compõem o corpus da pesquisa. Primeiro, realizamos a avaliação dos textos pertencentes ao jornal Folha de S. Paulo; em segundo, do Estado de S. Paulo; por último, uma análise comparativa entre os jornais.

5.1 Análise dos Textos do jornal Folha de S. Paulo

Na Folha de S. Paulo encontramos a seguinte quantidade de textos que fazem referência à população LGBT:

Palavra-chave	Nº de textos
Gay	396
Homossexual	108
Transexual	54
Travesti	30
Lésbica	17
Bissexual	06
Transgênero	00
Total	611

Tabela 1: quantidade de textos por palavras-chave na Folha

Dentre os 611 registros encontrados, foram selecionados 84 textos jornalísticos, pelos seguintes critérios:

- Muitos registros eram repetidos, devido à existência de duas ou mais palavras-chaves em um mesmo texto;
- Muitos registros se referiam ao texto ANTERIOR ou POSTERIOR, como podemos verificar nesse exemplo:

Folha de S.Paulo - Sem alarde, salário de Kassab tem alta de 62% - 28/06/2011
 ...são os mais barrados em países europeus **Próximo Texto:** Juiz reconhece 1º casamento civil **gay** Índice | Comunicar Erros Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos...
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2806201116.htm>

- c) Retiramos do corpus todos os textos que não se enquadram no gênero informativo, como os textos de opinião, carta do leitor, columnistas e crítica.
- d) Excluimos do corpus final os textos referentes a acontecimentos em outros países que não tiveram uma relação direta com os brasileiros ou o Brasil.

Apresentamos na seqüência a análise dos 84 textos jornalísticos do gênero informativo do jornal Folha de S. Paulo.

FSP 1 – “Fui torturado em prisão catalã’, diz brasileiro” - 01/01/2011

Fontes de Informação	Fábio (nome fictício), homossexual preso Eugeni Rodríguez, da ONG Frente de Liberdade Gay da Catalunha Diretor do Observatório do Sistema Penal e dos Direitos Humanos na Espanha da Universidade de Barcelona, Iñaki Rivera
Seqüências Discursivas	SD1 "Quando os funcionários descobriram que eu era gay , me obrigaram a ficar nu e dois funcionários imobilizaram meus pés e, um terceiro, minhas mãos. Outro introduziu o cabo de uma vassoura com violência em meu ânus. Tive hemorragia", disse.
Visão sobre as pessoas LGBT	O gay é representado como vítima de violência.
Visão de cidadania	O texto denuncia supostos casos de homofobia e xenofobia, situações de não reconhecimento dos direitos humanos e cidadania do próximo. No que se refere às fontes consultadas, todas ajudam na construção de um discurso contra violência, seja ela praticada contra homossexuais ou heterossexuais. O fato de ele ser brasileiro se destaca como primeiro critério de noticiabilidade do jornal, como percebemos no título da matéria, mas a reportagem vai revelando durante sua construção que a violência praticada por ódio aos gays é o cerne da questão.

FSP 2 - Floripa surge como destino internacional - 06/01/2011

Fontes de Informação	Texto assinado pelo jornalista e empresário André Fischer.
Seqüências	SD2 Pousadas exclusivamente gays são poucas no país, mas começa a

Discursivas	ser moldado um calendário de eventos que vislumbra o surgimento de um circuito gay nacional .
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay em busca de maior visibilidade e espaços próprios de convivência e entretenimento, mesmo que neste caso seja para gays de classe média e alta (com poder aquisitivo).
Visão de cidadania	Visão de cidadania ligada ao mercado, público consumidor, o cidadão como “público gay”. Essa visão de cidadania ligada aos direitos do consumidor, diferente do cidadão com os direitos de igualdade, liberdade e outros valores como da dignidade humana diferente da visão republicana de cidadania.

FSP 3 - Berlim é bola da vez da comunidade gay - 06/01/2011

Fontes de Informação	Texto assinado pelo jornalista e empresário André Fischer.
Sequências Discursivas	SD3 O que pode parecer a visão do inferno para alguns "fundamentalistas" é a porta do paraíso para outros tantos: milhares de homens ocupando bairros e cidades inteiras em eventos cada vez maiores espalhados pelos cinco continentes do mundo.
Visão sobre as pessoas LGBT	A representação sobre os gays se ancora na construção e conquista de espaços que garantem maior visibilidade social. Na metáfora do “inferno” e “paraíso”, entendemos que o “paraíso” está relacionado ao poder de consumo, liberdade de escolha, sonho, igualdade de direitos. Por outro lado, o “inferno” está ligado aos padrões da tradição no qual o discurso conservador da Igreja Católica é o seu representante enquanto instituição da ordem.
Visão de cidadania	Visão de cidadania ligada ao mercado, público consumidor, o cidadão como “público gay”. Essa visão de cidadania ligada aos direitos do consumidor, diferente do cidadão com os direitos de igualdade, liberdade e outros valores como da dignidade humana diferente da visão republicana de cidadania.

FSP 4 - Hotelaria surfa onda "hetero friendly" - 06/01/2011

Fontes de	Gerente de marketing do hotel
------------------	-------------------------------

Informação Sequências Discursivas	<p>SD4 O Axel aceita héteros? Nós não perguntamos aos nossos clientes se eles são gays ou heterossexuais. Dois homens, duas mulheres, um homem sozinho, uma mulher sozinha...Todos os clientes são igualmente bem-vindos, independentemente da sua orientação sexual.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Representação do gay como sujeito de direitos igual ao heterossexual.</p>
Visão de cidadania	<p>Visão de cidadania ligada ao mercado, público consumidor, o cidadão como “público gay”. Essa visão de cidadania ligada aos direitos do consumidor, diferente do cidadão com os direitos de igualdade, liberdade e outros valores como da dignidade humana diferente da visão republicana de cidadania.</p>

FSP 5 - Equipe deve ter treinamento especializado - 06/01/2011

Fontes de Informação	<p>Almir Nascimento, Presidente da Abrat GLS Jon Fairbanks, do site Gay Travel Frédéric Dumont proprietário do site Gay Provence</p>
Sequências Discursivas	<p>SD5 Um dos exemplos que Nascimento cita, de situações para as quais o atendente de um hotel deve estar treinado, é sobre a indicação do toalete para um travesti.</p> <p>SD6 Neste caso, o correto, segundo ele, seria indicar o toalete feminino, no caso de o hóspede estar com roupa de mulher, ou o masculino, se ele estiver como um homem.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Discurso pretende combater o preconceito, mas reproduz os estereótipos ancorados nas representações sobre os papéis sociais de gênero masculino e feminino. Dessa forma a visão sobre os homossexuais recai nos corpos “errantes” (travestis e transexuais, neste caso) como não legítimos para o imaginário social instituído (fora da ordem).</p>
Visão de cidadania	<p>Visão de cidadania ligada ao mercado, público consumidor, o cidadão como “público gay”. Essa visão de cidadania ligada aos direitos do consumidor, diferente do cidadão com os direitos de igualdade,</p>

liberdade e outros valores como da dignidade humana diferente da visão republicana de cidadania.

FSP 6 - Em hotéis de Fort Lauderdale, roupa na piscina é optativa - 06/01/2011

Fontes de Informação	Richard Gray, vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento do Turismo da cidade
Sequências Discursivas	SD7 Atualmente, um dos diferenciais é que nos hotéis gays, frequentados por homens, o uso de roupa na área da piscina é opcional. "A principal diferença de um hotel tradicional para um hotel gay é que neste último os gays podem se sentir totalmente eles ", diz.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay passa pela promiscuidade, o excesso relacionado às práticas sexuais, à margem da norma instituída na sociedade ocidental voltada ao casamento monogâmico e sexo para reprodução (valores estabelecidos pela Igreja Católica).
Visão de cidadania	Visão de cidadania ligada ao mercado, público consumidor, o cidadão como "público gay". Essa visão de cidadania ligada aos direitos do consumidor, diferente do cidadão com os direitos de igualdade, liberdade e outros valores como da dignidade humana diferente da visão republicana de cidadania.

FSP 7 - Brasil dá passos iniciais no turismo GLS - 06/01/2011

Fontes de Informação	Almir Nascimento, Presidente da Abrat GLS
Sequências Discursivas	SD8 Em São Paulo, onde ocorre a maior Parada Gay do mundo, demorou a surgir um posto oficial de informações voltado para os homossexuais.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay passa pela luta por direitos civis e conquista da cidadania.
Visão de cidadania	Reportagem critica o avanço lento de investimentos que possam contribuir para o crescimento do turismo GLS no país. Cita como exemplo o fato de São Paulo, cidade que possui a maior Parada do mundo, não ter até o ano passado um posto de informações voltado

exclusivamente a população LGBT. Percebemos, mesmo dentro da editoria de turismo, a preocupação com a visibilidade homossexual alinhada com uma perspectiva política de inclusão social.

FSP 8 - Rio: Escola de samba lança banheiro gay e causa polêmica - 07/01/2011

Fontes de Informação	Coordenação do Programa Rio Sem Homofobia Escola de Samba Unidos da Tijuca
Sequências Discursivas	SD9 A Coordenação do Programa Rio Sem Homofobia, do governo do Estado, considerou a iniciativa "um apartheid carnavalesco ".
Visão sobre as pessoas LGBT	O "diferente" aparece como espaço de segregação, apartheid (atributo negativo). Se, por um lado, o carnaval, momento da brincadeira, é o lugar onde não haveria diferenças sociais, o banheiro gay estaria marcando uma diferença, que é do preconceito social em relação aos homossexuais.
Visão de cidadania	Tensão entre a visão que discrimina a população LGBT ao querer "separar o público gay" e a visão que rejeita essa iniciativa.

FSP 9 - "BBB 11" tem uma transexual em seu elenco - 09/01/2011

Fontes de Informação	TV Globo
Sequências Discursivas	SD10 Dentre os participantes está Ariadna Thalia, que, segundo alguns sites, era travesti e teria se submetido, na Tailândia, a uma operação para mudança de sexo . A Globo confirmou que ela é transexual.
Visão sobre as pessoas LGBT	A notícia dá visibilidade à concepção de homossexual um "desviante da norma" ou dos padrões identitários essencialistas de se entender os gêneros e seus atributos. Transexual normalmente é representado com o exótico, polêmico, tabu por ter "trocado de sexo".
Visão de cidadania	Reportagem reforça o espetacular e também um certo escárnio social em função do novo participante do programa ter feito uma operação para mudança de sexo. O direito à diferença se apresenta em uma linha tênue entre a sua visibilidade como transformadora e o sensacionalismo sobre o "corpo errante".

FSP 10 - SP fará cirurgia gratuita para transexuais - 11/01/2011

Fontes de Informação	Transexual Coordenadora do ambulatório de sexologia do hospital Coordenadora centro de referência e treinamento em DST/Aids da secretaria de saúde.
Sequências Discursivas	SD11 Ele sente-se homem "desde que se conhece por gente". Veste-se como homem e comporta-se como homem. Entretanto, tem seios e menstrua, como uma mulher. " É um constrangimento ", diz.
Visão sobre as pessoas LGBT	A reportagem reproduz padrões de comportamento socialmente aceitos que reforçam a visão essencialista do que é ser homem e mulher. O processo de identificação de gênero é muitas vezes equivocada, ao se observar apenas o corpo. O homossexual é tratado no discurso como o desvio que pode ser corrigido.
Visão de cidadania	Reportagem dá visibilidade a uma conquista de direitos de pessoas que querem fazer cirurgia pra mudança de sexo. Mostra que há um constrangimento perante a sociedade de um sujeito ser mulher, porém se identificar com o gênero masculino.

FSP 11 - Deputados atacam vídeo anti-homofobia - 13/01/2011

Fontes de Informação	Deputado Jair Bolsonaro Deputado Eduardo Cunha Coordenadora de direitos humanos do MEC
Sequências Discursivas	SD12 Em discurso no plenário, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) disse que os vídeos davam " nojo ". "Esses gays e lésbicas querem que nós [heterossexuais], a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade ", afirmou. SD13 Ele ressalta que ainda não viu os vídeos, mas diz que, pelos dados de que dispõe, trata-se não de combate à homofobia, mas na verdade de um material que faz apologia à homossexualidade diante dos adolescentes.
Visão sobre as pessoas	Homossexual representado como anti-natural, desvio da norma, promiscuidade. Reforça a posição da Igreja em "defesa da família".

LGBT	
Visão de cidadania	Predomínio da visão de discriminação contra diversidade sexual.

FSP 12 - Globo estreia novela com núcleo de personagens gays - 16/01/2011

Fontes de Informação	Autor da novela, Gilberto Braga Doutor em teledramaturgia, Mauro Alencar Jornalista André Fischer Autor de novela Marcilio Moraes
Sequências Discursivas	SD14 Doutor em teledramaturgia, Mauro Alencar diz que "é preciso caminhar passo a passo, pois as diferenças do pensar e sentir no Brasil são gigantes, e a novela é um gênero que dialoga com todas as camadas sociais ". SD 15 "a Globo tem dado provas de que é simpatizante à causa gay , pela maneira positiva como apresenta casais gays em suas novelas".
Visão sobre as pessoas LGBT	O ineditismo de um núcleo de personagens gays na principal novela da TV Globo mostra um avanço na aceitação do tema da homossexualidade, porém o tabu com relação ao beijo entre homens revela que a tolerância do público "tem limite", o que poderia "ferir" os bons costumes da família, visto que a novela dialoga com todas as camadas sociais.
Visão de cidadania	A busca por visibilidade é uma estratégia do movimento LGBT para a conquista de direitos, e por esse viés pode-se considerar que a formação de um núcleo gay na novela pode contribuir para o avanço do respeito à diversidade sexual.

FSP 13 - Garota de 13 não sabe o que é amar, afirma juiz - 29/01/2011

Fontes de Informação	Juiz Alberto Salomão Júnior, da 2ª Vara Criminal de Bangu Ministério Público
Sequências Discursivas	SD16 Para juiz, relação foi ato violento; ele nega que o fato de a professora ser gay tenha tido influência na decisão.

Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexualidade aparece relacionada com atributos negativos do comportamento social e associada a atos criminosos.
Visão de cidadania	O texto questiona se o juiz teria baseado sua decisão de condenar uma mulher pelo crime de pedofilia pelo fato dela ser homossexual, o que associa o homossexual ao crime, como o discurso religioso construiu historicamente, o que seria uma penalização à pessoa por ser diferente.

FSP 14 - Agressão: Doutorando da USP diz ter sido vítima de ataque homofóbico - 30/01/2011

Fontes de Informação	Doutorando da USP, homossexual Secretaria de Segurança
Sequências Discursivas	SD17 Ele havia passado por dez rapazes vestidos de preto . SD18 Tentou registrar ocorrência na delegacia da Consolação, mas disse ter sido orientado a procurar a Decradi (especializada em delitos de intolerância), onde relatou o episódio. A Secretaria de Segurança nega ; diz que o rapaz não quis esperar atendimento.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de violência e discriminação.
Visão de cidadania	Reportagem dá visibilidade a um caso de agressão contra um homossexual, reforçando o discurso contra a homofobia.

FSP 15 - Legislativo vai encarar velhas polêmicas - 30/01/2011

Fontes de Informação	Senadora Marta Suplicy Presidente da ABLGT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Toni Reis Telia Negrão, secretária-executiva da Rede Feminista de Saúde Deputado Eros Biondini (PTB-MG)
Sequências Discursivas	SD19 Criminalização da homofobia, legalização do aborto e casamento gay são temas que voltarão à pauta do Congresso.

	SD20 Deputados e senadores da nova legislatura iniciam articulação para debater temas considerados delicados .
Visão sobre as pessoas LGBT	Pessoas LGBT são relacionadas a uma comunidade que reivindica questões “polêmicas”, temas “delicados” que dividem a opinião pública. Reforça a existência do preconceito discriminação contra a diversidade sexual.
Visão de cidadania	O texto dá visibilidade às reivindicações do movimento LGBT em busca de direitos civis, mas se utiliza da estratégia do valor-notícia da polêmica para atrair a atenção do leitor.

FSP 16 -Sem-teto gays andam juntos para se proteger - 13/02/2011

Fontes de Informação	Vigia Kelly, travesti Cláudia, travesti Psicóloga Fernanda Maria Munhoz Salgado Empresário Douglas Drumond
Sequências Discursivas	SD21 Os quatro são gays e mendigos, moradores de rua. SD22 Todos têm uma "identidade" feminina . SD23 A maior queixa é a intransigência dos abrigos, que proíbem a entrada de mendigos travestidos . "Dizem: "senhora, tem de colocar roupa de homem", diz Kelly. SD24 "Sou uma mulher presa num corpo de homem . Não consigo representar uma coisa que não sou", diz Cláudio, nome de batismo de Cláudia, 39, travesti em terapia hormonal para ter traços femininos e crescer mamas.
Visão sobre as pessoas LGBT	No título da matéria o jornal utiliza o termo gay, e logo no subtítulo afirma que eles preferem ser chamados por nomes femininos e também que por se vestirem de mulher, são proibidos de entrarem nos abrigos. No corpo do texto, a matéria se refere a essas pessoas como travestis: <i>mendigos travestidos</i> e <i>identidade feminina</i> . A associação reproduz o estereótipo de que os gays são por “natureza” afeminados e gostam de se chamar por nomes femininos. O texto revela uma confusão com relação às identidades sexuais, reduzindo toda a diversidade em apenas uma representação de ser gay, o que

	contribui para a manutenção do preconceito.
Visão de cidadania	O texto revela uma realidade nem um pouco atrativa, que a dos mendigos homossexuais, que além de serem marginalizados pelo fato de serem moradores de rua, são discriminados pela identidade sexual, principalmente os travestis, que não tem como “esconder” dos outros sua sexualidade “desviante da norma”.

FSP 17 - STJ pode equiparar casal gay a família - 23/02/2011

Fontes de Informação	Sylvia Mendonça do Amaral, advogada Superior Tribunal de Justiça Nancy Andriighi ministra do STJ
Sequências Discursivas	SD25 Vai a julgamento hoje pedido para reconhecer união gay com regras de direito de família , e não de sociedade comercial. SD26 O STJ (Superior Tribunal de Justiça) poderá considerar hoje, explicitamente pela primeira vez, que um casal gay forma uma família .
Visão sobre as pessoas LGBT	O gay é retratado como cidadão que pode ser considerado com poder de constituir família, equiparando-se aos heterossexuais.
Visão de cidadania	O texto revela a ampliação da cidadania onde novos direitos passam a se constituir na sociedade a partir da luta dos grupos e sociedade civil organizada. O respaldo do Judiciário é importante para a conquista desses direitos; por outro lado, o texto mostra o distanciamento entre a concepção de família na sociedade e as relações homoafetivas.

FSP 18 - STJ: Ministro suspende votação para definir se casal gay é família - 24/02/2011

Fontes de Informação	Superior Tribunal de Justiça
Sequências Discursivas	SD27 Com o placar de quatro votos a favor e dois contra, foi interrompido ontem o julgamento do caso que pode levar o STJ (Superior Tribunal de Justiça) a reconhecer pela primeira vez, e de maneira explícita , a união de homossexuais como uma família .

Visão sobre as pessoas LGBT	O gay é retratado como cidadão que pode ser considerado com poder de constituir família, equiparando-se aos heterossexuais.
Visão de cidadania	Destacamos a sequência discursiva acima que afirma que o reconhecimento seria pela primeira vez e de maneira explícita, o que nos remete a não legitimidade das relações homoafetivas na sociedade brasileira, gerando cidadãos que ficam à margem na sociedade.

FSP 19 - Ação quer barrar parceiro gay como dependente no IR - 28/02/2011

Fontes de Informação	Deputado federal Ronaldo Fonseca (PR-DF)
Sequências Discursivas	SD28 "A Receita, numa canetada , incluiu entre os beneficiários da dedução uma nova categoria [a dos casais homossexuais] e criou uma figura que ainda não existe, que é a união estável entre pessoas do mesmo sexo." SD29 Segundo o parlamentar, que é evangélico , a decisão da Receita Federal é discriminatória , uma vez que o mesmo benefício não foi dado a pessoas que moram juntas, mas não vivem relação homoafetiva.
Visão sobre as pessoas LGBT	Discurso do deputado evangélico discrimina as relações homoafetivas ao afirmar que os casais homossexuais formam “uma categoria que ainda não existe”. Representação do homossexual como desvio da norma.
Visão de cidadania	Discurso predominante nos remete a não legitimidade das relações homoafetivas na sociedade brasileira, gerando cidadãos que ficam à margem na sociedade.

FSP 20 - Panfletos antigays são entregues em praia de São Vicente - 10/03/2011

Fontes de Informação	Dona do quiosque, Cristiane Margarida Lopes Lorca Folheto não assinado
Sequências Discursivas	SD30 Panfletos com mensagens de discriminação sexual estão sendo distribuídos na praia do Itararé, em São Vicente (65 km de SP). SD31 O folheto, que não assinado, é dirigido aos frequentadores da

	<p>praia e cita o quiosque como palco de "cenar desapropriadas de casais que trocam carícias acalentadas, descabidas, pornográficas e libidinosas".</p> <p>SD32 A mensagem pede a colaboração dos frequentadores para "coibir os abusos" para que "todos possam voltar à praia de Itararé com seus filhos e não se surpreendam com cenar desnecessárias."</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Panfleto reflete visão da Igreja ligada aos valores da família, propriedade privada, que não considera legítima outra forma de relacionamento que não seja entre um homem e uma mulher. Há uma tensão no texto entre esse discurso e o da discriminação contra os homossexuais. O próprio jornalista nomeia no início da reportagem que o panfleto possui mensagem de discriminação sexual.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Mensagens do panfleto rejeitam o direito dos homossexuais de expressarem afeto e carinho em espaços públicos, pois seria contrário aos bons costumes e mau exemplo para seus filhos.</p>

FSP 21 - Juiz precisa "adaptar" lei por direito de gays, diz advogada - 20/03/2011

<p>Fontes de Informação Sequências Discursivas</p>	<p>Desembargadora aposentada Maria Berenice Dias</p> <p>SD33 A desembargadora aposentada Maria Berenice Dias, 63, já se acostumou a ser olhada meio de lado quando começa a discorrer sobre direito homoafetivo, sua especialidade. "As pessoas sempre acham que, como me interesse por essas questões, sou homossexual", diz.</p> <p>SD34 "Como resultado, temos uma Justiça de meia-sola, que "adapta" leis para regularizar situações de fato".</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Homossexual é representando como cidadão merecer de direitos iguais aos heterossexuais.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>O texto revela, a partir da opinião da desembargadora, a diferença entre o judiciário e o legislativo no que tange ao avanço no tratamento aos direitos homoafetivos. A desembargadora revela que a justiça fica muitas vezes de "mãos amarradas" em função do legislativo não aprovar leis que garantam os benefícios aos casais homossexuais. Os tribunais são chamados de modernos. Sobre as decisões da justiça, são</p>

	usados os termos subterfúgio, brecha, adaptação, revelando o jogo existente para a aprovação de conquistas. Para os legisladores, são usados os termos conservadores, tradicionalistas, que tem medo de perder os votos de seus eleitores. Aponta para a judicialização da política ao conquistar os direitos de cidadania via Judiciário.
--	--

FSP 22 - Foco: Contra a discriminação, drags batem bola na rua - 21/03/2011

Fontes de Informação	drag queen Salete Campari Denis Araújo, torcedor
Sequências Discursivas	SD35 Além da diversão , a partida é apontada pela organização e pelos visitantes como importante evento para promover a diversidade sexual em São Paulo. SD36 Grávidas, casais (homo e heterossexuais) e crianças se misturam às drags para assistir à festa e movimentar o comércio local.
Visão sobre as pessoas LGBT	A legitimação do evento organizado por drag queens se revela a partir da presença de heterossexuais, grávidas e crianças, trazendo a homossexualidade para a normalidade. O show das drag queens diverte a população pelo exótico.
Visão de cidadania	Evento em um espaço público busca a visibilidade da diversidade sexual na luta contra a discriminação.

FSP 23 - Foco: Propaganda homofóbica feita no Brasil vaza e causa polêmica - 28/03/2011

Fontes de Informação	Toni Reis, presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) Agência3
Sequências Discursivas	SD37 Anúncio da cachaça Magnífica insinua que é preciso ser forte para ter um filho gay.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de preconceito e ações homofóbicas.

Visão de cidadania	Os discursos presentes no texto são contrárias a essa campanha, até mesmo a agência onde a campanha foi desenvolvida. Neste caso, identificamos a formação de um sentido contrário à homofobia desde o título da matéria.
---------------------------	---

FSP 24 - Protesto: Grupo realiza ato contra homofobia na região da Paulista - 29/03/2011

Fontes de Informação	Polícia Militar
Sequências Discursivas	SD38 Grupo realiza ato contra homofobia na região da Paulista.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de violência.
Visão de cidadania	A visibilidade do ato de protesto contra a homofobia revela que a sociedade civil se organiza para enfrentar o preconceito, ajudando a construir sentidos positivos de solidariedade, respeito e igualdade entre os cidadãos.

FSP 25 - Congresso, gays e negros reagem contra declarações de deputado - 30/03/2011

Fontes de Informação	Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) Preta Gil, cantora Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Manuela D'Ávila (PC do B-RS) Ideraldo Beltrame, presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo OAB do Rio de Janeiro José Vicente, presidente da Afrobras (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural)
Sequências Discursivas	SD39 Disse que, na realidade, pensou que a pergunta se referisse a um relacionamento gay. "Essa se encaixa na resposta que eu dei. Para mim, ser gay é promíscuo, sim ". SD40 "Sou uma mulher negra, forte e irei até o fim contra esse deputado racista, homofóbico, nojento ", escreveu, irada, a cantora no

	<p>Twitter.</p> <p>SD41 Na entrevista, o deputado também disse que não iria a desfiles gays porque não promove "maus costumes", que daria "porrada" se pegasse um filho fumando maconha e que sente saudade dos generais que presidiram o país durante a ditadura militar.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Temos uma tensão entre o discurso do deputado Bolsonaro de que o homossexual é "promíscuo" e "promove maus costumes" contra o discurso de várias vozes dominantes neste texto que desaprovam as declarações do deputado.</p>
Visão de cidadania	<p>No texto, todas as fontes de alguma forma dizem que farão algo para que ele seja responsabilizado pelo discurso discriminatório. Temos como predominante o discurso que condena a discriminação contra a diversidade sexual e o racismo.</p>

FSP 26 - Bolsonaro diz "se lixar" para críticas de gays - 31/03/2011

Fontes de Informação	<p>Deputado Jair Bolsonaro</p>
Sequências Discursivas	<p>SD42 "Estou me lixando para esse pessoal aí", disse, após acompanhar o velório do ex-vice-presidente José Alencar.</p> <p>SD43 "Agora criaram a Frente Gay [na Câmara]. O que esse pessoal tem para oferecer? Casamento gay? Adoção de filhos? Dizer pra vocês, jovens, que se tiverem um filho gay é legal, vai ser o orgulho da família? Esse pessoal não tem nada a oferecer."</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Representação do gay como desvio da norma e anti-natural.</p>
Visão de cidadania	<p>Além de estimular a intolerância contra a diversidade sexual, amparado por uma falta de legislação que coíba esses discursos, o que percebemos é que as declarações do deputado representam uma parcela da sociedade que muitas vezes mantêm o preconceito velado em função do politicamente correto.</p>

FSP 27 - Líder do governo chama Bolsonaro de "estúpido" - 01/04/2011

Fontes de Informação	Líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), Deputado Jair Bolsonaro
Sequências Discursivas	SD44 Para ele, é preferível uma criança morar na rua a ser adotada por um casal gay. SD45 Bolsonaro também reafirmou que Preta Gil é " promíscua ". "É só você ler no site dela, ela dizendo que já participou de sexo com mulheres , que participa de suruba ." SD46 Ele criticou também o pai da cantora, Gilberto Gil. "O pai dela é outro que vive dando bitoquinha em homens ."
Visão sobre as pessoas LGBT	Identificamos uma tensão entre as representações estereotipadas do gay como promiscuo e anti-natural contra a visão a favor da diversidade sexual.
Visão de cidadania	Temos uma representação de cidadania de segunda categoria para os homossexuais baseada em valores conservadores da sociedade em conflito com uma cidadania inclusiva de combate ao preconceito e discriminação.

FSP 28 - 25 gangues apavoram gays e negros nas ruas da cidade - 03/04/2011

Fontes de Informação	Delegada Margarete Correia Barreto
Sequências Discursivas	SD47 A propósito, odeiam gays e negros. SD48 "O alcance e a repercussão desses ataques, entretanto, é muito maior do que em um crime comum. Se um homossexual é atingido, todo o grupo sente-se atingido ", exemplifica a delegada do Decradi. "É uma comoção."
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação dos gays como vítimas de violência.
Visão de cidadania	A existência de uma delegacia especializada reflete um avanço do poder público na sensibilização para os casos de homofobia, mas que se torna limitado por não terem uma legislação que criminalize as

práticas homofóbicas com severidade. Revela uma insegurança de parte da população que deveria ser protegida pelo Poder Público.

FSP 29 - Ex-punk, policial monitora agressores - 03/04/2011

Fontes de Informação	Delegada Margarete Correa Barreto
Sequências Discursivas	SD49 Um investigador de polícia, ex-punk, é quem monitora os skinheads e os punks homofóbicos na Decradi.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação dos gays como vítimas de violência.
Visão de cidadania	A reportagem aborda o trabalho de uma delegacia em SP especializada no combate aos crimes de ódio, entre eles contra homossexuais. E o destaque é justamente para o fato do policial que é responsável por monitorar os casos de agressão contra gays ter sido punk, reproduzindo o estereótipo do punk relacionado à violência e intolerância. Reportagem dá visibilidade e condena os crimes de ódio.

FSP 30 - Caso Bolsonaro reabre discussão sobre imunidade - 04/04/2011

Fontes de Informação	Advogado Ives Gandra Martins Professor André Ramos Tavares Antonio Gonçalves, professor da PUC Professora de direito constitucional da UnB Soraia da Rosa Mendes
Sequências Discursivas	SD50 "Sou daqueles que prefere sofrer o desconforto de manifestações [como essa] do que optar pelo cerceamento da liberdade de expressão ", disse. SD51 " Liberdade de expressão e pensamento é uma coisa , racismo é outra", disse. "É um crime imprescritível."
Visão sobre as pessoas LGBT	Identificamos uma tensão entre as representações estereotipadas do gay como promiscuo e anti-natural contra a visão a favor da diversidade sexual.
Visão de	A defesa da imunidade para os parlamentares é considerar que eles

cidadania	são cidadãos de mais direitos do que os outros. Há uma tensão entre o discurso que defende que os congressistas não podem ser processados por suas opiniões e o discurso que rejeita as declarações de intolerância contra a diversidade, seja ela sexual, religiosa, racial.
------------------	---

FSP 31 - Foco: Cunhado de Bolsonaro, soldado afirma que deputado não é racista - 05/04/2011

Fontes de Informação	Diego Torres Dourado, cunhado de Bolsonaro
Sequências Discursivas	SD52 O soldado descarta racismo da parte do cunhado. "Já estive várias vezes com ele. Ele nunca foi preconceituoso , porque ele não é."
Visão sobre as pessoas LGBT	Gay é representado como desvio da norma pelo deputado Bolsonaro.
Visão de cidadania	O discurso construído neste texto é o de que o deputado não seria racista, apenas interpretou mal uma pergunta. Já a discriminação contra homossexuais não é negada, visto que não pode ser punida como aconteceria no caso de racismo, crime inafiançável. Percebemos que a cidadania é determinada pela lei, que nesse caso os homossexuais não estariam protegidos contra esses atos de violência.

FSP 32 – Atleta diz que foi discriminado em ginásio rival - 05/04/2011

Fontes de Informação	Jogador Michael, do Vôlei Futuro Confederação Brasileira de Vôlei Time de Vôlei Cruzeiro
Sequências Discursivas	SD53 "Eram cerca de 2.000 pessoas, e todos me chamando de "bicha", "gay" e outras ofensas. Me senti ofendido e constrangido pelo ocorrido ", afirmou, por meio de nota.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de preconceito (homofobia).

Visão de cidadania	A visibilidade da homofobia na reportagem ajuda no enfrentamento do preconceito.
---------------------------	--

FSP 33 - Entrevista Michael: Foi a primeira vez que vi o ginásio todo gritando "bicha" - 06/04/2011

Fontes de Informação	Jogador Michael, do Vôlei Futuro
Sequências Discursivas	SD54 Doze anos se passaram, a homossexualidade no esporte permanece um tabu , mas o preconceito "expulsou" Michael, 27, do armário. SD55 Tentei levantar a cabeça . Depois que acabou o jogo, fui para o vestiário, e um monte de gente veio atrás. Eu pensei: "Caramba, eu sou um monstro , então".
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de preconceito (homofobia).
Visão de cidadania	A exposição da sexualidade do atleta é o foco da entrevista, pois a "regra" é que os atletas não falem da sua sexualidade pra não serem prejudicados na sua carreira profissional. Esse entendimento reforça a existência de uma hierarquização dos atributos presentes nos valores sociais, sendo portanto, neste caso, o atleta homossexual um atleta de menor valor. O texto reforça o combate ao preconceito.

FSP 34 - Arqueólogos podem ter achado europeu "gay" com 5.000 anos - 08/04/2011

Fontes de Informação	Katerina Semradova, arqueóloga Rede de televisão BBC
Sequências Discursivas	SD56 Se arqueólogos da República Tcheca estiverem corretos, o esqueleto de um homem encontrado em Praga, com cerca de 5.000 anos, seria uma antiga evidência de identidade homossexual . SD57 Isso porque, de acordo com a rede britânica BBC, a sepultura desse antigo europeu apresenta características normalmente associadas aos túmulos de mulheres .

Visão sobre as pessoas LGBT	As características atribuídas ao feminino levam a questionar a sexualidade do morto encontrado na sepultura. O estereótipo do homossexual afeminado é reconstruído nesse discurso.
Visão de cidadania	As tentativas de explicar a origem da homossexualidade incluem inúmeras teorias, todas buscam o enquadramento das sexualidades consideradas “desviantes” como forma de controle social.

FSP 35 - Vôlei: De rosa, Vôlei Futuro respira na Superliga - 10/04/2011

Fontes de Informação	Jogador Michael, do Vôlei Futuro
Sequências Discursivas	SD58 Uma semana após Michael ter sido alvo de ato homofóbico da torcida do Cruzeiro, o clube de Araçatuba abusou do rosa para homenagear seu jogador. Na terça-feira, ele assumiu publicamente sua homossexualidade.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de preconceito (homofobia).
Visão de cidadania	Reportagem enfatiza a campanha contra o preconceito tanto da torcida quanto dos jogadores do time, condenando a atitude discriminatória dos adversários.

FSP 36 - Alagoas: Procuradoria apura agressões homofóbicas contra estudante - 16/04/2011

Fontes de Informação	Ministério Público Federal em Alagoas
Sequências Discursivas	SD59 [...] o aluno começou a ser chamado de "Lady Gaga" pelos colegas depois que assumiu ser gay.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de homofobia.
Visão de	Reportagem dá visibilidade a um caso de discriminação contra um

cidadania	homossexual e mostra a atuação do poder público para enfrentar o problema.
------------------	--

FSP 37 - Torcida provoca Michael de novo - 16/04/2011

Fontes de Informação	Jogador Michael, do Vôlei Futuro Bancária Amélia Soares Professor Olavo Abrantes
Sequências Discursivas	SD60 Jogador do Vôlei Futuro, que perdeu do Cruzeiro, é hostilizado , mas sem homofobia . SD61 Os torcedores evitaram o uso de insultos homofóbicos , mas provocaram o jogador de maneira indireta . Michael era ostensivamente vaiado ao se preparar para o saque. A cada erro dele, a torcida local vibrava.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de preconceito.
Visão de cidadania	Texto mostra que jogador foi insultado novamente, mas afirma que não foram insultos homofóbicos. Temos um discurso a favor de uma cidadania inclusiva.

FSP 38 - Travesti é perseguido e morto na Paraíba - 19/04/2011

Fontes de Informação	Delegada Cassandra Duarte Guimarães Rapaz de 21 anos, homossexual
Sequências Discursivas	SD62 Nas imagens, os rapazes descem de um carro escuro e começam a perseguir o travesti Daniel de Oliveira Felipe, 24, que é agredido com chutes e recebe mais de 30 facadas .
Visão sobre as pessoas LGBT	Travesti é representada como vítima de violência extrema.
Visão de cidadania	O ato de crueldade e extrema violência contra a travesti revelam um crime de ódio, revelando a intolerância presente na sociedade. Os crimes de homofobia se tornam mais evidentes quando são cometidos

contra travestis e transexuais, pois sua diversidade sexual é mais “evidente”.

FSP 39 – Filho de prefeito em MS assume ter batido em gay, diz delegada - 20/04/2011

Fontes de Informação	Delegada Daniella Kades Advogado dos rapazes, Wagner Leão do Carmo Prefeito de Costa Rica (MS), Jesus Queiroz Baird Rapaz agredido de 21 anos, homossexual
Sequências Discursivas	SD63 O rapaz agredido diz que levou socos e chutes e foi chamado de "veado" .
Visão sobre as pessoas LGBT	Gay representado como vítima de violência.
Visão de cidadania	Visibilidade de crimes de homofobia ajuda na construção de um discurso a favor dos direitos da diversidade sexual.

FSP 40 - STF começa a julgar se reconhece união gay como estável - 04/05/2011

Fontes de Informação	Deborah Duprat, autora da ação e vice-procuradora-geral da República Roberto Maia, homossexual Ministro do STF INSS
Sequências Discursivas	SD64 Depois do cuidar do companheiro doente até a morte, Roberto Maia, 45, deu início a outra dolorosa batalha : a de garantir os direitos patrimoniais da relação de 17 anos com Osvanir Oliveira, morto em 2003 aos 50 anos.
Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexuais buscam equiparação de direitos civis garantidos aos heterossexuais.
Visão de cidadania	Ser cidadão é ter os mesmos direitos civis garantidos perante a lei e à Justiça.

FSP 41 - União gay constitui família, diz relator - 05/05/2011

Fontes de Informação	Ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto Constitucionalista Luís Roberto Barroso Advogado da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) Hugo José Cysneiros
Sequências Discursivas	SD65 "É tão proibido discriminar em relação ao sexo, como à respectiva opção sexual", afirmou Britto. SD66 Para o ministro, "pouco importa se a família é integrada por casais heterossexuais ou homoafetivos ". SD67 " Polígamos, incestuosos, alegrai-vos , eis ai uma excelente oportunidade para vocês", afirmou.
Visão sobre as pessoas LGBT	Embate entre as representações do homossexual como desvio da norma e criminoso contra a visão do cidadão que se iguala ao heterossexual na possibilidade de constituir família.
Visão de cidadania	A decisão da Justiça rompe com a visão tradicional de conceber a família e amplia os direitos civis aos homossexuais.

FSP 42 - STF aprova união gay em sessão histórica - 06/05/2011

Fontes de Informação	Ministro do STF, Luiz Fux Ministro do STF, Cezar Peluso Ministro do STF, Ayres Britto
Sequências Discursivas	SD68 Em julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, de forma unânime, que não há diferença entre relações estáveis de homossexuais e heterossexuais. SD69 "Por que homossexual não pode constituir uma família? Por força de duas questões que são abominadas pela Constituição: a intolerância e o preconceito ", afirmou Fux. SD70 Diferentemente de sessões recentes, como o caso da Lei da Ficha Limpa, repleto de discussões e impasses, ministros concordaram entre si e criaram clima de vitória histórica .
Visão sobre	Representação do homossexual como cidadão com direitos civis iguais

as pessoas LGBT	aos heterossexuais.
Visão de cidadania	Discurso se refere à decisão do STF como vitória histórica, reproduzindo as declarações dos ministros contra a intolerância e o preconceito. Decisão legitima as relações homoafetivas, tirando-as da marginalidade jurídica.

FSP 43 - Decisão facilita adoção por gays, diz especialista - 06/05/2011

Fontes de Informação	Ex-desembargadora Maria Berenice Dias José Fernando Simão, professor da USP Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Rodrigo da Cunha Pereira Advogada especialista em direito de família Janaina Stabenow
Sequências Discursivas	SD71 Os ministros disseram que ambas formam uma família. SD72 A decisão dá a casais gays segurança jurídica em relação a direitos como pensão, herança e compartilhamento de planos de saúde, além de facilitar a adoção de filhos. SD73 "Só vai faltar aprovarem o casamento, para que tudo fique 100% resolvido. "
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do homossexual como cidadão com direitos civis iguais aos heterossexuais.
Visão de cidadania	Diversas marcas discursivas ressaltam a igualdade de direitos, como "não há diferença" e "ambas formam uma família". Cidadania passa pela conquista de direitos civis.

FSP 44 - Após 21 anos de união, casal obtém certidão - 10/05/2011

Fontes de Informação	Toni Reis, homossexual e também presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). advogada, Silene Hirata
Sequências Discursivas	SD74 Após 21 anos de união, o professor Toni Reis, 46, e o tradutor David Harrad, 53, foram declarados ontem " marido e marido ".

	<p>SD75 Não foi um casamento de fato, mas sim a oficialização da união estável entre os dois - o que, na prática, igualava o relacionamento deles a uma família. "Não é uma família tradicional, de [comercial de] margarina, mas é uma família. Queiram ou não", afirmou Reis, que é também presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).</p> <p>SD76 Com o documento em mãos, eles pretendem recorrer à Justiça novamente para adotar um casal.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Por mais que o direito civil esteja adquirido, não se pode deixar de perceber as pistas que remetem à normatização da homossexualidade. União monogâmica, duradoura, constituição de família, e até mesmo o desejo de adotar um casal de crianças nos remetem à construção de uma família tradicional, por mais que um deles diga que não é uma família de comercial de margarina.</p>
Visão de cidadania	<p>A decisão da Justiça rompe com a visão tradicional de conceber a família e amplia os direitos civis aos homossexuais.</p>

FSP 45 - Parte dos cartórios ainda não registra união gay - 10/05/2011

Fontes de Informação	<p>Colégio Notarial do Brasil Tribunal de Justiça de SP Associação de Notários cartórios</p>
Sequências Discursivas	<p>SD77 "O notário tem o poder discricionário de negar, se achar que isso é contrário à moral. Mesmo assim, há o interesse da classe de se engajar, recomendando que todo mundo aceite as escrituras", diz o consultor jurídico da Anoreg, Frederico Viegas.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Mesmo com a decisão da Justiça de igualar as relações homoafetivas às heterossexuais, há um conflito com o discurso de que a decisão pode ser considerada contrária à moral, levando a discussão para a esfera íntima.</p>
Visão de cidadania	<p>O direito da união estável é ainda negado aos homossexuais, mesmo com a decisão do STF.</p>

FSP 46 - Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas - 11/05/2011

Fontes de Informação	Deputado federal Jair Bolsonaro Secretário-executivo da Secretaria de Direitos Humanos, André Lázaro Presidente da ABGLT, Toni Reis
Sequências Discursivas	SD78 Deputado quer repassar para a Câmara despesa do impresso, que chega a associar o homossexualismo à pedofilia . SD79 "Apresento alguns dos 180 itens deste que chamo Plano Nacional da Vergonha, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que ser gay ou lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira ", diz o folheto na primeira de suas quatro páginas. SD80 "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual. Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC, na verdade incentiva o homossexualismo nas escolas públicas do 1º grau e torna nossos filhos presas fáceis para pedófilos ", diz o panfleto do deputado.
Visão sobre as pessoas LGBT	Declarações do deputado Bolsonaro reforçam a representação da homossexualidade como prática anti-natural, doença e promiscuidade.
Visão de cidadania	A livre expressão como um dos direitos civis deve ser entendida no sentido amplo de respeito à diversidade, seja ela étnica, religiosa, como também no campo da sexualidade.

FSP 47 – "É bom para a família e os bons costumes", diz deputado - 11/05/2011

Fontes de Informação	Deputado Jair Bolsonaro
Sequências Discursivas	SD81 O sr. mandou fazer esses panfletos com a sua verba de gabinete? Todo mundo me pergunta isso. Todo mundo me pergunta e quer dar uma ferrada em mim. Eu tenho verba de gabinete para gastar com o que eu entendo como divulgação da atividade parlamentar. Isso eu entendo como atividade parlamentar. Você só quer me ferrar. Minha bunda é mais cobiçada do que boiola, a bunda dos homossexuais. O

	<p>peçoal quer botar de todo jeito. Mas tudo bem...</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Reproduz a visão do deputado de que a homossexualidade é anti-natural, problemas relacionados à educação do sujeito e ligada à promiscuidade.</p>
Visão de cidadania	<p>A livre expressão como um dos direitos civis deve ser entendida no sentido amplo de respeito à diversidade, seja ela étnica, religiosa, como também no campo da sexualidade.</p>

FSP 48 - Igreja: CNBB critica STF por reconhecimento de união entre gays - 12/05/2011

Fontes de Informação	<p>CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)</p>
Sequências Discursivas	<p>SD82 Em nota oficial, a CNBB disse que o tema deveria ser discutido pelo Congresso Nacional e que "não é a primeira vez que no Brasil acontecem conflitos dessa natureza que comprometem a ética na política".</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Homossexual representado como cidadão de "segunda categoria", a relação homoafetiva não é reconhecida pela Igreja.</p>
Visão de cidadania	<p>Discurso de agentes da Igreja questiona a validade da decisão da Justiça, alegando que a questão deveria ser resolvida pela Legislativo. É a estratégia da Igreja de desqualificar a decisão não legitimar os direitos civis dos homossexuais.</p>

FSP 49 - Beijo gay adiado foi ao ar ontem à noite na novela do SBT - 13/05/2011

Fontes de Informação	<p>Autor Tiago Santiago</p>
Sequências Discursivas	<p>SD83 A transmissão da cena estava prevista para a última quarta-feira, mas a cena só foi ao ar já no capítulo de ontem, às 22h59. Segundo o autor Tiago Santiago, essa foi estratégia da emissora para alavancar a audiência da atração, conforme afirmou no Twitter. Segundo dados prévios do Ibope, o momento do beijo deu à emissora seis pontos de audiência.</p>

Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como exótico, espetáculo.
Visão de cidadania	O beijo gay em telenovela virou como um marco na desconstrução do preconceito contra a homossexualidade, mas que ainda é considerado “premature” na Rede Globo. No SBT, o ato simbólico se revela pelo discurso como uma jogada comercial, em busca de audiência e repercussão.

FSP 50 - Evangélicos tentam no Congresso limitar direitos dos gays - 13/05/2011

Fontes de Informação	Vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) Pastor Silas Malafaia Militante homossexual Toni Reis Advogado Eduardo Mendonça Advogado Cláudio de Souza
Sequências Discursivas	SD84 Os religiosos argumentam que a decisão do STF fere a Constituição , que reconhece a união civil homem-mulher . SD85 Os evangélicos são contra o projeto por temer que pastores possam ser punidos se condenarem a homossexualidade nas pregações . Marta disse que vai incluir um artigo que protegerá os cultos da criminalização.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representa o homossexual como anti-natural, desvio da norma.
Visão de cidadania	Discurso da Igreja rejeita as conquistas de direitos civis por parte dos homossexuais, defendendo a sua permanência na marginalidade.

FSP 51 - Orgulho: PM e bombeiro poderão desfilar de uniforme na Parada Gay do Rio - 17/05/2011

Fontes de Informação	Presidente da OAB-RJ, Wadhi Damous
-----------------------------	------------------------------------

Sequências Discursivas	SD86 Policiais militares e bombeiros do Estado do Rio poderão participar da Parada do Orgulho Gay usando seus uniformes.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como cidadão com direitos iguais aos heterossexuais.
Visão de cidadania	Um dos valores que ancora a ideia de cidadania é a igualdade de todos perante a lei. A liberação por parte do governador do Estado do uso de uniforme de bombeiros e policiais homossexuais na passeata LGBT mostra que algumas instituições estão mudando a sua postura, o que não significa que não haja no seu interior preconceitos em relação à homossexualidade.

FSP 52 - SP registra 1º pedido de casamento gay - 21/05/2011

Fontes de Informação	Juiz substituto da 2ª Vara de Registros Públicos da Comarca de São Paulo, Guilherme Madeira Dezem Luiz Ramiris, 51, homossexual Registrador titular do cartório, Adolpho da Cunha Mulher não identificada
Sequências Discursivas	SD87 O texto do documento assinado pelos companheiros foi preenchido pela funcionária. Em vez de noivo e noiva, eles foram chamados de pretendentes. SD88 Há quase cinco anos juntos , eles se consideram "um casal moderno ". "Nós nos conhecemos pela internet. Nos encontramos um dia em uma praça e eu levei um vinho branco. Ele me pediu em namoro", contou Lula. SD89 O cartório ficou repleto de olhares curiosos . " Deus me livre ", disse uma mulher, ao ver o beijo do casal. Parentes de noivos hétero que celebravam o matrimônio viraram as costas para o casal gay.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representa o gay dentro da heteronormatividade, com atributos que são realçados para ser um casal, como a estabilidade da relação. Texto ressalta declaração de uma mulher que desaprova o beijo entre os dois homossexuais, como "repulsa" a algo considerado "anti-natural" pelo discurso conservador.

Visão de cidadania	Conquista da cidadania passa pela igualdade de direitos civis em relação aos heterossexuais.
---------------------------	--

FSP 53 - Conversão de união homossexual ainda é polêmica - 21/05/2011

Fontes de Informação	Oriel de Almeida César, oficial substituto do registro de Guaianazes Oficial de registro Flávio Aparecido Rodrigues Grumei Titular do Registro Civil de Itaquera, Francisco Ribas Aparecida Nader, oficial substituta da Sé Juiz substituto, Guilherme Madeira Dezem Maria Berenice Dias, advogada especialista em direito homoafetivo
Sequências Discursivas	SD90 "Acho que é um absurdo o Brasil demorar tanto para superar um dogma ", diz o oficial de registro Flávio Aparecido Rodrigues Grumei, do Tatuapé. "Se o registrador recusar, deverá fundamentar." SD91 "Uns acham que é possível fazer a conversão. Há quem diga até que a união homoafetiva é uma terceira forma de família . Confesso que estou em dúvida."
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do homossexual como merecedor de direitos igual ao heterossexual.
Visão de cidadania	Várias fontes afirmam que têm dúvidas quanto a possibilidade de conversão de união estável em casamento, mesmo s fontes que negariam essa conversão se respaldam da incerteza da lei para tal decisão, sem deixar transparecer uma decisão baseada na moral. Conquista da cidadania passa pela igualdade de direitos civis em relação aos heterossexuais.

FSP 54 – Kit escolar é "propaganda de opção sexual", diz Dilma - 27/05/2011

Fontes de Informação	Presidente Dilma Rousseff Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Sequências Discursivas	SD92 Um dia após barrar a produção e a distribuição do kit anti-homofobia do Ministério da Educação, a presidente Dilma Rousseff afirmou ontem que o governo não deve interferir na vida privada das

	<p>peças e que não aceita que o governo faça "propaganda de opção sexual".</p> <p>SD93 A suspensão do material ocorreu após bancadas religiosas ameaçarem apoiar o pedido para convocar o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) para explicar sua evolução patrimonial. Questionada sobre a pressão dos religiosos contra o kit, Dilma não falou sobre o assunto.</p> <p>SD94 O principal argumento dos evangélicos contra o kit é justamente de que o material incentiva o homossexualismo.</p> <p>SD95 "Ela não assistiu aos vídeos, não falou com Haddad nem com a comunidade LGBT. Ninguém quer propaganda de orientação sexual e sim contra a discriminação."</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Discurso da Dilma de propaganda da "opção" sexual faz parecer que alguém pode, de fato, "optar" por sentir esse ou aquele desejo. Também remete a homossexualidade a algo ruim, fora da normalidade, pois não poderia ser "estimulado".</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>A pressão contra o kit anti-homofobia da bancada religiosa, majoritariamente composta por conservadores evangélicos e católicos, em um momento em que denúncias de corrupção atingem o governo, traz de volta ao cenário político a velha prática de se fazer uso de direitos civis como moeda de troca no governo federal.</p>

FSP 55 – Veto a kit só considera igreja, diz educador - 27/05/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>César Callegari, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação</p> <p>Psicopedagoga Elenice da Silva</p> <p>Quézia Bombonato, presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia</p> <p>Neide Noffs, coordenadora do curso de psicopedagogia da PUC-SP</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD96 "As igrejas tomaram isso [o kit] como se fosse para uma utilização sem critérios. Mas, ao contrário, o material iria dialogar com o conteúdo pedagógico da escola e, adequadamente trabalhado, ajudaria na luta contra a homofobia", afirma.</p> <p>SD97 "Precisamos combater o preconceito e a intolerância contra a diferença. Mas não se pode chegar dizendo que "tem de ser do meu jeito", afirma a psicopedagoga.</p>

	SD98 "O vídeo mostra que é "legal" ser homossexual . Nunca vi um vídeo mostrar que também é legal o outro lado [ser heterossexual]." SD99 "Deve-se falar da sexualidade, mas fazer apologia é diferente ", argumentou.
Visão sobre as pessoas LGBT	Há uma tensão entre os discursos que apóiam e rejeitam a proposta do kit contra homofobia nas escolas, mostrando o conflito entre os que entendem a homossexualidade como diversidade e os que reproduzem a discriminação.
Visão de cidadania	Há uma tensão entre os que defendem que o projeto busca entre alunos o reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento do preconceito e as reações contrárias baseadas no discurso religioso em defesa da família, da moral e dos bons costumes.

FSP 56 - Lea T. faz primeira campanha de biquíni - 31/05/2011

Fontes de Informação Sequências Discursivas	Modelo Lea, transexual Diretor de imagem da campanha, Marcelo Sebá SD100 Lea se preparava para entrar em cena. " Estou assustada, nunca fiz o papel de gostosona da praia ", disse a modelo, filha do ex-jogador de futebol Toninho Cerezo. SD101 "O legal do Rio é que, independentemente da sua tribo ou sexualidade, você não apanha na cara , como acontece em São Paulo".
Visão sobre as pessoas LGBT	O discurso se refere à transexual de forma exótica, espetáculo.
Visão de cidadania	O texto aborda o direito à livre expressão da sexualidade, rejeitando qualquer tipo de violência contra a diversidade sexual.

FSP 57 – Governo agora admite rever pontos da lei anti-homofobia - 01/06/2011

Fontes de Informação Sequências Discursivas	Senador Marcelo Crivella Deputado Jean Wyllys Secretaria dos Direitos Humanos SD102 O governo negocia com os evangélicos no Senado uma alternativa para suavizar o projeto, que prevê a criminalização da
--	--

	<p>homofobia.</p> <p>SD103 Para o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que defende a causa gay, o projeto tem que combater também "o discurso do ódio". "Não dá para separar a prática violenta, como lesões e assassinatos, do discurso difamador contra homossexuais."</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Representações conflitantes do gay como anti-natural (discurso religioso) e como sujeito vítima de discriminação e violência.
Visão de cidadania	Tensão entre os discursos de defesa e rejeição aos direitos civis dos homossexuais.

FSP 58 - Polêmica: Bancada religiosa descarta fazer acordo sobre lei anti-homofobia - 02/06/2011

Fontes de Informação	Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) Pastor Silas Malafaia
Sequências Discursivas	SD104 [...] parlamentares afirmaram que vão "enterrar" a proposta que criminaliza a homofobia e criar um novo texto. SD105 O pastor Silas Malafaia, que organizou a manifestação, chamou o projeto de "lixo" e rasgou uma cópia da proposta em meio aos gritos da multidão, que pedia: "Queima!"
Visão sobre as pessoas LGBT	A representação do gay como desvio da norma e anti-natural pela visão da igreja evangélica.
Visão de cidadania	Discurso religioso não legitima e reconhece os direitos civis da diversidade sexual, levando a população LGBT à marginalidade na sociedade.

FSP 59 - Bancada quer novo projeto sobre homofobia - 03/06/2011

Fontes de Informação	Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) Ideraldo Luiz Beltrame, presidente da Associação da Parada do Orgulho Gay de São Paulo Pastor Silas Malafaia
Sequências	SD106 "Queremos começar uma nova proposta, do zero, sem as

Discursivas	aberrações do projeto de lei 122 [que tramita hoje no Senado]", afirmou o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). SD107 "Daqui a pouco vão dizer que a Bíblia é homofóbica ", disse o pastor Silas Malafaia.
Visão sobre as pessoas LGBT	O senador se utiliza da Bíblia como forma de legitimar seu discurso contra a homossexualidade. A representação do gay como desvio da norma e anti-natural pela visão da igreja evangélica.
Visão de cidadania	Discurso religioso não legitima e reconhece os direitos civis da diversidade sexual, levando a população LGBT à marginalidade na sociedade.

FSP 60 - Carta da Parada Gay critica conservadores - 07/06/2011

Fontes de Informação	Ideraldo Beltrame, coordenador do evento Padre Antonio Pereira, porta-voz da Arquidiocese de São Paulo Polícia Militar
Sequências Discursivas	SD108 O tom religioso, com o uso da frase bíblica , da 15ª edição do evento ocorre em meio às discussões para a aprovação do projeto de lei contra a homofobia no Congresso Nacional, que acirrou o embate entre evangélicos e entidades de defesa dos homossexuais. SD109 "Como podem essas pessoas [religiosos] tomar para si uma frase para fazer exatamente o contrário do que ela determina? ", afirmou Ideraldo Beltrame, coordenador do evento, numa crítica a católicos e a evangélicos.
Visão sobre as pessoas LGBT	Tensão entre a representação da população LGBT como cidadãos merecedores dos mesmos direitos que os heterossexuais e o homossexual como anti-natural pela visão da igreja católica.
Visão de cidadania	A organização da parada gay de São Paulo se utiliza de uma frase bíblica para pedir o fim da homofobia e a disputa com parlamentares da bancada religiosa no congresso. Tensão entre os discursos de defesa e rejeição aos direitos civis dos homossexuais.

FSP 61 - De biquíni, top Lea T. atrai famosos ao Fashion Rio - 02/06/2011

Fontes de Informação	Sem fonte identificada.
Sequências Discursivas	SD110 A top transexual Lea T. roubou a cena no terceiro dia de Fashion Rio e ganhou aplausos dignos de Gisele Bündchen no desfile da grife de moda praia Blue Man.
Visão sobre as pessoas LGBT	Assim como as demais notícias sobre a transexual, identificamos um enunciado acerca do exótico, polêmico, e também pelo “oposto” e “contraditório” ao pai, que era jogador de futebol, esporte considerado ainda masculino.
Visão de cidadania	O texto aborda o direito à livre expressão da sexualidade, rejeitando qualquer tipo de violência contra a diversidade sexual.

FSP 62 - Menores de idade e gays agora poderão doar sangue - 15/06/2011

Fontes de Informação	Dalton Chamone, professor de hematologia e hemoterapia da USP Ministro da Saúde, Alexandre Padilha
Sequências Discursivas	SD111 Apesar de a orientação sexual não ser mais critério para selecionar doadores, na prática, homossexuais e bissexuais ainda têm uma restrição : homem que tenha feito sexo com outro homem nos últimos 12 meses continua impedido de doar. SD112 O professor Chamone considera positiva a mudança . "Hoje, o que mais importa é o rigor na avaliação do comportamento de risco e não a orientação sexual do doador", afirma o médico.
Visão sobre as pessoas LGBT	Identificamos nesse discurso um avanço na conquista dos direitos da população LGBT, mas por outro lado ainda a forte relação entre homossexualidade e promiscuidade, como se fosse “natural” o gay ser mais promiscuo, e assim ter mais chances de contrair o vírus HIV.
Visão de cidadania	A possibilidade de escolha na doação de sangue não era um direito permitido aos homossexuais que tornassem público sua sexualidade. A decisão do governo amplia esse direito, mas ainda relaciona o sexo entre homens com promiscuidade e doença, ao não permitir a doação de quem teve relação homossexual nos últimos 12 meses.

FSP 63 - Lésbicas de Cristo - 16/06/2011

<p>Fontes de Informação Sequências Discursivas</p>	<p>Lanna Holder, lésbica</p> <p>SD113 Lanna Holder, a ex-lésbica, ex-drogada e ex-alcoólotra pregadora evangélica, era a prova cabal do poder curador de Deus na vida dos que nele crêem.</p> <p>SD114 Lanna subia ao altar e contava com voz de contralto como o milagre ocorrera em sua vida "dissoluta". A apoteose era quando apresentava o maridão emocionado e o filho. O templo vinha abaixo.</p> <p>SD115 Surpresa: em vez dos testemunhos de como se curou da "praga gay", Lanna Holder rendeu-se à homossexualidade. Ela tem até uma companheira na empreitada, a pastora e cantora gospel Rosania Rocha, 38.</p> <p>SD116 Por fim, submeteu-se a sessões de "regressão ao útero materno", nos moldes preconizados no início do século 20 pelo terapeuta Otto Rank (1884-1939). "Não deu certo", ela diz.</p> <p>SD117 Sobre os pastores que as acusam de criarem um lugar de culto a Satanás, uma filial de Sodoma e Gomorra, as duas líderes religiosas dizem apenas: "A nossa igreja é de Cristo, não é de lésbicas ou gays. Mas queremos deixar claro que somos um refúgio, acolhemos todos os machucados e feridos, todos os que foram escorraçados pela intolerância".</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>O texto reproduz os discursos da igreja evangélica conservadora sobre a homossexualidade, como praga gay e culto a satanás. Mas apesar da tentativa de se "curar", a personagem "se rendeu a homossexualidade", isso também depois de um grave acidente. O texto finaliza com o discurso da lésbica de que a nova igreja acolhe os escorraçados pela intolerância, todos os machucados e feridos, que no caso dela precisou ter essas marcas no corpo para poder se libertar do discurso evangélico e viver sua homossexualidade.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Texto dá visibilidade à história de uma lésbica que precisou fundar uma igreja própria para que pudesse viver sua homossexualidade, revelando a visão conservadora e intolerante da igreja evangélica.</p>

FSP 64 - Igualdade: Rio terá primeiro casamento coletivo gay na quarta-feira - 19/06/2011

Fontes de Informação	Cláudio Nascimento, superintendente dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos do Estado.
Sequências Discursivas	SD118 "Esse casamento será um marco para o Rio e o Brasil . Pensamos em realizá-lo em todas as regiões do Estado, mas com tamanho menor", disse Cláudio Nascimento, superintendente dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos do Estado.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como cidadão de direitos iguais ao heterossexual.
Visão de cidadania	Cidadania para a população LGBT baseada na conquista de direitos civis.

FSP 65 - Justiça: Juiz cancela união civil entre gays em Goiás - 20/06/2011

Fontes de Informação	Juiz Jeronymo Pedro Villas Boas, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Goiânia OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)
Sequências Discursivas	SD119 O juiz Jeronymo Pedro Villas Boas, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Goiânia, afirmou que a união homossexual "inexiste no sistema constitucional brasileiro" . SD120 A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) considerou a decisão "retrocesso moralista" .
Visão sobre as pessoas LGBT	Gay é representado como cidadão de segunda categoria ao ter o direito de união estável negado pelo juiz. Em contrapartida, essa visão é considerada um retrocesso moralista, defendendo os homossexuais como cidadãos iguais aos heterossexuais.
Visão de cidadania	Há a tensão entre a visão das relações homoafetivas como ficção jurídica e a realidade social que merece proteção legal.

FSP 66 - OMS faz guia para enfrentar avanço da Aids entre gays - 22/06/2011

Fontes de Informação	Organização Mundial da Saúde infectologista Jean Gorinchteyn Dirceu Greco, diretor do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde
Sequências Discursivas	SD121 Para a OMS, o estigma e a criminalização das relações homossexuais em muitos países são barreiras para o tratamento. Mais de 70 países criminalizam os homossexuais e transexuais, privando-os do atendimento médico. SD122 Mais de 70 países criminalizam os homossexuais e transexuais, privando-os do atendimento médico.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representa o gay como estigmatizado, vítima de discriminação e preconceito.
Visão de cidadania	A falta de políticas públicas de cidadania e inclusão social em muitos países leva à vulnerabilidade da população LGBT. Mesmo que a notícia se refira a outros países, e não especificamente ao Brasil, deixamos o texto pertencendo ao corpus pelo fato de ter fontes brasileiras falando sobre o guia da OMS, e também porque o guia vale para o Brasil também.

FSP 67 - Parada vai criticar igrejas que vetam uso de camisinha - 22/06/2011

Fontes de Informação	Bruno Omori, presidente da Abih-SP (associação de hotéis) Organização da parada gay
Sequências Discursivas	SD123 A cutucada em dogmas religiosos estará em toda a parada, cujo tema deste ano foi inspirado na Bíblia: "Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia!".
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação sobre a população LGBT como vítima de preconceito e cidadão em busca de seus direitos.
Visão de cidadania	Manifestação pública da população LGBT busca o combate à violência e a conquista de direitos civis.

FSP 68 – TJ derruba veto a união homossexual - 22/06/2011

Fontes de Informação	Deputado João Campos (PSDB-GO), bancada religiosa. Casal e juiz não foram encontrados para dar entrevista.
Sequências Discursivas	SD124 No domingo, afirmara que tomou a medida porque o STF " ultrapassou os limites ". SD125 Apesar da intervenção da corregedoria, deputados da Frente Parlamentar Evangélica aprovaram, ontem, uma "nota de louvor pela decisão sábia, inteligente e adequada ao texto constitucional" do juiz Villas Boas. SD126 "Como ele [juiz] está agindo com lucidez , temos a responsabilidade de respaldá-lo", defendeu o presidente da frente, deputado João Campos (PSDB-GO).
Visão sobre as pessoas LGBT	Temos o embate entre a representação do homossexual como cidadão de direitos e como cidadão de segunda categoria, que não está respaldado pela legislação.
Visão de cidadania	A vitória do casal de Goiás que teve o direito de união homoafetiva negado anteriormente demonstra que grande parte do poder judiciário reconhece que todos são iguais perante a lei.

FSP 69 - "Deus me impingiu a decidir", afirma juiz que vetou união gay - 23/06/2011

Fontes de Informação	juiz Jeronymo Villas Boas, de Goiás deputado Anthony Garotinho (PR-RJ)
Sequências Discursivas	SD127 O juiz Jeronymo Villas Boas, de Goiás, que cancelou o registro de união estável de um casal homossexual, disse ontem que Deus o "impingiu" a decidir nesse sentido . SD128 "Abdiquei da estabilidade de saber que meus filhos poderiam ir tranquilos para a escola. Mas Deus me incomodou, Deus como que me impingiu a decidir. Sei que esta nação há de compreender que não estou discriminando ninguém ", disse Villas Boas. SD129 " Como indivíduo, tenho direito a expressar a minha fé e sou livre para exercer o meu ministério. Isso não interfere nos meus julgamentos. Mas sou pastor da Assembleia de Deus Madureira. E não nego a minha fé", afirmou o juiz.

	SD130 " Sua desobediência santa nos inspira ", disse o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), da bancada evangélica.
Visão sobre as pessoas LGBT	Discurso da Igreja Evangélica representa o homossexual como anti-natural, desvio da norma.
Visão de cidadania	Igreja Evangélica não reconhece os direitos civis da população LGBT, deixando-os à margem da sociedade.

FSP 70 - Juiz que se opõe ao STF não pode ser punido, diz OAB - 23/06/2011

Fontes de Informação	Presidente interino da Ordem dos Advogados do Brasil, Alberto de Paula Machado.
Sequências Discursivas	SD131 Para Machado, a situação do juiz " se agravou " após ele declarar que foi Deus quem o impingiu a decidir contra a união gay . SD132 "A Justiça é concebida num modelo em que os juízes motivam as decisões com base na Constituição e nas leis. Admitir que possam prolatar decisão por convicção religiosa é nos distanciar do Estado de Direito. "
Visão sobre as pessoas LGBT	Tensão entre os discursos a favor (Justiça) e contra (Igreja Evangélica) os direitos dos homossexuais equiparados aos heterossexuais.
Visão de cidadania	Visão da OAB condena a decisão do juiz tomada por convicção religiosa, reforçando que o Brasil é um Estado laico. Identificamos que a cidadania LGBT passa pelo Judiciário.

FSP 71 - Marcha vira palco para críticas ao STF - 24/06/2011

Fontes de Informação	Pastor Silas Malafaia Apóstolo Estevam Hernandes, líder da Renascer em Cristo Pastor e senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) Senador Magno Malta (PR-ES) Bispa da Renascer Sônia Hernandes
Sequências	SD133 Líderes evangélicos transformaram ontem a Marcha para Jesus,

Discursivas	<p>em São Paulo, em palco para críticas ao Supremo Tribunal Federal e uma exibição de força política.</p> <p>SD134 O pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, chegou a recomendar aos fiéis que não votem em políticos que sejam favoráveis à união gay.</p> <p>SD135 "O povo evangélico não vai ser curral eleitoral", disse. "Se governador, prefeito ou presidente for contra a família, não terá nosso voto."</p> <p>SD136 Para Malafaia, o Supremo "rasgou a Constituição" ao permitir a união civil entre homossexuais. O pastor negou que seja homofóbico.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Discurso da Igreja Evangélica representa o gay como anti-natural, desvio da norma, ameaça aos bons costumes e a manutenção da família.</p>
Visão de cidadania	<p>Igreja Evangélica não reconhece os direitos civis da população LGBT, deixando-os à margem da sociedade.</p>

FSP 72 - Parada Gay já decora a avenida Paulista - 24/06/2011

Fontes de Informação	<p>Presidente da regional São Paulo da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Bruno Omori</p>
Sequências Discursivas	<p>SD137 Ontem, a fachada do Conjunto Nacional já exibia balões com o símbolo do arco-íris, decoreção tradicional às vésperas do evento.</p> <p>SD138 Os primeiros turistas começaram a chegar ontem e aproveitaram o feriado ensolarado de Corpus Christi para passear na Paulista.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Representação das pessoas LGBT como turistas, consumidores.</p>
Visão de cidadania	<p>O texto traz informações sobre a parada gay, enfatizando o lado festivo e comercial do evento, e em nenhum momento falou do caráter político. Marcas como "decoreção", "turistas", "vagas em hotéis" e "feira cultural" reforçam o discurso do evento.</p>

FSP 73 - Lojas de grife entram no clima da Parada Gay - 25/06/2011

Fontes de Informação	Gerente de loja, Marcos Galante Gerente de loja, Marcos Borges Gerente loja, Mário Costa Comissário de bordo André Santo Ator Damian Sales Arquiteto Alexandre Martins Dono de loja, Pierre Sfeir Organização da parada
Sequências Discursivas	SD139 Cuecas coloridas , DJs, bartenders, modelos malhados e sapatos femininos nº 42 .
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação das pessoas LGBT como turistas e consumidores.
Visão de cidadania	O texto traz informações sobre a parada gay, enfatizando o lado festivo e comercial do evento, e em nenhum momento falou do caráter político. Marcas como “decoração”, “turistas”, “vagas em hotéis” e “feira cultural” reforçam o discurso do evento.

FSP 74 - Psicólogo transexual pode usar nome social - 26/06/2011

Fontes de Informação	Sem fonte identificada.
Sequências Discursivas	SD140 O Conselho Federal de Psicologia aprovou resolução que permite que psicólogos transexuais e travestis (ou com identidade sexual diferente da do registro civil) acrescentem o nome social no campo "observação" da carteira profissional.
Visão sobre as pessoas LGBT	Travestis e transexuais como cidadãos de direitos.
Visão de cidadania	Matéria divulga nova conquista no campo dos direitos civis da população LGBT.

FSP 75 - Direito da USP tem casamento coletivo gay - 26/06/2011

Fontes de Informação	Sem fonte identificada.
Sequências Discursivas	SD141 Os noivos entraram com a " Marcha Nupcial ".
Visão sobre as pessoas LGBT	Visão traz a homossexualidade pra normalidade, ao mostrar o casamento de casais gays e enfatizar a utilização da marcha nupcial na cerimônia, tradicionalmente utilizada em cerimônias religiosas.
Visão de cidadania	Cidadania para a população LGBT baseada na conquista de direitos civis.

FSP 76 - "Futebol é viril", já disse juiz em sentença - 26/06/2011

Fontes de Informação	Juiz Manoel Maximiano
Sequências Discursivas	SD 142 [...] o juiz Manoel Maximiano escreveu: " Futebol é viril , varonil, não homossexual".
Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexual não se enquadraria no perfil do futebol, representação estereotipada do gay "feminino". A palavra viril está relacionada à Esforço, vigor, coragem, como se o gênero feminino também não possuísse essas qualidades.
Visão de cidadania	Sentença do juiz revela que nem toda conquista de direitos e respeito à diferença está relacionado ao Poder Judiciário.

FSP 77 - Parada Gay teme briga com torcida - 26/06/2011

Fontes de Informação	Renato Matias Pereira, da associação que organiza o evento coronel Valmir Martini Renato Silva, diretor da torcida organizada
Sequências Discursivas	SD143 "Nós pedimos para colocarem esse jogo em outro dia porque é notório que o ambiente do futebol é homofóbico ", diz Renato Matias Pereira, da associação que organiza o evento.

	<p>SD144 "Quando a pessoa está em grupo, ela acaba querendo se mostrar, querendo aparecer. Podem ocorrer essas manifestações [homofóbicas]", afirma o coronel da PM.</p> <p>SD145 Episódios de homofobia no futebol não são raros. No ano passado, a torcida Dragões da Real, do São Paulo, publicou um comunicado em que criticava o então volante tricolor Richarlyson por ele supostamente ter estado em uma boate gay.</p> <p>SD146 A nota chamava o volante de "traste" e "afeminado", e dizia que ele manchava a imagem do clube paulista.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Representação do gay vítima de violência e preconceito.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>A relação do futebol com o preconceito homofóbico é relacionada no texto, na medida em que polícia e organização do evento temem por confrontos no dia em que acontecem os dois eventos. Diversas marcas discursivas remetem ao ambiente homofóbico do futebol.</p>

FSP 78 - Valsa será atração hoje em frente ao Masp - 26/06/2011

<p>Fontes de Informação Sequências Discursivas</p>	<p>Organização do evento</p> <p>SD147 Uma valsa coletiva será a principal atração da 15ª Parada do Orgulho Gay, que começa ao meio-dia de hoje em frente ao Masp, na avenida Paulista, em São Paulo.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Pessoas LGBT são representadas como sujeitos que reivindicam seus direitos perante à sociedade.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>O baile de debutantes tem um significado de luta contra o preconceito contra a diversidade sexual, com um ato simbólico que pretende mostrar que casais homossexuais "podem" também dançar igual aos heterossexuais. Cidadania está representada na busca dos homossexuais pelo reconhecimento dos direitos iguais aos heterossexuais.</p>

FSP 79 - Parada Gay "expulsa" moradora da av. Paulista - 26/06/2011

Fontes de Informação	<p>Funcionária pública.</p> <p>Gerente de loja.</p> <p>Dono de banca de revistas.</p> <p>Engraxate.</p> <p>Promotor José Carlos de Freitas, da Promotoria de Habitação e Urbanismo.</p>
Sequências Discursivas	SD148 " Não aguento mais tanta marcha ", desabafa a funcionária pública aposentada.
Visão sobre as pessoas LGBT	Discursos questionam a legitimidade da manifestação da população LGBT, o que reforça a representação dos homossexuais como cidadãos que não devem ter esses direitos conquistados.
Visão de cidadania	A matéria, publicada na véspera da parada, reforça a mobilização já existente para que o evento seja retirado do local. Já com relação aos comerciantes as opiniões se dividem. No final, a matéria ressalta que o direito à manifestação é garantido pela constituição. Identificamos um enunciado contra a parada gay na Avenida Paulista, questionando a legitimidade do movimento.

FSP 80 - Torcida e parada gay não brigam, diz PM - 27/06/2011

Fontes de Informação	Sem fonte identificada.
Sequências Discursivas	SD149 Antes e depois do clássico, as organizadas foram sempre escoltadas por policiais.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de preconceito e violência.
Visão de cidadania	A nota traz a informação de que não houve confronto entre torcidas organizadas do futebol e o público presente na parada gay. O discurso ressalta que a medida tomada para não ocorrer agressões foi a escolta por policiais. Ou seja, se não tivesse a polícia, a tendência é que tivesse briga, pelo histórico de atitudes homofóbicas das torcidas organizadas.

FSP 81 - Garoa na parada - 27/06/2011

Fontes de Informação	Coordenadora do Centro de Referência da Diversidade, Irina Bacci Travesti Arcebispo de São Paulo, Odilo Pedro Scherer Leandro Rodrigues, da organização Danilo Henrique, skinhead e homossexual
Sequências Discursivas	<p>SD150 Com tema voltado à religião ("Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia"), o evento teve um trio elétrico com católicos, evangélicos, anglicanos e umbandistas.</p> <p>SD151 "A maioria dos religiosos que está aqui não é homossexual. Está propondo um hino pela paz", disse a coordenadora do Centro de Referência da Diversidade, Irina Bacci.</p> <p>SD152 A utilização de imagens de modelos em alusão a figuras de santos católicos, no entanto, incomodou a igreja.</p> <p>SD153 "O uso desrespeitoso da imagem dos santos populares é uma ofensa aos próprios santos e também aos sentimentos religiosos do povo", disse o arcebispo de São Paulo, Odilo Pedro Scherer.</p> <p>SD154 Sobre a frase dos cartazes "Nem santo te protege [use camisinha]", o arcebispo rebateu: "Pois é verdade. O que pode salvar mesmo é uma vida sexual regradada e digna."</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Representações da homossexualidade estão no campo da anormalidade (não é coisa de Deus) e no campo da luta igualitária do movimento LGBT no reconhecimento da diversidade sexual.
Visão de cidadania	Há uma tensão entre os que apoiaram a campanha da parada LGBT ao usar símbolos da Igreja para sua campanha contra a Aids e aqueles que não rejeitam a atitude.

FSP 82 - Juiz reconhece 1º casamento civil gay - 28/06/2011

Fontes de Informação	Toni Reis, presidente da ABGLT Casal gay Juiz Fernando Henrique Pinto Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família
-----------------------------	---

Sequências Discursivas	SD155 Casados . Esse é o estado civil que Luiz André Moresi, 37, e José Sérgio Sousa, 29, passaram a ter ontem, quando um juiz de Jacareí (84 km de SP) converteu a união estável deles em casamento. SD156 "Queremos ser reconhecidos como família ", diz Luiz André, agora oficialmente "Sousa Moresi".
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do homossexual com direitos civis dentro de uma normatividade heterossexual compulsória.
Visão de cidadania	A reportagem aborda o momento histórico de pela primeira vez o Brasil a oficialização do casamento entre gays, o que muda o estado civil do casal. O reconhecimento como família perante a lei é um passo importante para a conquista de direitos civis e inclusão social.

FSP 83 – Homofobia: Myriam Rios se desculpa por discurso - 29/06/2011

Fontes de Informação	Sem fonte identificada.
Sequências Discursivas	SD157 Após associar gays à pedofilia ao falar na Assembléia do Rio no dia 21, a deputada do PDT foi repudiada por representantes dos homossexuais. SD158 Com a repercussão, pediu desculpas pelo discurso .
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de homofobia.
Visão de cidadania	O texto ressalta que deputada foi homofóbica no seu discurso contra os direitos da população LGBT, adotando convicção religiosa para defender a não aprovação de um projeto na assembléia legislativa do Rio de Janeiro.

FSP 84 – Sem legislação, casamento homossexual depende do juiz - 29/06/2011

Fontes de Informação	Ministro Carlos Ayres Britto Ministro Luiz Fux Antonio Ivo Aidar, especialista em direito de família
-----------------------------	--

	<p>Luiz Roberto Barroso, constitucionalista</p> <p>Regina Beatriz Tavares da Silva, do Instituto dos Advogados de SP</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD159 Em 5 de maio, o STF reconheceu a união estável de pessoas do mesmo sexo. Casar oficialmente exige, porém, convertê-la em "casamento", algo que o Supremo não analisou - e isso só ocorrerá se ele for instado. Assim, até que haja decisão do tribunal, os juízes podem fazer o que quiserem.</p> <p>SD160 "O juiz fez uma interpretação da Constituição de que a união estável, juridicamente, se equipara ao casamento. O STF não entrou nessa questão e terá de avaliar quando e se provocado", informou o STF.</p> <p>SD161 Para Antonio Ivo Aidar, especialista em direito de família, e Luiz Roberto Barroso, constitucionalista, o casamento é consequência natural do aval do STF à união.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Tensão entre os que consideram os homossexuais cidadãos que podem casar e constituir família e a rejeição a esses direitos.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>A reportagem analisa as decisões judiciais sobre união estável e o casamento entre homossexuais. A decisão do Supremo que aprovou a união entre pessoas do mesmo sexo abriu caminho para que alguns juízes de primeira instância autorizem, também, o casamento. Texto revela o efeito da judicialização da política que garante os direitos civis através da Justiça.</p>

5.1.1 Síntese da análise dos textos do jornal Folha de S. Paulo

O mapeamento das fontes de informação presentes nos textos jornalísticos de gênero informativo da Folha (tabela 2) observa, entre os agentes enunciadorees do discurso sobre a população LGBT, um expressivo número de sujeitos que se nomeiam com identidades sexuais diferentes da heterossexualidade. A visibilidade das pessoas LGBT no jornal está relacionada a dois motivos principais: primeiro, devido à crescente denúncia de agressões, como as que aconteceram na região da Avenida Paulista, em São Paulo; segundo, porque muitos estão buscando oficializar sua união perante a lei. Estes fatos trouxeram o debate sobre a questão para o espaço público, pois como cidadãos

eles possuem os mesmos direitos civis dos heterossexuais como casamento, adoção de crianças e outros benefícios a partir da “oficialização” da união.

Tipo de Fonte	Nº
Pessoas LGBT	21
ONG	21
Legislativo	20
Judiciário	18
Executivo	15
Especialista em Direito	15
Comércio	12
Igreja	10
OAB / advogados	09
Cartório	08
Polícia	07
Saúde	05
Esporte	04
Especialista em Educação	04
Artista	04
Ministério Público	03
Especialista em Psicologia	01
Outros	19
Total	196

Tabela 2: Fontes nos textos da Folha

Como podemos observar a partir do mapeamento dos Temas (tabela 3) das reportagens, praticamente metade dos textos trata dos *Direitos Civis* da população LGBT, seja pela reivindicação, conquista ou negação de novos direitos. Esse tema foi dominante, e devemos contextualizar que isso se deve principalmente ao agendamento ocasionado pelo Judiciário que votou e aprovou a união estável no mês de maio de 2011. A partir dessa “polêmica” decisão por unanimidade e inédita no país, diversos desdobramentos estiveram presentes no jornal, principalmente com a rejeição por parte dos agentes das Igrejas Católica e Evangélica, e seus representantes no Congresso Nacional.

Foram essas matérias responsáveis pelo alto número de fontes consultadas ligadas ao Legislativo, Judiciário e ao Direito. Se juntarmos as fontes classificadas como *Legislativo*, *Judiciário*, *Especialistas em Direito*, *OAB/advogados*, *Ministério Público* e *Cartório*, têm 73 locutores diretamente ligados ao tema dos *Direitos Civis*. Dentre os textos com esse tema ainda temos grande parte das fontes *Pessoas LGBT*, *ONGs* e *Igreja*, o que passa a configurar a maioria dos locutores mapeados. No que se

refere às fontes relacionadas diretamente à Igreja³⁵, identificamos que todas são ouvidas em reportagens como contraponto aos interesses dos direitos da população LGBT, o que vamos desenvolver mais na análise das representações sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e a cidadania.

O segundo tema que dominou as reportagens com ênfase na diversidade sexual é o da **Violência e Discriminação**. Além das fontes classificadas como *Pessoas LGBT* e *ONG*, que denunciam os diversos tipos de violência, temos um número significativo na categoria *Polícia*. Incluímos também nessa categoria as reportagens sobre manifestações públicas de combate à homofobia, revelando-se como uma reação da população LGBT à violência motivada pelo ódio.

Em terceiro lugar, mas menos significativo, é a presença do tema identificado como **Turismo**. São seis matérias que pertencem ao caderno Turismo especial sobre destinos turísticos para o público LGBT no mundo e duas reportagens sobre a Parada do Orgulho LGBT em São Paulo enfatizando o comércio e a chegada de turistas na cidade.

Tema	Nº	%
Direitos civis	41	49
Violência e discriminação	28	33
Turismo	08	9,5
Outros	07	8,5
Total	84	100

Tabela 3: Temas nos textos da Folha

A partir do mapeamento das fontes de informação e a identificação das sequências discursivas, nossa análise segue na identificação dos sentidos construídos por esses enunciados a cerca da população LGBT. Como estratégias discursivas, os jornais se utilizam de uma forma bastante similar de movimentos de paráfrase para a construção de sentidos secundários, que em conjunto reforçam o sentido principal. Agrupamos estes movimentos analisados a partir das sequências discursivas (SDs) selecionadas em formações discursivas (FDs), que reconhecemos como as representações construídas sobre as múltiplas identidades sexuais.

³⁵Além das fontes diretamente ligadas às Igrejas, destacamos que diversos parlamentares – listados na categoria *Legislativo* – são identificados nos textos como pertencentes às bancadas Católica e Evangélica, reproduzindo os discursos das Igrejas em suas declarações.

A construção das categorias foi realizada a partir da análise dos textos, não há uma classificação pré-estabelecida. Lembramos que o número de enunciados é maior do que o número de textos analisados, pois diversas reportagens apresentaram mais de um discurso atuante. Identificamos uma dicotomia nas representações sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais relacionada à legitimidade da conquista de direitos. Enquanto a população LGBT, as entidades que os representam e outras vozes associadas ao Judiciário e Legislativo defendem que a diversidade sexual precisa ser reconhecida e amparada pela lei e pelo Estado, vozes ligadas às convicções religiosas se utilizam de marcas discursivas relacionadas à doença, ao crime e à promiscuidade para rejeitarem os direitos dessa parte da população.

Uma das principais conquistas históricas na área dos direitos civis da população LGBT no Brasil, de acordo com o próprio movimento, foi a decisão do STF de reconhecer como família a união estável entre pessoas do mesmo sexo, em maio de 2011. Dentre os discursos que representam gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais como *Cidadão* (FD-1), destacamos o combate ao preconceito e o reconhecimento da diversidade:

Para o ministro, "pouco importa se a **família é integrada por casais heterossexuais ou homoafetivos**". SD66 FSP41

"Por que homossexual não pode constituir uma família? Por força de duas questões que são **abominadas pela Constituição: a intolerância e o preconceito**", afirmou Fux. SD69 FSP42

A segunda categoria de representação é a das pessoas LGBT como *Desvio da norma* (FD-2), discurso baseado em convicções religiosas:

Em discurso no plenário, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) disse que os vídeos davam "**nojo**". "Esses gays e lésbicas querem que nós [heterossexuais], a maioria, **entubemos** como exemplo de comportamento a sua **promiscuidade**", afirmou. SD12 FSP11

Deputado quer repassar para a Câmara despesa do impresso, que chega a associar o **homossexualismo à pedofilia**. SD78 FSP46

O processo de estigmatização também passa pelo estereótipo do homem efeminado. O valor negativo foi historicamente atribuído à efeminação, ou seja, um homem não deve ter comportamentos "tipicamente" femininos. Ao considerar o ser

efeminado alguém inferior, os grupos estabelecidos como majoritários dentro da heteronormatividade imediatamente atribuem a todos os homens homossexuais essa característica, como destacamos nessa sequência discursiva:

Isso porque, de acordo com a rede britânica BBC, a sepultura desse antigo europeu apresenta **características normalmente associadas aos túmulos de mulheres**. SD57 FSP34

Ora, determinar o que é efeminação, porém, pressupõe, forçosamente, determinar o que não é. Dessa forma, elencam-se também conceitos e imagens de "não-efeminação", ao quais os homens heterossexuais deverão corresponder para não serem identificados como homossexuais, reproduzindo o preconceito tanto de gênero quanto de sexualidade.

Se o conceito de efeminação é, então, tido como negativo, é forçoso reconhecer que o comportamento feminino dele oriundo não é menos desvalido. A diferença é que, às mulheres, é permitido serem "efeminadas", o que, no entanto, necessariamente as coloca numa posição social inferior, e, ao mesmo tempo em que determina o que é "não-efeminação" – e, por extensão, "não-feminino" ou masculino –, impede a estas que tenham acesso aos comportamentos então tidos como típicos dos homens heterossexuais, que, uma vez à frente, em questão de gênero, na dinâmica social, teriam maiores possibilidades de crescimento ou ascensão.

Ao atribuir ao sexo o caráter biológico e natural, o discurso conservador se torna mais evidente quando trata de sexualidades marcadas pelas alterações no corpo, como no caso dos transgêneros. Ao longo da história as transexuais e travestis têm sido alocadas na categoria dos “seres abjetos” (BUTLER, 2003b) ou dos “degenerados”, como preferiu o discurso médico normatizador e consolidador da visão burguesa sobre sexualidade. As demandas de transformação do sexo contrariam as regras sociais heteronormativas que pressupõem a existência de uma “realidade sexual” da ordem da “natureza”, que não poderia ser modificada. Os transexuais perpassam o binarismo macho/fêmea, masculino/feminino, e por isso ganham maior visibilidade no espaço público, como pudemos perceber na reportagem que destacou a primeira transexual em um *reality show* da TV Globo:

Dentre os participantes está Ariadna Thalia, que, segundo alguns sites, era travesti e teria se submetido, na Tailândia, a uma **operação para mudança de sexo**. A Globo confirmou que **ela é transexual**. SD10 FSP9

A visibilidade no jornal de casos de violência contra gays e travestis revela a intolerância ainda existente na sociedade, e reforça a imagem deles como vítimas de homofobia. Definimos como terceira categoria de representação da população LGBT como *Vítima* (FD-3) de violência e discriminação. A experiência de gays, lésbicas, travestis e transexuais é historicamente marcada pela experiência da abjeção, do ódio e perseguição a que foram submetidos e ainda são em diversos países, como destacamos nessa sequência discursiva:

Quando os funcionários **descobriram que eu era gay**, me **obligaram a ficar nu** e dois funcionários **imobilizaram meus pés** e, um terceiro, minhas mãos. Outro introduziu o cabo de uma vassoura com **violência em meu ânus**. Tive **hemorragia**, disse. SD1 FSP1

A representação da população LGBT como *Consumidor* (FD-4) é percebida nas reportagens sobre turismo – cidades turísticas pelo mundo especializadas em receber esse público - e sobre a Parada de Orgulho LGBT, segundo maior evento turístico da cidade de São Paulo, como podemos analisar nessas sequências discursivas:

Os **primeiros turistas** começaram a chegar ontem e aproveitaram o feriado ensolarado de Corpus Christi para **passear na Paulista**. SD138 FSP72

Cuecas coloridas, DJs, bartenders, modelos malhados e **sapatos femininos nº 42**. SD139 FSP73

Formações Discursivas	Representações sobre LGBT	Quantidade de enunciados	%
FD-1	Cidadão	37	36
FD-2	Desvio da norma	37	36
FD-3	Vítima	21	20
FD-4	Consumidor	08	08
	Total	103	100

Tabela 4: Representações sobre população LGBT na Folha

Para além da construção de representações sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico, o objetivo dessa pesquisa é analisar o que essas representações geram em termos de construção de cidadania para a diversidade sexual. Há uma equidade entre os discursos que disputam poder no espaço público acerca dos direitos civis da população LGBT. Percebemos que nestes textos o jornal busca um equilíbrio entre as vozes atuantes nos discursos que defendem e os que rejeitam a ampliação dos direitos.

Classificamos a representação de Cidadania ancorada na *Negação de direitos para a população LGBT baseada em convicções religiosas* como Formação Discursiva FD-a, que alcançou 36% dos enunciados analisados. Como já mapeamos anteriormente, as fontes legitimadas para rejeitar a conquista de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais estão relacionadas diretamente aos discursos das Igrejas Católica e Evangélica. Sejam os parlamentares identificados como participantes da bancada religiosa do Congresso ou representantes direto das Igrejas.

Os discursos com ancoragem em preceitos religiosos – principalmente evangélicos – são predominantes nos textos, utilizados como contraponto nas reportagens que tratam dos direitos da população LGBT. Os enunciados acerca da diversidade sexual não são mais ancorados na medicina, biologia e psicologia, o que podemos resumir como Ciência; o que consideramos um avanço na construção das representações sobre esses cidadãos. Porém o discurso religioso nos parece ganhar mais visibilidade como oposição, tanto que o próprio movimento LGBT se utilizou de temas ligados à religião como forma de protesto na Parada do Orgulho LGBT em São Paulo em 2011.

As representações de Cidadania vinculada aos *Direitos civis adquiridos e reivindicados* pela população LGBT foi definida como FD-b, também com 36% dos enunciados mapeados.

Em terceiro lugar, verificamos a representação de Cidadania ancorada no discurso de *Combate ao preconceito e violência em razão da diversidade sexual*, com 20%. Entendemos que esse discurso reproduz o ideal de liberdade que surgiu na Revolução Francesa e que hoje faz parte da Constituição Brasileira. Neste caso, a luta é pela liberdade de expressar seus desejos e viver plenamente sua sexualidade.

A Cidadania vinculada ao *Direito de consumo* ocupou a quarta colocação, com 8%, discurso que aparece principalmente vinculado ao turismo voltado ao público LGBT. O processo de conquista de espaço se impõe pela capacidade do grupo (com poder aquisitivo) como consumidor. Todos os termos e adjetivos que qualificam o grupo pertencem a uma visão administrativa (tecnocrática, racional) do gay como cliente, público e consumidor.

Formações Discursivas	Representações sobre Cidadania LGBT	Quantidade de enunciados	%
FD-a	População LGBT não possui certos direitos, pois está fora da norma estabelecida de sexualidade	37	36
FD-b	Reivindicação e conquista de direitos civis à população LGBT	37	36
FD-c	Combate ao preconceito e violência em razão da diversidade sexual	21	20
FD-d	Direito de consumo	08	08
Total		103	100

Tabela 5: Representações sobre Cidadania LGBT na Folha

Buscamos evitar o enquadramento entre os discursos contra e a favor da cidadania para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e por isso definimos agrupar as estratégias discursivas adotadas pelo jornalismo da Folha em duas agendas – positiva e negativa.

Entendemos que as formações discursivas FD-b (*Reivindicação e conquista de direitos civis à população LGBT*) FD-c (*Combate ao preconceito e violência em razão da diversidade sexual*) e FD-d (*Direito de consumo*) se inserem em uma agenda positiva de reconhecimento e conquistas de direitos por parte da população LGBT. Assim, o percentual de discursos que compõem uma agenda positiva é de 64%, índice distante do discurso que não apóia o avanço dos direitos (36%).

Desta forma, chegamos à seguinte configuração das representações sobre Cidadania LGBT:

Formações Discursivas	Cidadania LGBT	%
FD-I	Representações que possibilitam a inclusão social e o combate às desigualdades para a população LGBT	64
FD-II	Representações que contribuem para a não-efetividade de uma cidadania plena para a população LGBT	36
Total		100

Tabela 6: Síntese das representações sobre Cidadania LGBT na Folha

De acordo com a análise das Formações Discursivas sobre cidadania LGBT, reconhecemos uma contribuição dessas reportagens para a construção de uma agenda positiva em relação à conquista de direitos dessa população. Percebemos que essa visão está ancorada na luta contra a discriminação que se materializa em violência simbólica e

real. Nesses textos, o jornal adota a estratégia de rejeitar a violência a partir de marcas discursivas como *denúncia de homofobia*, *discriminação contra homossexuais*, entre outras. O contraponto aparece quando os textos se referem às conquistas de direitos no âmbito do Legislativo e Judiciário, e nesses casos identificamos como oposição a visão fundamentalista de certas religiões, como a Católica e a Evangélica, que “acusam” os homossexuais (esses discursos reduzem todas as identidades sexuais em apenas uma – a homossexual) de não agirem conforme as Leis Divinas. No Brasil, as Igrejas não pregam o discurso contra os homossexuais, e sim contra o ato homossexual, por isso não defendem a violência contra eles.

5.2 Análise dos Textos do jornal O Estado de S. Paulo

No jornal O Estado de S. Paulo, encontramos a seguinte quantidade de textos que fazem referência à população LGBT:

Palavra-chave	Nº de textos
Gay	127
Homossexual	46
Travesti	16
Transexual	14
Lésbica	14
Bissexual	04
Transgênero	01
Total	222

Tabela7: quantidade de textos por palavras-chave no Estadão

Dentre os 222 registros encontrados, foram selecionados 80 textos jornalísticos, pelos seguintes critérios:

- Muitos registros eram repetidos, devido à existência de duas ou mais palavras-chaves em um mesmo texto;
- Retiramos do corpus todos os textos que não se enquadram no gênero informativo, como textos de opinião, carta do leitor, colunistas e crítica;
- Excluimos do corpus final os textos referentes a acontecimentos em outros países que não tiveram uma relação direta com os brasileiros ou o Brasil.

Apresentamos na seqüência a análise dos 80 textos jornalísticos do gênero informativo do jornal O Estado de S. Paulo.

ESP 1 - Ministra promete "avançar" com plano polêmico de Lula para direitos humanos 04/01/2011

Fontes de Informação	Ministra Maria do Rosário.
Seqüências Discursivas	SD162 - Ao pedir a implementação do PNDH3, que desgastou o governo Lula e a campanha da petista Dilma Rousseff por defender temas como aborto e casamento homossexual , a ministra disse que "a hora é de avançar, de fazer ainda mais e melhor". Apesar de abordar temas polêmicos, adotou um tom conciliador, citando que o atual momento é de "diálogo" e sem retaliações.
Visão sobre as pessoas LGBT	O texto se refere ao casamento homossexual como algo polêmico, que gera desgaste político. Há uma tensão entre quem defende e quem recusa o reconhecimento da diversidade sexual perante à lei.
Visão de cidadania	O direito à diversidade sexual está inserido nos direitos humanos.

ESP 2 - "Tinha desejo de desconstruir" 24/01/2011

Fontes de Informação	Estilista e empresário Paulo Borges, homossexual.
Seqüências Discursivas	SD163 - Eu e ele nos olhamos fixamente e perguntei pra freira: "É ele, né?". "Sim, é ele" (interrompe, leva as mãos ao rosto e chora). Cinco dias depois ele já me chamava de papai . SD164 - Ele já falou na escola que o pai dele tem namorado . Aliás, antes de matriculá-lo, fui lá e disse: "Meu filho é negro, sou gay, solteiro, e essa é minha vida com ele. Como a escola trata isso?" Tento colocá-lo em ambiente o mais tranquilo possível.
Visão sobre as pessoas LGBT	A adoção de uma criança por um homossexual no texto está baseada na visão tradicional de família e paternidade. Outros atributos, como classe social e reconhecimento público, também são valorados para definir a legitimidade do sujeito homossexual na sociedade.

Visão de cidadania	O texto se utiliza da estratégia de abordar questões da esfera da intimidade, tornar público algo que diz respeito a intimidade do cidadão, reforçando seus atributos que o tornam um homossexual capaz de adotar uma criança.
---------------------------	--

ESP 3 - Gays são agredidos em novo caso na região da Paulista 29/01/2011

Fontes de Informação	Estudante gay vítima de agressão Paulo Mariante, militante de ONG Polícia Militar
Sequências Discursivas	SD165 Sem socorro . Após a agressão, Fábio correu para um posto de gasolina com sangramento no olho e no rosto. Foi nesse momento que o estudante teria, pela primeira vez naquele dia, o sentimento de desamparo . Não foi atendido pelos funcionários do posto quando pediu água e um pano para limpar a ferida. SD166 O amigo tentou ligar para a polícia, mas não foi atendido . Fábio então procurou a base móvel da Polícia Militar na Paulista, nas proximidades com a Rua Haddock Lobo. Ele se queixa que os policiais não chamaram reforço para tentar buscar os agressores. "Pelo jeito, pensaram que tinha sido uma briga de balada."
Visão sobre as pessoas LGBT	A homofobia é a materialização do preconceito contra os gays, resultado de uma sociedade que construiu culturalmente a rejeição ao diferente.
Visão de cidadania	Reportagem ressalta a possível omissão da Polícia Militar e de outras pessoas (funcionários do posto), o que demonstra que as vítimas foram tratadas como sujeitos sem direitos.

ESP 4 - Fiéis ignoram norma moral e sexual 30/01/2011

Fontes de Informação	Padre Benedito Ferraro, professor da Faculdade de Teologia da PUC de Campinas Teólogo padre João Batista Libânio Padre salesiano Cleto Caliman, assessor da CNBB D. Joaquim Mol, bispo auxiliar de Belo Horizonte
-----------------------------	--

	Professor Felipe Aquino, movimento carismático Associação Canção Nova
Sequências Discursivas	SD167 A Igreja prega uma coisa e os católicos fazem outra , sobretudo na área moral, quando entra em jogo a sexualidade. [...] A doutrina continua inalterada nas normas de documentos oficiais, mas no foro íntimo a situação muda. SD 168 Quem discorda dos ensinamentos do magistério da Igreja não conhece suas razões teológicas, antropológicas e filosóficas, observa o professor. A Canção Nova e outros movimentos de vida apostólica procuram seguir à risca a doutrina da Igreja e os ensinamentos do papa.
Visão sobre as pessoas LGBT	A religião em relação à sexualidade tem sido um instrumento ideológico e político-social, de forma que tem orientado os indivíduos para uma moral que nega sua sexualidade, penalizando os indivíduos que não se enquadram na norma heterossexual.
Visão de cidadania	A reportagem mostra a tensão entre as normas rígidas de conduta da Igreja Católica no campo da sexualidade e o que muitos fiéis praticam na intimidade (no campo privado).

ESP 5 - Polícia liberta 85 travestis de pensões no centro de SP 04/02/2011

Fontes de Informação	Delegado Joaquim Dias Alves Travesti de 20 anos Coordenador de Políticas Para a Diversidade Sexual do Estado, Dimitri Sales
Sequências Discursivas	SD169 Um travesti de 20 anos disse que não se sentia preso , pois tinha "casa e comida". Ele contou que a gerente intermediava implantes de silicone nos seios.
Visão sobre as pessoas LGBT	Mostra o travesti relacionado à prostituição e à violência.
Visão de cidadania	Há um paradoxo, pois enquanto o discurso da cidadania defende a igualdade de direitos entre os cidadãos, a forma como são visibilizados

	segue a ordem do discurso que reproduz uma visão da exclusão, do preconceito e da desigualdade social. A difícil construção da identidade marcada pela violência dificulta a construção da visão do homossexual como cidadão com os direitos de igualdade.
--	--

ESP 6 - STJ suspende julgamento de união estável homossexual 24/02/2011

Fontes de Informação	Ministros do STJ
Sequências Discursivas	SD170 "É preciso tirar a máscara da hipocrisia . As relações homoafetivas precisam ser retiradas da marginalidade jurídica ."
Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexual como sujeito merecedor de direitos. Legitimar na sociedade relações homoafetivas que já existem.
Visão de cidadania	Conquista de direitos civis passa pela decisão da Justiça.

ESP 7 - 'Botar o bloco na rua' virou moda também em SP 25/02/2011

Fontes de Informação	Idealizador do bloco To Zoando Presidente da Associação das Bandas carnavalescas de São Paulo Fundador da Banda Redonda Fundador da Banda do Fuxico, LGBT Integrante da Associação Cultural Cecília
Sequências Discursivas	SD171 A Banda do Fuxico defende para si, "por direito assumido", o título de mais alegre de São Paulo e espera reunir 35 mil pessoas no Largo do Arouche, no centro. "Somos a primeira banda LGBT do carnaval de São Paulo. Antes havia a Banda do Arouche, que era gay, mas não tinha conotação política", diz seu fundador, Roberto Maфра.
Visão sobre as pessoas LGBT	O carnaval brasileiro, com seu cortejo de homens travestidos de mulher, vende, dentro e fora do país, a imagem de uma convivência pacífica da sociedade com a diversidade sexual. Até hoje os homens heterossexuais se permitem – durante o carnaval – de se vestirem de

Visão de cidadania	mulher, o que não significa que em outra época do ano isso seja visto como “normal” para a sociedade. Nesse contexto, o carnaval é reconhecido como uma festa popular que abraça todas as diferenças. O Carnaval é uma festa popular que permite a “inversão” das normas sociais, tensionando o “permitido” e o “proibido” no espaço público.
---------------------------	--

ESP 8 - Casal gay ganha guarda provisória de criança 26/02/2011

Fontes de Informação	Conselho Tutelar Ministério Público Promotor de justiça
Sequências Discursivas	SD172 O promotor de Justiça José Olavo Passos afirmou que se a criança "tem todo o carinho e suporte, não há motivo para se negar a adoção em virtude da sexualidade do casal, importando sim o caráter das pessoas ".
Visão sobre as pessoas LGBT	O discurso remete a uma compensação de atributos: se por um lado eles são homossexuais, que hierarquicamente é menor em uma escala de valores, por outro lado são pessoas de caráter. Essa hierarquização dos valores usualmente é reforçada para a busca por direitos e tolerância à homossexualidade. Outro valor reforçado na reportagem é que o casal mantém uma união estável há oito anos, atributo de monogamia atribuído aos casais heterossexuais, reforçando a heteronormatividade.
Visão de cidadania	Nessa valoração dos atributos, o casal homossexual se torna “mais” cidadão ao formar uma família “tradicional” e adotar uma criança. Há uma hierarquização da cidadania, onde uns são mais detentores de direitos do que os outros.

ESP 9 - Companheiro gay pode ser dependente 15/03/2011

Fontes de Informação	Antonio Carlos Bordin, sócio-diretor da Assessor-Bordin Consultores Supervisor nacional do Imposto de Renda
Sequências Discursivas	SD173 Nesta declaração, contribuintes que têm relação homossexual estável (superior a cinco anos) podem incluir como dependente o companheiro ou a companheira do mesmo sexo.

Visão sobre as pessoas LGBT	Casal homossexual detentor de direitos dentro de uma normatização com base na heterossexualidade compulsória.
Visão de cidadania	Há uma hierarquização da cidadania, onde uns são mais detentores de direitos do que os outros.

ESP 10 - Polícia investiga outro caso de agressão a gay 26/03/2011

Fontes de Informação	Delegada do Decradi, Margarette Barreto Estudante Guilherme Rodrigues
Sequências Discursivas	SD174 "Disseram: "Está olhando o quê, veado ". E já me bateram ." O caso foi registrado no 4.º DP e os agressores foram detidos e indiciados por injúria, agressão e ameaça.
Visão sobre as pessoas LGBT	Visibilidade dos gays passa pela violência contra eles, pela experiência da abjeção.
Visão de cidadania	É necessário recorrer à polícia para exigir o direito à segurança.

ESP 11 - Grupo na Câmara lança ofensiva para punir deputado 30/03/2011

Fontes de Informação	Presidente da OAB/RJ, Wadih Damous Brizola Neto (PDT-RJ) Jean Wyllys (PSOL-RJ) Nilton Luz, coordenador da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT Presidente da ONG Educafro, frei David Santos
Sequências Discursivas	SD175 "As declarações do deputado Jair Bolsonaro são inaceitavelmente ofensivas, pois têm um cunho racista e homofóbico , incompatível com as melhores tradições parlamentares brasileiras", afirmou o presidente da OAB/RJ, Wadih Damous.
Visão sobre	Mobilização de parlamentares e movimentos sociais contra as

as pessoas LGBT	declarações do deputado Bolsonaro demonstra a atuação pública e política a favor da diversidade.
Visão de cidadania	Fontes pedem punição ao parlamentar que cometeu crime de racismo.

ESP 12 - Bolsonaro ataca negros e gays na TV 30/03/2011

Fontes de Informação	Deputado Jair Bolsonaro Preta Gil, cantora
Sequências Discursivas	SD176 À indagação sobre a hipótese de ter um filho gay respondeu: "Isso nem passa pela minha cabeça, eu dei uma boa educação, fui pai presente , não corro esse risco." SD177 "Foi um mal-entendido, eu errei. Como veio uma sucessão de perguntas, eu não ouvi que era aquela pergunta, foi um equívoco. Entendi que a pergunta era se meu filho tivesse um relacionamento com gay , por isso respondi daquela forma", disse.
Visão sobre as pessoas LGBT	Reproduz a visão do deputado de que a homossexualidade é anti-natural, problemas relacionados à educação do sujeito e ligada à promiscuidade.
Visão de cidadania	A livre expressão como um dos direitos civis deve ser entendida no sentido amplo de respeito à diversidade, seja ela étnica, religiosa, como também no campo da sexualidade.

ESP 13 - Para Gabeira, parlamentar 'perdeu o tom' 31/03/2011

Fontes de Informação	Jornalista e ex-deputado Fernando Gabeira
Sequências Discursivas	SD178 "As declarações são consideradas quase que sagradas quando se trata de um deputado. O deputado tem imunidade parlamentar", destacou.
Visão sobre as pessoas LGBT	Declarações do deputado Bolsonaro reforçam a representação da homossexualidade como prática anti-natural, doença e promiscuidade.

Visão de cidadania	A livre expressão como um dos direitos civis deve ser entendida no sentido amplo de respeito à diversidade, seja ela étnica, religiosa, como também no campo da sexualidade.
---------------------------	--

ESP 14 - Bolsonaro: "Estou me lixando para gays" 31/03/2011

Fontes de Informação	OAB/RJ Deputado Bolsonaro Deputado Jean Wyllys Deputado Marco Maia
Sequências Discursivas	SD179 Indagado sobre as reações à sua afirmação sobre gays no programa CQC, da TV Bandeirantes, ele respondeu: " Estou me lixando para o movimento gay . O que eles têm para oferecer? Casamento gay? Adoção de filho por gay? Nada disso acrescenta nada." SD180 "É preciso desmascarar a tentativa dele de se safar do crime de racismo. É deboche à inteligência das pessoas dizer que se confundiu. Não dá para confundir mulher negra com homossexual . Ou ele é demente, ou está debochando."
Visão sobre as pessoas LGBT	Declarações do deputado Bolsonaro reforçam a representação da homossexualidade como prática anti-natural, doença e promiscuidade.
Visão de cidadania	A livre expressão como um dos direitos civis deve ser entendida no sentido amplo de respeito à diversidade, seja ela étnica, religiosa, como também no campo da sexualidade.

ESP 15 - Vaccarezza afirma que Bolsonaro é "deputado estúpido" 01/04/2011

Fontes de Informação	Líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza Deputado Jair Bolsonaro
Sequências Discursivas	SD181 "O Bolsonaro tem se caracterizado como um deputado estúpido , mas ele foi eleito com essa estupidez", afirmou o deputado petista. SD182 Ele criticou as políticas do governo de combate à discriminação contra a comunidade LGBT, como o kit anti-homofobia distribuído nas escolas da rede pública, que chamou de " apologia ao

	homossexualismo ". "Querem criar uma bolsa de estudos para travestis e transexuais. É a bolsa-gay ", atacou.
Visão sobre as pessoas LGBT	Deputado faz declarações que ridicularizam as políticas públicas voltadas para a população LGBT.
Visão de cidadania	A livre expressão como um dos direitos civis deve ser entendida no sentido amplo de respeito à diversidade, seja ela étnica, religiosa, como também no campo da sexualidade.

ESP 16 - Para filhos, ele diz "o que a maioria pensa" 02/04/2011

Fontes de Informação	Flávio Bolsonaro, deputado e filho de Jair Bolsonaro
Sequências Discursivas	SD183 "Não se trata de homofobia, mas de um posicionamento contrário à apologia que existem em torno da homossexualidade... O normal não é ser homossexual . O normal é ser heterossexual. Duvido que algum pai tenha orgulho de ter um filho gay."
Visão sobre as pessoas LGBT	Declarações do deputado reforçam a representação da homossexualidade como prática anti-natural, doença e promiscuidade.
Visão de cidadania	Discurso não reconhece a diversidade sexual como legítima.

ESP 17 - Caso Bolsonaro põe imunidade em xeque 03/04/2011

Fontes de Informação	Advogado Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC-SP Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio de Souza Neto Deputado Jair Bolsonaro (reprodução de citação direta)
Sequências Discursivas	SD184 "Eu nunca daria meu voto a esse deputado, que é preconceituoso e estimula condutas antiétnicas fronteiriças ao nazismo . Mas é preciso considerar que, se ele emitiu suas opiniões no

	exercício do mandato, está fundamentalmente protegido pela imunidade parlamentar que aparece no artigo 53 da Constituição", observa o advogado Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC-SP.
Visão sobre as pessoas LGBT	Há uma tensão entre as declarações de Bolsonaro de que a homossexualidade não é normal e o discurso de outras fontes qualificando-o como preconceituoso e antiético.
Visão de cidadania	A livre expressão como um dos direitos civis deve ser entendida no sentido amplo de respeito à diversidade, seja ela étnica, religiosa, como também no campo da sexualidade. O direito à imunidade parlamentar concede ao político mais direitos do que os demais cidadãos.

ESP 18 - Vôlei Futuro denuncia caso de homofobia 06/04/2011

Fontes de Informação	Atleta Michael Time Vôlei Futuro Time Cruzeiro CBV
Sequências Discursivas	SD185 O atleta afirma que foi chamado de " bicha ", " gay " e outras ofensas . SD186 "O coro era de forma organizada. Crianças, homens e mulheres se juntaram para cometer o tremendo desrespeito e discriminação com o atleta Michael", divulgou o Vôlei Futuro por meio de uma nota oficial. SD187 Michael afirmou ser homossexual e disse que se sentiu julgado por uma característica pessoal e não profissional. "Acho que este tipo de acontecimento não deve passar em branco. Realmente me fez muito mal, acho que deve ser divulgado e discutido para que não ocorra com mais ninguém", declarou.
Visão sobre as pessoas LGBT	Manifestação da torcida de provocação ao atleta utilizando termos pejorativos como "bicha", tensiona com a manifestação do atleta e seu time contra a discriminação.
Visão de	Texto adota discurso de combate à homofobia, uma das principais

cidadania	reivindicações do movimento LGBT.
------------------	-----------------------------------

ESP 19 - MP mineiro investiga ofensas a Michael 08/04/2011

Fontes de Informação	Ministério Público estadual de Minas Gerais.
Sequências Discursivas	SD188 O Vôlei Futuro impetrou ação no Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) acusando a torcida do Cruzeiro de ter passado toda a partida gritando " bicha " para Michael, que é homossexual.
Visão sobre as pessoas LGBT	Manifestação da torcida de provocação ao atleta utilizando termos pejorativos como "bicha", tensiona com a manifestação do atleta e seu time contra a discriminação.
Visão de cidadania	A visibilidade da homofobia na reportagem ajuda no enfrentamento do preconceito.

ESP 20 - Tensão e equilíbrio marcam semifinal 09/04/2011

Fontes de Informação	Técnico Time Vôlei Futuro Técnico Time Cruzeiro
Sequências Discursivas	SD189 Foi nesta partida que Michael afirmou ter sido ostensivamente ofendido pela torcida com palavras como " bicha " e " gay ", levando-o a assumir ser homossexual. O episódio foi denunciado pelo Vôlei Futuro ao STJD e será julgado na quarta-feira.
Visão sobre as pessoas LGBT	Manifestação da torcida de provocação ao atleta utilizando termos pejorativos como "bicha", tensiona com a manifestação do atleta e seu time contra a discriminação.
Visão de cidadania	A visibilidade da homofobia na reportagem ajuda no enfrentamento do preconceito.

ESP 21 - Vôlei Futuro ganha e dá lição contra o preconceito 10/04/2011

Fontes de Informação	Michael, jogador homossexual
Sequências	SD190 Ontem, Araçatuba fez bela festa e mandou o recado ao País .

Discursivas	<p>Cinco mil bisnagas cor de rosa - o famoso bate-bate, para fazer barulho e atrapalhar o adversário -, com o nome de Michael, foram distribuídas entre os torcedores. Camisas reforçaram a mensagem contra a homofobia. Na frente, os dizeres "preconceito é a pior violência" e atrás, "preconceito, não."</p> <p>SD191 Um bandeirão também reprovou a atitude machista e ignorante de alguns cruzeirenses. "Vôlei Futuro contra o preconceito." O líbero Mário Jr. jogou com camisa listrada, com as cores do arco-íris, que representa o movimento LGBT.</p> <p>SD192 Michael, alvo da polêmica, parecia feliz com tanto apoio. Ainda no aquecimento, ele esbanjava um belo sorriso, que no fim da partida caracterizaria sua vitória particular e a da equipe.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Atleta gay recebe apoio dos colegas e da torcida contra o preconceito.</p>
Visão de cidadania	<p>Reportagem enfatiza a campanha contra o preconceito tanto da torcida quanto dos jogadores do time, condenando a atitude "machista" e "ignorante" dos adversários.</p>

ESP 22 - Cruzeiro recebe punição inédita por homofobia 14/04/2011

Fontes de Informação	<p>Relator do processo, Luiz Tavares Correa Meyer Julgadora Renata Mansur Bacelar Procurador do STJD, Fábio Lira Presidente da Comissão Disciplinar, Wanderley Rebello Advogado time Cruzeiro, Henrique Saliba Advogada time Vôlei Futuro, Miriam Cristina Simões</p>
Sequências Discursivas	<p>SD193 "Houve uma manifestação homofóbica, com constrangimento e humilhação para o atleta", enfatizou o relator do processo, Luiz Tavares Correa Meyer, durante a defesa de seu voto.</p> <p>SD194 "Estamos dando um recado para clubes e torcedores. Não há mais espaço no esporte para preconceitos de qualquer natureza", disse Renata Mansur Bacelar, uma das julgadoras.</p> <p>SD195 "Recebi a denúncia com tristeza. É difícil ver, em 2011, atitudes como esta em um país que vai receber a Copa do Mundo e a Olimpíada</p>

<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>em alguns anos", declarou o procurador do STJD, Fábio Lira.</p> <p>SD196 "Foi uma cena que violou a dignidade humana e isso não poderia ficar impune."</p> <p>SD197 "Vão ser distribuídas cartilhas para a torcida e colocadas faixas no ginásio pedindo que o público incentive o time da casa, sem ofensas ao adversário."</p> <p>Representação do gay como vítima de preconceito (homofobia).</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Mais uma decisão inédita passa pela judicialização, dessa vez a Desportiva. A descrição das falas dos quatro auditores do STJD demonstra que todos desaprovaram a atitude da torcida e do time adversário que cometeram atos de preconceito durante uma partida de vôlei. Termos usados como "manifestação homofóbica", "violou a dignidade humana", "constrangimento e humilhação" destacados do texto, refletem o discurso contra o preconceito. A distribuição de cartilha pra torcida se mostra uma ação de cidadania que busca a conscientização e educação para o respeito à diferença.</p>

ESP 23 - Campanha 'Eu sou Gay' usa internet contra homofobia 14/04/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>Daniel Ribeiro, cineasta e autor da campanha</p> <p>Carolina Almeida, autora da campanha</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD198 "Estávamos incomodados com o sentimento de violência que pairava no ar", diz Ribeiro, cineasta autor de dois curtas que tratam de questões homofóbicas.</p> <p>SD199 "Não dá para imaginar que hoje alguém seja agredido por desconfiarem que se trata de um gay."</p> <p>SD200 "Eu Sou Gay", segundo os autores, quer ir além da homofobia. "É um projeto contra o ódio", diz o cineasta, que é gay, mas nunca foi discriminado - muito menos agredido.</p> <p>SD201 "Ser gay deixou de ser uma questão de orientação sexual. Hoje,</p>

<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>significa ter os direitos negados. É alguém interrompido em sua liberdade."</p> <p>A representação do gay vítima de preconceito e violência.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>O texto reflete que ser gay ainda hoje significa “ter os direitos negados”, alguém que é tolhido de sua liberdade, princípio fundamental dos Direitos Humanos. A campanha se propõe a ser contra o ódio, e não apenas a fobia contra os homossexuais, mas todas as demais existentes, o que amplia o seu alcance. O fato da campanha, ser realizada pelas redes sociais, se mostra mais um espaço público consolidado de lutas e possibilidades de reivindicação de direitos.</p>

ESP 24 - Agressão é exibida online 16/04/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>Procurador da república, Samir Nacheff Presidente do Grupo Gay de Alagoas, Nildo Correia</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD202 As imagens mostram ainda que outros alunos zombaram da vítima e mandaram que ele dançasse a música da cantora Lady Gaga, só porque o garoto havia assumido que era homossexual.</p> <p>SD203 [...] o jovem espancado teria sido humilhado por um outro jovem que filmou tudo, enquanto praticava o ato de violência, e postou o vídeo na internet. As imagens, segundo o procurador da República Samir Nacheff, sugerem a ocorrência de bullying e podem configurar crime de injúria real e discriminatória.</p> <p>SD204 "É a primeira agressão física registrada em uma escola pública. Isso nos preocupa muito, porque nos números sobre a violência contra os homossexuais Alagoas é o segundo Estado onde mais se mata gay no Brasil. Proporcionalmente, somos o primeiro em número de mortes", afirma Correia, culpando a impunidade.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Representação do gay vítima de preconceito e violência.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Reportagem dá visibilidade a mais um caso de violência contra homossexuais, e as fontes condenam as atitudes, demonstrando</p>

preocupação com os crimes contra gays existentes no estado de Alagoas e denunciando a impunidade.

ESP 25 - Cruzeiro bate Vôlei Futuro e está na final 16/04/2011

Fontes de Informação	Técnico mineiro, Marcelo Mendez
Sequências Discursivas	<p>SD205 Cruzeiro e Vôlei Futuro deram capítulo final, ontem, a uma disputa que extrapolou o embate esportivo. O time mineiro foi punido, com uma multa de R\$ 50 mil, por "ato de homofobia".</p> <p>SD206 Na primeira partida da série melhor de três das semifinais, a torcida cruzeirense que lotou o mesmo Ginásio do Riacho, em Contagem, ofendeu o meio de rede Michael, do time rival, com palavras como "bicha" e "gay".</p> <p>SD207 O Ginásio Plácido Rocha, no interior paulista, ficou colorido, em apoio a Michael, que acabou assumindo ser homossexual.</p> <p>SD208 Apoio. Diferentemente do que ocorreu na primeira partida, a torcida do Cruzeiro não fez ataques direitos a Michael, embora as vaias subissem de tom sempre que o meio de rede do Vôlei Futuro se preparava para o saque.</p> <p>SD209 Algumas faixas, com discursos que combatiam o preconceito de cunho sexual, foram colocadas no ginásio.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay vítima de preconceito e violência.
Visão de cidadania	O texto recupera o histórico do preconceito sofrido pelo jogador do Vôlei Futuro praticado pela torcida adversária. O destaque no início do texto para a punição reforça o discurso contra a homofobia.

ESP 26 - Justiça usa Lei Maria da Penha para punir gay 20/04/2011

Fontes de Informação	Juiz Alcides da Fonseca Neto Ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres Juiz Mário Roberto Kono de Oliveira
Sequências	SD210 "A especial proteção destinada à mulher pode e deve ser

<p>Discursivas</p>	<p>estendida ao homem naqueles casos em que ele também é vítima de violência doméstica e familiar. Eis que no caso em exame a relação homoafetiva entre o réu e o ofendido, isto é, entre dois homens, também requer a imposição de medidas protetivas de urgência, até mesmo para que seja respeitado o Princípio Constitucional da Isonomia."</p> <p>SD211 No entanto, a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, considerou um equívoco a decisão do juiz Fonseca Neto, ao aplicar a Lei Maria da Penha em caso de lesão corporal envolvendo casal de gays.</p> <p>SD212 Para a ministra, "a Lei Maria da Penha é muito clara, é uma lei para defender as mulheres, tem recorte de gênero". "Qualquer decisão fora disso é desvirtuar a lei", disse.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>O homossexual é tratado como vítima pelo próprio companheiro, mas que teve a proteção da justiça, o mesmo direito do heterossexual.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>A reportagem demonstra como a legislação brasileira é retrograda, e que os juízes brasileiros, na sua grande maioria, estão à frente das leis. As decisões de proteção de homens contra violência doméstica – sejam heterossexuais ou homossexuais – de acordo com a lei Maria da Penha é um avanço, mas tratado ainda como “polêmica”. A argumentação da ministra de que a lei está sendo desvirtuada é uma visão limitada dos direitos dos cidadãos, ainda baseado na construção cultural de que o gênero feminino é o mais “frágil”.</p>

ESP 27 - Número de furtos no 1º trimestre mais que dobra na Avenida Paulista 22/04/2011

<p>Fontes de Informação Sequências Discursivas</p>	<p>Delegado-geral da Polícia Civil, Marcos Carneiro Lima</p> <p>SD213 Via concentra casos de homofobia (subtítulo)</p> <p>SD214 [...] quatro adolescentes e um jovem de 19 anos foram flagrados por câmeras de segurança ao agredirem três rapazes que andavam na Paulista, supostamente confundidos com homossexuais.</p> <p>SD215 No dia 4 de dezembro, um casal gay que andava de mãos dadas perto da Estação Brigadeiro do Metrô foi cercado por cinco homens e levou socos e pontapés.</p>
---	--

Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como vítima de violência.
Visão de cidadania	A reportagem trata do aumento dos casos de violência próximos a Avenida Paulista, em São Paulo, e no final da reportagem “lembra” de casos de violência praticados por homofobia. A falta de segurança pública é um dos principais problemas nas grandes cidades, e o cidadão se sente acuado por não ter essa proteção do Estado. O jornal dá visibilidade aos crimes praticados contra homossexuais, adotando o discurso contra a homofobia.

ESP 28 - 60 mil brasileiros dizem viver em uma união gay 30/04/2011

Fontes de Informação	Presidente do IBGE, Eduardo Nunes Ronaldo Costa, homossexual
Sequências Discursivas	SD216 Foi a primeira vez que o IBGE levantou em todo o País o número de casais gays . SD217 A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais realizou, durante coleta de dados do Censo, uma campanha para que os homossexuais declarassem sua condição . SD218 "A declaração da proporção de população preta aumentou bastante, não porque aumentou a fecundidade nesse grupo, mas porque o sentimento de pertencimento cresceu, e a consciência é maior. Quanto maior é a consciência, maior é a resposta afirmativa ", declarou Nunes. SD219 "Ao se perceber que esse direito é uma conquista de fato , também do ponto de vista social teremos mais informação." SD220 "Eu acho que o número é bem maior , porque nós não fomos contados no Censo, e nem outros dois casais de amigos nossos de São Paulo", diz Costa.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação da população LGBT através da visão normalizadora baseada no “casamento” que hierarquiza os cidadãos por meio de certos atributos. Ser “casado” na sociedade é um atributo mais valorado do que ser “solteiro”.
Visão de cidadania	A matéria destaca que é a primeira vez que o IBGE levantou o número de casais homossexuais no país, o que mostra um avanço nas políticas

públicas para a população LGBT. Revela também que muitos ainda têm receio ou não tem desejo de expor sua condição de casal gay. Apesar de o Censo manter os dados confidenciais, muitos temem ser reconhecidos como homossexuais, pois não revelaram publicamente sua orientação sexual. Outros não vêem necessidade de dar essa informação, talvez porque a percepção de que nada irá mudar, de que eles não teriam mais direitos se realmente declarassem sua condição enquanto casal. A visão de conquista da cidadania está relacionada à exposição do foro íntimo dos sujeitos ao espaço público.

ESP 29 - STF começa a julgar hoje união homoafetiva 04/05/2011

Fontes de Informação	Vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat Ministros STF
Sequências Discursivas	<p>SD221 A união de pessoas do mesmo sexo deve ser equiparada ao regime de união estável, fazer jus aos direitos que são garantidos aos casais heterossexuais e ser tratada como uma entidade familiar.</p> <p>SD222 A questão, que ainda gera polêmica na sociedade, pode ter resposta uníssona dos ministros.</p> <p>SD223 O primeiro obstáculo a enfrentar é o texto da própria Constituição, que reconhece a união estável entre "o homem e a mulher".</p> <p>SD224 Ela diz que o tratamento diferenciado para as uniões homoafetivas viola os princípios da Constituição da igualdade, da liberdade e da dignidade.</p> <p>SD225 São perguntas que alguns ministros do Supremo afirmam que inevitavelmente terão de responder para delimitar as consequências do julgamento e que precisam ser avaliadas com calma para não impedir eventuais avanços de costumes na sociedade.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do homossexual como cidadão que merece os mesmos direitos dos heterossexuais.
Visão de cidadania	O texto inicia com a afirmação de que a união de pessoas do mesmo sexo deve ser equiparada à união heterossexual, com posicionamento

a favor da conquista de direitos dos homossexuais. Reconhece que a decisão pode ser polêmica na sociedade, mas que os ministros estão convencidos de que os direitos devem ser igualados. Os ministros também afirmam que não querem impedir eventuais avanços nos costumes na sociedade.

ESP 30 - STF retoma hoje julgamento sobre união homoafetiva; questão tem 1º voto favorável 05/05/2011

Fontes de Informação	Ministro Carlos Ayres Britto Procurador-geral da República, Roberto Gurgel Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Associação Eduardo Banks
Sequências Discursivas	SD226 [...] Britto lembrou que a Constituição veda o preconceito em razão do sexo das pessoas . Além disso, afirmou que a Constituição, ao não prever a união de pessoas do mesmo sexo, não quis proibir a união homoafetiva. "Nada mais íntimo e privado para os indivíduos do que a prática da sua sexualidade", disse. SD227 Dois homossexuais, portanto, poderiam ser tratados como família . SD228 "A nossa magna carta não emprestou ao substantivo família nenhum significado ortodoxo", acrescentou. " Não existe família de segunda classe ou família mais ou menos. " SD229 "Proporcionar às relações estáveis afetivas mantidas por homossexuais, que são famílias no sentido ontológico, a tutela legal de que são merecedoras, fortalece a família ", acrescentou. SD230 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Eduardo Banks foram as únicas a contestar , durante o julgamento, a extensão dos benefícios das uniões heterossexuais para as uniões homoafetivas.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do homossexual como cidadão de direitos que pode formar família como os heterossexuais.
Visão de cidadania	O texto se baseia na defesa do primeiro ministro a votar sobre a união homoafetiva. Argumentos como " <i>não existe família de segunda classe</i> " e " <i>a constituição veda preconceito em razão da sexualidade das</i>

peças” são a favor da construção de uma cidadania mais igualitária, independente da orientação sexual do cidadão.

ESP 31 - Empresa é multada por discriminar transexual 05/05/2011

Fontes de Informação	Defensor público Ricardo César Franco Metrô (nota)
Sequências Discursivas	SD231 Em fevereiro de 2010, um funcionário da Estação Marechal Deodoro negou à transexual C. o direito de fazer seu Bilhete Único utilizando o nome social feminino e, segundo entendeu a Secretaria, a ofendeu com "atitudes discriminatórias, preconceituosas e humilhantes" . SD232 O funcionário, porém, negou-se a fazer o procedimento, passou a chamar a transexual "irritantemente" pelo seu nome masculino e disse que "podia desistir, que ali não conseguiria". SD233 Em nota, o Metrô reconheceu o "erro" e disse que o funcionário "foi orientado a seguir novos procedimentos" .
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do transexual como vítima de preconceito.
Visão de cidadania	Uma empresa pública ser multada por discriminar uma transexual serve como exemplo de combate ao preconceito e a favor dos direitos civis da população LGBT. O Metro inclusive reconheceu o erro e orientou o funcionário a adotar novos procedimentos.

ESP 32 - STF reconhece, por unanimidade, união estável entre homossexuais 06/05/2011

Fontes de Informação	Relator das duas ações julgadas, Carlos Ayres Britto Ministros Cezar Peluso, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes
Sequências Discursivas	SD234 Os casais homossexuais têm os mesmos direitos e deveres que a legislação brasileira estabelece para os casais heterossexuais. SD235 E a decisão unânime de ontem [...] abre caminho para que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo seja permitido e as uniões homoafetivas passem a ser tratadas como um novo tipo de

	<p>família.</p> <p>SD236 Agora, as uniões homoafetivas serão colocadas ao lado dos três tipos de família reconhecidos pela Constituição: a convencional formada com o casamento; a decorrente da união estável; e a formada, por exemplo, pela mãe solteira e seus filhos. E, como entidade familiar, essas uniões passam a merecer a mesma proteção do Estado.</p> <p>SD237 Impedir o acesso a direitos por parte dos casais gays com base na interpretação de que somente os casais heterossexuais estariam protegidos, conforme os ministros, seria violar princípios constitucionais, como da igualdade e da não discriminação.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexuais representados como cidadãos com os mesmos direitos dos cidadãos heterossexuais.
Visão de cidadania	O reconhecimento da união homoafetiva como família é a principal conquista da população LGBT, o que garante e amplia outros direitos. A defesa dos ministros do STF de que impedir esse direito seria violar os princípios da Constituição Brasileira.

ESP 33 - Ativistas consideram o 5 de maio um dia histórico 06/05/2011

Fontes de Informação	<p>Presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT, Ideraldo Luiz Beltrame</p> <p>Escritora Edith Modesto, presidente do Grupo de Pais de Homossexuais (GPH)</p> <p>Jornalista e empresário Douglas Drumond, da Associação GLS Casarão Brasil</p> <p>Presidente da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem do Advogados do Brasil em Mato Grosso (OAB/MT), Danielle Barros Garcia</p>
Sequências Discursivas	<p>SD238 A escritora Edith Modesto, presidente do Grupo de Pais de Homossexuais (GPH), lembrou que muitos "vivem um relacionamento homossexual estável há anos, mas nunca foram reconhecidos como famílias".</p> <p>SD239 O jornalista e empresário Douglas Drumond, da Associação GLS Casarão Brasil, disse que "é uma sensação pessoal incrível a</p>

	<p>possibilidade da formação de uma família".</p> <p>SD240 "Tenho um amigo que acaba de perder seu companheiro, com quem viveu durante quatro anos. O irmão do seu marido está tentando lhe tirar o apartamento."</p> <p>SD241 "Acordem, o Brasil é um País laico. Com isso, a parte jurídica tem de ser separada da religião. É inadmissível a intervenção religiosa nas leis."</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação dos homossexuais como cidadãos de direitos iguais aos heterossexuais.
Visão de cidadania	O reconhecimento do casal homossexual como família pela Justiça é o discurso mais ressaltado pelos ativistas homossexuais, garantindo direitos que antes os homossexuais não tinham. Um exemplo está na SD197, quando os familiares de um companheiro falecido querem reivindicar os bens do outro companheiro. Uma das fontes reforça que o Estado é laico, por isso a opinião da Igreja não deve ser levada em conta pelos legisladores.

ESP 34 - Supremo ocupa espaço deixado pelo Congresso 06/05/2011

Fontes de Informação Sequências Discursivas	<p>Advogada Maria Berenice Dias</p> <p>SD242 O julgamento das uniões homoafetivas levou mais uma vez o Supremo Tribunal Federal (STF) a ocupar um espaço que não foi preenchido pelo Congresso Nacional.</p> <p>SD243 Sem apoio contundente do governo e com o Congresso dividido até mesmo por visões religiosas, projetos que garantiriam os direitos a casais homossexuais estão parados há anos no Legislativo e difícilmente seriam aprovados.</p> <p>SD244 "Se as pessoas de preferência heterossexual só podem (...) ser felizes heterossexualmente, as de preferência homossexual seguem na mesma toada."</p> <p>SD245 "Daremos a esse segmento de nobres brasileiros mais do que um projeto de vida, daremos um projeto de felicidade."</p>
--	---

<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p> <p>Visão de cidadania</p>	<p>SD246 "Aqueles que fazem sua opção pela união homoafetiva não podem ser desiguais em sua cidadania."</p> <p>SD247 "Cuida-se enfim de entidade familiar que precisa ter sua existência reconhecida pelo Direito."</p> <p>SD248 "Dignidade humana é a noção de que todos, sem exceção, têm direito a uma igual consideração."</p> <p>SD249 "Eu me limito a reconhecer a existência dessa união (...) sem me pronunciar sobre outros desdobramentos."</p> <p>SD250 "O reconhecimento pelo tribunal responde a um grupo de pessoas que durante longo tempo foram humilhadas."</p> <p>SD251 "Extraio do núcleo da dignidade da pessoa humana a obrigação do reconhecimento das uniões homoafetivas."</p> <p>SD252 "Ao não conhecer a união (homoafetiva), o Estado compromete a capacidade do homossexual de viver a plenitude de sua orientação sexual."</p> <p>SD253 "O Poder Legislativo, a partir de hoje, tem de se expor e regulamentar as situações que surgirão a partir do pronunciamento da Corte."</p> <p>Representação dos homossexuais como cidadãos de direitos iguais aos heterossexuais.</p> <p>Os votos dos ministros reforçam o apoio às conquistas de direitos da população LGBT, seja pelo simples fato do reconhecimento da união até o direito do homossexual de viver na "plenitude sua orientação sexual". A reportagem também critica a morosidade do poder legislativo em votar projetos relacionados à população LGBT.</p>
--	--

ESP 35 - Bancada evangélica quer lei para impedir casamento em igreja 07/05/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Campos Deputado Jean Wyllys</p>
------------------------------------	---

	Deputado Eduardo Cunha
Sequências Discursivas	<p>SD254 Após o STF reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo, a bancada evangélica quer incluir na legislação um dispositivo para impedir que igrejas sejam obrigadas a celebrar cerimônias de casamento entre homossexuais.</p> <p>SD255 Para integrantes do movimento LGBT, a medida visa a tirar o foco da discussão sobre os direitos civis dos homossexuais.</p> <p>SD256 O presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Campos (PSDB-GO), diz que a proposta visa a evitar constrangimentos para a religião.</p> <p>SD257 "Seria bom tornar isso explícito para evitar que algum juiz preconceituoso, atendendo a alguma demanda específica, possa dar uma sentença impondo uma ação dessa a alguma igreja."</p> <p>SD258 "Isso é desespero para jogar a opinião pública contra o direito civil. O direito é público, a fé é privada. Nenhum homossexual quer casar em igreja", reiterou.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Tensão entre o discurso da Igreja, que não reconhece os direitos dos homossexuais, e o discurso do representante parlamentar que defende os direitos da população LGBT.
Visão de cidadania	Posição da Igreja é a de não reconhecer os direitos dos homossexuais, e adota a estratégia de fusão dos conceitos de casamentos civil e religioso para rejeitar o avanço de direitos civis da população LGBT. O contraponto vem do deputado Jean Wyllys, que explica que o direito é público, a fé é privada, mostrando que a Igreja não deve interferir na legislatura.

ESP 36 - "Próximo passo será legalização da pedofilia" 07/05/2011

Fontes de Informação	Deputado federal Jair Bolsonaro
Sequências Discursivas	<p>SD259 "O próximo passo será a adoção de crianças por casais homossexuais e a legalização da pedofilia".</p> <p>SD260 "O Supremo extrapolou. Quem tem de decidir isso é o Legislativo, com a sanção do Executivo. Agiu por pressão da comunidade homossexual e do governo. Unidade familiar é homem e mulher."</p>

<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>SD261 "Eu não quero que o meu filho menor vá brincar com o filho adotivo de dois homossexuais. Não deixo. Não quero que ele aprenda com o filho do vizinho que a mamãe usa barba, que isso é normal. Não vou deixá-lo nessas companhias porque o futuro do meu filho também será homossexual".</p> <p>SD262 [...] será "mais fácil se livrar de um homicídio do que de uma discriminação homofóbica".</p> <p>SD263 "Se ser homofóbico é defender as crianças nas escolas, defender a família e a palavra de Deus, pode continuar me chamando de homofóbico com muito prazer, pode me dar o diploma de homofóbico".</p> <p>Representação do homossexual como anormal, desvio e criminoso.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>A reportagem contém apenas as declarações do deputado federal Jair Bolsonaro, conhecido por atacar homossexuais adotando argumentos relacionados ao discurso religioso em "defesa da família e dos bons costumes".</p>

ESP 37 - Para STF, leis que venham a restringir direitos de gays serão inconstitucionais 07/05/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>STF Adriana Galvão Abílio, presidente da Comissão da Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da OAB-SP</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD264 Os direitos garantidos aos homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento de anteontem se tornaram intocáveis.</p> <p>SD265 [...] no entendimento dos ministros, essa isonomia entre casais homossexuais e heterossexuais tem como base princípios constitucionais, como igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana.</p> <p>SD266 O voto do relator das duas ações em julgamento, ministro Carlos Ayres Britto, que prevaleceu ao final, proclamou a igualdade absoluta entre os sexos para todos os efeitos.</p> <p>SD267 No caminho oposto, o Congresso não encontra mais amarras para votar um projeto que libere o casamento civil entre homossexuais.</p>

	SD268 União, não casamento. A decisão do STF não significa a legalização do casamento gay.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do homossexual como cidadão igual ao heterossexual. Percebemos nos textos o binarismo homossexual/heterossexual como padrão da sociedade, o que não permite considerar outras identidades sexuais.
Visão de cidadania	Cidadania baseada nos direitos civis e princípios constitucionais.

ESP 38 - Vaticano teme retaliação contra opositores 07/05/2011

Fontes de Informação	Vaticano arcebispo Silvano Tomani, representante da Santa Sé na ONU
Sequências Discursivas	SD269 O Vaticano se diz preocupado com a situação de fiéis contrários à união entre gays que, por suas posições, estariam sendo " assedidos ". SD270 A Igreja teme não apenas a aprovação de leis favoráveis à união gay, mas a marginalização e a retaliação de grupos que defendam abertamente posições contrárias. SD271 Tomani insiste que a sexualidade humana é um " presente reservado a casais heterossexuais ". SD272 "Pessoas estão sendo atacadas por terem posições de não apoiar um comportamento sexual entre pessoas do mesmo sexo". SD273 "Quando eles expressam sua crença moral e fé sobre a natureza humana, são estigmatizados e, pior, perseguidos e vilipendiados ." SD274 "Esses ataques são violações de direitos humanos fundamentais ". SD275 "Existe um consenso na sociedade que certos tipos de comportamentos sexuais devem ser proibidos por lei, como pedofilia e incesto ."
Visão sobre as pessoas LGBT	Posição da Igreja relaciona homossexualidade à pedofilia e incesto, práticas consideradas crimes. Também considera que a homossexualidade não seria "presente de Deus".
Visão de cidadania	A Igreja Católica se utiliza do discurso de que seus fiéis estariam sendo perseguidos por não apoiarem a união entre homossexuais, e assim

estariam sendo violados de seus direitos à livre expressão e crença religiosa.

ESP 39 - Projeto que criminaliza homofobia ganha força 07/05/2011

Fontes de Informação	Senadora Marta Suplicy Senadora Vanessa Grazziotin Antropólogo Luiz Mott, fundador do GGB
Sequências Discursivas	SD276 O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que estendeu aos homossexuais os mesmos direitos e deveres que a lei garante aos heterossexuais deve impulsionar no Congresso o projeto de lei que criminaliza a homofobia. SD277 "Depois que o STF se pronunciou de forma tão contundente sobre a cidadania , ficou muito difícil que o projeto não seja aprovado. Não só pela constitucionalidade, que ficou muito clara nos discursos dos ministros, mas principalmente pelo lado humano. Palavras como respeito, felicidade, amor e cidadania pautaram a discussão ", disse Marta. SD278 "Nós temos a Lei Maria da Penha, que defende as mulheres. Agora precisamos ter, urgentemente , uma lei que tipifique de forma clara o crime da homofobia". SD279 [...] o Brasil é o campeão mundial de crimes homofóbicos .
Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexual é representado como vítima de preconceito e merecedor de direitos.
Visão de cidadania	Reportagem trata da possibilidade maior de votação do projeto que criminaliza a homofobia após a decisão do STF ter reconhecido a união entre pessoas do mesmo sexo. A cidadania é relacionada ao respeito, felicidade e amor, como direitos também dos homossexuais.

ESP 40 - Homossexualismo: debate nas escolas é alvo de críticas 12/05/2011

Fontes de Informação	Daniel Cara, coordenador-geral da campanha nacional pelo direito à educação Deputado federal Jair Bolsonaro
-----------------------------	--

	<p>Deputado João Campos (PSDB-GO), da Frente Parlamentar Evangélica Jurista Ives Gandra Martins Secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ramaís de Castro da Silveira Ministério da Educação</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD280 O objetivo do material, composto de três filmes e um guia de orientação aos professores, é trazer para o ambiente de 6 mil escolas o "tema gay" como forma de reconhecimento da diversidade sexual e enfrentamento do preconceito.</p> <p>SD281 Em discussão há três anos, o texto teve ideias mais radicais que acabaram deixadas de lado, como cotas para professores LGBT em programas de alfabetização.</p> <p>SD282 Em panfletos distribuídos em escolas do Rio de Janeiro, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) alega que o MEC e grupos LGBT "incentivam o homossexualismo" e tornam "ossos filhos presas fáceis para pedófilos". "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual", diz o panfleto.</p> <p>SD283 Para o jurista Ives Gandra Martins, alguns pontos do plano podem ser encarados como concessão de privilégios aos gays, bissexuais, travestis e transexuais. De acordo com ele, todas as garantias estão na Constituição e "não há por que exigir um tratamento diferenciado".</p> <p>SD284 "A convivência com a homossexualidade é uma convivência social. Estamos com o mesmo tipo de tabu da educação sexual de anos atrás, quando havia preocupação de que programas desse tipo causariam maior número de gestações na adolescência", disse Cara.</p> <p>SD285 [...] a iniciativa de levar o debate à sala de aula tem como objetivo combater a exclusão histórica do grupo LGBT. "Visamos a não evasão escolar desses alunos. Hoje, 10% da população brasileira é gay", argumenta.</p> <p>SD286 "O fato de a homossexualidade já estar na rua, na televisão, mas não na escola ou no livro didático, acaba levando ao bullying."</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Temos como tensão o discurso religioso contra o discurso de reconhecimento da diversidade sexual. Por um lado, o homossexual é visto como criminoso, anormal, segundo a opinião do deputado evangélico; e por outro lado temos a representação do homossexual como vítima de preconceito e violência.</p>

Visão de cidadania	A reportagem trata de um projeto que busca entre alunos o reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento do preconceito. Mas que possui reações contrárias, seja baseada no discurso religioso evangélico, contra a homossexualidade, e até o discurso jurídico, que não vê a necessidade de “privilégios” para determinados grupos, pois a Constituição já garantiria a igualdade de todos.
---------------------------	--

ESP 41 - 'Lutamos por uma escola que não seja heteronormativa', diz o educador social Lula Ramires 12/05/2011

Fontes de Informação	Educador social Lula Ramires
Sequências Discursivas	SD287 Queremos mostrar que a sexualidade é uma construção social . Há gays nas escolas e eles devem ser respeitados. Do mesmo jeito que existe gente que sente desejo pelo sexo oposto, existe gente que sente isso pelo mesmo sexo - o que não é pecado, vergonha, crime ou doença . Lutamos por uma escola que não seja heteronormativa . SD288 O material não faz apologia à homossexualidade. Ninguém tem o poder de influenciar um jovem a ser gay ou travesti . A orientação sexual é uma questão de foro íntimo e o tema deve ser tratado dentro da escola como outro qualquer.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação da população LGBT como possibilidade de se viver diferentes sexualidades.
Visão de cidadania	Essa entrevista com um dos educadores responsáveis pelo projeto complementa a reportagem anterior e dá ênfase para o discurso em prol da cidadania LGBT. O educador afirma que a luta é por uma escola não heteronormativa, que reconhece a heterossexualidade como sexualidade dominante e central, e as outras sexualidades periféricas e fora da norma. O educador também faz o contraponto à opinião do deputado que argumentou que o material didático poderia influenciar os jovens a serem homossexuais. O educador explica que ninguém pode orientar o outro a sentir desejo por outra pessoa, independente de gênero.

ESP 42 - Bispo critica projeto que debate nas escolas o homossexualismo 13/05/2011

Fontes de Informação	Novo responsável pelo setor pastoral de Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Joaquim Giovane Mol Guimarães
Sequências Discursivas	<p>SD289 "Lamento que a opção do governo e do MEC, nesse assunto, tenha sido pela formação fragmentada", declarou. Para ele, um projeto de formação integral dos jovens "contemplaria boas reflexões sobre o homossexualismo, a pessoa do homossexual, bem como sobre o desenvolvimento da sexualidade, compreendida como elemento intrínseco à condição humana".</p> <p>SD290 Ele argumenta que "combater um preconceito exibindo vídeos de relações entre pessoas do mesmo sexo nas escolas públicas não parece adequado, pois revela uma concepção fragmentada da questão, um privilégio e concessão aos grupos interessados, uma imposição sobre crianças e adolescentes".</p> <p>SD291 D. Mol também afirma que a atitude do governo "desconsidera e contraria, muito provavelmente, não só os pais dos alunos, mas também o conjunto do povo brasileiro, a quem os governantes devem servir".</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Discurso do Bispo condena a prática homossexual, pois se refere aos vídeos como privilégio e concessão de grupos interessados, uma imposição sobre crianças e adolescentes. Na opinião dele, o que é imposto é negativo, não é natural.
Visão de cidadania	O jornal foi entrevistar um representante da Igreja Católica ligado à educação para repercutir a informação de que o governo vai introduzir nas escolas a discussão sobre diversidade sexual. A opinião não poderia ser outra – o discurso religioso condena as práticas sexuais que não são para procriação, o que só pode ser feita por um casal heterossexual. O bispo chama o trabalho de formação fragmentada ao criticar os vídeos elaborados pelo MEC. O termo homossexualismo é usado pelo Bispo e também reproduzido no título da matéria, o que reforça a visão sobre homossexualidade como doença.

ESP 43 - Shopping põe segurança no banheiro masculino 15/05/2011

Fontes de Informação	<p>Segurança Leandro</p> <p>Assessoria do shopping</p> <p>Superintendente do Frei Caneca, Carlo Zanetti</p> <p>Empresário Lázaro Rodrigues, homossexual</p> <p>Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT)</p> <p>Administrador de empresas homossexual Pedro Alceu dos Santos</p> <p>Engenheiro Adílson Cabral, e sua mulher, a fonoaudióloga Mara Lima</p>
Sequências Discursivas	<p>SD292 O Shopping Frei Caneca, na região central de São Paulo, criou nos últimos meses um posto insólito: o de segurança de banheiro. [...] a fim de evitar - ou inibir - paquera de homens no local.</p> <p>SD293 Ele explica que o shopping precisou tomar uma providência, porque "teve gente que se sentiu incomodada (com olhares libidinosos dos gays)".</p> <p>SD294 A orientação do shopping, segundo Leandro, é mostrar ao "infrator" uma placa na parede com os dizeres: "A prática de ato obsceno em lugar público, ou aberto, ou exposto ao público, é passível de pena de detenção de três meses a um ano".</p> <p>SD295 A assessoria do Frei Caneca disse que "a informação passada pelo segurança foi de interpretação pessoal".</p> <p>SD296 "A função dele, como a de outros profissionais que permanecem fixos nas áreas de maior circulação, é de zelar pela segurança dos frequentadores. Nossa equipe se divide em profissionais que circulam pelos andares e outros que são mantidos fixos em pontos-chave".</p> <p>SD297 "Não é fantástico colocarem um segurança pra tomar conta da gente?", ironiza o empresário Lázaro Rodrigues, de 33, homossexual assumido e frequentador do shopping.</p> <p>SD298 "Se a prática de atos obscenos em lugares públicos é passível de penalidade, então isso vale para todo mundo. Ninguém, por causa da orientação sexual, está acima ou abaixo das determinações legais".</p> <p>SD299 O administrador de empresas homossexual Pedro Alceu dos Santos, de 30 anos, que passeia pelo shopping, diz que "pegação entre gays" acontece no mundo todo. "Em qualquer banheiro público pode ter gente atrás de sexo. Já vi isso em lugares movimentadíssimos de Londres e Nova York, para citar duas cidades bastante</p>

	cosmopolitas. Não sei se um segurança vai resolver."
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como promíscuo, "perigo" para os outros freqüentadores do banheiro masculino no shopping.
Visão de cidadania	Com a justificativa de zelar pelos freqüentadores, o shopping resolver colocar um segurança no banheiro masculino, onde haveria homens cometendo atos obscenos. Apesar de ter colocado um aviso no banheiro sobre a infração, o shopping não admitiu que o funcionário foi deslocado para "amedrontar" os homens em busca de sexo, para não ofender a todo o público homossexual que freqüenta o shopping. Uma fonte entrevistada, na posição de cliente homossexual, afirma que essa "pegação" acontece no mundo todo, mas ao mesmo tempo trata a questão como um problema que poderia ser resolvido.

ESP 44 - Cabral libera policiais e viaturas em parada gay 17/05/2011

Fontes de Informação	Governador Sérgio Cabral Senadora Marta Suplicy Militante gay na plateia
Sequências Discursivas	SD300 "Da minha parte estão todos liberados para participar da passeata. Pode botar o carro do Corpo de Bombeiro, da polícia. Nenhum problema. Em Nova York é assim. Por quê? Porque o amor não deve ser razão para nenhum tipo de discriminação ", disse Cabral, muito aplaudido por gays, lésbicas e travestis. SD301 Cabral disse ainda que a polícia " vai se reeducar " para atuar no combate à intolerância e violência contra homossexuais. SD302 "Enquanto o Legislativo se apequenou nos últimos 16 anos, o Judiciário avançou ".
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como cidadão com direitos iguais aos heterossexuais.
Visão de cidadania	A liberação por parte do governador do Estado do uso de uniforme de bombeiros e policiais homossexuais na passeata LGBT mostra que algumas instituições estão mudando a sua postura, o que não significa

que não haja no seu interior preconceitos em relação à homossexualidade. As instituições militares tradicionalmente tem se manifestado contra tal comportamento. Não são todas as corporações que tem essa postura.

ESP 45 - PM não pode ir fardado a ato gay 18/05/2011

Fontes de Informação	Governador Sérgio Cabral Comandante-geral da PM, coronel Mario Sergio Duarte
Sequências Discursivas	<p>SD303 [...] o peemedebista explicou que não havia feito uma determinação ou um decreto, mas tinha apenas dado "um exemplo do exercício da cidadania".</p> <p>SD304 "Se o regulamento da corporação não permite, então não vão. Se essa é a regra atual... Eu só quis destacar. Não é uma decisão do governador, "tem de ir". É a ilustração de que na Europa e nos EUA, nas paradas gays, as instituições policiais ou não policiais se fazem representar, com os seus representantes uniformizados, com carro da corporação, representando toda a corporação", justificou Cabral.</p> <p>SD305 [...] todos os policiais que não estiverem armados nem usando o uniforme do momento da passeata poderão participar dela "sem nenhum problema".</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Estado reconhece o homossexual como cidadão.
Visão de cidadania	Apesar do regulamento interno proibir os policiais e bombeiros de usarem uniforme em atos públicos que não sejam da própria corporação, o governo deixou claro que os homossexuais da corporação podem participar da passeata LGBT "sem problema". A liberdade de dar visibilidade a sua sexualidade em um movimento público mostra que algumas instituições estão modificando sua postura conservadora, como também identificamos na análise do texto anterior.

ESP 46 -Rio permite a travesti usar nome de preferência 19/05/2011

Fontes de Informação	Prefeito do Rio, Eduardo Paes Governador do Rio, Sérgio Cabral
Sequências Discursivas	SD306 O prefeito do Rio, Eduardo Paes, assinou ontem decreto que garante a travestis e transexuais a opção de serem chamados pelo nome masculino ou feminino de sua preferência , independentemente do que consta no documento de identidade.
Visão sobre as pessoas LGBT	Reconhece a diversidade sexual e concede novos direitos.
Visão de cidadania	A reportagem mostra avanço do poder público municipal ao permitir que as travestis e transexuais usem seu nome de preferência.

ESP 47 - Casal é condenado por achacar padre Júlio 24/05/2011

Fontes de Informação	Anderson Marcos Batista e Conceição Eletério, casal condenado Padre Julio Lancellotti
Sequências Discursivas	SD307 Segundo a denúncia, Anderson Marcos Batista e Conceição Eletério ameaçaram, em 2007, acusar o padre Júlio Lancellotti de pedofilia , caso ele não desse dinheiro aos dois.
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação da gay relacionado à criminalidade.
Visão de cidadania	Padre, que é acusado de pedofilia, é inocentado do crime, mas um suposto caso homossexual com um dos criminosos fica sem resposta. A questão da homossexualidade em casos de crime faz uma relação dos homossexuais com a criminalidade, principalmente com a pedofilia.

ESP 48 - Rio amplia leis e medidas contra a homofobia 27/05/2011

Fontes de Informação	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro Governador Sérgio Cabral
Sequências Discursivas	SD308 A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou anteontem, em primeira discussão, emenda à Constituição Estadual de autoria do deputado governista Gilberto Palmares (PT) que proíbe discriminação por "orientação sexual" . SD309 A legislação em vigor já garante que os cidadãos não podem ser prejudicados ou privilegiados em função de idade, raça, sexo, estado civil, convicções políticas ou filosóficas e deficiência física ou mental. SD310 A iniciativa é mais uma das medidas que o governo do Estado vem adotando contra o preconceito .
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação das pessoas LGBT como cidadãos de direitos iguais aos dos heterossexuais.
Visão de cidadania	Reportagem destaca avanço do poder público no combate ao preconceito, ampliando os mesmos direitos dos heterossexuais aos cidadãos homossexuais.

ESP 49 - Decisão da presidente divide educadores 27/05/2011

Fontes de Informação	Silvia Colello, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Ari Rehfeld, psicoterapeuta e professor da Faculdade de Psicologia da PUC
Sequências Discursivas	SD311 Mais que o debate sobre o conteúdo dos vídeos, a questão recai sobre o fato de ser ou não papel do Estado atuar nesse assunto. SD312 "Do mesmo jeito que a escola desenvolve conteúdo de educação para o tráfico, para o trânsito, precisa ter um material de combate à homofobia", diz. A educadora acrescenta que a discussão de valores como a tolerância deve ser tão valorizada quanto os conteúdos de história e geografia. " Se não receber cuidado, isso se torna problema social, até crime. " SD313 "Não dá para o Estado se colocar na posição de pai, tratando o povo como filho imaturo. Não é seu papel influir na cultura de um povo e dizer que tem a verdade , independentemente de qual seja

	<p>ela."</p> <p>SD314 "O material é benfeito, porque coloca o espectador no lugar do personagem, faz com que ele entre no mundo dele", diz o psicoterapeuta. "Mas deve ser visto de forma espontânea. A partir do momento em que chega à escola, vira conteúdo obrigatório. Isso é errado."</p> <p>SD315 Para o especialista, o argumento de quem alega que os vídeos estimulam a homossexualidade é improcedente. "Isso é falta de conhecimento dos processos psicológicos e emocionais."</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Homossexualidade é representada como algo que deve ser tolerado, discutido, mas há uma tensão entre os discursos que defendem e que os rejeitam o conteúdo pedagógico sobre diversidade sexual obrigatório nas escolas.</p>
Visão de cidadania	<p>Esta reportagem tem o objetivo de avaliar – junto a especialistas – a decisão da presidente Dilma Rousseff de proibir a circulação dos vídeos e da cartilha contra a homofobia nas escolas. A questão central do debate recai na responsabilidade do Estado de tratar dessa questão. A fonte que apóia a decisão da presidente argumenta que o Estado não deve “influir na cultura de um povo”, e que o vídeo por isso não poderia ser obrigatório na escola, e sim um material alternativo em ONGs. A educadora que defende o projeto nas escolas afirma que o conceito da “tolerância” deve ser tão valorizado quanto o ensino de outros assuntos.</p>

ESP 50 - Justiça autoriza casal gay a adotar em Minas 28/05/2011

Fontes de Informação	<p>Desembargadores da 1.ª Câmara Cível de Belo Horizonte Ministério Público</p>
Sequências Discursivas	<p>SD316 A Justiça de Minas Gerais concedeu, por unanimidade, a adoção de um bebê para um casal de mulheres.</p> <p>SD317 A adoção pelo casal já havia sido autorizada em primeira instância, mas o Ministério Público recorreu, alegando que a criança poderia sofrer constrangimentos no futuro.</p> <p>SD318 A criança é criada pelas duas praticamente desde que nasceu.</p>
Visão sobre	<p>Representação do casal de mulheres como cidadãs de direitos ao</p>

as pessoas LGBT	poderem adotar uma criança.
Visão de cidadania	A reportagem dá visibilidade à decisão em prol dos direitos da população LGBT na medida em que a Justiça permite a adoção de uma criança por um casal do mesmo sexo. A matéria destaca que a decisão foi unânime, e o fato da criança já estar sendo criada pelo casal reforça que a Justiça só poderia legalizar algo que já existe de fato. Neste caso, o Ministério Público adotou uma visão limitada e sem conhecimento ao alegar que a criança poderia sofrer “constrangimento”.

ESP 51 - Ato contra PL que criminaliza homofobia reúne 15 mil 02/06/2011

Fontes de Informação	<p>Presidente do Senado, José Sarney</p> <p>Integrante da bancada evangélica, o senador Magno Malta (PR-ES)</p> <p>Pastor Silas Malafaia</p> <p>Ministro-relator das contas do MEC, José Jorge</p>
Sequências Discursivas	<p>SD319 Organizada por religiosos ligados a igrejas evangélicas e católica e engrossada por parlamentares da chamada bancada da família, a manifestação foi uma reação ao lobby do movimento gay.</p> <p>SD320 Fora do Congresso, no entanto, os participantes da marcha foram confrontados por ativistas gays. Com cartazes Sou LGBT e Jesus Me Ama, cerca de 40 simpatizantes da causa homossexual gritava palavras de ordem.</p> <p>SD321 [...] "o anseio grotesco de uma minoria não pode se impor à maioria das famílias brasileiras".</p> <p>SD322 "O projeto já é um cadáver", disse, referindo-se a suposta falta de apoio à proposta.</p> <p>SD323 O pastor Silas Malafaia, um dos organizadores da manifestação realizada ontem, afirmou que o PL 122 ofende a liberdade de expressão e de crença e rasgou uma cópia do projeto.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Pessoas LGBT são representadas como cidadãos de segunda categoria, sem direitos, tratado como minoria, não pertencente às famílias brasileiras.
Visão de	A reportagem relata a manifestação de religiosos e políticos ligados à

cidadania	bancada evangélica e católica contra o projeto de lei que criminaliza a homofobia. A livre expressão como um dos direitos civis deve ser entendida no sentido amplo de respeito à diversidade, seja ela étnica, religiosa, como também no campo da sexualidade.
------------------	---

ESP 52 - Tema da Parada Gay causa polêmica 07/06/2011

Fontes de Informação	Presidente da Parada, Ideraldo Beltrame Ester Lisboa, fiel da Igreja Anglicana Coronel da PM Renato Cerqueira Campos
Sequências Discursivas	SD324 A relação do preconceito com a religião é o tema deste ano: "Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia!" [...] "Respeitosamente, nos apropriamos dela para pedir fim à guerra travada entre religião e direitos humanos ", dizia o manifesto. SD325 "O País está sendo vítima de um sistema fundado em uma moral religiosa , mas este é um recado direto para toda a sociedade brasileira", disse o presidente da Parada, Ideraldo Beltrame. SD326 "O trio deve chamar " O amor lança fora todo o medo ", que é o que a gente prega", espera Ester Lisboa, fiel da Igreja Anglicana que ajuda a organizar o desfile. SD327 As reações ao tema não demoraram . O site oficial da Parada foi hackeado no fim da tarde de ontem. Em destaque na página inicial do site consta a frase " DEUS CRIOU O HOMEM E A MULHER, NÃO EXISTE TERCEIRA OPÇÃO! (SITE HACKEADO!)". Logo abaixo lia-se "COMMAND TRIBULATION! SITE HACKEADO, APAIXO PL122!". SD328 "Pedimos que as pessoas informem eventuais ameaças e evitem comportamentos que possam sujeitá-los a atentados , como andar sozinhos e por locais ermos", disse o coronel da PM Renato Cerqueira Campos, comandante do policiamento da região central de São Paulo.
Visão sobre as pessoas LGBT	Mostra a tensão entre a visão do respeito à diferença e o discurso religioso que representa o homossexual como anormal, não criado por Deus.
Visão de	O manifesto da Parada LGBT pede o fim da guerra entre religião e

cidadania	direitos humanos, e afirma que o país é vítima de um sistema fundado em uma moral religiosa. O movimento adota essa posição, pois os representantes das instituições religiosas – e políticos ligados a elas – expõe através da mídia e em outros espaços públicos sua opinião contrária aos direitos LGBT, alegando que a homossexualidade não é normal, que casais do mesmo sexo não constituem família e ameaçam os bons costumes da sociedade. A frase colocada no site da parada LGBT expressa essa opinião baseada na religião e no “biologismo” homem e mulher.
------------------	--

ESP 53 - Para entrar no "Guinness", baile de debutantes 07/06/2011

Fontes de Informação	Não há fonte citada no texto.
Sequências Discursivas	SD329 A Parada Gay quer entrar para o Guinness - livro dos recordes - com o maior baile de debutantes a céu aberto do mundo.
Visão sobre as pessoas LGBT	O baile de debutantes tem um significado de luta contra o preconceito contra a diversidade sexual, com um ato simbólico que pretende mostrar que casais homossexuais “podem” também dançar igual aos heterossexuais. O reconhecimento passa pela busca da igualdade, e não pela diferenciação.
Visão de cidadania	Cidadania está representada na busca dos homossexuais pelo reconhecimento dos direitos iguais aos heterossexuais.

ESP 54 - Governo amplia faixa etária para doação de sangue 15/06/2011

Fontes de Informação	Coordenador nacional da política de sangue e hemoderivados do Ministério da Saúde, Guilherme Genovez Infectologista Esper Kallas Infectologista André Lomar Ministro Alexandre Padilha
Sequências Discursivas	SD330 No entanto, foi mantida uma restrição relacionada à doação por homossexuais masculinos. Especialistas ouvidos pelo Estado criticaram a decisão. SD331 Embora o texto afirme que a orientação sexual não deve ser

	<p>usada como critério para seleção dos doadores, foi mantida a restrição existente na norma anterior: homens que fazem sexo com homens somente podem doar sangue 12 meses depois da última relação.</p> <p>SD332 "Na prática, portanto, a situação não mudou. O que há, apenas, é a determinação para que homossexuais sejam acolhidos de forma adequada no sistema de triagem", diz o coordenador nacional da política de sangue e hemoderivados do Ministério da Saúde, Guilherme Genovez.</p> <p>SD333 Em outras palavras: não é o fato de ser gay que poderia motivar uma eventual recusa à doação de sangue, mas o fato de ter ocorrido uma relação sexual considerada de risco elevado.</p> <p>SD334 "Seria melhor levar em conta o comportamento de risco como um todo, seja ele entre hetero ou homossexuais. Essa avaliação deve acontecer caso a caso", afirma.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>O homossexual masculino é representado como alguém “promíscuo” e “perigoso”, que pode transmitir o vírus da Aids para os demais em transfusão de sangue.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Há uma diferenciação no tratamento a heterossexuais e homossexuais na hora de doar sangue, o que revela uma hierarquização da cidadania entre as pessoas de acordo com sua sexualidade.</p>

ESP 55 - Conselho de Ética abre processo contra Jair Bolsonaro 16/06/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>Relator Sérgio Brito (PSC-BA) Representação do PSOL Deputado federal Jair Bolsonaro</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD335 O deputado nega ser racista e alega não ter entendido a pergunta, feita por Preta Gil. Segundo Bolsonaro, ao ver a artista ele se irritou e achou que o questionamento era sobre homossexualismo.</p> <p>SD336 A representação do PSOL questiona a conduta do deputado por ter ofendido Marinor em bate-boca no Senado, após debate sobre o projeto que criminaliza a homofobia. Marinor chamou o parlamentar de "criminoso" e Bolsonaro classificou a senadora de "heterofóbica".</p>

	SD337 O deputado afirmou que foi levado ao Conselho de Ética por ter influenciado o debate sobre o kit anti-homofobia. " Esse pessoal que defende o kit gay tem ódio de mim. "
Visão sobre as pessoas LGBT	Tensão entre o discurso do deputado Bolsonaro, que desrespeita a diversidade sexual, e o discurso que repudia as declarações do parlamentar. Utiliza o termo homossexualismo, que se refere à doença.
Visão de cidadania	O processo aberto no Conselho de Ética não leva em consideração o desrespeito e o preconceito do deputado contra os homossexuais, e sim apenas pelo crime de racismo e pelo desrespeito a outra parlamentar durante sessão que debatia o projeto de lei que criminaliza a homofobia.

ESP 56 - Comentário de médico gera condenação no PR 18/06/2011

Fontes de Informação Sequências Discursivas	avó SD338 Ao atender o menino L.I.S., o médico G.C.M. teria dito que "da forma como estava (referindo-se aos cabelos longos), era um homossexual " e " hermafrodita ". SD339 Segundo a avó, a responsável pela creche não quis acolher a criança após ler as anotações do médico. A avó teve de tirar a roupa do menino para provar que ele era normal .
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação do gay como anormal.
Visão de cidadania	Criança foi vítima de preconceito por parte de um médico por usar cabelos compridos. O fato poderia ter sido uma "brincadeira" do médico se ele não tivesse escrito isso em um atestado encaminhado à creche, que também adotou uma posição preconceituosa ao não aceitar a criança. O fato do médico ter sido condenado é uma sinalização de que a Justiça reconheceu a atitude preconceituosa.

ESP 57 -Homofobia na escola cresce 160% em SP 19/06/2011

<p>Fontes de Informação Sequências Discursivas</p>	<p>Alexandre Camarú, vítima de homofobia na escola quando era criança</p> <p>SD340 É mais com raiva que saudade que o tradutor e editor de livros Alexandre Camarú, de 41 anos, lembra do ensino médio. Naquele período, foi perseguido e humilhado por colegas de sala e professores por ser gay. Foram tempos difíceis no ambiente escolar, de exclusão e angústia, que o tempo não ajudou a reduzir - não para os adolescentes homossexuais.</p> <p>SD341 Para especialistas em diversidade sexual, o aumento da homofobia está relacionado à maior consciência da discriminação por parte das vítimas - o que faz aumentar as denúncias.</p> <p>SD342 Outra hipótese relaciona o crescimento da discriminação ao maior número de adolescentes que assumem a sua homossexualidade desde cedo.</p> <p>SD343 "A reação dos nossos colegas nos ajuda a saber que comportamentos estão corretos e quais não são tolerados pela sociedade. As crianças adotam esses valores como reflexo da cultura e os replicam na escola", continua.</p> <p>SD344 O problema é que a discriminação e a violência causada pela intolerância à diversidade sexual fazem da escola um ambiente muito menos acolhedor.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Homossexual representado como vítima de preconceito e violência.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>A divulgação da pesquisa que revela o aumento da homofobia traz para o espaço público a discussão do preconceito contra a diversidade sexual nas escolas. Como diz uma fonte, as crianças adotam esses valores como reflexo da cultura na sociedade, o que amplia a discussão da homofobia existente nos espaços públicos e privados.</p>

ESP 58 - Vítimas relatam anos de sofrimento 19/06/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>Alexandre Camarú, homossexual D., também vítima de homofobia na escola Josafá Cunha, professor do Departamento de Psicologia da Unicentro Araci Asinelli, professora de pós-graduação em Educação na</p>
------------------------------------	---

	<p>Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p> <p>Sandra Vasques, psicóloga e coordenadora de projetos do Instituto Kaplan</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD345 Ainda criança, quando nem sabia o que eram sexualidade e desejo, Alexandre Camarú, de 41 anos, sentia atração pelos meninos e não entendia, ao mesmo tempo, por que era "tão diferente" deles.</p> <p>SD346 "Os meninos da sala eram homofóbicos. E dois deles, especialmente, eram piores. Mas tinha ao menos um professor que fazia piada sobre mim na sala de aula", conta o tradutor e editor.</p> <p>SD347 "Mas o pior preconceito que enfrentei foi com o meu pai. Faz 20 anos que não nos falamos. Ele simplesmente me excluiu da família", conta.</p> <p>SD348 "Eu queria ser como eles e tentava ser igual, para conviver com os outros garotos", relembra D, que pediu para ter sua identidade preservada. "Mas era totalmente excluído e não entendia o porquê", afirma.</p> <p>SD349 Depois de passar alguns anos sofrendo calado as humilhações por causa de sua orientação sexual, D. se rebelou. Assumiu-se homossexual e passou a se defender das agressões verbais com a mesma intensidade com que as recebia.</p> <p>SD350 "As escolas precisam ensinar o valor das pessoas não por serem gays ou lésbicas, mas como humanos, simplesmente", defende Josafá Cunha, professor do Departamento de Psicologia da Unicentro.</p> <p>SD351 [...] "a escola e os professores têm um papel preponderante na formação da personalidade". Por isso, "é preciso olhar para os professores e capacitá-los", diz.</p> <p>SD352 "As escolas devem ensinar que a única diferença entre homos e heterossexuais é a orientação do desejo", afirma Sandra Vasques, psicóloga e coordenadora de projetos do Instituto Kaplan, especializado em sexualidade humana.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Homossexuais reconhecidos como iguais aos heterossexuais, sendo a diferença a orientação do desejo.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Essa matéria complementa a principal sobre o aumento dos casos de homofobia em escolas e traz a opinião de especialistas que defendem a formação dos professores para lidar com a diversidade sexual na sala de aula. Os exemplos de violência relatados na reportagem mostram</p>

como essa violência psicológica e muitas vezes física contra as crianças e adolescentes deixam marcas para toda a vida.

ESP 59 - Juiz de GO anula união gay e caso volta ao STF 20/06/2011

Fontes de Informação	<p>Jeronymo Pedro Villas Boas, da 1.ª Vara de Fazenda Pública Municipal de Goiânia</p> <p>Léo Mendes, homossexual</p> <p>Ministros do STF</p> <p>Ministro não identificado</p> <p>Presidente em exercício da OAB, Miguel Cançado</p>
Sequências Discursivas	<p>SD353 Para o juiz, reconhecer este tipo de direito a homossexuais é o "mesmo que admitir que um determinado vocalista de banda de rock fizesse a exposição de seus órgãos íntimos em público".</p> <p>SD354 Léo Mendes, como Leorcino é conhecido, confirmou que tomará essa iniciativa. "Tenho medo do ambiente de insegurança jurídica que decisões como essa causam no País", afirmou.</p> <p>SD355 O juiz Villas Boas decidiu agir de ofício, ou seja, sem ser provocado por um pedido. Em sua decisão, ele disse que soube pela imprensa da união entre Liorcino e Odílio.</p> <p>SD356 "A ideia de um terceiro sexo (decorrente do comportamento social ou cultural do indivíduo), portanto, quando confrontada com a realidade natural e perante a Constituição Material da Sociedade (Constituição da Comunidade Política) não passa de uma ficção jurídica, incompatível com o que se encontra sistematizado no Ordenamento Jurídico Constitucional", escreveu.</p> <p>SD357 Em nota, o presidente em exercício da OAB, Miguel Cançado, afirmou que a decisão do juiz de Goiânia é "um retrocesso moralista".</p> <p>SD358 "As relações homoafetivas compõem uma realidade social que merece a proteção legal", afirmou Cançado.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Homossexual representado como "terceiro sexo" por um juiz.</p>
Visão de cidadania	<p>Há a tensão entre a visão das relações homoafetivas como ficção jurídica e realidade social que merece proteção legal.</p>

ESP 60 - "Família, só entre homem e mulher", diz juiz 20/06/2011

Fontes de Informação	juiz Jerônimo Pedro Villas Boas advogada Helena Carramaschi, conselheira da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Goiás Liorcino Mendes, homossexual
Sequências Discursivas	SD359 Segundo o magistrado, o responsável pelo cartório não pode reconhecer - seja por ato público ou estatal - que dois cidadãos do mesmo sexo " formam um núcleo familiar ". SD360 "A família, no aspecto constitucional, só pode ser formada a partir de uma relação entre um homem e uma mulher , admitindo-se que não se constitui uma família uniparental", Villas Boas. " Sem filho, sem prole, a sociedade não pode existir ", diz. SD361 Villas Boas deu um exemplo filosófico: "Se levarmos para uma ilha isolada pessoas só de um sexo e fundarmos um Estado, quantas gerações vão se perpetuar, se a célula-mater é a família? ". "Então, pode-se formar outro tipo de sociedade, mas nunca uma família . Trata-se de um conceito constitucional de proteção à família ", disse. SD362 "O ofício do juiz viola a lei, pois não considera o princípio da igualdade e da dignidade , implícita no caso."
Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexual não pode constituir família.
Visão de cidadania	Homossexuais não devem ter os mesmos direitos dos heterossexuais, há uma hierarquização da cidadania que transforma os homossexuais em cidadãos de segunda classe.

ESP 61 - Psicólogo transexual poderá usar nome social 21/06/2011

Fontes de Informação	Conselho Federal de Psicologia
Sequências Discursivas	SD363 O Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou no sábado resolução que assegura a psicólogos transexuais e travestis do País o direito de usar o nome social em documentos profissionais, incluindo a carteira de identidade.

Visão sobre as pessoas LGBT	Travestis e transexuais como cidadãos de direitos.
Visão de cidadania	Matéria divulga nova conquista no campo dos direitos civis da população LGBT.

ESP 62 - Casal homossexual processará juiz de GO 21/06/2011

Fontes de Informação	advogada do casal, Helena Carramaschi, conselheira da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Goiás OAB de Goiás
Sequências Discursivas	SD364 "É um absurdo o que o juiz fez", disse a advogada do casal, Helena Carramaschi, conselheira da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Goiás. "Vou reivindicar indenização, porque o juiz direcionou a decisão aos dois, o que configura preconceito ." SD365 No dia 29, Mendes e Torres participarão de um evento coletivo de união homoafetiva , no Rio, em frente ao Copacabana Palace, a convite do governador Sérgio Cabral (PMDB).
Visão sobre as pessoas LGBT	Casal homossexual reivindica direitos.
Visão de cidadania	Reportagem dá visibilidade à mobilização para o combate ao preconceito de um juiz que anulou a união de um casal homossexual. O destaque para o convite que o governador do Rio de Janeiro fez ao casal pra participar de um evento coletivo no Rio mostra o apoio ao combate do preconceito.

ESP 63 - De olho no guiness, trios vão tocar valsa 21/06/2011

Fontes de Informação	Ideraldo Luiz Beltrame, presidente da APOGLBT, associação organizadora da parada Regina Campos, sócia da Na Laje Filmes, responsável pelo filme
Sequências Discursivas	SD366 No próximo domingo, às 13h30, você está convidado para um baile de debutantes . Você e as estimadas 3 milhões de pessoas que devem comparecer à Avenida Paulista, na Parada do Orgulho LGBT

	<p>2011. Para comemorar o 15.º aniversário do evento, a organização está preparando uma valsa no coração da cidade.</p> <p>SD367 "Queríamos um vídeo que não agredisse ninguém, mas que tivesse o espírito da parada, de lutar contra a homofobia".</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Gay como vítima de homofobia.
Visão de cidadania	O baile de debutantes tem um significado de luta contra o preconceito contra a diversidade sexual, com um ato simbólico que pretende mostrar que casais homossexuais "podem" também dançar igual aos heterossexuais. Cidadania está representada na busca dos homossexuais pelo reconhecimento dos direitos iguais aos heterossexuais.

ESP 64 - Casamento civil gay é negado em SP; casal vai recorrer 22/06/2011

Fontes de Informação	Lula Ramires, homossexual juíza da 2.ª Vara de Registros Públicos da capital, Renata Mota Maciel promotora Elaine Garcia
Sequências Discursivas	SD368 "A lei diz que deve ser facilitada a conversão da união estável em casamento. Por que isso vale para os heterossexuais e não para a gente? ", questiona Ramires. O casal diz que vai recorrer. SD369 "Não acho viável (a conversão para casamento) sem que seja feita uma mudança na legislação ", disse a juíza.
Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexual é representado como cidadão de segunda categoria ao ter o direito de casamento civil negado pelo juiz.
Visão de cidadania	Decisão da juíza retira o direito do casal homoafetivo de realizar o casamento civil. Baseia-se em interpretação na legislação, mesmo indo na contramão da decisão do STF.

ESP 65 - Anulação de união gay em GO é revogada 22/06/2011

Fontes de Informação	juiz Villas Boas juiz Thiago Bertuol de Oliveira
-----------------------------	---

<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD370 Segundo ele, ao conceder aos casais homossexuais os mesmos direitos e deveres que a legislação brasileira prevê para os heterossexuais, incluindo o reconhecimento da união estável, no dia 5 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) mudou a Constituição, sem que tivesse poderes para tanto.</p> <p>SD371 Villas Boas se apegou ao artigo 226 da Carta que fala da união estável entre homem e mulher. O STF, segundo ele, teria criado um "terceiro sexo".</p> <p>SD372 Ao tomar a decisão de reconhecer a união estável entre casais homossexuais, o STF se baseou, entre outras coisas, no artigo 5.º da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.</p> <p>SD373 "Diante da atual concepção de unidade familiar, conforme recente decisão do Supremo Tribunal Federal, a ordem jurídica brasileira não impede que esta seja formada por pessoas do mesmo sexo", escreveu o juiz.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Há uma tensão entre o discurso de que os homossexuais também podem formar uma família, e por isso poderiam ter o direito ao casamento civil, em oposição ao discurso de que o STF teria criado um "terceiro sexo", pois a Constituição só prevê o casamento civil entre um homem e uma mulher.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>A vitória do casal de Goiás que teve o direito de união homoafetiva negado anteriormente demonstra que grande parte do poder judiciário reconhece que todos são iguais perante a lei.</p>

ESP 66 - Prefeitura pede "roupas discretas" na Parada Gay 22/06/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>Presidente da associação da parada LGBT, Ideraldo Beltrame Prefeito Gilberto Kassab</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD374 Com que roupa ir à Parada Gay? A Prefeitura de São Paulo produziu um material com recomendações de discrição a quem vai assistir ou participar da 15.ª Parada do Orgulho LGBT neste domingo na Avenida Paulista.</p> <p>SD375 "Compre seu bilhete de Metrô antecipadamente e evite o uso de fantasias mais "ousadas" nas dependências do Metrô." Na versão</p>

	<p>em inglês, lia-se: "Avoid to wear "scandalous" costumes at the internal Subway dependences (Evite vestir trajes escandalosos nas dependências internas do Metrô)."</p> <p>SD376 A Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, que organiza o evento, disse que não foi consultada sobre a elaboração dos comunicados.</p> <p>SD377 Agora, com relação ao uso de roupas ou comportamento das pessoas, a gente não gosta muito de determinar ou tratar com estatutos o que as pessoas devem vestir ou como devem comportar-se. Ao contrário, a gente acha que é a celebração do orgulho de ser gay. Cada um é gay do seu jeito."</p> <p>SD378 Para a associação, porém, há pontos vulneráveis para ataques contra homossexuais.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Representação das pessoas LGBT como escandalosas, sem limites, indiscretas, inclusive sujeitos à violência devido ao comportamento fora do padrão.
Visão de cidadania	A reportagem mostra a tentativa de controle do modo dos homossexuais se vestirem e se comportarem na parada LGBT. Demonstra a tentativa de controle social do grupo, que pode ganhar visibilidade, mas deve seguir uma norma baseada no comportamento conservador heterossexual.

ESP 67 - Juiz que anulou casamento gay será julgado 23/06/2011

Fontes de Informação	Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco Juiz Jerônimo Pedro Villas Boas Deputado federal João Campos (PSDB-GO)
Sequências Discursivas	SD379 Segundo a desembargadora, "a leitura (do ofício do juiz) demonstra vício de competência a contaminar a decisão ". SD380 Ele disse ao Estado que, embora seja evangélico, sua fé não o influenciou . "Frequento a igreja, mas não misturo as duas coisas", afirmou. "Assim como tenho o direito de manifestar a minha fé, não discrimino pessoas e minhas decisões são tomadas à luz da lei."
Visão sobre	Homossexuais representados como cidadãos que devem ter os direitos

as pessoas LGBT	equiparados aos heterossexuais.
Visão de cidadania	Tensão entre a visão que concede os mesmos direitos aos homossexuais e a que não aprova esse direito, ancorada no discurso religioso. O jornal trata no título como se fosse o casamento civil, mas o que estava em julgamento era o contrato de união estável.

ESP 68 - Dia do Orgulho Hetero paralisa 27 projetos para SP 23/06/2011

Fontes de Informação	Vereador Carlos Apolinário, líder da Assembleia de Deus Vereador Cláudio Fonseca Vereador Juscelino Gadelha
Sequências Discursivas	SD381 "É para acentuar o clima familiar das festividades de Natal", justificava Apolinário, que tentava tornar o terceiro domingo de dezembro o Dia do Orgulho Hetero. SD382 " Tiraram a Marcha para Jesus e deixaram os gays. Isso é um absurdo. Os gays precisam sair também! ", disse ele. SD383 Tanto o PT quanto a bancada do PPS avaliaram que a proposta era uma provocação da bancada evangélica , pois ontem à tarde a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Política da Mulher, lançou na Câmara paulistana uma campanha nacional pelo respeito aos direitos das lésbicas. SD384 O movimento contrário ao Dia Hetero foi crescendo entre os vereadores. "Não existe necessidade de criar uma animosidade na cidade às vésperas da Parada . SD385 " Jogar fumaça sobre o comportamento humano não é papel da Câmara", emendou Cláudio Fonseca (PPS).
Visão sobre as pessoas LGBT	O discurso religioso representa as pessoas LGBT como desvio da norma.
Visão de cidadania	A tentativa de criação de um dia de orgulho para os heterossexuais é reconhecido como uma provocação aos homossexuais por parte da bancada evangélica da Câmara de Vereadores de São Paulo. Não há necessidade para a criação de um dia para um grupo que nunca foi marginalizado e desrespeitado em seus direitos.

ESP 69 - "Há concordância quanto a condenar a homofobia" 25/06/2011

Fontes de Informação Sequências Discursivas	<p>Edênio Valle, padre e psicólogo</p> <p>SD386 Do papa aos formadores de seminaristas, as autoridades da Igreja Católica se preocupam com as tendências homossexuais de candidatos ao sacerdócio e à vida religiosa, mas não conseguem apontar o que se deve fazer para enfrentar as mudanças no campo afetivo que invadem seminários e conventos.</p> <p>SD387 Para os autores, os escândalos de pedofilia no clero forçaram o Vaticano a tomar posição, mas a questão é mais ampla.</p> <p>SD388 A Igreja se esforça para acompanhar os seminaristas com tendências homossexuais? Há uma preocupação e um esforço. Mas os documentos e instruções oficiais não são suficientes do ponto de vista do que se deve fazer.</p> <p>SD389 Esses textos tratam mais dos escândalos de pedofilia ou se estendem à formação e acompanhamento de portadores de tendências homossexuais?</p> <p>SD390 [...] Outro ponto que mexe com a Igreja é a veemência com que a maior parte do fogo se concentra contra a Igreja Católica e contra o papa. Os documentos sobre a pedofilia, de cunho mais jurídico, tendem a ser cada vez mais duros e exigentes no plano dos procedimentos a serem observados. Já não é o que ocorre nos documentos referentes à homossexualidade, mais voltados para a formação e o acompanhamento dos seminaristas e padres.</p> <p>SD391 Há uma concordância quanto à necessidade de se condenar a homofobia. Até o catecismo da Igreja Católica reconhece e afirma os direitos de pessoas com tendência homossexual dentro e fora da Igreja.</p> <p>SD392 Muitos seminários católicos têm hoje psicólogos acompanhando os jovens. Há exceções, naturalmente. O problema é que alguns casos são bastante complicados e precisam de tratamento. "Sair do armário" só não resolve o problema psicológico de fundo.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>Homossexual representado como uma tendência, problema psicológico.</p>
Visão de cidadania	<p>Tanto o entrevistado quanto o entrevistador se refere à homossexualidade como tendência, conceito bastante usual no</p>

	<p>discurso religioso, pois se refere á homossexualidade como opção de sujeitos com algum tipo de desvio. Há um esforço que podemos verificar já no título de que a Igreja Católica estaria avançando em algumas questões relacionadas à homossexualidade, o que de fato pode estar acontecendo, mas o discurso sobre o homossexual está ainda atrelado a um problema psicológico e bastante próximo da pedofilia. A pergunta do repórter utiliza o termo portador de tendência homossexual, como se o sujeito fosse portador de alguma doença.</p>
--	---

ESP 70 - Parada Gay bloqueia ruas de 4 bairros 25/06/2011

Fontes de Informação	Organização da parada LGBT
Sequências Discursivas	<p>SD393 A Parada Gay de São Paulo é o segundo maior evento turístico da cidade - só perde para a Fórmula 1 - e a expectativa de público para este ano é de 3 milhões, diz a organização.</p> <p>SD394 A Polícia Militar armou um esquema para que os torcedores de futebol não se encontrem com os frequentadores da festa.</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	<p>A reportagem dá visibilidade à diversidade sexual e valoriza a parada LGBT ao nomeá-la como segundo maior evento turístico da cidade. Quando aborda o assunto pelo viés do turismo, representa o homossexual também como consumidor.</p>
Visão de cidadania	<p>Trata do evento como turístico, e no final do texto lembra que a segurança será reforçada em função de um jogo de futebol que ocorrerá em local próximo. Mesmo com viés de “serviço”, a matéria dá visibilidade à manifestação, que busca a luta por direitos iguais.</p>

ESP 71 - Florianópolis lidera ranking gay das capitais 26/06/2011

Fontes de Informação	<p>Dados do IBGE</p> <p>Franco Reinaudo, da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo</p> <p>Tiago Silva, organizador da Parada da Diversidade catarinense</p> <p>Jornalista Ana Carolina Gonzaga, homossexual</p> <p>Cláudio Nascimento, coordenador do programa estadual Rio Sem</p>
-----------------------------	---

	<p>Homofobia</p> <p>Sequências Discursivas</p> <p>SD395 Florianópolis é a capital com maior concentração de gays do Brasil. Dados do Censo Demográfico de 2010 - o primeiro da história a perguntar sobre a opção sexual - mostram que 416 chefes de família declararam viver com um cônjuge do mesmo sexo na cidade catarinense.</p> <p>SD396 Especialistas e militantes de movimentos gays afirmam que, provavelmente, o número de homossexuais é muito maior. Além dos dados contemplarem apenas os casais que moram sob o mesmo teto, há a questão da subdeclaração. "Muitas pessoas ainda têm medo e timidez de se declarar", explica Franco Reinaudo, da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo.</p> <p>SD397 "Existe o fenômeno do gay que vem das pequenas cidades de Santa Catarina, mas Floripa é conhecida como a cidade mais "gay friendly" do País. Tem gente que vem de Porto Alegre, de São Paulo e até de outros locais do mundo", diz Tiago Silva, organizador da Parada da Diversidade catarinense.</p> <p>SD398 Ele diz que outro diferencial da cidade é o alto grau de tolerância da população heterossexual. "O índice de violência homofóbica em Florianópolis é quase zero".</p> <p>SD399 A jornalista Ana Carolina Gonzaga, de 24 anos, concorda. "Florianópolis tem uma população muito tolerante, ao contrário de muitas capitais do Brasil em que o preconceito predomina", afirma.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Gay é representado como cidadão que busca tolerância e respeito.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Matéria busca mapear os homossexuais a partir dos dados do IBGE. A análise pode ser importante para se pensar em políticas públicas de inclusão e combate à homofobia.</p>

ESP 72 - Censo refuta anedotário 26/06/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>Dados do IBGE superintendente de Turismo de Pelotas, Fábio Castro Neves</p>
------------------------------------	--

<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD400 Ao contrário do que indica o anedotário popular, Campinas e Pelotas (RS) não estão entre as cidades mais escolhidas pelos casais homossexuais para viver no País.</p> <p>SD401 "Então, provaram empiricamente que isso é piada? Vai ter gente que vai ficar feliz por aqui com essa novidade", brincou o superintendente de Turismo de Pelotas, Fábio Castro Neves.</p> <p>SD402 Quando voltavam, os jovens apresentavam novos hábitos que os levaram a ser classificados como "efeminados" pelas conservadoras sociedades da época. "Agora está feita justiça histórica. Fazem piada com Pelotas até na Argentina e no Uruguai. Agora o tema vai ter de mudar", completou Castro Neves.</p> <p>SD403 Ainda que a "fama" tenha surgido há tanto tempo, as cidades nunca a reconheceram oficialmente ou capitalizaram em cima dela - incentivando turismo voltado a esse público, por exemplo.</p>
<p>Visão sobre as pessoas LGBT</p>	<p>Homossexuais representados através do estereótipo do gay afeminado, relacionados ao humor.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Matéria revela o preconceito contra homossexuais ao relacioná-los a piada, e de que muitos ficarão "felizes" pela cidade de Pelotas não ser considerada "pólo de homossexuais".</p>

ESP 73 - Parada Gay usa santos e cria polêmica 27/06/2011

<p>Fontes de Informação</p>	<p>Presidente da Parada, Ideraldo Beltrame</p> <p>Pastora lésbica Andréa Gomes, de 36 anos, da Igreja Apostólica Nova Geração</p> <p>Pastor José Alves, da Comunidade Cristã Nova Esperança</p> <p>Enfermeira Gilda Mitre</p> <p>Advogada aposentada Renata Meirelles</p> <p>Rodrigo Lane, ator</p> <p>Beatriz Nogueira, socióloga</p>
<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD404 Ao eleger como tema "Amai-vos Uns Aos Outros", a organização uniu a vontade de conclamar seguidores com a de responder a grupos religiosos - que vêm atacando sistematicamente o relacionamento</p>

	<p>entre pessoas do mesmo sexo. Na Marcha para Jesus, na quinta, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor da união estável homoafetiva foi ferozmente atacada.</p> <p>SD405 Mas nesse ponto nem as opiniões de evangélicos dissidentes, que fundaram igrejas inclusivas e acompanham a Parada, convergem. "Não tinha necessidade de usar pessoas peladas para representar santos. Faz a campanha, mas não envolve as coisas de Deus", acha a pastora lésbica Andréa Gomes, de 36 anos, da Igreja Apostólica Nova Geração.</p> <p>SD406 Para alguns, porém, a mensagem não ficou clara. A advogada aposentada Renata Meirelles, de 73, que se define como "agnóstica", acha que "a Parada deveria ser um movimento político, e não esse carnaval". "Olha para aquilo", diz ela, apontando para um rapaz vestido de Mulher Gato, que se esgueirava com as "garras" na direção dela.</p> <p>SD407 "Pelo menos vamos ver se a Igreja acorda, olhando para esses homens maravilhosos (dos cartazes)".</p> <p>SD408 "No mundo dos civilizados, a gente ainda está engatinhando. Infelizmente, temos de criar polêmica para defender o óbvio".</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Representações da homossexualidade estão no campo da anormalidade (não é coisa de Deus) e no campo da luta igualitária do movimento LGBT no reconhecimento da diversidade sexual.
Visão de cidadania	Há uma tensão entre os que apoiaram a campanha da parada LGBT ao usar símbolos da Igreja para sua campanha contra a Aids e aqueles que não rejeitam a atitude.

ESP 74 - "É um desrespeito, um deboche", afirma o cardeal dom Odilo 27/06/2011

Fontes de Informação Sequências Discursivas	<p>Cardeal d. Odilo Pedro Scherer, arcebispo de São Paulo</p> <p>SD409 O cardeal d. Odilo Pedro Scherer, arcebispo de São Paulo, classificou como "infeliz, debochada e desrespeitosa" a colocação de cartazes com imagens de santos católicos em postes da Avenida Paulista, durante a Parada Gay. Para o cardeal-arcebispo, o "uso instrumentalizado" das imagens por parte da organização do evento "ofende o sentimento da Igreja Católica".</p> <p>SD410 "Vamos refletir sobre medidas cabíveis para proteger nossos</p>
--	---

	<p>símbolos e convicções religiosas. Quem deseja ser respeitado também tem de respeitar."</p> <p>SD411 Para o cardeal, a organização da Parada Gay pregou os cartazes "provavelmente" para atingir a Igreja Católica. "Porque a Igreja tem manifestado sua convicção sobre essa questão e a defende publicamente."</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	A Igreja condena atitudes que questionem seus valores e práticas, por isso o discurso contra a homossexualidade está presente no fato de condenarem as ações do movimento LGBT.
Visão de cidadania	Essa matéria, que complementa a anterior, entrevista o representante da Igreja Católica em São Paulo, que condena a atitude da Parada LGBT, afirmando que quem deseja ser respeitado tem que respeitar também.

ESP 75 - Lei que criminaliza a homofobia vai voltar à estaca zero 27/06/2011

Fontes de Informação	Senadora Marta Suplicy (PT) Governador Geraldo Alckmin
Sequências Discursivas	<p>SD412 "O número 122 foi demonizado por religiosos por mais de dez anos. O nome ficou muito complicado", disse a senadora. Ela afirmou que está negociando com evangélicos da Casa - justamente os maiores críticos da proposta - e já houve consenso sobre um conteúdo. O novo texto deverá amenizar o tom atual, para que consiga ser aprovado.</p> <p>SD413 O projeto aprovado na Câmara transforma em crime "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito" contra gays, lésbicas e transexuais. Já o texto acordado com os evangélicos, que deverá ser reapresentado no Senado, porém, diz apenas que será crime "induzir a violência contra homossexuais".</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Tensão entre o discurso religioso e o discurso a favor dos direitos da população LGBT.
Visão de cidadania	A atuação da bancada evangélica no Congresso consegue influenciar os demais parlamentares sobre projetos que garantem direitos aos homossexuais e impedir que sejam aprovados. A senadora Marta

	Suplicy utiliza o termo demonizado para se referir à forma como os evangélicos conseguiram tratar o projeto de lei 122. Amenizar o tom do projeto é uma exigência dos evangélicos que não querem que os pastores sejam punidos por discriminação pelo fato de pregarem contra a homossexualidade.
--	---

ESP 76 - Chance de aprovação é praticamente nula 27/06/2011

Fontes de Informação	Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) Líder do DEM, Demóstenes Torres
Sequências Discursivas	SD414 Não é à toa que a senadora Marta Suplicy decidiu fazer um recuo estratégico . Parada na Comissão de Direitos Humanos, a chance de a proposta ser aprovada no Senado é praticamente nula . SD415 Marta tentou pôr água na fervura e acalmar as bancadas religiosas com a inclusão da permissão para que padres e pastores, com base em convicções religiosas, pudessem fazer críticas ao comportamento homossexual. Nenhum dos lados gostou .
Visão sobre as pessoas LGBT	Parlamentares ligados às Igrejas não querem ser impedidos de fazer discurso contra o comportamento dos homossexuais. Há uma tensão entre o discurso religioso de que os homossexuais são anormais e o discurso em prol da conquista de direitos por parte da população LGBT.
Visão de cidadania	Congresso mostra que é dependente do discurso religioso e precisa negociar os direitos dos homossexuais, algo que não deveria ter a interferência da religião em um estado laico.

ESP 77 - Juiz converte união estável em primeiro casamento civil gay no Brasil 28/06/2011

Fontes de Informação	Juiz Fernando Henrique Pinto, da 2. ^a Vara da Família e das Sucessões José Sérgio, presidente da ONG responsável pela Parada Gay no Vale do Paraíba Luiz André, homossexual Adriana Galvão Abílio, presidente da Comissão da Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da OAB-SP Luís Arruda, da Frente Paulista contra a Homofobia
-----------------------------	---

<p>Sequências Discursivas</p>	<p>SD416 Um casal homossexual de Jacareí (SP) conseguiu na Justiça o direito de converter sua união estável em casamento civil - fato inédito na história do País.</p> <p>SD417 Eles estão juntos há oito anos e haviam oficializado a união estável em maio, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que equiparou a união estável homossexual à heterossexual.</p> <p>SD418 "Se no mundo ainda vige forte preconceito contra tais pessoas e se as mesmas têm de passar por sofrimentos internos, familiares e sociais para se reconhecerem para elas próprias e publicamente como homossexuais - às vezes pagando com a própria vida -, parece que, se pudessem escolher, optariam pela conduta socialmente mais aceita e tida como normal", diz o juiz em sua sentença, que levou em conta o Artigo 226 da Constituição Federal, segundo o qual a família é a base da sociedade e tem proteção especial do Estado.</p> <p>SD419 Para José Sérgio, presidente da ONG responsável pela Parada Gay no Vale do Paraíba, a decisão judicial marca uma nova vida. "Agora somos um casal oficialmente reconhecido. É uma emoção muito grande, estamos muito felizes", comemora.</p>
<p>Visão da diversidade sexual</p>	<p>Homossexuais reconhecidos como cidadãos que podem constituir família através do casamento.</p>
<p>Visão de cidadania</p>	<p>Reportagem destaca o fato inédito da conquista de direitos dos homossexuais através da Justiça. A cidadania homossexual é equiparada à heterossexual, de acordo com as normas baseadas na heterossexualidade compulsória.</p>

ESP 78 - Para jurista, decisão de Jacareí é inconstitucional 28/06/2011

<p>Fontes de Informação Sequências Discursivas</p>	<p>Jurista Ives Gandra Martins</p> <p>SD420 "O juiz fez uma interpretação que não poderia fazer, que vai contra a Constituição. Ele foi além do Supremo", afirmou o jurista, ontem à noite.</p> <p>SD421 "O casamento homossexual não foi analisado pelo Supremo, mas não ficarei surpreso se o caso chegar lá e o direito do casamento for estendido aos casais formados por pessoas do mesmo sexo. Nos últimos meses, o STF tem agido como um verdadeiro parlamento", afirmou.</p>
---	--

Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexual é representado como cidadão de segunda categoria por não ter os mesmos direitos que os heterossexuais perante a lei.
Visão de cidadania	Jurista questiona decisão da Justiça, defendendo que o direito ao casamento por pessoas do mesmo sexo é inconstitucional e que deveria ser analisada pelo Legislativo.

ESP 79- Deputada não empregaria Gay 28/06/2011

Fontes de Informação	Deputada estadual Myrian Rios (PDT)
Sequências Discursivas	<p>SD422 Um vídeo em que a ex-atriz e deputada estadual Myrian Rios (PDT) defende, no plenário da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), o direito de não contratar um homossexual causou polêmica.</p> <p>SD423 Ao iniciar o discurso, Myrian, ex-mulher do cantor Roberto Carlos, disse que não é preconceituosa nem discrimina; que prega amor e respeito ao próximo e, da mesma forma, quer ser respeitada por suas decisões. "Se somos todos iguais, com os mesmos direitos, também tenho de ter o direito de não querer um funcionário homossexual na minha empresa."</p> <p>SD424 "Digamos que eu tenha duas meninas em casa, contrate uma babá e ela mostre que sua orientação sexual é ser lésbica. Se a minha orientação for contrária e eu quiser demiti-la, não posso. Terei de manter a babá, cuidando das meninas. E sabe Deus se ela não vai cometer pedofilia."</p> <p>SD425 Reparo. Em nota, Myrian disse que repudia "o pedófilo" e jamais teve a intenção de "igualar esse criminoso com o homossexualismo". "Se entenderam dessa maneira, peço desculpas. Repudio a agressão aos homossexuais. Nada justifica tamanha violência."</p>
Visão sobre as pessoas LGBT	Homossexual é representado como desvio da norma, criminoso, ligado à pedofilia, inclusive como doente, pois adota o termo homossexualismo, que é relativo à doença.
Visão de cidadania	Deputada é contra os direitos da população LGBT, adotando discurso religioso para defender a não aprovação de um projeto na assembléia legislativa do Rio de Janeiro.

ESP 80 - Conselho livra Bolsonaro de processo 30/06/2011

Fontes de Informação	Deputado Jean Willys Deputado Jair Bolsonaro Líder do PSOL, Chico Alencar
Sequências Discursivas	SD426 Bolsonaro classificou a acusação como "lixo" e provocou: "Sou parlamentar com p maiúsculo e não com h minúsculo de homossexual" . SD427 O deputado Jean Willys (PSOL-RJ) rebateu: "Sou homossexual com h maiúsculo de homem, mais homem que o senhor, que fugiu da acusação de racismo, que é crime, e se refugiou na homofobia" . Para o líder do PSOL, Chico Alencar (RJ), Bolsonaro "tem verdadeira obsessão com homoafetivos" .
Visão sobre as pessoas LGBT	"h" minúsculo de homossexual contra "h" maiúsculo de homem. Representa o homossexual como sujeito inferior ao homem heterossexual em uma hierarquização de atributos.
Visão de cidadania	Há uma tensão entre os discursos do deputado que discrimina os homossexuais e a defesa aos direitos dos homossexuais por parte de outros parlamentares.

5.2.1 Síntese da análise dos textos do jornal O Estado de S. Paulo

Nos 80 textos do jornal O Estado de S. Paulo, registramos 213 fontes de informação, com predomínio de fontes relacionadas aos poderes *Legislativo*, *Judiciário* e *Executivo* (ver tabela 8). As fontes de informação não foram mapeadas a partir da classificação proposta por Traquina (2004) em oficiais, não-oficiais, e anônimas³⁶, pois elas não garantem uma análise sobre o conteúdo da mensagem e o posicionamento da fonte. Através dos conceitos de locutor e enunciador, retirados da Análise do Discurso, é que pudemos identificar as vozes dominantes no discurso jornalístico.

³⁶ Utilizamos na dissertação de mestrado (DARDE, 2006) a classificação de fontes proposta por Traquina (2004) em oficiais (fontes mantidas pelo Estado, por instituições e organizações governamentais), não-oficiais (fontes desvinculadas de uma relação de poder) e fontes anônimas (pessoas a quem o jornalista atribui opiniões, sem ser revelada a identidade).

Todavia, o mapeamento das fontes de informação é necessário, pois entendemos que a legitimação do discurso jornalístico se dá principalmente no acesso às fontes para a construção do texto. As fontes credenciadas a falar sobre um determinado assunto terão mais credibilidade do que as demais, provocando uma hierarquia entre as fontes mais credíveis e as que são colocadas em segundo plano. No acesso às fontes para tratar dos temas sobre a população LGBT, percebemos que a reprodução das falas institucionais se consolida como obrigatório para os veículos construírem suas notícias.

Observamos que é mais recorrente a presença das fontes institucionais por dois motivos: primeiro, porque elas e suas respectivas instituições serem os agentes responsáveis pelos fatos, como verificamos nas reportagens sobre o julgamento do STF sobre a união estável entre pessoas do mesmo sexo, ou pelas declarações discriminatórias de um deputado federal. Dentre os critérios de noticiabilidade, temos que as declarações de uma pessoa pública – seja político, artista, entre outros – tem maior peso do que um cidadão “comum”. O segundo motivo deve-se ao fato de que os jornalistas procuram essas fontes, consideradas credenciadas, para abordar diferentes ângulos sobre o tema, pois assim se daria a pluralidade de vozes no texto na construção do discurso sobre a matéria. Por exemplo, os jornais entraram em contato com especialistas em educação e psicologia para construir um debate sobre o projeto de educação para a diversidade sexual nas escolas públicas.

Os jornais também buscam em assuntos que tratem da sexualidade humana ouvir as opiniões de agentes das *Igrejas*, principalmente católica e evangélica, que possuem maior número de seguidores no Brasil. Tradicionalmente a Igreja teve influência sobre a moral e os costumes dos cidadãos no país. Uma moral estabelecida historicamente a partir do Concílio de Trento (séc. XVI), mas ainda hoje ela continua exercendo influência em diversas camadas sociais mais conservadoras. Ancorado na manutenção do modelo de família patriarcal, as autoridades religiosas defendem uma moralidade baseada em valores conservadores ligados a preservação do casamento monogâmico de conduta heterossexual. Entretanto, a crise no modelo de família nuclear e a constituição de novos relacionamentos homoafetivos, apoiados pelos novos direitos de cidadania produzem tensões, colocando em questão a hegemonia do modelo conservador defendido pela Igreja.

A população LGBT e as organizações não-governamentais e entidades que lutam pelos seus direitos ganham visibilidade predominantemente em duas situações: primeiro, na conquista de direitos civis, como a união estável ou a adoção de criança; e

em segundo, em situações de vulnerabilidade e violência, quando o sujeito é vítima de agressão ou discriminação.

Outras fontes de informação relacionadas ao tema dos direitos civis e seus desdobramentos ganham visibilidade, como *Ministério Público*, *Defensoria Pública* e *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)*. Identificamos também que as vozes ligadas ao poder de *Polícia* aparecem significativamente em função dos fatos de agressão física contra gays e travestis.

Observamos que o discurso médico está praticamente ausente nas reportagens, mostrando que a naturalização da sexualidade passa atualmente pelo discurso religioso. Neste campo, vale ressaltarmos que a visibilidade da população LGBT passa muito pouco pelo viés da saúde, como aconteceu nas décadas de 1980 e 1990 no enfrentamento da Aids.

Tipo de Fonte	Nº
Legislativo	36
Judiciário	36
Executivo	26
Pessoas LGBT	19
ONG	18
Igreja	15
OAB / advogados	11
Polícia	07
Esporte	06
Ministério Público	05
Especialista em Direito	04
Especialista em Educação	03
Especialista e Psicologia	02
Saúde	02
Artista	01
Outros	22
Total	213

Tabela 8: Fontes nos textos do Estadão

A partir do mapeamento dos Temas (tabela 9) das reportagens, verificamos que mais da metade (57%) dos textos têm como assunto os *Direitos Civis* da população LGBT. Isso não significa que o debate sobre esses direitos não esteja relacionado ao combate da violência, pois alguns textos se referem ao projeto de lei que criminaliza a homofobia. Mas classificamos esses textos com o tema dos Direitos Civis, pois a discussão está no Congresso Nacional. Assim como aconteceu no corpus do jornal Folha de S. Paulo, o segundo tema com maior visibilidade é o da *Violência e*

Discriminação, com 39%. No Estadão, classificamos apenas três textos (4%) na categoria *Outros*.

Tema	Nº	%
Direitos civis	46	57
Violência e discriminação	31	39
Outros	03	04
Total	80	100

Tabela 9: Temas nos textos do Estadão

Para a análise dos enunciados sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, selecionamos diversas seqüências discursivas que possibilitam perceber quais as representações que circulam nos jornais.

O discurso predominante sobre a diversidade sexual está ancorado no *desvio dos papéis sexuais e dos padrões de conduta estabelecidos como “normais”* (definido anteriormente como FD-2). Tais comportamentos aparecem relacionados aos seguintes atributos: “promiscuidade”, “doença” e “crime de pedofilia”. Estas ancoragens sobre o tema aparecem nos discursos dos agentes sociais das Igrejas Católica e Evangélica (sejam eles religiosos ou políticos, pertencentes à bancada religiosa), como destacamos nas seguintes seqüências discursivas:

"Não se trata de homofobia, mas de um posicionamento contrário à apologia que existem em torno da homossexualidade... O **normal não é ser homossexual**. O normal é ser heterossexual. Duvido que algum pai tenha orgulho de ter um filho gay." SD183 ESP16

"Eu não quero que o meu filho menor vá brincar com o filho adotivo de dois homossexuais. Não deixo. **Não quero que ele aprenda com o filho do vizinho que a mamãe usa barba, que isso é normal**. Não vou deixá-lo nessas companhias porque o futuro do meu filho também será homossexual". SD261 ESP36

Outra estratégia discursiva adota pelas Igrejas é associar a homossexualidade com o crime de pedofilia, como vemos a seguir:

"O próximo passo será a adoção de crianças por casais homossexuais e a **legalização da pedofilia**". SD259 ESP36

A utilização do termo *homossexualismo*, associado ao imaginário da doença, também é uma estratégia que reforça o preconceito, reproduzindo o padrão normatizado de se conceber as relações sexuais com a finalidade de procriação entre homem e mulher.

Ele criticou as políticas do governo de combate à discriminação contra a comunidade LGBT, como o kit anti-homofobia distribuído nas escolas da rede pública, que chamou de "**apologia ao homossexualismo**". "Querem criar uma bolsa de estudos para travestis e transexuais. É a **bolsa-gay**", atacou. SD182 ESP15

Esses discursos também são utilizados pela Igreja para qualificar os homossexuais como cidadãos de segunda categoria. Destas concepções, se perpetuam os preconceitos sobre a homossexualidade e os homossexuais. Elas derivam atitudes de violência e discriminações sobre tais sujeitos sociais.

As representações da população LGBT como *Cidadão* (definido anteriormente como FD-1) aparece em segundo lugar. Cabe contextualizarmos que este espaço de tempo foi de significativo debate sobre os direitos civis, tanto no âmbito do judiciário, quanto do legislativo e do executivo. Temos a decisão histórica do STF sobre a união estável entre pessoas do mesmo sexo, exemplos de concessão do direito de adoção de crianças por homossexuais, direito de uso do nome social para travestis e transexuais no Rio de Janeiro, e discussões no legislativo sobre o projeto que criminaliza a homofobia e no executivo do projeto de material pedagógico contra a homofobia nas escolas públicas.

No campo dos direitos civis, mesmo que a bancada religiosa no Congresso tenha força para impedir certos avanços, no Judiciário esse avanço é percebido de forma nítida, como destacamos nessas declarações dos ministros do STF:

"Aqueles que fazem sua opção pela união homoafetiva **não podem ser desiguais em sua cidadania.**" SD246 ESP34

"Dignidade humana é a noção de que **todos, sem exceção, têm direito a uma igual consideração.**" SD248 ESP34

Mesmo que as vozes das Igrejas estejam presentes nesse debate, a ampliação dos direitos é reconhecida pelo movimento LGBT e a sociedade de uma forma geral. Podemos afirmar que no contexto atual o debate público sobre as questões que envolvem o tema dos direitos civis teve destaque no Estadão.

A representação das pessoas LGBT como *Vítima* de preconceito e violência (definido anteriormente como FD-3) ocupou a terceira posição, com enfoque na denúncia de homofobia, como percebemos nessas sequências discursivas:

"Disseram: "Está olhando o quê, **veado**". E já me **bateram**." O caso foi registrado no 4.º DP e os agressores foram detidos e indiciados por **injúria, agressão e ameaça**. SD174 ESP10

"O coro era de forma organizada. Crianças, homens e mulheres se juntaram para cometer o tremendo **desrespeito e discriminação** com o atleta Michael", divulgou o Vôlei Futuro por meio de uma nota oficial. SD186 ESP18

A quarta e última representação de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais identificada no corpus do jornal Estadão é a do *Consumidor* (definido anteriormente como FD-4), associando-os como *público* do *evento turístico* Parada do Orgulho LGBT em São Paulo:

A Parada Gay de São Paulo é o **segundo maior evento turístico da cidade** - só perde para a Fórmula 1 - e a expectativa de **público** para este ano é de 3 milhões, diz a organização. SD393 ESP70

Formações Discursivas	Representações sobre LGBT	Quantidade de enunciados	%
FD-2	Desvio da norma	35	38
FD-1	Cidadão	31	34
FD-3	Vítima	25	27
FD-4	Consumidor	01	01
Total		92	100

Tabela 10: Representações sobre população LGBT nos textos do Estadão

A partir da identificação dos sentidos construídos sobre a diversidade sexual nos textos, nosso objetivo era verificar o que essas representações geram em termos de construção da cidadania voltada para a população LGBT. Dentre as seqüências discursivas destacadas nos textos, pudemos chegar às formações discursivas que estão listadas na tabela a seguir.

Formações Discursivas	Representações da Cidadania LGBT	Quantidade de enunciados	%
FD-a	População LGBT não possui certos direitos, pois está fora da norma estabelecida de sexualidade	35	38
FD-b	Reivindicação e conquista de direitos civis à população LGBT	31	34
FD-c	Combate ao preconceito e violência em razão da diversidade sexual	25	27
FD-d	Direito de consumo	01	01
Total		92	100

Tabela 11: Representações sobre Cidadania LGBT no Estadão

A *rejeição de direitos civis para a população LGBT* (definido anteriormente como FD-a) baseada em preceitos religiosos é predominante na análise das representações sobre Cidadania, com 38% dos enunciados identificados no corpus do jornal Estadão. Em segundo lugar identificamos os enunciados que levam a representação sobre Cidadania ancorada na *reivindicação e conquista de direitos civis* nas esferas do Judiciário, Legislativo e Executivo (definido anteriormente como FD-b), com 34%. Seguem depois as representações sobre Cidadania como *luta ao preconceito e violência a que são submetidos gays e travestis* (definido anteriormente como FD-c), com 27%, e Cidadania como *Direito de consumo* (definido anteriormente como FD-d) com apenas 1%.

Assim como realizamos no corpus do jornal Folha, também agrupamos as formações discursivas mapeadas nos textos do jornal Estadão em duas agendas – positiva e negativa. Entendemos que as formações discursivas FD-b (*Reivindicação e conquista de direitos civis à população LGBT*) FD-c (*Combate ao preconceito e violência em razão da diversidade sexual*) e FD-d (*Direito de consumo*) se inserem em uma agenda positiva de reconhecimento e conquistas de direitos por parte da população LGBT. Assim, o percentual de discursos que compõem uma agenda positiva é de 62%, índice distante do discurso que não apóia o avanço dos direitos (38%).

Desta forma, chegamos à seguinte configuração das representações sobre Cidadania LGBT:

Formações Discursivas	Cidadania LGBT	%
FD-I	Representações que possibilitam a inclusão social e o combate às desigualdades para a população LGBT	62
FD-II	Representações que contribuem para a não-efetividade de uma cidadania plena para a população LGBT	38
Total		100

Tabela 12: Síntese das representações sobre Cidadania LGBT no Estadão

No entanto, entendemos que as representações dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais estão ancoradas na reprodução de valores e comportamentos padronizados em uma sociedade com base na heteronormatividade. A busca do casamento civil, da adoção e de outros mecanismos de proteção perante a lei levam ao enquadramento dos homossexuais ao jeito de ser e agir dos heterossexuais. Não que essa luta por direitos civis seja invalidada ou desnecessária, ao contrário, o

direito à igualdade é uma condição *sine qua non* para que não haja discriminação entre os diferentes. E isso a Constituição Brasileira já prevê no seu artigo 5º. O que reivindicamos é um passo adiante, e desta forma transformador, que é a substituição do discurso sobre cidadania da cultura dominante pelo discurso que reconhece socialmente as culturas paralelas entendidas como diversidade.

5.3 Análise comparativa entre os dois jornais

Ao contabilizarmos em conjunto as fontes de informação utilizadas nas reportagens dos dois jornais percebemos o predomínio de fontes institucionais ligadas aos três poderes: **Legislativo**, **Judiciário** e **Executivo**. Como já nos referimos, o acesso significativo a esses locutores se deve aos fatos ocorridos como a aprovação pelo STF da união estável entre pessoas do mesmo sexo e a conseqüente repercussão desse assunto feito pelos jornais. A discussão no Congresso Nacional de projetos como o que criminaliza a homofobia e no Executivo da elaboração de material didático para as escolas públicas com conteúdo de combate ao preconceito contra a diversidade sexual também ganharam visibilidade nos jornais em função de seu caráter “polêmico”. Desta forma, fontes legitimadas para falar pelas pessoas LGBT – como as **ONGs** (organizações não-governamentais) – e porta-vozes ligados às **Igrejas Católica e Evangélica** foram ouvidos pelos jornalistas. Nos casos das matérias sobre direitos civis também temos o acesso às fontes identificadas como **Especialistas em direito, educação e psicologia**, que foram acionadas para discutir os projetos já mencionados acima.

A presença de um número grande de **Pessoas LGBT** como fonte de informação também aparece pelo fato do aumento nas denúncias de agressões contra gays e travestis motivadas pela homofobia. A população LGBT parece não ter mais medo de se expor publicamente para denunciar o preconceito e ajudar no enfrentamento à violência. Por esse motivo temos também a participação de fontes ligadas à **Polícia**. Os locutores classificados como **Esporte** também aparecem no contexto da discriminação e preconceito sofrido por um jogador de vôlei, que estimulou várias reportagens.

Podemos também destacar que apenas o jornal Folha de S. Paulo buscou averiguar se os cartórios realmente estavam registrando a união estável entre pessoas do mesmo sexo dias após a aprovação pelo STF, estratégia utilizada pelo jornal para manter o assunto na ordem do dia e cumprir também com seu papel fiscalizador do poder

público. Por isso temos um número significativo de fontes relacionadas aos *Cartórios* em São Paulo. O número de fontes consultadas pela Folha e classificadas como *Comércio* se deve principalmente aos textos que abordaram as pessoas LGBT pelo viés do consumo, como as matérias sobre Turismo e as da Parada do Orgulho LGBT em São Paulo.

Tipo de Fonte	Folha	Estadão	Total
Legislativo	20	36	56
Judiciário	18	36	54
Executivo	15	26	41
Pessoas LGBT	21	19	40
ONG	21	18	39
Igreja	10	15	25
OAB / advogados	09	11	20
Especialista em Direito	15	04	19
Polícia	07	07	14
Comércio	12	00	12
Esporte	04	06	10
Cartório	08	00	08
Ministério Público	03	05	08
Saúde	05	02	07
Especialista em Educação	04	03	07
Artista	04	01	05
Especialista em Psicologia	01	02	03
Outros	19	22	41
Total	196	213	409

Tabela 13: Fontes nos textos dos dois jornais

O mapeamento dos temas nos dois jornais pesquisados revela uma paridade entre os assuntos abordados, em grande parte na cobertura e repercussão de fatos, como na aprovação pelo STF da união estável, o caso de discriminação contra um jogador de vôlei e as declarações polêmicas do deputado federal Jair Bolsonaro. Entendemos que a visibilidade dos assuntos identificados como *Direitos Civis* e *Violência e Discriminação* estão em consonância com as reivindicações dos segmentos organizados da população LGBT e do próprio governo federal com o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República³⁷. Sabemos também que esses temas se cruzam no debate público, como no caso do projeto de lei que criminaliza a homofobia, e tem gerado uma disputa de

³⁷ O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República está disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>.

interesses entre parlamentares da *situação* e outros vinculados às bancadas religiosas (que neste governo se caracterizam como *oposição*).

Identificamos apenas uma diferença entre os jornais, que foi a abordagem da população LGBT pelo viés do turismo, um caderno especial sobre os destinos turísticos no Brasil e no mundo voltados a esse público. Esses textos, no entanto, reforçam a redução da diversidade sexual em apenas uma identidade homossexual hegemônica, a identidade gay. Lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais são praticamente esquecidos pelo caderno de turismo, o que revela também o preconceito dentre os próprios homossexuais, pois parte dos textos foi escrita por um jornalista e militante gay.

Algo que nos interessa destacar é que, nas reportagens pesquisadas, a identidade sexual como posição do sujeito no discurso jornalístico está vinculada à luta por direitos e em situações de abjeção e violência. *Não encontramos posições de sujeito no terreno da sexualidade em temas que abordem outros aspectos possíveis para a construção de um novo olhar sobre a diversidade sexual.*

Tema	Folha	Estadão	Total	%
Direitos civis	41	46	87	53
Violência e discriminação	28	31	59	36
Turismo	08	00	08	05
Outros	07	03	10	06
Total	84	80	164	100

Tabela 14: Temas nos textos dos dois jornais

Os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico sobre a população LGBT nos dois jornais estudados mostram uma tensão entre as representações que se mantêm conservadoras e outras que buscam desconstruir padrões culturais vigentes acerca da sexualidade e, assim, ajudar no combate à repressão da diversidade sexual. Tanto no jornal *Folha* quanto no *Estadão* as representações que predominam são *Desvio da Norma* (que definimos como FD-2), baseadas em doutrinas e ideologias religiosas que consideram a homossexualidade como pecado, anormalidade, doença e crime; e *Cidadão* merecedor de direitos civis (que definimos como FD-1), que aparece em termos quantitativos ligeiramente abaixo do primeiro colocado, mas que consideramos um equilíbrio nesses discursos.

Entre os jornais também há um equilíbrio da abordagem de assuntos relacionados às violências física e simbólica, o que resultou na representação das pessoas LGBT como *Vítima* (que definimos como FD-3) na terceira colocação. A representação como *Consumidor* (que definimos como FD-3) é mais presente no corpus da Folha, principalmente por causa das matérias especiais sobre Turismo voltado à esse público.

Formações Discursivas	Representações sobre LGBT	Folha	Estadão	Total	%
FD-2	Desvio da norma	37	35	72	37
FD-1	Cidadão	37	31	68	35
FD-3	Vítima	21	25	46	24
FD-4	Consumidor	08	01	09	04
	Total	103	92	195	100

Tabela 15: Representações sobre população LGBT nos dois jornais

A representação como desvio da norma é usada como estratégia discursiva para evitar a concessão de novos direitos civis para a população LGBT. A representação da Cidadania ancorada na visão de que a *População LGBT não possui certos direitos, pois está fora da norma estabelecida de sexualidade* foi definida como FD-a, com 37% dos enunciados mapeados no corpus. A representação da Cidadania como *Reivindicação e conquista de direitos civis à população LGBT* (FD-b) vem logo em seguida, com 35% dos enunciados.

A construção de representações sobre cidadania para a população LGBT na *Folha* e no *Estadão* é semelhante, o que reforçamos a existência de uma disputa equilibrada de poderes. Desde a seleção de fontes ouvidas pelos jornais, passando pelas estratégias discursivas utilizadas pelos jornalistas pra tratar do assunto, avaliamos que não há uma concordância quanto à promoção de direitos civis para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Essa tensão reflete a divisão da opinião pública, de acordo com pesquisa realizada entre os brasileiros pelo Instituto Ibope em 2011. Estudo revelou que 55% das pessoas consultadas são *contra* o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, contra 45% *a favor*³⁸.

A representação da Cidadania LGBT como *Combate ao preconceito e violência em razão da diversidade sexual* (FD-c) ganha visibilidade em 24% dos enunciados, configurando-se como um discurso transformador em uma realidade social ainda

³⁸ Pesquisa está disponível no site do Ibope: www.ibope.com.br.

marcada pela existência de crimes motivados pela intolerância à diversidade sexual. Por último, temos a representação ancorada no *Direito de consumo* (FD-d) das pessoas LGBT, relacionado principalmente ao turismo.

Formações Discursivas	Representações sobre Cidadania LGBT	Folha	Estadão	Total	%
FD-a	População LGBT não possui certos direitos, pois está fora da norma estabelecida de sexualidade	37	35	72	37
FD-b	Reivindicação e conquista de direitos civis à população LGBT	37	31	68	35
FD-c	Combate ao preconceito e violência em razão da diversidade sexual	21	25	46	24
FD-d	Direito de consumo	08	01	09	04
Total		103	92	195	100

Tabela 16: Representações sobre Cidadania LGBT nos dois jornais

A partir da configuração de formações discursivas que denotam as representações de Cidadania LGBT na *Folha* e no *Estadão*, chegamos a duas predominantes: *Representações que possibilitam a inclusão social e o combate às desigualdades para a população LGBT* (definida como FD-I) e *Representações que contribuem para a não-efetividade de uma cidadania plena para a população LGBT* (identificada como FD-II). São esses os sentidos que o jornalismo acaba refletindo e priorizando nos seus textos. A FD-I é formada pelas FD-b, FD-c e FD-d, ao que chegamos num índice de mais de 60% em ambos os jornais. Já as visões ancoradas em padrões de desigualdades, estigma e preconceito, registraram um pouco mais de 30%.

Formações Discursivas	Cidadania LGBT	Folha	Estadão
FD-I	Representações que possibilitam a inclusão social e o combate às desigualdades para a população LGBT	64%	62%
FD-II	Representações que contribuem para a não-efetividade de uma cidadania plena para a população LGBT	36%	38%
Total		100	100

Tabela 17: Síntese das representações sobre Cidadania LGBT nos dois jornais

A partir do entendimento de que o jornalismo se constitui como uma das instâncias por onde se constroem e circulam os padrões de sexualidade, buscamos nesta pesquisa

aprofundar nossa reflexão sobre a forma como essa inclusão social da população LGBT está operando por meio das práticas discursivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que no mundo contemporâneo, não basta ser cidadão para ter direitos e não basta ter direitos para ser cidadão. A ideia de que todos os cidadãos são iguais está limitada pela forma como eles se estabelecem diante da vida social, muitas das vezes, condicionados a privilégios de classe, cujas diferenciações estabelecem desigualdades e injustiças sociais. Outros marcadores são igualmente importantes para analisar as relações de poder em sociedade. Por exemplo, raça e etnia, geração, pertencimento religioso, ser portador ou não de alguma deficiência, e as identidades de gênero e de sexualidade.

Assistimos a uma visibilidade sem precedentes das identidades de gênero e sexualidade nas duas últimas décadas. Em geral, entendidas como identidades a corrigir, como indivíduos a serem curados pela medicina ou pela intervenção da religião, de pessoas que não estão de acordo com a divisão de gênero tradicional (transgêneros) e não enfatizam as uniões para reprodução.

Apesar dos discursos acima mencionados, percebemos nos últimos anos um avanço significativo na conquista de direitos civis para a população LGBT. Mas a livre expressão da sexualidade como um direito de cidadania não se conquista apenas com as leis, caso contrário a Constituição Brasileira já serviria como indicativo para estas interpretações. E essas conquistas no âmbito do Judiciário e do Legislativo contemplam na prática qual segmento dessa população LGBT? Essas “vitórias” se estendem às pessoas em situação de risco social e exposição à violência? A busca por igualdade de direitos não seria uma forma de legitimar a hegemonia da heterossexualidade, com seus modos de ser e agir?

Em nossa pesquisa, identificamos que as representações que possibilitam a inclusão social e o combate às desigualdades para a população LGBT está ancorada em uma perspectiva que reitera a heteronormatividade hegemônica. A visibilidade da cidadania da população LGBT passa pela normatização de direitos e deveres, que tem o seu ponto principal a união estável. Uma das construções simbólicas de maior presença que circula nos textos jornalísticos são as representações da população LGBT ancorada em uma visão onde as relações conjugais monogâmicas heterossexuais são identificadas como padrão de “normalidade”. É a busca pelo “casamento” que inclui os homossexuais masculinos e femininos.

Essa concepção da normatividade é ancorada “no padrão de arranjos familiares nucleares formado por mulher, homem e filhos e as relações de parentesco baseadas nos laços de sangue” (VEIGA, DARDE, 2009, p. 03). Em cima desta concepção constroem outras representações e discursos dentre as quais se destacam as posições adotadas pela Igreja Católica para “condenar” as práticas homossexuais. A manutenção deste padrão normativo não se dá pela exclusão do discurso sobre a homossexualidade, e sim por torná-la excêntrica, exótica, transformando-a em um “estilo de vida” da “minoría” da população, reforçando a hegemonia da norma heterossexual.

É um discurso discriminatório porque reforça a heteronormatividade também no momento em que leva os homossexuais a quererem aderir a normas e valores entendidos como heterossexuais, como o “casamento” e adoção de crianças. Essas representações sobre a homossexualidade que circulam nos meios passam a ter diversas implicações na vida social relacionadas às construções identitárias, contribuindo para a perpetuação do preconceito contra a população LGBT e de outros grupos que constroem a sua identidade social a partir da diferença.

Os sentidos produzidos pelos discursos da Folha e do Estadão reiteram também a redução da diversidade sexual em apenas uma identidade hegemônica, a homossexual, palavra que vem carregada de preconceito e reproduz significados como doença e pecado. Quando utilizam a sigla LGBT, os textos jornalísticos estão se referindo apenas ao movimento organizado; em outras situações, os termos predominantemente usados como sinônimos são homossexual e gay.

Em nosso entendimento, a representação hegemônica sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais tende a enquadrá-los numa norma, a heteronormatividade, capaz de lhes conferir legitimidade para serem retratados pelos veículos de comunicação. Percebemos que nem sempre a visibilidade de questões diversas às normas sociais, como a diversidade sexual, são construídas através de discursos que visam assegurar o exercício da cidadania, como se esperaria de um papel democrático dos meios de comunicação. Pelo contrário, pode-se perceber que a existência discursiva da diversidade sexual nos jornais pesquisados se dá em grande parte a partir da exacerbação de outros marcadores sociais que possam se sobrepor aos relativos à sexualidade, a fim de legitimá-los e validá-los.

De uma forma geral, podemos pensar que o discurso produzido sobre a população LGBT estimula uma cultura de tolerância com este grupo, contribuindo para impedir o exercício uma cidadania plena. Além do mais, este discurso se mostra

atrelado aos padrões normativos vigentes que historicamente têm sido responsáveis pela “hierarquização de valores e exclusão de determinados indivíduos, práticas e grupos” (SILVA, 2010, p. 15) como identificamos no discurso religioso reproduzido pelos jornais *Folha e Estadão*.

As Igrejas Católica e Evangélica têm utilizado a doutrina religiosa como um instrumento ideológico e político-social, condenando as práticas homoafetivas e orientando a conduta dos indivíduos, fortalecendo uma moral (em prol da família e dos bons costumes), na maioria das vezes, negando sua sexualidade, penalizando os indivíduos pela culpa que é uma forma eficaz para conter a prática de ludibriar as normas impostas. Na situação da Igreja Católica, percebemos que em questão de moral sexual transparece a dimensão do poder da instituição sobre os indivíduos. A interpretação oficial mais conservadora da Igreja Católica da doutrina cristã entende o ato sexual como pecado e apenas admitido no âmbito matrimonial e exclusivamente para a procriação. Práticas sexuais com a finalidade de vivenciar o desejo e o prazer não eram aceitos.

Hoje este modelo é defendido pelas Igrejas Católica e Evangélica que continuam estabelecendo valores morais para as práticas sexuais. O discurso religioso conservador, associado ao discurso biomédico hegemônico, se utiliza de categorias classificatórias como "anormal", "antinatural" e suas derivações de forma despolitizada, estabelecendo hierarquizações e inferiorizações ou supervalorização ("ditadura gay") para reforçar o preconceito contra a homossexualidade.

As categorias de pensamento “natural” e “normal” se transformaram, a partir de discursos científicos consolidados ao longo do século XIX, em adjetivos correlatos. Isso fez com que se formasse um imaginário social que associou os comportamentos de quem transgredisse as regras concebidas como “naturais e normais” como “desviantes”. Seriam, assim, “antinaturais”. Passíveis, portanto, de regulação, intervenção e, por que não, cura. Tais comportamentos passaram a ser percebidos valorativamente como “negativos”.

No entanto, há várias tensões entre os discursos sobre a diversidade sexual na sociedade, na medida em que as leis tendem a adaptar-se aos novos hábitos e aos novos comportamentos em função das transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas. Nesse contexto, os veículos de comunicação se utilizam das estratégias de espetacularização dos fatos para atrair o público leitor. O discurso jornalístico é um importante elemento de mediação na construção da formação dos cidadãos, porque os

ajudam a exercer a sua cidadania ao veicular as informações de interesse público para a sociedade. Entretanto, a forma como é realizado esse processo de divulgação da informação se dá através de um jogo de interesses políticos e econômicos. Portanto, ela reforça a visão hegemônica ao ouvir predominantemente fontes oficiais que buscam a permanência do *status quo* na sociedade.

Devemos nos lembrar, no entanto, que o Brasil é um Estado laico. A laicidade é essencial à democracia e não se dá pela simples imposição da vontade da maioria, pois isso resulta em desrespeito aos direitos humanos das minorias, sejam elas religiosas, étnico-raciais, de gênero ou orientação sexual. Não existe democracia se não forem respeitados os direitos humanos de todas as pessoas. Impor a crença religiosa de uma parcela da população ao conjunto da sociedade coloca em risco a própria democracia, já que os direitos humanos de diversos segmentos sociais estão sendo violados.

Como exemplo dessa interferência da Igreja na vida pública, temos as reportagens sobre o kit anti-homofobia, material didático do governo federal que prevê a conscientização dos adolescentes das escolas públicas para a diversidade sexual. O projeto é tratado como “incentivo às práticas homossexuais” por parlamentares ligados à bancada religiosa. A reprodução da fala de um dos deputados demonstra claramente o caráter conservador e preconceituoso do seu discurso, reforçando a concepção da homossexualidade como pecado, subversão à lei divina, destruição dos valores fundamentais da família, entre outros argumentos historicamente utilizados pelo cristianismo. Mesmo que no texto haja o contraponto do Ministério da Educação, o que “salta aos olhos” é a rejeição aos vídeos (material didático), por fontes legitimadas pela sociedade, pois foi ela quem escolheu seus representantes no Congresso Nacional. Na linha de apoio destaca-se o termo “nojo” utilizado pelo deputado, marca discursiva forte que reforça a construção da homossexualidade como algo antinatural.

A cidadania LGBT passa pela judicialização da política, na medida em que essa população vem conquistando os direitos civis via Judiciário. A judicialização da política ocorre porque os tribunais são chamados a se pronunciar onde o funcionamento do Legislativo e do Executivo se mostram falhos, insuficientes ou insatisfatórios, como vimos no exemplo da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Essa incapacidade do Estado de assegurar a todos os cidadãos os direitos que lhes são reconhecidos pela Constituição de 1988 transformou a jurisdição constitucional em parte integrante do processo de formulação de políticas públicas. Desta forma, entendemos que atualmente a cidadania LGBT passa pelas conquistas no âmbito do Judiciário, que dentre os

poderes parece ser o que compreende “melhor” o conceito de laicidade do Estado brasileiro. Porém a luta política na linguagem dos direitos tem ao menos duas conseqüências perigosas: o acesso diferencial à justiça e à sua aplicação em um país desigual como o Brasil pode fazer com que conquistas “legais” gerem resultados concretos desiguais e acessíveis apenas a uma elite e a luta por direitos também marca a definição de quem são sujeitos de direitos, o que pode resultar em uma hierarquização dos que são mais detentores de direitos do que outros. Também pode criar uma estratificação da cidadania a partir da identidade sexual.

Assim, o direito à parceria civil corre o risco de se tornar uma norma e a única maneira de legitimar a sexualidade. Pior, esse debate na esfera pública, mediado pelo jornalismo, tende a reduzir a sexualidade ao casamento e este como o único meio para a aquisição de legitimidade social. Na luta pela parceria civil, prevalece a ideia de que a sexualidade de gays e lésbicas só pode ser reconhecida como questão privada. Deixa-se para trás quatro décadas de afirmação de que o pessoal é político e se ignora o destino daqueles para os quais o casamento não representará avanço nem proteção, pois é na esfera pública que sofrem as sanções sociais, onde são insultados, agredidos e até assassinados.

Na perspectiva da teoria *queer*, uma estratégia importante na luta contra a discriminação e o preconceito é enfatizar os mecanismos que promovem injúria e abjeção, mais do que enfatizar identidades e comportamentos sociais. Ao falarmos de mecanismos e processos que produzem constantemente injúria e abjeção, podemos estabelecer produtivas alianças com outros movimentos sociais. Podemos construir lugares de diálogo e de luta que cruzam barreiras de cor, raça, classe, religião, gênero, sexualidade etc. Poderíamos, neste caso, ter resultados mais efetivos sobre cidadania desses sujeitos marginalizados, não apenas com conquistas de direitos civis através do Legislativo e do Judiciário, mas sim o reconhecimento efetivo sobre as diversidades. Para a teoria *queer*, enquanto a heterossexualidade não for problematizada como uma imposição, como uma construção, a homofobia e a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero não vão acabar.

Será que a discurso jornalístico é um espaço de prolongamento e de reprodução das formas de dominação social ou pode constituir-se também como lugar de afirmação de pluralidades e de resistência à dominação? Será que as representações das múltiplas identidades sexuais e de gênero permitem o dizer de outro modo, ou está simplesmente associada à produção de estereótipos e à sintonia com um discurso monofônico de

manutenção do padrão hegemônico? O jornalismo, enquanto campo marcado por “disputas, lugar de produção de sentidos e formação de valores” (SILVA, 2010, p. 27), deve buscar constantemente cumprir sua promessa de esclarecimento, partindo do pressuposto de que todo discurso é ideológico e que não há informação independente de interpretação. E não queremos dizer que falta a contextualização dos fatos no fazer jornalístico, pois ele está muitas vezes presente, mas de uma forma que reitera o senso comum a partir das “interpretações prontas”. A partir de fissuras na estrutura do processo produtivo da notícia, os jornalistas são capazes de levar à reflexão sobre o cotidiano, e assim contribuírem para um novo olhar sobre a diversidade sexual.

A heteronormatividade precisa ser contestada pelo discurso jornalístico de maneira frontal porque todas as violações relacionadas à sexualidade derivam da ameaça que o desejo por pessoas do mesmo sexo representa para as normas e estruturas existentes que ancoram a heterossexualidade compulsória. O fato do discurso jornalístico sobre os direitos para a população LGBT não enfrentar a heteronormatividade também significa que ele quase nunca se engaja com o potencial subversivo da sexualidade *queer*.

Para a construção de um novo olhar sobre a diversidade sexual, os jornalistas e veículos de comunicação não podem em seus discursos reduzir os estudos sobre gênero e sexualidade à dicotomia natureza/cultura; devem evitar a circunscrição do debate de gênero à instância do feminino e empreender discussões que vão além das diferenças culturais genéricas entre homens e mulheres e das abstrações sociais das relações de gênero, considerando as diversidades culturais produzidas por classe, raça/etnia, geração e orientação sexual.

É necessário um olhar plural sobre o masculino, como forma de crítica permanente à tentativa de reduzir a masculinidade a uma categoria que torne os homens homogêneos. Uma utilização estreita do discurso sobre os direitos da população LGBT oferece uma escapatória para não confrontar a heteronormatividade e sua subversão. Somente essa interseccionalidade nos ajudará a revelar os vínculos entre as opressões. A heteronormatividade é tão disseminada, insidiosa e muitas vezes intangível que não pode ser contestada somente como uma violação dos direitos sexuais.

Uma política sexual mais radical poderia reconhecer a pluralidade das experiências e identidades sexuais, mesmo as menos conhecidas ou aceitas em nossos dias. A recusa dos padrões hegemônicos de definição das relações legítimas ou ilegítimas também passaria pela reafirmação da sexualidade como questão pública, pois

a homofobia e suas manifestações violentas acontecem predominantemente no espaço público. Além disso, as demandas por direitos podem se dar em outros termos, os quais apontem para a aceitação de novas formas de relacionamento e a constituição de um novo direito relacional, mais imaginativo e aberto às possibilidades. E o jornalismo, dentro desse campo de disputas de poder, deve possibilitar a transparência e os valores democráticos à sociedade o direito ao relato veraz e à discussão elucidativa dos conflitos da atualidade. O que impõe aos jornalistas, com certa urgência, buscarem desconstruir seus valores “retrógrados” e abrirem espaço para novos saberes e olhares sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Claudia. **Os estudos de recepção como modelo multidimensional: a negociação de estereótipos de etnicidade e gênero.** Caleidoscópio, 8, 2007.

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo, et al. Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In: Benetti, Marcia; Fonseca, Virginia (orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 3ª ed. São Paulo: Hucite, 1986.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação, in: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

BENETTI, Marcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica.** Intexto. Revista Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Disponível em: < <http://www.intexto.ufrgs.br/>>

_____. **Análise do discurso em jornalismo: estudos das vozes e sentidos.** In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia (Orgs.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes p. 107-122, 2007.

_____. O jornalismo como acontecimento. In: Benetti, Marcia; Fonseca, Virginia (orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Democracia e Direitos Humanos – reflexão para os jovens.** Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_7_maria_victoria_democracia_dh.pdf. Acesso em 10 out. 2011.

BERGER, Christa. **Campos em Confronto: a terra e o texto.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

BONETTI, Alinne. **Entre Feministas e Mulheristas: Uma Etnografia sobre Promotoras Legais Populares e Novas Configurações da Participação Política Feminina Popular em Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas e Filosofia. Florianópolis: UFSC, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia.** São Paulo: Paulus, 2006.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso.** Campinas: Editora Unicamp, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu** – Olhares alternativos. 2003b.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo**. Revista Bagoas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, v.4 n.5. Natal: EDUFRN, 2010.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Julio. **Sexualidade, cultura e política**: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu* (28), Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, jan.-jun. 2007.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume 1. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

CERQUEIRA, Carla; RIBEIRO, Luísa; CABECINHAS, Rosa. **Mulheres & Blogosfera**: contributo para o estudo da presença feminina na ‘rede’. *Ex Aequo*, 19, 2009.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3ª Ed. São Paulo: Summus, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1984.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José Castilhos. Fundamentos jornalísticos para novos cenários éticos da informação. In: SILVA, Gislene et al. (orgs.) **Jornalismo contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

COELHO, Marja Pfeifer; WEBER, Maria Helena. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene et al. (orgs.) **Jornalismo contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**: The Creation of Mods and Rockers. London, MacGibbon & Kee, 1972.

COLLING, Leandro. Políticas para um Brasil além de Stonewall. In: Colling, Leandro (organizador). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

CONNELL, Raewyn. **Gender and power: society, the person, and sexual politics**. California: Stanford University Press, 1987.

_____. **La organización social de la masculinidad**. 1995. Disponível em: www.hombresigualdad.com/organizaci%C3%B3n_social_masculinidad.pdf. Acesso em: 28 jan. 2008.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, D.L, 1999.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso** - Notas sobre Jornalismo e representações sociais. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DYER, Richard. The role of stereotypes. In: DYER, Richard. **The matter of images: essays on representation**. Nova York/Londres: Routledge, 1993.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

EILDERS, Christiane. **New Factors and New Decisions**. Theoretical and Methodological Advances in Germany. Communications – The European Journal of Communication Research 31 (1), 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: Um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo** / Escola Superior de Propaganda e Marketing. V.4, n.11. São Paulo: ESPM, 2007.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

_____. **A arqueologia do saber**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: FOLLAIN; GOMES; PEREIRA (org.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.): **Democracia hoje: novos desafios para a teoria**

democrática contemporânea. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GAGNON, John H. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news**: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Evanston: Northwestern University Press, 1979.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icària editorial, 2002.

GENETTE, Gerard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Veja, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo**: como se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GREEN, James Naylor, e POLITO, Ronald. **Frescos trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1993.

_____. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. Londres: Sage/The Open University, 1997.

_____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HEILBORN, Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

JACKS, Nilda; MACHADO, Márcia B. e MÜLLER, Karla. **Hermanos pero no mucho**: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

KORIN, Daniel. Novas perspectivas de gênero em saúde. **Revista Adolescência Latino-americana**. n.2, v.2, p. 67-79, 2001.

KRÜGER, Helmuth. Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. *In*: LIMA, Marcus E. Oliveira. **Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas**. Salvador: EDUFBA, 2004.

LÉVY, Pierre. Pela Ciberdemocracia. *In*: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma Outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York: Harcourt & Brace, 1922.

LÓPEZ EIRE, Antonio. **Retórica clásica y teoría literaria moderna**. Madrid: Arco Libros, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Vol. 9, n.2, p.541-553, 2000.

_____. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. *In*: VEIGA-NETO, Alfredo (et al.). **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A., 2001.

_____. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

_____. Pedagogias da sexualidade. LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da 'abertura'**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDINA, Pilar; RODRIGO ALSINA, Miquel. **Las emociones como barreras y accesos a la diversidad cultural in Redes.Com**. Revista de Estudios para el Desarrollo de la Comunicación nº2, Instituto Europeo de Comunicación y Desarrollo, Sevilla, 2005.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência feita nos cursos da Arrábida, Portugal, 1997. *In*: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em. Acesso em 05 fev. 2005.

_____. Jornalismo e construção social do conhecimento. *In*: Benetti, Marcia; Fonseca, Virginia (orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

MENDES, Liorcino Léo. Presença LGBT na mídia. In: Bokany, Vilma; Venturi, Gustavo (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise Crítica do Discurso**: um estudo sobre a representação de LGBT em jornais de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social. **Reflexões sobre o casamento gay**. Cadernos Pagu (28), Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, jan.-jun. 2007.

_____. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: Colling, Leandro (organizador). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

MORIGI, Valdir José; ROSA, Rosane. **Cidadania Midiatizada**: cidadão planetário. Porto Alegre, 2004.

MORLA, Catalina Gaya; RODRIGO ALSINA, Miquel. **Medios de comunicación e interculturalidad**. Cuadernos de Información no 14, Facultad de Comunicaciones, Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago, 2001. Disponível em http://fcom.altavoz.net/prontus_fcom/site/artic/cuadernos/14/08.pdf. Acessado em 12/10/11.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOTT, Luiz. **Violação dos Direitos Humanos e assassinatos de homossexuais no Brasil – 1999**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

_____. **Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais**. Revista Bagoas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, v.1 n.1. Natal: EDUFRN, 2007.

MUNIZ, Sodré. **As estratégias sensíveis** - afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista**: discurso do confronto, velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2001.

PARKER, Richard G. **Abaixo do Equador**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PATARRA, Judith. O Jornalismo Brasileiro Visto por Dentro. In: DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques (Org.). **A Imprensa em Questão**. Campinas: Unicamp, 1997.

PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PEREIRA, Marcos Emanuel. **Psicologia Social dos Estereótipos**. São Paulo: EPU, 2002.

PINTO, Joana Plaza. Os gêneros do corpo: para começar a entender. In: Eliane Gonçalves (org.). **Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências**. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise do discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

POCAHY, Fernando; NARDI, Henrique. **Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social**. Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, v.1, n. 15, 2007.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: Linhas de Análise do Discurso Jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. v.1. Campinas: Papyrus, 1994.

RODRIGO ALSINA, Miquel. El Periodismo ante el reto de la inmigración. In: BASTIDA, Manuel Laurio (Coord.). **Medios de Comunicación y inmigración**. Murcia: Obras Socialies, 2006.

ROUQUETTE, Michel-Louis. Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In: Moreira, Antonia Silva Paredes (org.); Oliveira, Denise Cristina (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia, AB Editora, 2000, p.39-46.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. **Tráfico sexual – entrevista**. Campinas: Cadernos Pagu, n. 21, 2003.

SANTOS, Rogério. **Os novos media e o espaço público**. Lisboa: Gradiva, 1998.

_____. **Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.

SCHLESINGER, Philip. **Putting ‘reality’ together**. Londres e Nova Iorque: Methuen, 1978.

_____. **Rethinking the Sociology of Journalism: Sources Strategies and the Limits of Media-Centrism.** In Ferguson (Ed.). *Public Communication: The New Imperatives.* Londres: Sage Publications, 1990.

SCHMEIL, Lílian. **Alquilase uma isla:** turistas argentinos em Florianópolis. Dissertação: UFSC, 1994.

SCHWAAB, Reges Toni. **Para ler de perto o jornalismo:** uma abordagem por meio dos dispositivos da análise do discurso. In: *Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.* Aracaju: SBPJor, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Vol. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEFFNER, Fernando. Visibilidade e atravessamento de fronteiras. **Arquipélago: revista de livros e idéias.** n. 7, Porto Alegre (RS): IEL/CORAG. p. 28-30, outubro de 2006.

_____. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: Colling, Leandro (organizador). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SHARMA, Jaya. Reflexões sobre a linguagem dos direitos de uma perspectiva queer. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Orgs.). **Questões de sexualidade.** Rio de Janeiro: Abia, 2008.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo:** um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Porto Alegre, UFRGS, 2010.

BONETTI, Alinne. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem.** Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo popular e o campo político feminista de Recife-PE. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área Estudos de Gênero, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, UNICAMP, 2007

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Rosana de Lima. **Estigmas da Aids:** em busca da cura. 2002. Disponível em: http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/19232/1/2002_COMUNICACOES_SOARES.pdf.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Ed.34, 2001.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo,1900-2000**. São Paulo, Contexto, 2006.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Revista Comunicação e Linguagens. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**. Barcelona: Gili, 1983.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação**. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

VEIGA, Marcia, DARDE, Vicente. **A perspectiva heteronormativa: representações de casais homossexuais no *Globo Repórter***. In: Revista PJ:Br - Jornalismo Brasileiro, v. 12, p.eletrônico, 2009 [ISSN 1806-2776]

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Florianópolis: Estudos Feministas, v.9, n.2, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXO